

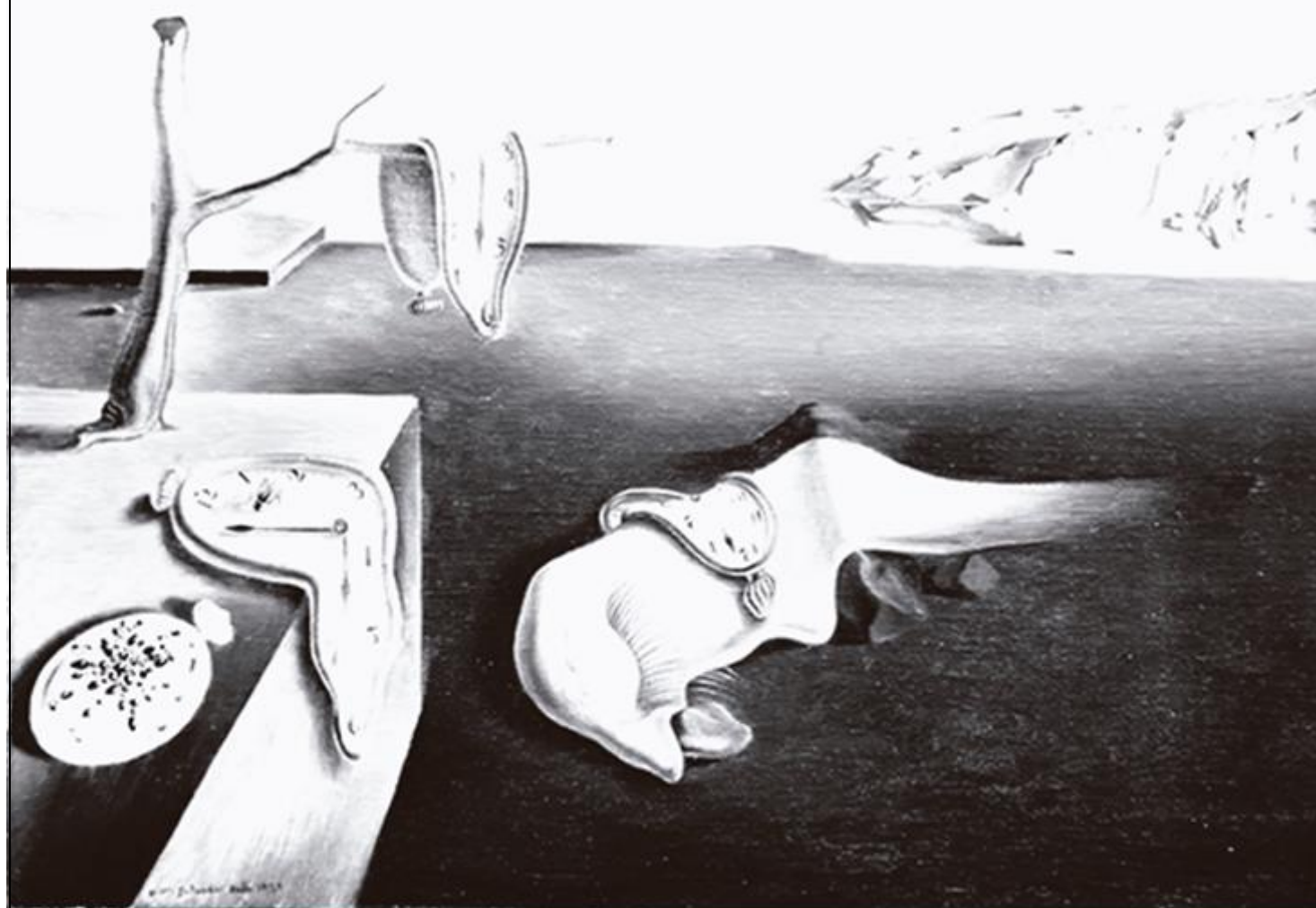
Coleção Estudo do Capitalismo

LIVRO 3

Capitalismo

Historiografia

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula



EDLIFMA

Capitalismo

Historiografía



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos



EDUFMA

EDITORIA DA UFMA

Diretor

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antônio Alexandre Isídio Cardoso

Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni

Prof. Dr. André da Silva Freires

Prof. Dr. Márcio José Celeri

Prof^ª. Dra. Diana Rocha da Silva

Prof^ª. Dra. Gisélia Brito dos Santos

Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues

Prof^ª. Dr. Felipe Barbosa Ribeiro

Prof^ª. Dra. Maria Aurea Lira Feitosa

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula

Capitalismo

Historiografia

São Luís



EDUFMA

2023

Copyright © 2023 by EDUFMA

Capa: João C. S Marques
Projeto Gráfico: João C. S Marques
Revisão: João C. S. Marques
Ilustração: João C. S. Marques
Imagem digitalizada a partir da pintura intitulada
Persistencia de la memoria assinada por Salvador Dali

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FICHA CATALOGRÁFICA

Paula, Ricardo Zimbrão Affonso de

Capitalismo: historiografia / Ricardo Zimbrão Affonso de Paula. – São Luís: EDUFMA, 2023.

285 p. (Coleção Estudo do Capitalismo: livro 3)

ISBN 978-65-5363-300-1

1. Capitalismo. 2. Capitalismo - Origem. 3. Capitalismo – Temas históricos. I. Título.

CDD 330.122
CDU 340.342.14

Ficha elaborada pela Diretoria Integrada de Bibliotecas – DIB/UFMA
Bibliotecária: Jousiane Leite Lima CRB 13/700

IMPRESSO NO BRASIL [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| EDUFMA | EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga
CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil
Telefone: (98) 3272-8157
www.edufma.ufma.br | edufma.sce@ufma.br

Sumário

Apresentação	9
Introdução	11
Capítulo 1: O modelo mercantil de explicação da origem do capitalismo	16
1.1 – A explicação smithiana	19
1.2 – O modelo mercantil pós-smithiano: as interpretações historicistas	26
1.3 – O modelo mercantil derivado do historicismo	35
Capítulo 2: Derivações do modelo mercantil	37
2.1 – Karl Polanyi e o advento da <i>sociedade de mercado</i>	38
a) O <i>mercado autorregulável</i> e as <i>mercadorias fictícias: terra, trabalho e dinheiro</i> ...42	
b) A constituição dos <i>mercados de terra, trabalho e dinheiro</i> em perspectiva histórico-institucional.....	47
2.2 – Fernand Braudel e o <i>modelo mercantil-financeiro</i>	54
a) O <i>modelo mercantil-financeiro</i>	59
b) O <i>capitalismo</i> como o <i>Tempo do Mundo</i>	67
2.3 – Derivações braudelianas: as interpretações de Wallerstein e Arrighi.....	75
a) Wallerstein e o conceito de <i>capitalismo histórico</i>	76
b) Arrighi e a história do capitalismo por meio da <i>teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação</i>	86
2.4 – O modelo demográfico	96
2.5 – A interpretação neoinstitucionalista	99
Capítulo 3: As interpretações marxianas	109
3.1 – A origem do capitalismo sob determinação das “forças produtivas”	111
a) A origem em <i>A ideologia alemã</i>	111
b) A origem no <i>Manifesto comunista</i>	115
c) Ponderação	116
3.2 – A origem do capitalismo sob determinação das “relações de produção”	119
a) A origem nos <i>Grundrisse</i>	120
b) A origem em <i>O capital</i>	130
<i>I – O Livro I: O processo de produção do capital</i>	131
<i>II – O Livro II: O processo de circulação do capital</i>	145
<i>III – O Livro III: O processo global da produção capitalista</i>	147
3.3 – Uma interpretação da origem do capitalismo em <i>O capital</i>	156
Capítulo 4: As interpretações marxistas no século XX	159
4.1 – O debate Dobb-Sweezy sobre a <i>transição do feudalismo para o capitalismo</i>	162
a) A interpretação de Dobb.....	163
b) A interpretação de Sweezy	172
c) Observações críticas das interpretações	178

4.2 – A interpretação eclética de Perry Anderson	184
a) O declínio da servidão	191
b) A acumulação política e a formação do Estado	194
c) O desenvolvimento das relações capitalistas no campo: Inglaterra X França	197
d) <i>O caso inglês</i>	197
e) <i>O caso francês</i>	200
f) O desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra	203
4.4 – Ellen Wood e a consolidação da interpretação das <i>origens agrárias do capitalismo</i>	205
a) <i>O capitalismo agrário</i> segundo Ellen Wood.....	207
b) O espaço e o tempo da origem do <i>capitalismo agrário</i>	211
c) A ética do <i>melhoramento</i> , os <i>enclosures</i> e a consolidação do <i>capitalismo agrário</i>	213
d) <i>Do capitalismo agrário ao capitalismo industrial</i>	216
Capítulo 5: A origem do capitalismo como um sistema de governança	222
5.1 – Capitalismo como sistema de governança indireto em três níveis: síntese	228
5.2 – Capitalismo e democracia: os dois sistemas de governança no mundo contemporâneo.....	234
5.3 – A origem do capitalismo como um sistema de governança.....	236
a) Por que a Europa?	238
b) A economia feudal e o protocapitalismo.....	242
c) A origem do capitalismo na Europa.....	247
5.4 – Síntese da interpretação	255
Conclusão	262
Referências	280

Apresentação

Esse estudo cumpriu dois objetivos, a saber. Primeiro fez parte da segunda parte de trabalho acadêmico para promoção à professor titular do autor, intitulado ***Teorias do capitalismo e principais interpretações sobre sua origem.***

Naquele trabalho, o objetivo foi articular as análises que o autor fez no livro *Capitalismo: definições*, que abre a *Coleção Estudo do Capitalismo*, com as interpretações que versam sobre a origem do capitalismo, tentando demonstrar que estas estão diretamente ligadas com a forma em que foi sendo definido àquele sistema socioeconômico.

Segundo, constitui o terceiro livro da referida *Coleção*, que ele vem desenvolvendo, de modo a contribuir com a disciplina ***Formação e Desenvolvimento do Capitalismo (FDC)***, na qual ministra semestralmente, no Curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), desde 2007.

O fato é que um semestre sobre a origem e o desenvolvimento do capitalismo é muito pouco para a complexidade do tema, exigindo do professor um recorte transdisciplinar em que história, economia, sociologia, ciência política e demais campos do conhecimento das ciências sociais e humanas possam se interagir para dar conta de como o capitalismo se originou e vem se desenvolvendo, desde o século XVI.

Por isso, o objetivo da *Coleção*. Isto é, ministrar a disciplina FDC, requer que o professor discuta teorias do desenvolvimento do capitalismo, as principais instituições que dão suporte ao sistema, a historiografia sobre sua origem e o contexto histórico que marcou sua ascensão.

O terceiro livro se debruça, justamente, sobre as interpretações da origem do capitalismo. Para dar conta desse tema tão complexo, partiu-se do diálogo com a *historiografia*, um campo de estudo inserido no estudo da História e que nos auxilia em como que, a partir da produção escrita sobre os temas históricos, podemos buscar orientações para compreender como as teorias e as interpretações da origem do capitalismo foram sendo construídas e assimiladas publicamente.

Por fim, como segunda parte do trabalho acadêmico à promoção de professor titular do autor, este foi avaliado por uma banca muito bem qualificada, composta

pelos professores titulares Paulo Nakatani (UFES), Carlos Gabriel Guimarães (UFF) e Ângelo Alves Carrara (UFJF). O autor tentou incluir todas as contribuições sugeridas nos debates que envolveram a defesa, ficando assim, muito agradecido aos membros da banca. Espera-se que o texto tenha ficado a contento.

São Luís, setembro de 2023.

O autor.

Introdução

Define-se *Historiografia*, grosso modo, como a *produção escrita sobre temas históricos*. Esse livro, por sua vez, conta a história das principais interpretações da *origem do capitalismo*; portanto, um exercício historiográfico.

Contudo, dado a complexidade do tema; isto é, o *capitalismo*, os autores apreciados aqui, partem sempre do seu presente, ou seja, da realidade sistêmica em que se encontram, para construir suas teorias e buscar suas origens. Tal como afirmou Fontana (1998; pg., 9), *toda visão global da história constitui uma genealogia do presente*. Os historiadores profissionais selecionam e ordenam os fatos do passado de forma que conduzam em sua sequência até dar conta da configuração do presente, conscientes ou não, de justificá-la.

Claro está que nem todos os autores discutidos nesse livro são historiadores profissionais. Mas, ao dedicarem-se ao estudo do capitalismo e suas origens, acabam, conscientes ou não, por produzir uma *teoria da história*, em que se servem de determinado pensamento para orientar seu trabalho, partindo de sua realidade social e das ideias sociais subjacentes, um *projeto social*, no qual o historiador profissional inscreve a sua tarefa.

Com efeito, parte-se aqui que *toda teoria é uma visão de mundo*. Isto é, através de teorias que os cientistas enxergam a realidade, de forma específica, seja qual for o seu campo de conhecimento.

BARROS (2011; Vol., 1, pp., 42-47) distingue a afirmação anterior em três níveis. O primeiro nível pode ser abordado como um *campo de estudo*. Constitui as realizações teóricas de determinado campo de saber (História, Economia, Sociologia, Física etc.). São nesses territórios teóricos, definidos por cada uma das diversas ciências, que se encontram as linguagens conceituais específicas de cada campo de saber, os seus modos de enxergar a realidade, os paradigmas disponíveis àqueles campos. É nesse nível que se pode falar em áreas específicas como a Teoria da História, a Teoria Econômica etc.

O segundo nível de significação da *teoria* está relacionado aos *modelos explicativos* de que os cientistas se utilizam para compreender os fenômenos, aspectos e objetos que se relacionam às suas especialidades. Nesse nível, a *teoria* é entendida em sua *singularidade*. Ou seja, são as inúmeras teorias sobre os diversos fenômenos que concernem à Teoria da História ou à Teoria Econômica, por exemplo. Trocando em miúdos, a Teoria da História abarca dentro de si as diversas teorias da

história; já a Teoria Econômica é o lugar onde se confrontam as diversas teorias econômicas sobre questões específicas levantadas pelos economistas.

Por fim, o terceiro nível é aquele que considera a *teoria* como forma específica de apreender a realidade e de enxergar o mundo. Aqui, a *teoria* se contrapõe ao agir intuitivo, ao comportamento emotivo, ao impulso instintivo, ao misticismo e outros modos de conhecer ou de se movimentar no mundo. Nesse nível a *teoria* se associa ao *método* e juntos formam uma *ciência*.

Em resumo, toda ciência necessita, para se firmar, de *mediadores teóricos* – conceitos, hipóteses, procedimentos argumentativos, comprovações empíricas, demonstrações, verbalizações e linguagem de observação. Dentro desse contexto, definem-se o *modo de pensar* (Teoria) e o *modo de fazer* (Método).

O estudo do capitalismo que se está empreendendo, vincula-se, principalmente, ao segundo nível discutido por Barros. Ou seja, busca-se a compreensão dos modelos explicativos da origem do capitalismo. Por isso que se denomina-o de *historiografia*, pois um levantamento das principais interpretações do fenômeno estudado, sua produção escrita.

No entanto, no correr dessa produção, é possível identificar os outros níveis, sendo esse próprio estudo, bem como seu discurso, uma construção teórica, dentro de um campo de saber, a História, tentando compreender um fenômeno específico, que é a *origem do capitalismo*, a partir da metodologia de estudo de um campo intradisciplinar da ciência histórica, a *historiografia*.

É dentro desse contexto que se entende a importância da conexão interdisciplinar, pois dado a complexidade do tema, é impossível não estabelecer contato com os diversos campos que compõem as chamadas ciências humanas e sociais.

Em estudo anterior (PAULA, 2020a), abordou-se o *capitalismo* por meio de suas *definições*, dado que suas teorias se ligavam à própria evolução dos campos de conhecimento que formaram as ciências sociais e humanas. Ou seja, havia uma forte correlação entre o desenvolvimento do capitalismo e o estabelecimento da moderna ciência.

Com efeito, a formação de um domínio específico do conhecimento, dividido em disciplinas autônomas, mas interdependentes, tais como História, Economia, Antropologia, Sociologia etc., bem como a criação de um aparato institucional capaz

de preservar e fomentar a especialização do conhecimento, ocorreu concomitante a expansão econômica europeia e seu modo de produção específico. Assim, à medida que o capitalismo avançava do continente europeu para o resto do mundo, justificava-se a explicação de sua ascensão, como também, o porquê da liderança do “Ocidente”.

Assim, ao entender as *teorias do capitalismo*, estava-se também apreendendo a formação de campos de estudos específicos, que por sua vez, desenvolveram-se, em seu interior disciplinas voltadas para o estudo, tanto geral como fenômenos e esferas de existências próprias do sistema; e, mais do que isso, impossível não compreender a evolução das ciências sociais e humanas e seus modos de pensar e seus modos de fazer sem o *capitalismo*, com suas forças e suas contradições.

Em resumo, naquele estudo, percebeu-se que ao tentarem definir o capitalismo, construiu-se uma ciência específica, a Economia; uma crítica social com base científica, capaz de avançar todos os campos do conhecimento das ciências sociais e humanas, o pensamento marxiano; e, a consolidação da sociologia como ciência, com as contribuições de Max Weber.

Dessas contribuições, novas *teorias do capitalismo* foram formuladas, as quais alinhavam novas conexões tanto inter quanto intradisciplinares, em que sobressaíram análises que articulavam política internacional, geografia econômica, economia política e história econômica; ou análises em que convergiam os campos de estudos Economia, Ciência Política, Direito etc. Cada uma delas contribuindo, seja para avançar um paradigma historiográfico, uma escola de pensamento econômico ou um campo transdisciplinar.

O estudo aqui proposto, divide-se em cinco capítulos. Todos eles, tendo como referência as *teorias do capitalismo* discutidas no estudo anterior (PAULA, 2020a). Ou seja, se no primeiro discutiu-se como se foi construindo as diversas *definições* do sistema capitalista; nesse, o objetivo foi compreender como se derivou seus *modelos interpretativos* para explicar sua origem.

Assim, no primeiro capítulo abordou-se o que se convencionou denominar de *modelo mercantil* da origem do capitalismo, tendo como primeiro e principal paradigma a explicação smithiana e sua influência para as interpretações *historicistas* e seus modelos derivados.

No segundo capítulo, aprofundou-se as *derivações do modelo mercantil*, mas que tomaram rumos distintos da explicação tradicional. São, na verdade, modelos críticos do paradigma smithiano e pós-smithianos; mas que continuaram a focar na acumulação mercantil, como principal via para a origem do capitalismo. Destacam-se as contribuições de Karl Polanyi; Fernand Braudel e as explicações que derivaram de seu modelo (Wallerstein e Arrighi); o modelo dos historiadores demográficos; e a interpretação neoinstitucionalista de Douglass North.

No terceiro capítulo, discutiu-se as *interpretações marxianas*; isto é, os contextos explicativos encontrados na obra de Marx & Engels. Destacam-se aqui, duas narrativas distintas. De um lado, a origem do capitalismo sob determinação das “forças produtivas”, que se encontra, especialmente, nos livros *A ideologia alemã* (1845/1846) e *O manifesto comunista* (1848). De outro, a explicação da origem do capitalismo sob determinação das “relações de produção”, expostas, principalmente, nos *Grundrisse* (1857/1858) e em *O capital* (1867).

No quarto capítulo, abordou-se as *interpretações marxistas*, notadamente, àquelas que se desenvolveram a partir da década de 1950, as quais ensejaram debates calorosos no centro do marxismo contemporâneo. Destacam-se as contribuições de Maurice Dobb, Paul Sweezy, Perry Anderson, Robert Brenner e Ellen Wood.

No capítulo cinco, analisou-se uma interpretação recente, de Bruce R. Scott, cuja argumentação da origem do capitalismo, é resultado do diálogo entre a Economia Política, o modelo neoinstitucionalista de North, as argumentações de Braudel e uma aproximação com a Ciência Política, de modo a explicar a *teoria do capitalismo como um sistema de governança*.

Por fim, pretendeu-se, com esse estudo, mostrar a construção de blocos de conhecimento para o entendimento da origem do capitalismo, enfatizando suas contribuições e aproximações, de modo que se possa assimilar a complexidade sistêmica da formação e do desenvolvimento do capitalismo.

Capítulo 1: O modelo mercantil de explicação da origem do capitalismo

O que se está denominando aqui de *modelo mercantil*, é a interpretação que tomou corpo na *economia política clássica*, a partir da visão de Adam Smith, no qual por sua vez, foi influenciado pelas concepções iluministas do *progresso* da humanidade, em especial David Hume¹. Dessa explicação, no final do século XIX e início do século XX, a corrente historicista transformou-a em modelo acabado.

Em resumo, de acordo com Wood (2001: pp., 13-15), as interpretações da origem do capitalismo, baseadas no *modelo mercantil* são fundamentalmente circulares; ou seja, presumem a existência prévia do capitalismo para explicar seu surgimento. Esse, por sua vez, estaria ligado a existência de uma racionalidade universal maximizadora do lucro, que explica o impulso capitalista de aumentar a produtividade do trabalho de forma contínua e quase natural pela via do aprimoramento tecnológico.

Assim, a origem e desenvolvimento do capitalismo já estariam prefigurados nas mais antigas manifestações da racionalidade humana, nos avanços tecnológicos iniciados quando o *homo sapiens* pela primeira vez manejou uma ferramenta, e nos atos de troca que os seres humanos praticaram desde tempos imemoriais. Contudo, a trajetória histórica para o capitalismo foi longa, árdua e cheia de obstáculos; não obstante seu progresso tenha sido natural e inevitável.

Na verdade, no *modelo mercantil*, a impressão é que o capitalismo parece que esteve sempre em nosso meio, precisando apenas de explicações de como ele foi libertado. É dentro desse contexto, que se identifica como obstáculos ao seu florescimento, as características políticas, culturais ou ideológicas das sociedades; já que o “econômico”, isto é, o *mercado*, é onde se encontra a semente daquele sistema.

Naquelas interpretações, a livre expressão da racionalidade econômica associada ao estímulo do desenvolvimento tecnológico, constituem em força motriz natural e progressiva do capitalismo. Portanto, somente fenômenos exógenos à economia, é que explicam os obstáculos ao capitalismo.

Adam Smith identificou os grilhões dos poderes senhoriais parasitários da sociedade europeia feudal e o Estado autocrático moderno, que vigorou entre os séculos XIV e XVIII, como restritivos ao livre movimento dos agentes econômicos e,

¹ Ver: PAULA, R. Z. A. *Capitalismo: definições*. São Luís: EDUFMA, 2020a, pp., 14-38.

portanto, limitadores para o crescimento e amadurecimento da “sociedade mercantil”.

Werner Sombart (1902) e Max Weber ([1904], 2002), construíram uma *teoria do capitalismo*, como um sistema cultural, em que buscavam explicar sua origem e desenvolvimento através de um “estado de espírito”, uma ética própria, responsável pela organização da vida econômica. Não negavam o caráter natural do homem para as atividades mercantis; porém, precisavam de uma explicação crível do porquê o capitalismo ter se originado na Europa Ocidental, a partir do século XVI.

Em Weber, o foco estava no exclusivismo da ética protestante como causa do espírito capitalista; e, portanto, o modo que um *ethos* e uma cultura foram responsáveis para o desenvolvimento de um sistema socioeconômico de novo tipo. Já a abordagem de Sombart, considerava outras éticas religiosas, acrescentava questões como o desejo de lucro, o espírito de empresa e as virtudes burguesas. Com efeito, o *modelo mercantil* está na raiz da *teoria do capitalismo como um sistema cultural* (Ver PAULA; 2020a, Cap. 3, pp., 62-83).

Em resumo, para aqueles autores, o capitalismo plenamente desenvolvido só surgiu em condições históricas específicas, localizadas na Europa Ocidental, entre os séculos XVI e XVIII. Em épocas anteriores, inclusive na Antiguidade Clássica, argumentaram que até havia capital e capitalistas, mas fatores tais como formas de parentesco, formas de dominação, tradições religiosas, impediam o pleno desenvolvimento do capitalismo, bem como, em sua época histórica, ainda constituíam em obstáculos ao seu amadurecimento sistêmico fora do Ocidente.

A compreensão da análise do *modelo mercantil*, é que as explicações que se seguem, enfatizam a continuidade entre as sociedades não capitalistas e capitalistas, em que o caminho natural de toda a sociedade é atingir a maturidade capitalista.

Uma das críticas que se faz ao respectivo *modelo*, é que ele nega a *especificidade* do capitalismo. Ou seja, para seus defensores, o comércio sempre existiu e o mercado capitalista é apenas parte da evolução natural da *propensão dos homens à troca*. Assim, a linhagem do capitalismo evoluiu do mais antigo mercador babilônio, passando pelos mercadores medievais, pelos capitalistas da Idade Moderna, atingindo o capitalista industrial e os financistas contemporâneos.

1.1- A explicação smithiana

Em sua célebre formulação, Adam Smith (1723-1790) expôs que indivíduos racionalmente voltados para seus próprios interesses, desenvolveram uma inclinação natural para comerciar, permutar e trocar bens e serviços, desde o alvorecer da história. Em resumo, esses atos de troca tornaram-se cada vez mais especializados com a evolução da divisão do trabalho, fruto do aperfeiçoamento das forças produtivas, que ele definiu como as técnicas e os instrumentos de produção [Ver: SMITH, [1776], 2003; Livro I, Caps. 1 e 2, pp., 7-22].

O auge dessa evolução estava em sua época histórica, denominada por ele de “sociedade mercantil”; ou seja, o estágio mais elevado do progresso humano, em que as práticas comerciais e os avanços técnicos encontravam-se em plena maturidade, dado que os agentes econômicos haviam se libertado das restrições políticas e culturais que os prendiam em estágios anteriores.

No Livro III de *A riqueza das nações*, Smith conta a história de como a Europa Ocidental chegou àquele estágio de desenvolvimento. Essa, por sua vez, serviu de narrativa dominante para a *origem do capitalismo*, tal como exposta pelo *modelo mercantil*.

Naquele livro terceiro, denominado de *diferentes progressos da riqueza em diferentes nações*, o autor dividiu sua narrativa em quatro capítulos, a saber². No primeiro expôs o que ele denominou de *o progresso natural da riqueza*. O autor analisou que uma sociedade civilizada evolui por meio de um curso natural de desenvolvimento que se inicia na agricultura, passa pela manufatura e atinge o comércio exterior.

Ou seja, a primeira forma de geração de riqueza numa determinada sociedade está na realização do comércio entre os habitantes da cidade e os do campo. Smith aplicou os conceitos desenvolvidos nos três primeiros capítulos do Livro I, onde expôs sua *teoria do valor*, analisando a efetividade e a consistência nas trocas de produtos primários e manufaturados, bem como os ganhos mútuos e recíprocos dessa divisão social do trabalho.

² Análise que se segue, baseada em SMITH, A. *A riqueza das nações*. [1776]. São Paulo: Martins Fontes, 2003, Livro III, pp., 473-530.

Desse modo, de acordo com o autor, quanto maior for o número e a renda dos habitantes da cidade, mais amplo o mercado que proporciona aos habitantes do campo; e quanto maior for esse mercado, mais vantajoso para a maioria das pessoas.

Contudo, Smith chamou a atenção de que a *riqueza* gerada no campo deveria ser estimulada e antecedida ao desenvolvimento urbano, pois seu excedente de produção era o que constitui a subsistência da cidade, além do capital estar mais protegido no setor agrícola do que no setor manufatureiro.

Isto é, afirmou que o investimento de capital na agricultura proporciona segurança, pois aplicado diretamente no melhoramento das técnicas de cultivo, cujo objetivo é o incremento de produtividade. Essa, por sua vez, garante um mercado seguro e amplo para a produção manufatureira estabelecida na cidade.

Em outras palavras, a quantidade de manufaturas de uma nação depende da demanda de sua agricultura, na qual determina a quantidade de matérias primas e provisões fornecidas. A demanda por emprego na manufatura de uma nação, por sua vez, não pode aumentar, senão em proporção ao aumento da demanda de seu setor primário por produtos acabados; que por conseguinte, só pode crescer proporcionalmente à extensão dos melhoramentos e do cultivo agrícola. Em suma, de acordo com Smith, o crescimento econômico da nação está em equilíbrio, na medida em que há uma integração comercial entre a agricultura e a manufatura produzidas em seu território.

Por outro lado, seguindo o raciocínio do autor, nem todos os países possuem terras em condições vantajosas de produção ou mesmo incultas. Desse modo, a solução é o investimento em manufaturas para a venda em mercados exteriores. De acordo com ele, assim como o capital empregado na agricultura está mais seguro do que na manufatura, também o capital investido na manufatura está mais seguro do que aquele invertido no comércio exterior. Isso porque tal investimento é direcionado à produção, não estando sujeito as oscilações das trocas e do crédito.

Contudo, o comércio exterior completa o curso natural do desenvolvimento de uma sociedade civilizada, pois escudado no excedente de produção e de capital produtivo. Ou seja, as relações internacionais de troca somente são vantajosas para o país, uma vez suprida toda sua demanda interna. Aqui, Smith avalia que pouco importa se o comércio será feito por nacionais ou estrangeiros; o mais importante é

a nação cultivar todas as suas terras e manufaturar integralmente a totalidade de seu produto bruto, cujos excedentes possam ser revertidos ao exterior.

Portanto, o que Smith denominou de *curso natural* de desenvolvimento de uma determinada sociedade, é um processo gradual de geração de riqueza em que as terras precisam ser cultivadas antes de se estabelecerem cidades. Essas, por sua vez, dependem do nível de desenvolvimento de sua atividade manufatureira; que por conseguinte, gera excedentes para a inserção no comércio exterior.

Mas, expressando um lamento, Smith afirmou que, embora fosse necessário que essa ordem natural tivesse ocorrido em todas as sociedades, no contexto dos estados europeus modernos, ela foi inteiramente invertida. Segundo ele, o comércio exterior de algumas de suas cidades introduziu todas as suas melhores manufaturas; e essas, em conjunto, fizeram nascer os principais melhoramentos na agricultura. Assim, concluiu que o que aconteceu na Europa Ocidental foi uma *ordem antinatural e retrógrada*.

No Capítulo 2, *do desestímulo à agricultura no antigo estado da Europa após a queda do Império Romano*, Smith buscou as raízes da ordem antinatural da trajetória europeia em direção à *sociedade mercantil*. Segundo ele, a invasão das províncias ocidentais do Império Romano pelos germânicos interrompeu o comércio entre as cidades e o campo, sendo as primeiras abandonadas e as terras deixadas incultas. O resultado foi uma regressão econômica, já que os líderes “bárbaros” usurparam a maioria das terras, transformando-as em grandes propriedades, cujo objetivo não era a subsistência, mas sim, o poder.

Para Smith, essa mudança de objetivo; isto é, quando a terra deixou de ser considerada meramente um meio de subsistência, mas sim, tornou-se um meio de poder e proteção, foi acompanhada também por uma mudança na *lei de sucessão*. Ele afirmou que os romanos praticavam uma lei natural de sucessão, em que as terras eram divididas, de acordo com o número de membros da família, distribuídas como herança. Essa forma de sucessão garantia que as propriedades se mantivessem pequenas e sua produção a manutenção da subsistência de todos, que por conseguinte, impulsionava, por meio da divisão social do trabalho, o comércio com as cidades.

A *lei de primogenitura*, característica da linha sucessória dos povos invasores era o oposto da lei romana. Por estar vinculada a visão de poder, a terra passava

integralmente para uma única pessoa, o que garantia a concentração da propriedade, independentemente se seria cultivada ou não. Numa palavra, a terra passou a ter um *status* de poder, na análise de Smith. O resultado foi que a nobreza agrária que se formou na Europa – na Idade Média –, não direcionou seus investimentos para as melhorias econômicas das terras, tornando-as improdutivas e altamente concentradas em poucas famílias latifundiárias. Essas, por sua vez, se assentaram no trabalho compulsório (servidão) ou tipos de arrendamento que desestimulava qualquer investimento por parte dos arrendatários, dado que a renda da terra consumia grande parte do trabalho produtivo.

No Capítulo 3, *da ascensão e progresso dos burgos e das cidades após a queda do Império Romano*, Smith distinguiu como eram as cidades na Antiguidade daquelas que emergiram após a queda do Império Romano no Ocidente europeu. As primeiras compunham-se predominantemente de proprietários de terras, que consideravam conveniente construir suas residências próximas umas das outras, cercando-as com muralhas para a defesa comum. Cidades que se enquadram no seu modelo de equilíbrio comercial entre cidade e campo.

Já as cidades que emergiram após a queda do Império Romano são bem diferentes. Isto é, são burgos que se originaram próximos a castelos fortificados sob domínio de senhores feudais. No primeiro momento, os seus respectivos habitantes viviam sob condições servis tanto quanto os camponeses.

Contudo, essas cidades foram adquirindo independência e liberdade ao longo do tempo. A razão estava na evolução do sistema tributário adotado pelos senhores de terras. No princípio, o recolhimento de impostos se dava de forma *per capita*, em que todo o comerciante e artesão pagava ao senhor das terras. Parte dessa receita acabava por ficar na própria cidade, num foro durante certo número de anos, por uma renda fixa, administrada diretamente por pessoas ligadas ao senhor. Com o passar do tempo, esses fundos passaram a ser administrados pelos próprios burgueses (habitantes das cidades), responsáveis pela infraestrutura, defesa e até crédito para os comerciantes e artesãos. O resultado foi que as cidades se tornaram verdadeiras repúblicas independentes, nas palavras de Smith.

Ou seja, os burgueses passaram a gozar de direitos sociais e econômicos bem distintos dos camponeses, como por exemplo, o de poderem conceder a mão de suas próprias filhas em casamento, o de deixarem a herança aos filhos e de poderem

dispor de seus bens por testamento. Com efeito, segundo Smith, tais concessões tornaram os burgueses realmente livres, em que a liberdade foi condição fundamental para a geração de riqueza.

Não obstante as questões jurídico-políticas, Smith afirmou que a riqueza das cidades na Europa medieval, foi fruto de seu engajamento no comércio exterior; o que reafirma a condição *antinatural* de como se desenvolveram. Ou seja, foram as cidades marítimas situadas na costa europeia, em especial, as italianas, as primeiras a alcançar notável riqueza, pois se especializaram na função de transportadores de mercadorias. O fato histórico apontado por Smith para esse engajamento foi o advento das Cruzadas. Isto é, os grandes exércitos que marcharam para o Oriente Médio (Terra Santa) promoveram os estímulos à navegação de Veneza, Gênova e Pisa. Ao transportá-los, viram a necessidade de organizar e fornecer provisões. Com isso, passaram a centralizar todas as mercadorias necessárias para abastecer os cruzados, seja no Ocidente ou no Oriente.

Esse comércio, com o passar do tempo, consolidou um mercado de produtos manufaturados mais refinado e caro, os quais foram monopolizados pelos italianos. Esse tipo de comércio introduziu o gosto por esses produtos de luxo, o que foi importante para sua generalização no contexto europeu. O resultado foi um processo de imitação desses produtos, o que por sua vez, deu origem as primeiras manufaturas europeias. Smith concluiu, assim, que foi o comércio exterior, o principal responsável para o desenvolvimento do setor manufatureiro europeu ocidental.

Contudo, o autor também identificou, notadamente na Inglaterra, a partir dos séculos XIV e XV, um setor manufatureiro, especializado em têxteis, que se desenvolveu natural e espontaneamente, a partir de um sistema doméstico e rústico, localizado nas zonas rurais. Isto é, um setor que empregava matérias primas produzidas no próprio país, que não obstante situarem a grandes distâncias da costa marítima, passou a ser relevante no comércio exterior inglês, a partir do século XVI.

De acordo com Smith, essas manufaturas têxteis foram fruto da agricultura, embora sua extensão e melhoria tenha sido posterior às da manufatura nascidas do comércio exterior. Em resumo, para o autor, a *ordem antinatural* estava explícita nesse desenvolvimento. O comércio exterior estimulou a manufatura, que impactou

no crescimento de cidades; as quais, por sua vez, estimulou o desenvolvimento agrícola, que resultou na criação de manufaturas no interior da Inglaterra.

Por fim, Smith finalizou o Livro III, analisando esse fenômeno europeu ocidental, que foi *como o comércio das cidades contribuiu para o desenvolvimento do campo*. Segundo ele, três foram as formas pelas quais o desenvolvimento e a riqueza das cidades comerciais e manufatureiras contribuíram para o progresso da agricultura nas regiões a que pertenciam.

A primeira, ao proporcionarem um mercado grande e preparado para a produção bruta do país, estimularam seu cultivo e posterior progresso. A segunda forma, estava ligado a inversão de parte da riqueza dos habitantes da cidade na compra de terras, o que, dado ao empreendedorismo típico dos comerciantes e manufatureiros, no entender de Smith, utilizaram as propriedades rurais como um bem econômico, cujo objetivo era o lucro. Isto posto, intensificou-se as melhorias técnicas e ampliação do cultivo em direção ao mercado.

Portanto, o corolário de Smith foi que o comércio e as manufaturas gradualmente introduziram a ordem e o bom governo, de modo a garantir a liberdade e a segurança dos indivíduos que habitavam o campo. Para o autor, essa instituição foi a mais importante no sentido de integrar as economias e as sociedades europeias ocidentais, bem como libertar o campo das antigas leis feudais.

Ou seja, no contexto do feudalismo, um grande proprietário consumia inteiramente na hospitalidade rural a maior parte da produção de suas terras que excedia ao necessário para a manutenção dos camponeses. Sem embargo, se o excedente de produção bastasse para manter cem pessoas, o único uso que o proprietário fazia eram manter as cem pessoas. Foi assim que Smith explicou as raízes dos laços de dependência dos camponeses e demais agregados nas propriedades feudais. O senhor garantia proteção e subsistência mínima, enquanto os dependentes deviam total obediência ao seu senhor.

Esses laços de dependência, segundo Smith, eram garantidos pela *Lei Feudal*, que estabelecia a subordinação regular, acompanhada de uma longa série de serviços e deveres, desde o rei até o menor dos proprietários. No entanto, o “mundo feudal” era violento, corrupto e desordeiro nas palavras de Smith. Havia a

impossibilidade de o rei impor ordem e bom governo, na medida em que os interesses dos senhores feudais muitas vezes colidiam com os seus interesses.

Desse modo, conforme o autor, foi com a expansão do comércio exterior e das manufaturas que se estabeleceu uma ordem e um governo no campo, na medida em que as cidades passaram a oferecer aos grandes proprietários algo que pudessem trocar todo o excedente de produção de suas terras e que eles mesmos consumiriam sem partilhá-los com rendeiros e criados. Ou seja, a cidade impôs especialização da produção nas propriedades rurais, e toda multidão de dependentes foram tornando-se desnecessários aos senhores.

Uma nova relação contratual de produção passou a surgir, em que os grandes senhores feudais passaram a arrendar suas terras, por meio de contratos de longo prazo, para arrendatários, os quais objetivavam ao cultivo e as melhorias das técnicas e implementos agrícolas. Smith chamou de “revolução” esse novo tipo de contrato, pois garantia aos arrendatários segurança jurídica e liberdade de produção, ao passo que proporcionava aos proprietários maiores rendas.

É dentro desse contexto que Smith afirmou que se estabeleceu no campo um governo regular tal como existia na cidade, pois escudados em relações econômicas, cujos contratos serviam para garantir a subsistência de todos. Com efeito, foi o comércio e a manufatura os responsáveis pelo desenvolvimento do campo.

Contudo, Smith analisou que esse desenvolvimento não tocou na principal adversidade da vida rural europeia, mesmo em sua época. A estrutura agrária assentada no latifúndio não foi tocada. Isso porque a *lei de primogenitura* não foi abolida. Dessa forma, eram um impedimento para a formação de pequenas propriedades rurais, que, para o autor, deveria ser a principal forma de organização produtiva do campo, dado sua capacidade de estimular o investimento e dividir riqueza.

Em resumo, Smith concluiu que a *sociedade mercantil* de seu tempo era fruto dessa evolução histórica, não obstante sua ordem tenha sido *antinatural*. A sua *economia política* deveria indicar o caminho para o seu prosseguimento evolutivo, na medida em que escudada em ciência e um projeto claro de enriquecer tanto os indivíduos como as nações.

1.2 – O modelo mercantil pós-smithiano: as interpretações historicistas

Como já foi observado anteriormente, *Teoria* é o modo científico de se produzir conhecimento, que corresponde a *forma específica de conceber e abordar o mundo*. Com efeito, a *Teoria da História* é um modo específico de abordar a história. Isto é, se refere ao universo de reflexão que abrange dentro de si *paradigmas historiográficos*, as suas subcorrentes internas, os inúmeros conceitos que são instrumentalizados pelos historiadores profissionais, ou os diversificados sistemas construídos pelos historiadores para compreender processos históricos específicos, seja a “Idade Média”, a “Revolução Francesa” ou o “Capitalismo”. Sobretudo, se inclui no interior da Teoria da História os vários olhares que os próprios historiadores constroem sobre o seu próprio ofício (BARROS, 2011; Vol. 1, pp., 151-153).

Em resumo, toda *Teoria da História* pressupõe a formação de *paradigmas historiográficos*, os quais são definidos como *sistemas de compreensão da História*. Tais paradigmas, por sua vez, são constituídos por *escolas históricas*, que se pode definir como grandes conjuntos coerentes de historiadores, unidos por um programa de ação em comum e por mecanismos apropriados de difusão de seus trabalhos (Ibid., pg., 166).

O *Historicismo* se enquadra nos termos de um *paradigma historiográfico*. Uma das escolas que o dá suporte é a *Escola História Alemã*, fundada na década de 1840, em Berlim. Desde o início, desenvolveu uma *economia política*, distinta e crítica dos economistas clássicos. Isso porque os historiadores, bem como os economistas prussianos, fundadores daquela escola, estavam engajados no projeto de unificação da Alemanha, que tomava corpo desde 1815, com a fundação da *Confederação Germânica*. Em 1818, o processo de unificação deu passo importante, com a *União Aduaneira* (Zollverein), liderada pela Prússia. Assim, ao longo do século XIX, os prussianos, no contexto de afirmação do estado-nação alemão, criaram uma teoria da história e uma economia política, em que o estudo dos processos econômicos deveria ser compreendido por meio da História.

Dessa forma, contrapondo-se à Economia Clássica britânica, negavam que as leis econômicas tivessem validade universal, argumentando que tais não podiam ser absolutas e de atuação perpétua, mas ao contrário, deveriam ser relativas e variáveis com o tempo e o lugar.

Pode-se afirmar que o *paradigma historicista* se assentou em três pilares, a saber (BARROS, 2011; Vol. 2, pp., 130-132). Em primeiro lugar, o reconhecimento da *relatividade do objeto histórico*, tal como se apontou anteriormente. Isto é, qualquer fenômeno social, econômico, cultural ou político só pode ser rigorosamente compreendido dentro da História.

Em segundo lugar, a História, bem como as demais ciências humanas, deveria requerer uma postura metodológica específica, radicalmente distinta do padrão metodológico típico das Ciências Naturais ou das Ciências Exatas. Formulava-se, assim, a distinção entre dois tipos de ciências, em que, cabia às Ciências Humanas, a *Compreensão* como fundamento principal de seu posicionamento metodológico; e a *Explicação*, a base das chamadas ciências naturais e exatas. Em outras palavras, o *fato histórico* constituía o ponto de partida da investigação nas ciências humanas; o *fato natural*, das ciências da natureza.

Por fim, a *subjetividade do historiador*. Ou seja, para os historicistas, não havia uma *neutralidade do cientista social*, tal como defendido pela corrente positivista, a Economia Clássica e a sociologia weberiana (conceito de neutralidade axiológica). E sim, que esses estariam também mergulhados na História, desconstruindo àquele fundamento científico baseado na objetividade pura de ordem natural.

Em resumo, o *historicismo* desenvolveu uma *perspectiva particularizante*, de modo a entender a história das sociedades em suas singularidades, focando nos aspectos que fazem cada processo histórico algo específico, em contraposição ao Iluminismo do século XVIII, a Economia Clássica e o Positivismo (outro paradigma historiográfico) do século XIX.

Os pilares do historicismo encontravam eco na escola histórica alemã. Seus fundadores foram: Wilhelm Roscher (1817-1894), Bruno Hildebrand (1812-1878) e Karl Knies (1821-1898)³.

Embora a primeira obra que marcou a escola histórica alemã tenha sido a de W. Roscher, *Esboço de um Curso de Economia Política Segundo o Método Histórico*⁴, publicada em 1843, em que o autor expôs o empirismo histórico como base de toda pesquisa econômica; um primeiro esboço de uma *economia política historicista* está

³ SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 5ª ed., São Paulo: Editora Best-Seller, 2000, pg., 215.

⁴ Título em alemão: *Grundriss zu Vorlesungen über die Staatswirtschaft nach Geschichtlicher Methode*.

na obra de Georg Friedrich List, *Sistema Nacional de Economia Política* ([1841], 1983).

Naquele estudo, dividido em quatro partes e 36 capítulos, List se contrapôs a Smith e todos os economistas clássicos. A primeira parte do livro, denominou-a de *A História*, em que analisou os processos de evolução econômica das principais sociedades europeias e dos EUA (LIST, [1841], 1983; pp., 7-86). A conclusão que chegou foi de que, não obstante a riqueza de uma nação dependa proporcionalmente da inteligência, da moralidade e da operosidade de seus cidadãos, a livre iniciativa individual nunca conseguiu realizar nada de importante se não estivesse apoiada em instituições, leis e administrações públicas que garantissem unidade e poderio aos países.

Segundo ele, pelo estudo da História das sociedades europeias e dos EUA, observou-se um intenso processo de ação recíproca entre as forças e condições sociais e as forças e condições individuais, em que a riqueza dos indivíduos aumentaram em proporção às liberdades vigentes, ao grau de perfeição das instituições políticas e sociais, ao passo que essas extraíam material e estímulo para o seu ulterior aperfeiçoamento do aumento da riqueza material e da força produtiva dos indivíduos.

Com efeito, o comércio e a indústria somente se desenvolveram em sociedades as quais asseguraram a liberdade e as leis para a sua proteção. Dessa forma, List associou o conceito de liberdade ao conceito de independência econômica. E quem assegurava esse espírito de liberdade era o *Estado*. O Estado para List era a *Nação*. A Nação, por sua vez, era definida por uma *unidade econômica*.

A segunda parte do livro, List denominou-a de *A Teoria*, em que expôs sua *teoria econômica nacional* (Ibid., pp., 87-218). Ou seja, ele tomou os conceitos desenvolvidos pela Economia Clássica e adaptou-os ao seu projeto nacional de desenvolvimento econômico. Afirmou que a liberdade comercial absoluta, só interessava as nações industrialmente desenvolvidas. Para um país lograr tal desenvolvimento deveria proteger sua economia, na forma de *direitos alfandegários*.

Contudo, embora List tenha recuperado muitos dos preceitos dos *mercantilistas*, propôs que o caminho do desenvolvimento de uma nação era a indústria combinada com um sistema de transporte nacional (navegação e ferrovias), as quais constituíam, em sua época, a verdadeira riqueza de uma nação.

List concluiu que sua teoria consistia nos desenvolvimentos industriais e comerciais nacionais, de modo que a finalidade última era a união de todas as nações sob uma lei e direitos comuns, objetivo que só poderia ser alcançado por meio da máxima igualdade entre elas.

Na terceira parte do livro, List denominou-a de *Os Sistemas*, em que analisou criticamente os tipos de organização e políticas econômicas, desde os italianos do século XVI, passando pelas experiências industrialistas francesas e inglesas no século XVII, os sistemas fisiocrata francês e smithiano do século XVIII, até Jean-Baptiste Say e seus seguidores, no início do século XIX, o qual tornou-se um economista bastante influente de seu tempo; mas que List o via como uma versão vulgar do pensamento smithiano (Ibid., pp., 219-244).

Por fim, na quarta parte do livro, denominada por List de *As Políticas*, a partir de seu sistema de economia política, propôs um conjunto de políticas que colocaria a Alemanha como uma grande potência industrial e comercial. Para List havia uma política muito importante para esse desenvolvimento em curso, o *Zollverein*. Contudo, ela ainda tinha um alcance limitado, dado que faltava uma união política de fato. O autor concluiu que somente a Prússia tinha as condições para a unificação total da Alemanha, devido ser o Estado mais rico e com recursos para investimento na indústria e, principalmente, na unificação de um sistema alemão de transporte ferroviário e de navegação.

Com o estudo *A Economia Política do Presente e do Futuro*⁵, de Bruno Hildebrand, publicado em 1848, o *Historicismo alemão* tornou-se mais explicativo, procurando formular leis do desenvolvimento econômico, bem como, a partir da crítica da Economia Clássica, apresentou uma distinção dos problemas econômicos práticos da análise teórica. Propôs ainda, uma discussão sobre a evolução da experiência econômica humana, como forma de se chegar a uma *história econômica da cultura*, que se desenvolveria em conjunto aos outros ramos da história e da estatística.

O trabalho de Karl Knies completou a sistematização da *Escola Histórica Alemã*, da primeira geração. Esse, denominado de *A Economia Política do Ponto de Vista do Método Histórico*⁶, publicado em 1883, sintetizou e sustentou que o método

⁵ Título em alemão: *Die Nationalökonomie der Gegenwart und Zukunft*.

⁶ Título em alemão: *Die Politische Ökonomie von Standpunkte der Geschichtlichen Methode*.

histórico era a única forma legítima de economia, que não poderia proporcionar leis como as ciências físicas, mas apenas descobrir certas regularidades no desenvolvimento social, sugerindo analogias (SANDRONI, 2000; pg., 215).

Mas foi com Gustav Schmoller (1838-1917) que o *Historicismo alemão* entrou numa nova fase, na qual influenciou historiadores ocidentais, entre os anos de 1870 e as primeiras décadas do século XX. A segunda fase daquela escola, se denominou de *A Nova Escola Histórica*, pois passaram a rejeitar a síntese realizada por seus predecessores. Sua principal característica era a análise descritiva, desenvolvendo uma forte tendência para a investigação histórico-econômica pormenorizada e realista. Na verdade, naquele momento, a Nova Escola Histórica em conjunto com o marxismo, consolidaram um campo interdisciplinar específico, tanto na área da História como na Economia, a *História Econômica*.

Schmoller, na verdade, estava preocupado com os conjuntos e estruturas, as quais só teriam validade no interior dos sistemas econômicos. Em suma, para a nova geração de historicistas, a História deveria focar nas contingências definidas no tempo e no espaço (SOMBART, W. 1929; pg., 15).

No final do século XIX, um dos principais debates metodológicos da História do Pensamento Econômico foi travado, ficando conhecido como *Methodenstreit* (Controvérsia do Método). Em 1883, Karl Menger, principal teórico da *Escola Marginalista Austríaca* publicou o livro *Investigações sobre o Método nas Ciências Sociais e em especial na Economia Política*⁷, que recebeu uma veemente crítica de Schmoller. Menger, por sua vez, respondeu-a, em 1884, com o texto *Os erros do Historicismo*⁸.

Na verdade, as respectivas críticas estavam enraizadas em discordância mais profunda, e não apenas de caráter metodológico. Menger acreditava que o comportamento econômico implicava um sistema social constituído por indivíduos movidos por interesses egoístas (tal como exposto pelos economistas clássicos), Schmoller, por sua vez, considerava que os indivíduos formavam grupos, nações, com objetivos e interesses grupais, embora também individuais.

⁷ Título original em alemão: *Untersuchungen über die Methode der Socialwissenschaft und der Politischen Ökonomie insbesondere*.

⁸ A análise que se segue baseada em SANDRONI, P. Op. cit., pg., 130.

As concepções de Menger resultavam e enfatizavam à primazia das políticas liberais, que deveriam ser abrangentes para permitir o funcionamento dos mecanismos de ajuste e equilíbrio dos mercados. Já as conclusões de Schmoller apontavam para a direção oposta, supondo a intervenção do Estado por meio de políticas governamentais, tal como as implementadas pelo Estado Alemão unificado.

Havia um ponto de concordância entre eles, qual seja, a importância dos estudos empíricos em economia; mas, que também, gerou controvérsia quanto a ênfase que se devia dar a cada instância e no desenvolvimento das conclusões.

Menger argumentava que a economia “pura” poderia ser desenvolvida por meio de análises lógicas cujas conclusões seriam amplamente aplicáveis e, portanto, úteis do ponto de vista prático. Portanto, advogava o *método lógico dedutivo*, que consiste no raciocínio que os princípios ou premissas dos fatos partem do geral para o particular.

Isto é, para Menger, proposições apoiadas em dados empíricos, no entanto, seriam corretas apenas até os limites dos dados em que as proposições se baseassem. Na medida em que os dados empíricos eram sempre parciais e limitados no espaço e no tempo, as conclusões deles emanadas seriam problemáticas e de generalização limitada. Proposições corretas e de aplicação geral poderiam ser desdobradas por meio de rigorosa análise lógica de supostos não limitados no tempo, espaço ou circunstâncias especiais.

Em resumo, para Menger, os dados empíricos atuariam como espécie de ponte entre a teoria e as questões de política aplicada à economia, não obstante advertia que isso só poderia ser feito mediante exaustivos estudos empíricos.

Schmoller também defendia o uso de estudos empíricos na teoria econômica, mas de acordo com uma combinação diferente. Ou seja, ele rejeitava o método lógico dedutivo de Menger em três razões: os pressupostos eram irrealistas, seu elevado nível de abstração tornava a teoria irrelevante para resolver os problemas do mundo real e não continha elementos, de fato, empíricos.

Dessa forma, a teoria seria inútil para esclarecer as principais questões com as quais os economistas se defrontavam, quais sejam: de que maneira se desenvolveram as instituições econômicas do mundo moderno e quais são as leis e as regularidades que as governam? Foi dentro desse contexto que Schmoller defendeu como o método mais apropriado da análise econômica, o *método indutivo*,

pois as conclusões de validade geral em economia partiam de princípios particulares, escudados em estudos históricos-empíricos.

A importância da *controvérsia do método* foi que abriu uma cisão entre Economia e História. A *Escola Marginalista de Viena*, em conjunto com a *Escola Neoclássica de Cambridge*, dominou o ensino da Ciência Econômica; ao passo que a *Escola Histórica de Berlim*, influenciou os rumos dos estudos de História, consolidando, em conjunto com o marxismo, um novo campo disciplinar, a *História Econômica*.

Não obstante a principal obra de Schmoller que contribuiu para essa influência na comunidade dos historiadores econômicos, tenha sido *Fundamentos da Teoria Econômica Geral*⁹, publicada entre 1900 e 1904, em que o autor fez uma classificação dos sistemas econômicos que se desenvolveram na Europa Ocidental, desde a Alta Idade Média até o final do século XIX; o escopo teórico que deu sentido à interpretação historicista de origem do capitalismo, nos termos do *modelo mercantil*, foi *O sistema mercantil e seu significado histórico*, um conjunto de artigos publicados em 1896.

Nessa publicação, Schmoller definiu o sistema mercantil como uma forma de "construção do Estado". Foi o fortalecimento dos poderes reguladores do Estado na transição do período medieval para o início da modernidade, que constituiu o traço característico de uma época específica da História Moderna da Europa, dando-lhe coerência e caráter sistêmico.

Em resumo, foi Schmoller quem deu um caráter substantivo ao sistema mercantil elaborado por Smith, ao afirmar que a história moderna da Europa Ocidental estava conectada ao *Mercantilismo* como um sistema econômico, que por sua vez, surgiu no interior das cidades medievais e foi de fundamental importância para servir como modelo de política econômica adotado pelos Estados Nacionais nascentes. Portanto, nessa narrativa, o *sistema mercantil* se constituiu como primeira fase do desenvolvimento do capitalismo europeu, no qual, no tempo de Schmoller, havia amadurecido para uma fase industrial.

Essa narrativa serviu de base para que Werner Sombart (1902) dividisse a história do capitalismo em duas fases, a saber. Na primeira, ele denominou o período

⁹ Título original: *Grundrisse der Allgemeinen Volkswirtschaftslehre*.

que vai do século XIV ao século XVIII, de *capitalismo mercantil*. A segunda, que se iniciou com a Revolução Industrial, no final do século XVIII, de *capitalismo moderno*. Em cada uma o padrão de acumulação, a organização empresarial e a cultura dos negócios eram distintas. Ou seja, no capitalismo mercantil a riqueza, a empresa e a cultura eram determinadas pelo capital comercial. Já, no capitalismo moderno suas características eram moldadas pelo capital industrial.

Por fim, Henri Pirenne retomou a discussão sobre a origem do capitalismo, identificando suas raízes justamente no desenvolvimento mercantil das cidades medievais europeias.

Henri Pirenne (1862-1935) foi um historiador-econômico que se especializou no estudo da Europa Medieval. Ele reelaborou a explicação de Smith acerca da decadência econômica do Ocidente, após o fim do Império Romano. Como foi observado, Smith situou-a na invasão dos povos germânicos; já Pirenne defendeu a tese de que a ruptura da civilização mercantil mediterrânea ocorreu com a invasão mulçumana, a partir do século VIII¹⁰.

Pirenne contestou a tese comum, em sua época, de que a Idade Média europeia se iniciou com a queda do Império Romano. Segundo ele, os povos germânicos que invadiram não o destruíram, mas pelo contrário, romanizaram-se e utilizaram-na econômica e culturalmente em benefício próprio. Por essa razão, deram continuidade ao comércio e aos intercâmbios do mesmo modo que o havia feito o império. Desse modo, continuaram trazendo do continente as suas mercadorias e transportando-as pelo Mediterrâneo, conservando o eixo comercial em Roma, até que os muçulmanos invadiram parte da Europa.

A data da invasão mulçumana na Península Ibérica, 711 A.D., é, segundo Pirenne, o verdadeiro início da Idade Média Europeia. De acordo com ele, esses invasores, que possuíam uma civilização mais desenvolvida, adotaram a estratégia de fechar o Mediterrâneo à navegação europeia, convertendo a Europa marítima em

¹⁰ A tese de Pirenne encontra-se no seguinte estudo póstumo: PIRENNE, H. *Maomé e Carlos Magno. O impacto do Islã na civilização europeia*. [1937]. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010. É uma síntese de vários trabalhos publicados pelo autor, ao longo da década de 1920, e que serviu de base para dois livros na década de 1930: PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. (1933). 4ª ed. São Paulo: Edições Mestre Jou, 1968. PIRENNE, H. *História da Europa. Desde las invasiones hasta el siglo XVI*. (1936). 12ª reimpressão. Mexico DF: Fondo de Cultura Económica, 2018. Um resumo dessa tese se encontra também numa coleção de palestras ministradas pelo autor, em diferentes universidades dos EUA, organizadas no livro: PIRENNE, H. *As cidades da Idade Média. Ensaio de história econômica e social*. 3ª ed., Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

uma Europa continental, reduzindo enormemente a sua riqueza e favorecendo a aparição dos feudos pelo continente, o que conduziu à confrontação entre muçulmanos e cristãos, que degenerou em um tipo de luta em que cada parte reforçou e defendeu a sua identidade religiosa à falta de outra forma de coesão política.

Em resumo, em termos de organização econômica, Pirenne afirmou que a *economia de troca* foi substituída por uma *economia de consumo local*, sob liderança de uma aristocracia feudal, caracterizando o período até o século XI, de *regressão econômica*.

Em *História econômica e social da Idade Média* ([1933], 1968), Pirenne explicitou com mais clareza o caráter capitalista das cidades europeias, após o renascimento urbano, a partir do século XI; e, em especial, após as transformações na agricultura no século XII.

Isto é, foi com Pirenne, que a associação entre capitalismo e cidades se transformou no pressuposto básico de explicação do *modelo mercantil* da origem do capitalismo. Em resumo, a narrativa é a que se segue.

Na Europa, emergiram cidades com uma autonomia singular e sem precedentes, dedicadas ao comércio e a manufatura, especialmente, a partir do século XII, que Pirenne denominou de “cidades novas”, fruto do aumento demográfico, progresso na circulação monetária e suas repercussões no campo, com expansão e melhoria das técnicas agrícolas. O resultado foi modificações na forma de organização senhorial de exploração do trabalho. Numa palavra, o campo se monetizou.

Mas, a cidade era o lugar do capitalismo, pois governada por uma classe autônoma de habitantes – os *burgueses* – que passaram a viver livres dos grilhões das antigas restrições políticas e culturais do feudalismo. Evidentemente, essa libertação só ocorreu, pois a atividade comercial necessitava de uma racionalidade, que por sua vez exigia aperfeiçoamento de técnicas de produção, com objetivo de expandir permanentemente a produtividade, cujo resultado era a busca de lucros. Esse movimento circular, correspondia a geração de riqueza da sociedade; portanto, a ascensão do capitalismo moderno.

No século XV, o progresso das cidades medievais esbarrava em seus próprios limites territoriais. As cidades competiam o que, por sua vez, exigia uma política de

proteção de seus mercados, hierarquizações e novas especializações produtivas. Pirenne concluiu que, naquele século, havia amadurecido uma aliança política entre os monarcas e as classes capitalistas, de forma que um Estado territorialmente centralizado e unificado economicamente, era inevitável. Dessa forma, a história da Europa Moderna, entre os séculos XVI e XVIII, foi a ampliação das políticas econômicas que surgiram no interior das cidades medievais.

1.3 – O modelo mercantil derivado do historicismo

A influência do modelo mercantil, especialmente, a perspectiva de Schmoller, ultrapassou os limites do historicismo. Eli Hecksher, um economista e historiador econômico sueco, formado nos postulados da tradição neoclássica e principal teórico do comércio internacional, ao estudar as ideias econômicas na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, chegou à conclusão de que, a despeito de estratégias de desenvolvimento específicas de cada país, havia elementos convergentes que ele denominou de *política econômica mercantilista*¹¹.

Essa política econômica moldou a sociedade europeia daquele período, levando o autor a caracterizá-la como *Mercantilismo*; isto é, uma época específica da história daquele continente. Tomando como base a afirmação de Schmoller, Hecksher concordou que em sua essência, o *Mercantilismo* foi simultaneamente a construção do Estado e de um sistema econômico. Ou seja, foi o Estado Monárquico (Absolutista) o centro dos empreendimentos mercantilistas que se desenvolveram historicamente, constituindo tanto o sujeito quanto o objeto da economia política mercantilista.

Portanto, o *Mercantilismo*, para Hecksher, foi principalmente um agente de unificação dos estados centralizados, pois organizava uma esfera econômica uniforme, em que todas as atividades objetivavam o fortalecimento e às exigências de um poder maior que também tinha uma natureza uniforme.

Foi dentro desse contexto que o autor analisou essa época específica da história europeia, por meio de cinco dimensões, a saber: *o mercantilismo como sistema unificador, o mercantilismo como sistema de poder, o mercantilismo como*

¹¹ Ver: HECKSHER, E. *Mercantilism*. [1931]. London/New York: Routledge, 1994. (2 volumes).

sistema de proteção, o mercantilismo como sistema monetário e o mercantilismo como concepção de sociedade.

Em resumo, para ele, todas essas dimensões formaram uma totalidade sistêmica, que estabeleceu um *sistema regulador no sentido econômico*; uma *organização política* que deu sentido as identidades nacionais, bem como o estabelecimento das bases de competição entre os Estados territoriais; um conjunto de *políticas de proteção* das atividades econômicas, da mão de obra e do comércio exterior; *sistemas monetários* que permitissem um fluxo de pagamentos internos, bem como a busca, por meio da *doutrina da balança comercial favorável*, da captura do máximo de metais preciosos (ouro e prata), com regras rígidas para obstruir respectivas evasões; e, por fim, uma *concepção social* que rompeu com as formas, tanto morais quanto religiosas, que determinavam o comportamento dos agentes econômicos.

Por fim, quando se pensa na influência do *modelo mercantil* para interpretação da origem e desenvolvimento do capitalismo, está-se observando a classificação, nos livros textos de história econômica geral, estudados no Ocidente, ao longo da segunda metade do século XX, do período que se estende do século XVI (alguns nomeiam o final do século XV) até o final do século XVIII, os quais tratam da chamada Idade Moderna europeia, como a fase do *capitalismo mercantil*.

Historiadores econômicos não marxistas e até mesmo marxistas, como Paul Sweezy, interpretaram aquele período, como a primeira fase da história do capitalismo, pois seu traço marcante, estava no papel desempenhado pelo capital comercial como motor da expansão econômica¹².

¹² Exemplo de autor não marxista, ver: VASQUEZ DE PRADA, V. *História econômica mundial*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1972. Vol., 1, pp., 225-365. Em relação a interpretação de Paul Sweezy, consultar: HILTON, R (Org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo. Um debate*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977, pp., 33-56; 101-107.

Capítulo 2: Derivações do modelo mercantil

O que se está denominando aqui de *derivações do modelo mercantil*, são as interpretações que apontaram os limites das explicações da origem do capitalismo expostos no capítulo anterior. Contudo, não obstante as críticas, todas essas derivações acabaram por possuírem uma raiz comum com o modelo tradicional, qual seja, suas explicações continuaram a enfatizar o capitalismo como um sistema econômico *circulacionista* e todas as argumentações, mesmo que de forma não intencional se restringiram apenas às forças econômicas objetivas, sejam enfatizando o *determinismo tecnológico*, a formação de *redes mercantis e financeiras complexas*, o impacto das *flutuações demográficas*, todas, em síntese, estruturadas a partir de um mecanismo de mercado, mediados pela *lei da oferta e da procura*.

Numa palavra, tomam como pressuposto que a estrutura social que antecedeu e deu origem ao capitalismo se definiu em torno das leis econômicas, incluindo a estrutura de classes. Isto é, as *derivações* concordam com o modelo tradicional que a economia feudal europeia ocidental apresentava em seu interior um mecanismo de mercado similar ao capitalista, regido pela principal lei econômica (oferta e demanda). Isso inclui as derivações braudelianas – Wallerstein e Arrighi – cujas análises também têm influência do pensamento marxiano e de teorias marxistas.

2.1 – Karl Polanyi e o advento da *sociedade de mercado*

Karl Polanyi (1886-1964) foi um pensador social, cujos trabalhos mesclam contribuições da Antropologia, da Economia Política e da Sociologia. Sua obra clássica, *A grande transformação* ([1944], 2000), pode ser considerada como um estudo antropológico-histórico econômico¹³.

Nesse estudo, embora o autor seja crítico ao modelo mercantil smithiano, seus argumentos apresentaram forte correlação com àquela interpretação. Sua crítica parte do princípio de que a motivação do lucro individual, associada às trocas no mercado, ***nunca foi***, até a era moderna, o *princípio dominante* da vida econômica, tal como defendida por Adam Smith e demais economistas clássicos.

¹³ Em estudo anterior, PAULA (2020b; pp., 76-79), teve-se a oportunidade de se trabalhar com alguns conceitos de Karl Polanyi, no contexto da análise do mercado de trocas como uma instituição importante do capitalismo, sua evolução histórica e seu papel distinto como *mercado capitalista*.

Claro está, para o autor, que no contexto das sociedades e civilizações antigas, houve mercados bem desenvolvidos; entretanto, afirmou que era preciso fazer uma distinção clara entre o que ele denominou de *sociedades com mercados*, como as que existiram em toda a história escrita, e a *sociedade de mercado*, que é a sociedade capitalista.

Ou seja, para Polanyi, nas sociedades e civilizações que antecederam o capitalismo, as práticas econômicas estavam inseridas e determinadas por relações sociais *não econômicas*, tais como relações de parentesco, comunais, religiosas e políticas. Isto é, havia outras motivações impulsionando a atividade econômica para além das motivações puramente econômicas do lucro e do ganho material, como por exemplo, a conquista de *status* e prestígio ou a manutenção da solidariedade comunitária.

Em resumo, de acordo com o autor, havia outras formas de organizar a vida econômica, em particular, a *reciprocidade* e a *redistribuição*, que não se enquadravam nos mecanismos das trocas de mercado. Na verdade, o que prevaleceu naquelas sociedades e ainda prevalecem em sociedades tribais, isoladas ou à margem do capitalismo contemporâneo, foram complexas obrigações recíprocas, determinadas, seja pelo parentesco, seja por meio de apropriação dos excedentes por algum tipo de poder político ou religioso e sua redistribuição a partir desse centro.

Foi contextualizando historicamente as sociedades antigas e anteriores ao capitalismo, que Polanyi contestou os pressupostos da economia clássica sobre o *homo economicus* e sua propensão natural ao comércio, afirmando que, mesmo na própria época de Smith, o século XVIII, tal propensão nunca havia desempenhado o papel preponderante que ele lhe atribuía.

Os mercados quando existiam, mesmo nos casos em que esses eram extensos e importantes, se mantinham como uma dimensão subalterna da vida econômica, dominada por outros princípios de comportamento econômico. Tais mercados, com efeito, mesmo nos sistemas comerciais mais complexos e vastos, funcionavam de acordo com uma lógica bem distinta do mercado capitalista.

Os mercados e o comércio, segundo Polanyi, nas sociedades pré-capitalistas eram essencialmente *não competitivos* e simplesmente um comércio de *transporte*. A palavra inglesa que se pode utilizar para esse tipo de comércio é *trade*. Ou seja, o

comércio naquelas sociedades eram substancialmente trocas entre cidade e campo e trocas entre zonas climáticas. Portanto, segundo Polanyi, era um comércio *complementar* e não *competitivo*. O autor chamou a atenção para mesmo quando essa complementaridade era distorcida por relações de poder desiguais.

Assim, fosse o comércio exterior ou o comércio local, o que os caracterizava era o *transportar* mercadorias. Por isso, Polanyi conceituou esse tipo de comércio como apenas *trade*. Isto é, nele a tarefa do comerciante era deslocar as mercadorias de um mercado a outro. Essa atividade mercantil, por sua vez, era estritamente regulada e excludente, já que o objetivo era o abastecimento. Com efeito, a competição era deliberadamente eliminada, pois tendia a desorganizar o comércio.

Foi somente com a moderna *sociedade de mercado*, conforme Polanyi, que emergiu um mercado distinto, em que há uma *motivação econômica* distinta, *instituições econômicas* distintas e uma *relação social* específica, separada das relações não econômicas. Polanyi denominou esse mercado de *O grande mercado* (*market*). Segundo o autor, nesse mercado, os seres humanos e a natureza, sob a forma do trabalho e da terra, são tratados, ainda que de maneira fictícia, como *mercadorias*, num sistema de mercados autorregulados e movidos pelo mecanismo de preços.

Em suma, nesse mercado, a sociedade torna-se seu apêndice. Isto é, Polanyi concluiu que a *economia de mercado* só pode existir numa *sociedade de mercado*, em que, em vez de uma economia inserida nas relações sociais, as relações sociais é que se inserem na economia.

A interpretação de Polanyi é importante, pois apresentou uma clara ruptura entre a sociedade de mercado (*market*) e as sociedades não mercadológicas (*trades*) que a precederam, incluindo sociedades antigas com mercados desenvolvidos. Mas, mais do que isso, sua interpretação marcou não apenas as diferenças entre as respectivas lógicas econômicas, enfatizou também, as mudanças sociais que essa transformação acarretou.

Por isso, a *grande transformação*. Para Polanyi, o sistema de mercado autorregulado foi tão perturbador que atingiu a psique e produziu efeitos terríveis sobre a vida humana, de modo que a história de sua implantação teve que ser, ao mesmo tempo, a história da proteção contra suas devastações. É dentro desse contexto que o autor analisou os *contramovimentos protetores*, particularmente por

meio da intervenção estatal, que serviram como escudos aos ataques do mercado, e que, sem eles o tecido da sociedade e a própria organização da produção seriam destruídos, caso seguissem as leis determinadas pela *economia de mercado* que os criou.

A interpretação de Polanyi, de fato, representou, sob muitos aspectos, o afastamento das explicações correntes do *modelo mercantil* smithiano e pós-smithiano, que enfatizam as continuidades entre o antigo comércio e o mercado capitalista moderno. Também, representou distinção com as interpretações marxistas (que serão analisadas mais adiante), quando elas observam o antagonismo entre os princípios mercantis ou capitalistas em relação à lógica econômica do feudalismo.

Contudo, é possível identificar que a interpretação de Polanyi preserva afinidades e similitudes com àquele modelo de explicação da origem do capitalismo. De acordo com Ellen Wood (2001; pp., 32-35), Polanyi não conseguiu romper com o *determinismo tecnológico*, central à argumentação do modelo mercantil.

Isto é, *A grande transformação* busca elucidar as “origens da nossa época”, tal como expressa o subtítulo do livro. Portanto, o tema principal da narrativa histórica de Polanyi é a sociedade industrial de seu tempo. Ou seja, seu objetivo é apreender os elementos fundantes de como a *Revolução Industrial* deu origem a uma *sociedade de mercado*.

O corolário de sua tese é que a revolução industrial foi o começo de uma transformação radical e profunda que impactou a sociedade, ao converter a humanidade e a natureza em mercadorias. Essa transformação foi fruto do *progresso tecnológico*, que em seu núcleo estava o aperfeiçoamento dos instrumentos de produção. Conquanto tenha acarretado uma transformação social, a industrialização se constituiu em si mesma, o auge de aperfeiçoamentos anteriores da produtividade, tanto nas técnicas como na organização do uso da terra.

É possível observar, no texto de Polanyi, que há discordância quanto à crença no *progresso espontâneo*, tal como exposto nos modelos mercantis tradicionais, mas quando ele analisa a *sociedade mercantil ocidental*, com suas instituições, a vida urbana e expansão do comércio, acaba por concluir pela inevitabilidade do progresso econômico, mesmo como uma tendência específica do contexto histórico europeu.

A diferença específica do argumento de Polanyi em relação ao tradicional modelo mercantil, é que ele considerou o papel que o Estado exerceu para reduzir a velocidade da transformação. Polanyi concluiu que sem a intervenção do Estado, a velocidade do progresso econômico em direção à economia de mercado poderia ter sido desastrosa e transformado o próprio processo num acontecimento degenerativo, em vez de construtivo. Do mesmo modo, segundo ele, a revolução industrial precisou da intervenção estatal para preservar o tecido social.

Com efeito, os contornos principais da narrativa histórica de Polanyi apresentam similitudes com a interpretação do *modelo mercantil*, dado que ele concluiu que a expansão dos mercados caminhou ao lado do progresso tecnológico na produção do capitalismo industrial moderno. As mercadorias fictícias emergidas naquele processo histórico foram tratadas como resultado dos aperfeiçoamentos tecnológicos.

Posto isso, optou-se por classificar a interpretação de Polanyi sobre a origem do capitalismo, como uma *derivação*, mesmo que crítica, do modelo mercantil.

Para se tentar compreender a origem do capitalismo, de acordo com a interpretação de Karl Polanyi, dividiu-se a exposição em dois tópicos. No primeiro abordou-se os conceitos de mercado autorregulável e mercadorias fictícias, como os pressupostos básicos da *economia e sociedade de mercado*. Por fim, discutiu-se a constituição dos mercados de terra, trabalho e dinheiro na perspectiva histórico-institucional.

a) *O mercado autorregulável e as mercadorias fictícias: terra, trabalho e dinheiro*

Como já foi observado, segundo Polanyi, até o advento da *Revolução Industrial*, os mercados eram acessórios da vida econômica. O sistema econômico era absorvido pelo sistema social e, qualquer que fosse o princípio de comportamento predominante na economia, a presença do padrão de mercado sempre era compatível com ele. Numa palavra, o princípio da troca subjacente a esse padrão não revelava qualquer tendência de expandir-se às expensas do resto do sistema¹⁴.

¹⁴ Análise baseada no capítulo 6, pp., 89-98. POLANYI, K. *A grande transformação. As origens da nossa época*. [1944]. 6ª ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

Polanyi definiu a *economia de mercado* como um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por *mercados*; em que a ordem na produção e distribuição de bens e serviços é confiada a esse mecanismo autorregulável. Com efeito, esse tipo de economia se origina da expectativa de que os seres humanos se comportem de maneira a atingir o máximo de ganhos monetários.

Além disso, o autor apontou os seguintes pressupostos, como elementos fundamentais da economia de mercado: (i) de que os mercados nos quais o fornecimento das mercadorias e serviços disponíveis a um preço definido igualam a demanda a esse mesmo preço; (ii) que também a presença do dinheiro, funcione como poder de compra nas mãos de seus possuidores e; (iii) que a produção seja controlada pelos preços, pois os lucros daqueles que a dirigem dependem desse instrumento, já que esses formam rendimentos, que por conseguinte, constituem a demanda para os bens produzidos e que se distribuem entre os membros da sociedade.

A partir desses pressupostos, Polanyi afirmou que a *ordem na produção e na distribuição de bens é assegurada apenas pelos preços*.

De sua definição de *economia de mercado*, o autor, então, passou a definir a *autorregulação*. Isto é, significa que *toda a produção é para venda* no mercado, e que todos os *rendimentos* derivam de tais vendas.

Dessa forma, a *economia de mercado autorregulável* pressupõe que há mercados para todos os componentes da indústria, não apenas para os bens e serviços, mas também para o *trabalho*, a *terra* e o *dinheiro*. Seus preços são chamados, respectivamente, *preços de mercadorias*, *salários*, *aluguel* e *juro*. Assim, os próprios termos, segundo o autor, indicam que os *preços formam rendas*.

Isto é, o *juro* é o preço para o uso do dinheiro e constitui a renda daqueles que estão em posição de fornecê-lo. O *aluguel* é o preço para o uso da terra e constitui a renda daqueles que a fornecem. Os *salários* são os preços para o uso da força de trabalho, que constitui a renda daqueles que a vendem. Por fim, o *lucro* é a renda extraída dos preços das mercadorias e serviços vendidos pelos empresários. Esse, na verdade, é a diferença entre dois conjuntos de preços, os que relacionam com os *bens produzidos* e os que relacionam com os seus *custos*, ou seja, os bens necessários para produzi-los.

E tal como foi ensinado pela *economia política* desde Adam Smith, se todas essas condições forem preenchidas, todas as rendas passam a derivar das vendas no mercado, e as rendas constituem apenas o suficiente para comprar todos os bens produzidos; portanto, uma economia de *fluxo circular*.

Contudo, essa economia de mercado autorregulável, de acordo com Polanyi, deve ser ancorada em um conjunto de pressupostos em relação ao Estado e à sua política, os quais constituem a essência do *Estado Liberal* do século XIX, escudado na *economia política* smithiana.

Ou seja, a formação dos mercados não será inibida por nada, e os rendimentos não poderão ser formados de outra maneira a não ser através das vendas. Não deve existir, ainda, qualquer interferência no ajustamento dos preços às mudanças das condições de mercado; quer sejam preços de bens, trabalho, terra ou dinheiro. Assim, é preciso que existam não apenas mercados para todos os tipos de bens e serviços, como também não deve ser adotada qualquer medida ou política que possa influenciar a ação desses mercados. Nem o preço, nem a oferta, nem a demanda deve ser fixada ou regulada; só terão validades as políticas e as medidas que ajudem a assegurar a autorregulação do mercado, criando condição para fazer do mercado o único poder organizador na esfera econômica.

Portanto, Polanyi afirmou que a economia de mercado autorregulável só poderia existir, como existiu no século XIX, se um novo padrão institucional, com novos ordenamentos jurídico-políticos, garantisse os funcionamentos dos mercados, especialmente, o *mercado de terras* e o *mercado de trabalho*.

O *sistema mercantil* europeu do século XVI ao XVIII, assentado no Estado Absolutista e nas suas políticas econômicas mercantilistas, protegiam esses dois elementos básicos da produção; isto é, a *terra* e o *trabalho*.

Tal como afirmou Polanyi, o *mercantilismo*, por mais que tivesse insistido enfaticamente na comercialização como *política nacional*, pensava a respeito dos mercados de maneira exatamente contrária à economia de mercado, o que ficou evidenciado pela amplitude da intervenção estatal na economia. Ou seja, se preocupava com o desenvolvimento dos recursos do país, inclusive o pleno emprego, através dos negócios e do comércio, levando em conta, como um dado certo, a organização tradicional da terra e do trabalho.

Na verdade, de acordo com o autor, o *mercado autorregulável* exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política. Ele afirmou que, do ponto de vista da sociedade como um todo, uma tal dicotomia é, com efeito, apenas um reforço da existência de um mercado autorregulável. Acontece que, para que ocorra essa *grande transformação*, há que subordinar a terra e o trabalho às leis de mercado.

Em suma, Polanyi afirmou que a *natureza institucional da economia de mercado* é transformar tudo em *mercadorias*; e como a terra e o trabalho nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades, e o ambiente natural no qual elas existem; incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado.

É dentro desse contexto que o autor denominou a *terra*, o *trabalho* e o *dinheiro* como *mercadorias fictícias*¹⁵. Isto é, elas são elementos essenciais da economia; portanto, têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico autorregulável. Todavia, elas “obviamente” *não são mercadorias*.

Ou seja, para Polanyi, o postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é *irreal* no que diz respeito à terra, ao trabalho e ao dinheiro. O autor definiu o *trabalho como apenas outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida*; que por sua vez, não pode ser produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas, essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada.

Já a *terra*, segundo ele, *é apenas outro nome para a natureza*, que não é produzida pelo homem. Por fim, o *dinheiro*, *é apenas o símbolo do poder de compra*, e como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo das instituições monetárias e financeiras, privadas e/ou estatais. Em resumo, para Polanyi, nenhum deles é produzido para venda; portanto, suas respectivas descrições é que as definem como *mercadorias fictícias* no contexto da economia de mercado autorregulável.

¹⁵ Polanyi advertiu que a afirmativa de Marx do caráter fetichista do valor das mercadorias, em que se refere ao valor de troca de mercadorias genuínas, não tem nada em comum com sua definição de mercadorias fictícias.

Todavia, essas mercadorias fictícias organizam *mercados reais* – o mercado imobiliário, o mercado de trabalho e o mercado de crédito. Numa palavra, esses elementos são comprados e vendidos no mercado; sua oferta e procura são magnitudes reais, e quaisquer políticas que possam inibir a formação desses mercados colocariam em risco a própria autorregulação do sistema.

A ficção da mercadoria, de acordo com Polanyi, oferece um princípio de organização vital em relação à sociedade como um todo, afetando praticamente todas as instituições, nas formas mais variadas. Isso significa o princípio segundo o qual não se pode permitir qualquer comportamento que venha impedir o funcionamento real do mecanismo de mercado nas linhas de ficção da mercadoria.

Mas o autor encontrou um paradoxo entre essas mercadorias fictícias e a própria economia de mercado autorregulável. Segundo ele, as mercadorias terra, trabalho e dinheiro não conseguem se manter naquele postulado. Sua justificativa é que permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no colapso da sociedade.

Isto é, o *trabalho* não pode ser usado indiscriminadamente, sem afetar também o indivíduo humano que acontece ser o portador dessa *mercadoria*. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema dispõe também, incidentalmente, da sua entidade física, psicológica e moral. Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social. Quanto à *mercadoria terra*, a natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias primas. Por fim, em relação à *mercadoria dinheiro*, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois a escassez ou excessos de moedas seriam desastrosos para os negócios.

Portanto, Polanyi afirmou que os mercados de terra, trabalho e dinheiro, não obstante essenciais à economia de mercado, desde suas origens estiveram submetidos à dialética economia/sociedade. Se de um lado, as condições econômicas empurravam para a transformação radical em direção a economia de mercado; por outro, essas mesmas condições impunham limites à radicalização da mercantilização de tudo o mais da vida.

Aqui, a análise de Polanyi se distancia dos economistas clássicos. O Estado e suas instituições jurídico-políticas, mesmo em transformação no contexto das *revoluções burguesas* (Inglaterra no século XVII e França no século XVIII), teve intervenção decisiva, dado a complexidade da transição do sistema mercantil para o sistema industrial.

b) A constituição dos mercados de terra, trabalho e dinheiro em perspectiva histórico-institucional

De acordo com Polanyi, a economia de mercado autorregulável, emergiu lentamente na Inglaterra, a partir do século XVI. Seu ponto de partida foi as transformações socioeconômicas no interior do sistema mercantil inglês, cuja principal causa foi o movimento do cercamento dos campos (*enclosures*), que revolucionou a estrutura agrária, expandiu a produtividade agrícola e liberou uma imensa força de trabalho na economia inglesa.

Portanto, a raiz da *mercadoria terra* encontra-se nos *enclosures* ingleses. Em síntese, consistia na usurpação das terras comuns dos feudos para uso dos servos, que se transformou em pastagens para a criação de ovelhas, cuja lã bruta era exportada para as regiões de Flandres e Holanda, principais centros manufatureiros têxteis daquela época. Ou seja, os *enclosures* surgiram a partir de uma *oportunidade econômica* no contexto do sistema mercantil europeu, tal como expôs o autor.

Entretanto, à medida que se avança os séculos XVI e XVII, as próprias terras aráveis das antigas unidades produtivas feudais se transformaram em pastagens dado a expansão da pecuária lanígera. Tal expansão, se de um lado, causou impactos positivos em termos de crescimento econômico; de outro, causou um impacto socialmente devastador, dado que regiões inteiras no interior da Inglaterra se viram ameaçadas de despovoamento. Não há dúvida, para Polanyi, como para a historiografia agrária inglesa, que se não houvesse os *cercamentos dos campos*, não haveria *Revolução Industrial*.

Ou seja, em termos econômicos, os *enclosures* foi um progresso. A terra cercada valia duas ou três vezes a não cercada. Nos lugares onde se continuou a cultivar a terra, não diminuiu o emprego e o suprimento de alimentos aumentou significativamente. O rendimento da terra elevou-se de forma considerável e isso se

deu, principalmente, nas terras arrendadas por um novo agente econômico, o arrendatário capitalista (*yeoman*)¹⁶.

Ressalte-se que mesmo a conversão de terras aráveis em pastagens, segundo Polanyi, não foi inteiramente prejudicial à circunvizinhança, a despeito da destruição de habitações e da restrição de empregos que ela acarretou. Isto é, a indústria têxtil e de vestuário doméstica que emergiu no interior da Inglaterra desde o século XV, foi impulsionada pelo movimento dos cercamentos no século XVI. Ou seja, a lã produzida nas propriedades dava empregos a pequenos posseiros e agricultores sem-terra, e os novos centros da indústria de lã garantiam a renda a uma quantidade de artesãos.

Na verdade, à medida que as guerras dinásticas avançaram na Europa dos séculos XVI e XVII, a indústria doméstica e seu sistema de produção *putting-out* transformaram-se em vantagem competitiva da Inglaterra frente aos seus principais concorrentes, de modo que os ingleses capturaram os mercados que antes se concentravam nos Países Baixos.

Contudo, tal como afirmou Polanyi, os *enclosures* foi uma revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores estavam perturbando a ordem social, destruindo leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes por pressão e intimidação. O resultado foi que o tecido social estava sendo destruído muito rapidamente.

Foi dentro desse contexto que ocorreu as intervenções da Coroa para tentar frear a velocidade e a ferocidade da revolução agrária. Até o início da década de 1640, quando estourou a Guerra Civil (1642), o Estado inglês interveio para diminuir o ritmo do processo de desenvolvimento econômico, de modo a tornar suportável ao povo. Contudo, o processo político revolucionário que tomou a Inglaterra, ao longo do século XVII, culminando na Revolução Gloriosa, em 1688/89, na qual consolidou o poder do Parlamento, por meio de uma Monarquia Constitucional, os *enclosures* foram retomados, conduzidos a partir de então pelo Parlamento, consolidando, assim, o *mercado de terras*.

Com efeito, os “cercamentos parlamentares”, como foi denominado, foram decisivos para o avanço do desenvolvimento manufatureiro e comercial da

¹⁶ Análise escudada no Capítulo 3, op. cit., pp., 51-61.

Inglaterra, no século XVIII, que por sua vez, culminou na *Revolução Industrial*, a partir do último quarto daquele século.

Sem embargo, na narrativa de Polanyi, é possível identificar um princípio de causação circular acumulativo, envolvendo expansão comercial, privatização da terra e mecanização da produção, cujo motor estava nas transformações que esse princípio causava nas forças produtivas.

Ou seja, a pecuária lanígera foi decisiva para o crescimento comercial exportador inglês, que necessitou de mais terras para criação, resultando, no longo prazo, na expulsão de uma massa de gente do campo, que passam a viver em nucleamentos urbanos, que por sua vez, vão servir de força de trabalho barata em todas atividades econômicas urbanas, impulsionando a expansão da agricultura mercantil de alimentos e matérias primas, cujo resultado foi submeter a terra às necessidades do comércio, da indústria e de sua população urbana agora em franco crescimento.

Em resumo, entre os séculos XVI e XVIII, o sistema mercantil inglês acabou por induzir os senhores de terra a produzirem basicamente para a venda no mercado, o que revolucionou não só a estrutura agrária e a produtividade agrícola; mas toda a economia, resultando no processo de industrialização, que moldou o mundo a partir do século XIX.

O processo de criação do mercado de terras concomitantemente impulsionou a constituição do mercado de trabalho. Todavia, esse processo foi mais longo e o último mercado a se consolidar, num contexto em que o processo de industrialização já estava bem avançado.

É possível identificar o processo de constituição do mercado de trabalho inglês, através de quatro principais leis: o Statute of Artificers (1563); a Poor Law (1601); a Speenhamland Law (1795) e a Poor Law Reform Act (1834).

O fato é que a oportunidade econômica gerou, em contrapartida, uma necessidade de proteção social. Como foi observado, o sistema mercantil inglês não conseguia absorver toda àquela massa de gente expulsa com o movimento dos *cercamentos*. Ademais, a manufatura era o principal sistema de produção industrial daquele período; e, essa, por sua vez, dependia largamente das habilidades de seus trabalhadores, especialmente, em setores mais complexos. Isso quer dizer que a

revolução agrária impôs a reorganização dos ordenamentos jurídicos e a proteção do trabalho.

Foi dentro desse contexto, que o Estado inglês desenvolveu, a partir do Statute of Artificers (1563), uma *legislação nacional do trabalho*. Claro está que, até 1834, quando se promulgou Poor Law Reform Act, abrindo, de fato, o caminho para a constituição do mercado de trabalho livre, todo esse ordenamento jurídico era para proteger os trabalhadores justamente dos imperativos econômicos do mercado; portanto, uma legislação paternalista e dentro dos objetivos das políticas econômicas mercantilistas do Estado inglês.

Contudo, essas leis só foram criadas, pois a revolução agrária estava perturbando a ordem social tradicional, tanto no campo como na cidade. O Statute of Artificers (1563) e a Poor Law (1601), ao mesmo tempo estabeleciam a *liberdade* e a *incapacidade*. Isso significou que o trabalho era regulado e o não-trabalho era condenável.

O Statute of Artificers (1563) dizia respeito aos trabalhadores das manufaturas e estava baseado em três pontos: *a obrigatoriedade do trabalho, sete anos de aprendizado e um salário anual determinado pelo Estado*. Tais medidas visavam fortalecer as corporações artesanais urbanas e fixar as populações em seus domicílios, colocadas em xeque pela revolução agrária e pelo sistema de produção doméstico (*putting-out*). Portanto, um estatuto que protegia e nacionalizava o trabalho.

Já a Poor Law (1601) dizia respeito aos indivíduos que não tinham trabalho e, estando em sua maioria em uma situação miserável, vagavam em busca de seu sustento. A lei pretendia acabar com a “vadiagem” através do princípio de obrigatoriedade do trabalho em seus domicílios, sob pena de punição (prisão para os indigentes que poderiam trabalhar, e hospitais e hospícios para os indigentes que não poderiam trabalhar).

Aqueles que pudessem trabalhar para ganhar seu sustento, seriam assistidos pela paróquia, na qual deveria providenciar trabalho para todos que o desejassem. Portanto, a paróquia era responsável por toda a assistência e, para isso, tinha a prerrogativa de levantar os recursos necessários através dos impostos e taxas locais, podendo se beneficiar do trabalho obrigatório daqueles que resistiam em trabalhar.

Numa palavra, a *Lei dos Pobres* tinha como objetivo *disciplinar* o povo para o trabalho.

De fato, submeter toda população à cultura do trabalho, constituiu ponto de partida para a construção de um mercado de trabalho no longo prazo.

Todavia, Polanyi identificou um paradoxo na Poor Law, qual seja: *quanto maior a proteção exercida por uma paróquia aos seus pobres maior o risco de atrair novos pobres.*

Foi dentro desse contexto, que o Estado inglês decretou o Settlement Act (*Decreto de Domicílio*), em 1662, que dispunha sobre as responsabilidades da localidade quanto ao poder de expulsar qualquer recém-chegado que não tivesse recursos ou não pretendesse trabalhar. Assim, os indigentes eram fixados em sua paróquia de origem, restringindo o trânsito de pessoas pobres ou a mobilidade da mão de obra. Uma pessoa só poderia sair dos limites de sua paróquia se fosse permitido pelo pároco.

Na verdade, o Act of Settlement foi um decreto que, contraditoriamente, freava a constituição do mercado de trabalho; não obstante, estar de acordo com os objetivos sistêmicos daquele período. Ele só foi abrandado em 1795, abrindo, de fato, a possibilidade para a criação do mercado de trabalho.

No que toca à Speenhamland Law (1795)¹⁷, seu objetivo foi a criação de um *sistema de abonos*, na forma de adiantamento aos salários, de acordo com uma tabela que dependeria do preço do pão. Assim ficava assegurada, ao pobre, uma renda mínima independente dos seus proventos. Ela, portanto, dispunha sobre a assistência aos habitantes necessitados no próprio local de domicílio, concedendo um complemento de salário para atingir um piso de renda indexado ao preço dos cereais.

A Speenhamland Law, em seu conteúdo, também visava uma proteção à criação do mercado de trabalho livre. Havia um paradoxo nessa lei, pois ela foi criada num momento em que o sistema industrial mecanizado estava em marcha e que afetou a produtividade da economia como um todo.

Ou seja, as consequências foram negativas para os capitalistas na medida em que emperrou o desenvolvimento do capitalismo, seja pela não constituição do

¹⁷ Análise baseada no Capítulo 7, op. cit., pp., 99-108.

mercado de trabalho livre, seja pela queda da produtividade do trabalho. Mas foram também, e principalmente, para os trabalhadores, pois os salários, após a lei, tenderam a níveis abaixo de subsistência e as condições de trabalho tornaram-se bastante precárias, dado o aumento da exploração para compensar a queda na produtividade. O resultado foi o aumento do número de amparados pela assistência social e um desestímulo ao trabalho assalariado.

Na verdade, o que provocou os juízes de Berkshire, em 6 de maio de 1795, num encontro no Pelikan Inn, na cidade de Speenhamland, próximo a Newbury, foi o que Polanyi denominou de o *direito de viver*. Isto é, num século de franca expansão material, não só na Inglaterra, mas em toda a Europa; e, numa conjuntura em que a *Revolução Industrial* e as oportunidades econômicas que vinham com ela se explicitavam; não havia espaço na mentalidade daqueles juízes para a miséria. De fato, havia uma boa intenção naquela lei.

De acordo com Polanyi, sob a Lei Elisabetana (*Poor Law*) os pobres eram forçados a trabalhar a qualquer salário. Apenas se não conseguissem trabalho teriam direito à assistência social. Nunca se pretendeu ou concedeu qualquer tipo de abono salarial ou complemento salarial aos indivíduos que recebiam salários abaixo do nível de subsistência, como a partir da Speenhamland Law.

Para reforçar o caráter paternalista de organização do trabalho e aumentar ainda mais a contradição desse tipo de proteção *vis a vis* a industrialização, o Estado inglês promulgou os Anti-Combination Laws (1799/1800), que nada mais foi do que proibir a organização de sindicatos de trabalhadores e suas possibilidades de negociações coletivas.

Polanyi argumentou que a Speenhamland Law contribuiu para o surgimento das Anti-Combination Laws, as quais atuando em conjunto culminou num “irônico” resultado de arruinar as pessoas que o próprio sistema de abonos queria proteger.

Na verdade, o que se pode observar, é que no período mais ativo da *Revolução Industrial* (1795-1834), a dialética oportunidade econômica X necessidade de proteção social, impedia a constituição do mercado livre de trabalho.

Analisando os contextos em perspectiva histórica, o Statute of Artificers de 1563, preparou o esboço de uma organização nacional do trabalho baseada nos princípios da regulamentação e do paternalismo. A Poor Law de 1601, decretou que os pobres capacitados deveriam trabalhar para ganhar o seu sustento. Quando a

Revolução Industrial se desencadeou, o Act of Settlement de 1662, estava obsoleto e deveria ser abolido, pois a industrialização exigia um suprimento nacional de trabalhadores que poderiam trabalhar em troca de salários. Contudo, no mesmo ano da revogação do Act of Settlement, 1795, o Estado inglês proclamou a Speenhamland Law, que acabou por impactar negativamente na produtividade do trabalho.

Essa contradição se arrastou até 1834, quando a Poor Law Reform, finalmente, acabou com todas as obstruções à constituição de um mercado de trabalho livre, consolidando assim, a *economia de mercado*. A lógica dessa lei era obrigar a todos a trabalharem e não haveria mais o “direito de viver”. Somente àqueles incapacitados mereceriam alguma ajuda.

Por fim, mas não menos importante, a história da constituição da *mercadoria dinheiro*. Como foi observado, as mercadorias fictícias, não obstante vital à economia de mercado; não deveriam estar submetidas radicalmente às suas leis.

No que se refere ao mercado de crédito, Polanyi argumentou que o perigo era bastante real à empresa produtiva, se não tivesse proteção do Estado. O Banco Central moderno foi a instituição criada para esse propósito; pois, sem ele, a *economia de mercado* teria destruído a organização produtiva.

De acordo com Polanyi, enquanto são bastante óbvios os perigos que a economia de mercado ameaçou a terra e o trabalho, os perigos para os negócios, inerentes a um sistema monetário, não são prontamente apreendidos.

Isto é, se os lucros dependem dos preços, então os ajustes monetários dos quais os preços dependem têm que ser vitais para o funcionamento de qualquer sistema motivado pelo lucro. A longo prazo, as mudanças nos preços de venda não precisam afetar o lucro, pois os custos subirão ou descerão de forma correspondente.

Porém, isso não ocorre no curto prazo. A justificativa é que deve transcorrer um lapso de tempo antes que se modifiquem os preços fixados contratualmente. Polanyi chamou a atenção de que entre esses está o preço do trabalho, que como muitos outros preços, seria fixado por contrato, naturalmente. Assim, se o nível de preço baixasse durante um tempo considerável, por razões monetárias, o negócio correria o risco de liquidação, acompanhada pela dissolução da organização produtiva e a destruição do capital investido.

Ou seja, segundo o autor, o perigo não é, portanto, os baixos preços, no sentido de desinflação (uma desaceleração lenta do ritmo do aumento dos preços) mas a queda desses preços, no sentido de uma deflação (uma queda generalizada). Por isso que ele afirmou que se não houver uma interferência externa, um sistema de dinheiro como mercadoria torna-se incompatível com a produção industrial.

Isto é, a *mercadoria dinheiro*, para Polanyi, é simplesmente uma mercadoria que pode funcionar como dinheiro e; portanto, em princípio, sua quantidade não pode ser aumentada de forma alguma, exceto diminuindo a quantidade das mercadorias que não funcionam como dinheiro.

Na prática, a mercadoria dinheiro, numa economia de mercado, necessita de um equilíbrio em que a quantidade de aumento do dinheiro só pode ser feita caso haja expansão da produção e do comércio. Com efeito, há que se ter em mente, também, que tanto o comércio interno de uma nação, quanto os câmbios externos têm que ser estáveis, de modo assegurar o funcionamento da economia de mercado. Por isso, a atuação do banco central, de modo a coordenar os meios de pagamentos internos e como o país se insere no padrão monetário internacional.

O corolário para a compreensão do dirigismo do Banco Central nas economias de mercado, segundo Polanyi, é que sua importância primordial significou que seus métodos era um caso de política, sobre o qual o organismo político teria que decidir. Com efeito, esse foi o papel da política monetária para o equilíbrio do poder de compra e sustentabilidade da mercadoria dinheiro na economia de mercado.

2.2 – Fernand Braudel e o *modelo mercantil-financeiro*

Fernand Braudel (1902-1985)¹⁸ foi um historiador francês que nos deixou uma obra vasta e complexa. Sua contribuição à historiografia foi a *teoria da Longa Duração*. Essa, por sua vez, consiste em três temporalidades: *estrutura*, *conjuntura* e *acontecimento*. Esse método foi apresentado, pela primeira vez, no livro *O*

¹⁸ Em estudo anterior, PAULA (2020b; pp., 82-84), teve-se a oportunidade de se trabalhar com perspectiva braudeliiana, no contexto da análise do mercado de trocas como uma instituição importante do capitalismo, sua evolução histórica e seu papel distinto como *mercado capitalista*.

Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II ([1949], 1995; 2 volumes).

Nessa tese, redigida quando o autor se encontrava prisioneiro de guerra pelas tropas nazistas, entre julho de 1940 e maio de 1943, primeiro em Mainz e depois em Lubeck, sendo sua redação feita toda de memória, partia do pressuposto de que os tempos sociais só podem ser entendidos, historicamente, por meio daquelas interações.

A *estrutura*, para o autor, é entendida como *permanências*, uma *história geográfica*, portanto, que nos auxilia a compreender aquilo que moldou as ações humanas segundo uma linha *do mais longo prazo*. Essa realidade estrutural é a interação dos homens com o seu meio natural (a geografia e o clima), que determina suas organizações sociais (meios de transportes, alimentação, vestuário, religiões, organizações políticas, comércio). Aqui, Braudel está preocupado em delimitar os dados humanos estáveis, as bases da vida material construídas e observadas numa história quase imóvel; ou seja, aquilo que define as condições gerais da vida dos homens.

A *conjuntura* são os *movimentos de conjunto*, aquilo que Braudel definiu como *destinos coletivos*. Se a *estrutura* nos ajuda a entender as bases que fundaram uma comunidade, uma sociedade, um império ou uma civilização, bem como aquilo que nos legou; a *conjuntura* nos oferece as *transformações*. Isto é, os movimentos de ascensão, auge e declínio de um território; os ritmos populacionais, os fluxos comerciais, as tecnologias, o dinheiro, os preços, as hegemonias e suas transições; uma *história social*, portanto, tal como afirmou Braudel. Ou seja, *aqui tudo parte dos homens, daquilo que eles construíram a partir das coisas*.

Por fim, os *acontecimentos*. São os fatos marcantes, os dramas vividos que *atravessam a história como clarões*. Para Braudel, *os acontecimentos são poeiras; mal nascem regressam logo à escuridão e muitas vezes ao esquecimento*. É uma *história factual*, portanto; mas que o autor nos alerta: não está preocupado em reter os fatos “importantes”, de um tipo feito pela *história política* tradicional do século XIX.

Para ele, o *acontecimento* só é importante quando repercute no longo prazo, e que esteja ligado a antecedentes, que tenha sequências; ou seja, qualquer acontecimento que é apanhado numa cadeia. Braudel a denomina de *história serial*, em que fatores econômicos e políticos, essencialmente, mas também, sociais,

culturais e até mesmo psicologias coletivas, podem constituir, num contexto de curto prazo, o ponto de partida para uma cadeia de eventos transformadores de uma determinada conjuntura.

Claro está que uma *teoria* não se concretiza em apenas um trabalho. Em artigo publicado em 1958 (BRAUDEL, 2011; pp., 86-121), o autor buscou aperfeiçoar seu método da *longue durée* em que reafirmou a importância de uma *história estrutural* que, a partir dela, possa se delimitar as transformações conjunturais e os fatos importantes.

Dito isso, Braudel toma, à título de exemplo, o *capitalismo mercantil* europeu ocidental, dos séculos XIV ao XVIII, tal como ele conceituou e delimitou, de uma história em que as permanências, as transformações conjunturais e os acontecimentos se relacionam.

Isto é, a *estrutura* caracterizava-se por uma atividade econômica que dependeu largamente de populações demograficamente frágeis; que naqueles séculos, triunfou a circulação aquática; os pontos de florescimento europeus, salvo algumas exceções, situavam-se ao longo das faixas litorâneas; os mercadores constituíram a principal força política daquela estrutura socioeconômica. Ele concluiu que não obstante as mudanças evidentes que os atravessam, esses quatro séculos de vida econômica tiveram coerência, até a ruptura da revolução industrial no final do século XVIII.

No que toca à *conjuntura*, estava nas mudanças nas lideranças das principais cidades capitalistas ao longo do período e os principais acontecimentos para tais transições eram as guerras, as disputas por territórios coloniais e como as principais cidades capitalistas, conseguiam capturar as redes e cadeias mercantis para o seu espaço.

Contudo, é com a publicação de *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV/XVIII*, que a teoria braudeliana da *Longa Duração* se consolidou. A primeira versão do trabalho foi publicada em 1967, a definitiva em 1979 (BRAUDEL, 1997/98; 3 volumes). Mas, mais do que isso, foi nesse livro que Braudel desenvolveu seu modelo *mercantil-financeiro* para explicar a origem do capitalismo.

No esquema braudeliano, o capital financeiro nunca se constituiu em etapa especial ou avançada do capitalismo mundial. Ao contrário, é fenômeno recorrente, que marca a era capitalista desde seus primórdios. Isto posto, ao longo de toda a

história do capitalismo, foram as expansões financeiras que assinalaram as transições hegemônico-políticas na liderança da acumulação de capital em escala mundial.

Esse capital financeiro esteve sempre ligado a uma cidade que exercia controle de redes e cadeias mercantis; onde, portanto, se concentrava e centralizava-se o capital acumulado naquelas atividades, em que um agente econômico específico e situado no topo dessa cadeia, recolocava os capitais excedentes no circuito novamente, com objetivo de gerar mais lucros.

Braudel argumentou que as características essenciais do capitalismo, durante toda sua existência, são a *flexibilidade* e o *ecletismo* do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas (*capital mercantil – capital industrial – capital financeiro*).

Assim, tomando como método a *Longue Durée*, ele construiu uma síntese da formação e expansão do capitalismo, dividindo sua vida econômica, em três camadas. A *camada inferior*, na qual representava a *vida material*, que se referia às atividades rotineiras, habituais e inconscientes, em que a relação do homem com as coisas é orientada pelo seu *valor de uso*, não pelo seu *valor de troca*, evocando as ***estruturas do cotidiano*** (BRAUDEL [1979], 1997/98; Volume 1).

Desse modo, pode-se observar na leitura do primeiro volume, que o autor se preocupou em nos mostrar a *longa duração* da humanidade. Ou seja, o conceito-chave é a *vida material*. Esse, por sua vez, é o que dá sentido à história humana, à estrutura de longa duração, suas permanências, pois um prolongamento de uma economia muito antiga, que lentamente, muito imperceptivelmente foram se transformando e que, pouco a pouco, criaram acima de si, uma sociedade superior *cujo peso forçosamente suportam*.

Em suma, Braudel evoca uma cultura comum, em que todas as civilizações se desenvolveram a partir de um conjunto complexo caracterizado por alimentos, habitações, vestuários, técnicas de produção, meios de transportes, moedas, cidades; que não obstante suas diferenças e contrastes ao longo da história humana, constitui a base de nossa vida, das relações dos *homens com as coisas*.

Com efeito, segundo o autor, é do seio dessa *vida material* que surgiu a atividade econômica e que, no correr dos tempos vai se tornando complexa, subindo um degrau e se separando, constituindo uma nova camada.

Foi dentro desse contexto que Braudel definiu a *camada intermediária*. Isto é, a que representava o **jogo das trocas**, ou seja, a *economia de mercado*, o *lugar da circulação*, em contraposição ao *capitalismo*, que o autor define como o *lugar da produção*.

A economia de mercado diz respeito à vida econômica em si, às trocas rotineiras – não apenas às trocas esporádicas –, à produção para o mercado – não simplesmente à troca de excedente do autoconsumo – é a relação entre pessoas e coisas baseada no *valor de troca*.

Braudel a subdividiu em *dois limites*, quais sejam: um *limite inferior* – que representava as feiras regulares, os mercados varejistas, os mascates, enfim a ponta final com o consumidor. Outro limite, o *superior* – representado pelas grandes feiras, as bolsas, os armazéns, mercados de valores e moedas, o que ele chamou de *o lugar da grande acumulação* (BRAUDEL [1979], 1997/98; volume 2).

A leitura do segundo volume é um roteiro para se entender como que da economia de mercado emergiu as *economias-mundo*. E para entender como surgiu a *economia-mundo capitalista*, era preciso acrescentar uma nova camada.

Por fim, eis que emerge a *camada superior* representada pelo surgimento de um tipo novo de mercado, o *financeiro*, formado pelas bolsas de valores e mercados de capitais. É essa camada que Braudel define o *capitalismo como sistema*, constituindo uma esfera de circulação diferenciada, que subordina todas as formas de produção de mercadorias e a transformou numa *produção capitalista*. Os *financistas* ficam no topo da hierarquia das redes e cadeias mercantis. É onde se encontram as *trocas desiguais*, em que a concorrência – característica essencial da economia de mercado – tem seu lugar reduzido. Portanto, *a camada superior é a força organizadora e dinâmica do sistema, a que dá ideia de totalidade e, por isso, o tempo do mundo* (BRAUDEL [1979], 1997/98; volume 3).

Longa duração, economia-mundo, tempo do mundo. Esses são os conceitos fundamentais para se compreender o método braudeliano. Nesse sentido, o capitalismo só pode ser entendido ao separar a história humana naquelas camadas, tal como o trabalho de um arqueólogo. O que dá sentido à humanidade é a *vida material*, a base de tudo, pois assentada no *valor de uso*. Dela, emergiu a *economia de mercado*, já que essa somente pôde erigir-se, pois escudada na relação entre homens e coisas. Contudo, essa economia de mercado objetiva-se no *valor de troca*.

Esse, por sua vez, criou as condições para a *acumulação*. Essa, por conseguinte, é condição necessária para a identificação das *economias-mundo* que se desenvolveram ao longo da história e que Braudel analisou no terceiro volume. Contudo, da *economia-mundo* sob liderança da Europa Ocidental, entre os séculos XV e XVIII, emergiu um sistema socioeconômico novo, o *capitalismo*. Esse, por sua vez, caracteriza o *tempo do mundo* de nossa época.

O que nos faz, nesse estudo, classificar a interpretação de Fernand Braudel nos termos de um *modelo mercantil*, é justamente, porque ele o concebe como um sistema *circulacionista*, que designa os grandes fluxos: negócios, dinheiro, técnicas de produção, poder, informação etc. Toda essa complexidade de conjuntos formando uma *superestrutura global*. Mas, é um modelo mercantil de explicação distinta dos tradicionais; isto é, em Braudel, são as *finanças* que determinam a acumulação, que, por sua vez, dá ritmo à produção, a circulação e à distribuição. Portanto, um *modelo mercantil-financeiro* de explicação da origem e do desenvolvimento do capitalismo. A seguir, aprofunda-se o entendimento do modelo de explicação braudeliano.

a) O modelo mercantil-financeiro

Como foi observado a economia de mercado subdivide-se em dois limites, o *inferior*, identificado com o consumo de bens e serviços, o comércio varejista, portanto; e o *superior*, o grande atacado, os mercados de valores, moedas e crédito; o lugar da acumulação já mencionado.

Braudel elaborou um conceito denominado de *mais-valia mercantil*, para explicar a coordenação da oferta e procura no interior da economia de mercado (BRAUDEL, [1979], 1997/98; Volume 2, pp., 142-146). Segundo ele, a *mais-valia mercantil* corresponde ao aumento dos preços das mercadorias em seu processo de deslocamento de um lugar a outro. Isto é, o preço de venda de um bem, numa economia de mercado, tem necessariamente que ser calculado levando em consideração os custos – transporte, taxas, embalagens etc. – e o lucro – o acréscimo que o mercador vai receber ao entrar no circuito da troca. Caso contrário por que se aventurar? Questiona o autor.

Sem embargo esse é o corolário para se entender a formação das redes e cadeias mercantis, descritas pelo autor no volume 2 de seu estudo. Ou seja, os mercadores desejam vender suas mercadorias, comprar outras para vendê-las logo em seguida e assim por diante. O sucesso do circuito está, justamente, no lucro que os mercadores conseguem nesse *jogo das trocas*.

Contudo, quando ele observou o comércio de longas distâncias entre os séculos XVI e XVIII, constatou que o jogo era mais complexo. Há um comércio triangular no Atlântico – Europa/África/América. Uma a rede mercantil envolvendo os europeus na Ásia, tal como ele expôs:

A companhia holandesa só se dá ao trabalho de conservar Timor, na Insulíndia, por causa da madeira de sândalo que lá extrai para transformá-la em moeda de troca na China, onde é muito apreciada; traz muitas mercadorias para a Índia, para Surate, que troca por sedas, tecidos de algodão e sobretudo moedas de prata, indispensáveis a seu comércio em Bengala; no Coromandel, onde compra tecidos, sua moeda de troca são as especiarias das Molucas e o cobre do Japão, de que tem a exclusividade; no Sião muito povoado, vende grandes quantidades de tecido de Coromandel, quase sem lucro, mas é porque lá encontra peles de veados procuradas pelo Japão e o estanho de Ligor de que é, por privilégio, o único comprador e que revende na Índia e na Europa “com bastante lucro” (Ibid. pág. 118/119).

O que Braudel constatou foi que nem todo circuito consegue se fechar, o que pode provocar um efeito cascata, contaminando e prejudicando outros membros do circuito, às vezes temporariamente, às vezes em definitivo. Nesses casos a tendência é uma alteração no circuito mais a longo prazo e se for o caso a exclusão dos mercados desfavoráveis, já que a instabilidade geral prejudica o próprio circuito. Assim, a *mais-valia mercantil*, concluiu o autor, não é tão fácil de prever e de se organizar.

Mas, é a partir desse conceito de *mais-valia mercantil* que se pode inferir como emerge da economia de mercado o capitalismo. Isto é, as redes e cadeias comerciais precisam ser dominadas, hierarquizadas, tem que se submeter a um poder político maior, responsável por protegê-las. Aqui, antecipa-se a discussão que Braudel faz no terceiro volume, o *Tempo do Mundo*, a respeito da relação *poder político/poder econômico* – Estado/capitalismo (Op. cit., volume 3; pág. 41/42).

Assim, o Estado tem um papel importante no movimento mercantil europeu e na constituição da economia-mundo sob liderança europeia entre os séculos XV e

XVIII. Claro está, como argumentou Braudel, ele ainda não possui os meios para preencher todo o espaço social que lhe caberá posteriormente, principalmente no século XX. Todavia, se as redes e circuitos desenham o sistema, no centro desse movimento encontra-se um Estado forte, agressivo e privilegiado, como no caso de Veneza no século XV, da Holanda no século XVII, da Inglaterra no século XVIII.

Governo e sociedade, para Braudel, constituem um único conjunto. O Estado impõe a disciplina social, garante o crédito, a liberdade comercial, a administração do fisco e a expansão d'além mar. Claro está, que ele necessita do dinheiro. Portanto, o poder é partilhado com os "donos do capital". Mas, o autor adverte: *nesse jogo, sem sucumbir a ele, o Estado mergulha no próprio movimento da economia-mundo. Servindo aos outros, servindo ao dinheiro, ele serve a si próprio.*

O que se pode depreender dessa leitura, é que no *limite superior das trocas* encontra-se um mundo bem distinto de uma economia de mercado baseada nas liberdades individuais e na concorrência, tal como é explicado pelos economistas de tradição clássica e neoclássica. De fato, a economia de mercado obedece a lei da oferta e procura; mas isso não se aplica ao capitalismo, segundo Braudel.

Esse é o mundo dos *monopólios*, das cadeias hierárquicas, da não-concorrência, em que o capitalismo se distingue exatamente pela capacidade de fugir às flutuações do mercado. Caracteriza-se, portanto, por estratégias que lhe permitem estar acima da "lei de mercado" e assim, assegurar os lucros e o processo de acumulação de capital continuamente.

É dentro desse contexto que se entende o porquê Braudel não situa o capitalismo, como *tempo do mundo*, analisando somente a esfera da produção. Isto é, para o autor, o capitalismo desde o início passou a controlar a produção e a Revolução Industrial é só mais uma conjuntura em sua longa duração.

Como Braudel compreende a produção? Como já foi mencionado, o autor não discorda da análise dos economistas clássicos – notadamente Smith – mas, também Marx, de que o capitalismo se encontra na esfera produtiva. Afinal, os fatores de produção – terra, trabalho e capital – desenvolvido pela economia política smithiana, constitui o corolário da ciência econômica, ao explicar o crescimento da riqueza e a distribuição dos rendimentos na sociedade capitalista.

Com efeito, no contexto da economia política e de sua crítica, foi dessa relação produtiva, que engendrou uma nova relação de propriedade, que pode se

denominar de sistema capitalista de produção (na definição de Marx). Contudo, Braudel inverte esse processo. Para ele, foram as redes e circuitos mercantis e toda sua complexidade de relações de poder político e econômico, para assegurar o movimento de acumulação em escala global, que permitiu que novas formas de produção se inserissem na vida econômica.

Isto é, entre os séculos XV e XVIII, a acumulação de capital – *mais-valia mercantil* – controlou uma produção econômica muito diversificada tanto em sua divisão do trabalho, como nas suas relações de propriedade. Na Europa Ocidental, o capital libertou os camponeses da servidão e transformou a estrutura agrária inglesa, com o movimento dos cercamentos dos campos. Mas também, foi responsável pela especialização produtiva da Europa Oriental, cujas relações de propriedade e de trabalho feudais foram reforçadas.

Fora da Europa, o que se viu, foi a criação de um sistema colonial no Novo Mundo, assentado no trabalho compulsório – escravidão e servidão – em que o tráfico humano africano, constituiu-se em mercadoria valiosa e com lucros extraordinários para a rede mercantil europeia. A produção colonial, baseava-se em grandes plantações, cujas mercadorias se inseriam nas cadeias mercantis de interesse do capital. As minas do Novo Mundo eram exploradas por populações indígenas, submetidos a mais vil degradação humana, sendo todo o metal extraído, dirigido para as áreas de interesse do capital mercantil europeu.

Mesmo a indústria, palavra muito antiga, que significava *trabalho, atividade, habilidade*; mas que, a partir do século XVIII, passou a denotar *arte, manufatura, fábrica*; chegando ao sentido atual, que significa mecanização, automação, tudo que envolve a produção de mercadorias por meio de máquinas; Braudel, analisou que, até o advento da Revolução Industrial, a partir do final do século XVIII, diversas formas de atividade industrial coexistiram, desde as *pequenas oficinas familiares*, passando por *manufaturas disseminadas, manufaturas aglomeradas* até a fábrica industrial propriamente dita, que se disseminou no século XVIII, primeiro movidas a água e depois ao vapor (BRAUDEL, [1979], 1997/98; volume 2, pp., 259-263).

Todas essas formas, sejam organizadas por corporações de ofícios medievais ou oriundas da antiga produção doméstica que animava a vida material, o resultado foi que o *capital mercantil-financeiro* as dominou, subordinando-as ao mercado.

Ou seja, nas camadas que se identificam a trajetória da humanidade, *vida material, economia de mercado e capitalismo*; esse último se constitui o mais recente e foi resultado das complexidades e hierarquias que se desenvolveram no topo da sociedade mercantil, para controlar os movimentos da acumulação de capital.

Portanto, Braudel fica à vontade, mesmo sempre recorrendo ao vocabulário histórico, em identificar o capitalismo, antes da palavra ser efetivamente utilizada, o que só aconteceu no início do século XX. Na verdade, Braudel identificou a origem e o desenvolvimento do capitalismo, antes mesmo, da constituição da *economia-mundo capitalista* entre os séculos XV e XVIII. Isto é, sua gênese está em Veneza, no século XIII.

Como o autor argumentou, o capitalismo situa-se no interior de um “conjunto” mais vasto do que ele, que o transporta e o levanta no seu próprio movimento. Essa posição elevada no topo da sociedade mercantil, é a sua realidade mais importante, em virtude do que permite; isto é, o monopólio de direito ou de fato, de manipulação dos preços. Portanto, é desse plano elevado que convém observar o capitalismo (Ibid., pg., 329).

Em suma, o que ele quer dizer, é que para se entender o capitalismo, é necessário observar como ele criou as grandes desigualdades da vida mercantil. Essa desigualdade, hierarquização que permite coordenação, controle, subordinação da vida econômica ao capital, somente se dá, porque entre a produção e a circulação, emergiu nas relações sociais e econômicas um agente novo, o *financista*. São as finanças que passam a liderar o processo de acumulação de capital, a partir do século XV.

Foi por meio desse capital mercantil-financeiro que o comércio de longa distância tinha seu principal elo. No *Capítulo 4*, do volume 2, *O jogo das trocas* (pp., 329-406), Braudel expôs como o capitalismo emergiu no topo da sociedade mercantil. O primeiro fator para se entender o papel das finanças, é o controle e a manipulação das informações. Com efeito, de vital importância num mundo com comunicações lentas e escassas.

Seu argumento: essa zona de desinformação sobre as demandas e ofertas cria as condições necessárias para o sobre-lucro. Claro está que, no regime de concorrência perfeita, muitos capitalistas competindo, acabaria por minar os lucros. Na verdade, o que ocorreu foi o contrário, o primeiro monopólio é o da informação,

pois facilita o cálculo e o movimento das mercadorias. Uma hierarquia necessária, portanto, para bons lucros.

Mas Braudel advertiu que os capitalistas não dominam toda a esfera da circulação. Na verdade, eles descartam as atividades de varejo, por assim dizer, e permitem que um mercado competitivo tome conta delas, pois nesse, a pressão da concorrência reduz os preços de modo a ampliar a rentabilidade daqueles que usufruem do produto dessas atividades. Mas, o mais importante, é que ali se encontra a base da economia e, portanto, a especialização, a divisão do trabalho e a concorrência acabam por ser benéficas para quem está nos lugares acima da pirâmide mercantil.

Para Braudel, se a intensificação das trocas vai determinando uma especialização das funções e atividades, na base da economia; essa, por sua vez, provoca um movimento contrário naqueles que vão subindo na cadeia mercantil; ou seja, raramente se especializam, reservando-se o direito de poder escolher e migrar de atividades conforme a conjuntura.

Contudo, no topo, há que se afirmar que, a única especialização que apresenta é no manejo do dinheiro – ao reter a riqueza em sua forma mais líquida, os capitalistas financeiros ganham uma maior liberdade de movimentação. Portanto, aqui se encontra a base da argumentação de que o capital é flexível e adaptativo.

Numa síntese: a organização das trocas e da produção na base da economia de mercado dever ser especializada para que o capital mercantil possa ter flexibilidade e adaptação de mudar os rumos e manipular os preços de acordo com seus interesses. Todavia, essa característica flexível do capital, só é possível, por sua vez, pois acima da economia de mercado, o capital financeiro se especializou, estando apto, portanto, a redirecionar os investimentos nas atividades econômicas mais rentáveis sob controle do capital mercantil.

Isto posto, é dessa posição privilegiada, que os capitalistas podem-se utilizar de sua maior arma: a possibilidade de escolher, entre as muitas tarefas, aquelas nas quais seu jogo de poder poderá ser exercido e os lucros obtidos. É do “topo do topo” que o capitalista financeiro, ao controlar todas as informações disponíveis, fornece o capital necessário, para pôr em marcha a economia de mercado, concentrando-as a seu favor.

Braudel expôs uma série de outras estratégias que levam ao monopólio dos mercados pelos capitalistas (pp., 353-382). Operações só em mercados privados, nos quais os capitalistas têm liberdade não só para agir, mas também para ditar as suas próprias regras, em detrimento de mercados públicos onde a força da concorrência ou a própria regulamentação governamental controla os preços. Com efeito, nos mercados privados, o capitalista *compra o trigo antes da colheita, a lã antes da tosquia, o vinho antes da vindima* e seu instrumento de ação é o crédito.

Portanto, comércio de atacado e finanças caminham juntos. Claro está que esse controle os ajuda também a manipular preços e circulação das mercadorias, por isso, a situação de monopólio.

Não se pode discordar de Braudel, quando afirma que o capital financeiro está na origem do capitalismo. Isto é, todas as opções estratégicas apontadas por ele, nos mostra uma ampla capacidade de utilizar recursos para controlar o mercado. E como foi visto no exemplo da Cia. das Índias Orientais holandesas, isso permite a entrada em negócios de maturação mais demorada e inclusive que assumam perdas, às vezes até intencionais. Mas, uma vez afastada a concorrência, é só retomar os negócios, agora com liberdade para definir os preços num novo patamar.

Numa palavra, a força do capitalismo está nas finanças, que monopoliza o crédito, que por sua vez, controla o mercado atacadista, lugar onde se faz grandes lucros, que garante não só bons retornos para os financistas, como também, eles utilizam parte dos lucros de outros capitalistas, de forma a concentrar e centralizar, uma massa de capitais, os quais eles põem novamente no mercado.

Ademais, essa superioridade financeira permite ainda que os capitalistas manipulem as moedas, escolhendo qual transacionar em cada praça e em cada operação, abrindo um amplo leque de oportunidades para as trocas de câmbio. Por fim, e talvez o mais importante, o capital acumulado nas redes e cadeias mercantis, é que os tornou financiadores dos Estados, assegurando assim privilégios, monopólios e controle, por meio das taxas de juros e da dívida pública.

E aqui, retoma-se a questão do Estado. De acordo com Braudel, tomando como base o *Capítulo 5*, do volume 2, *O jogo das trocas* (pp., 459-494), o Estado apresenta-se ora cúmplice do capitalismo, ora um importuno. A rigor, ele é o único importuno que às vezes pode substituí-lo, afastá-lo ou, pelo contrário, impor-lhe um

papel no qual o capitalismo não teria desejado. Todavia, o Estado é fundamental para os capitalistas.

Ou seja, é a força do Estado que cria os monopólios e os concede, ou ainda oferece incentivos e privilégios para seu desenvolvimento. Pode-se tomar por exemplos, as grandes companhias comerciais inglesas e holandesas. Por outro lado, o Estado é a única força capaz de barrar a criação dos privilégios ou regular e vigiar um mercado impedindo que os capitalistas ajam livremente.

É dentro desse contexto que se entende a leitura desse último capítulo do volume 2; o de recolocar a economia em face da sociedade. Isto é, a economia nunca é entendida como um campo do conhecimento isolado, de modo que sozinha ela é insuficiente para compreender a realidade do mundo. Braudel põe em destaque, como já foi mencionado, as desigualdades do jogo econômico, que não são mais do que uma transposição da desigualdade social, marca recorrente de toda e qualquer sociedade, segundo ele.

Claro está, para o autor, que tais desigualdades, porém, não tem o mesmo arranjo em todo o mundo e os diferentes arranjos existentes foram fundamentais na emergência ou não dos jogos de acumulação de riqueza em larga escala em diferentes civilizações.

Braudel toma como exemplos, as hierarquias políticas e sociais do Islã e da China, centros mais ricos do que a Europa no período estudado. Nessas, o Estado sempre atuou contra a emergência de uma hierarquia econômica dominante. Ou seja, as elites políticas e sociais se constituíam e atuavam de forma que inibiam a acumulação de riqueza na linha do longo prazo e a acumulação contínua de capital, ao contrário do que se passava numa Europa fragmentada politicamente.

Braudel chama a atenção de que houve na Europa uma liberdade das elites econômicas, com o apoio e não a oposição da hierarquia política, sendo essa a sua *differentia specifica* e uma das razões essenciais para que o capitalismo tenha se desenvolvido.

O autor concluiu que o processo histórico capitalista, só pôde se desenvolver a partir de certas realidades econômicas e sociais, que lhe abriram ou, pelo menos, facilitaram sua trajetória. Ele enumerou três condições de suma importância.

A primeira, o que ele chamou de evidente, são os fatores geográficos, demográficos, agrícolas, industriais e comerciais. Claro está, advertiu, que tal

desenvolvimento se operou em escala do mundo; pois, em toda a parte há o mesmo encadeamento, a mesma evolução criadora, já que o conceito chave é a *economia de mercado*. Essa é a base necessária, de acordo com o autor, de qualquer sociedade que ultrapasse certo volume. Contudo, se é condição necessária, não é suficiente para formação do processo capitalista, como ele demonstrou nos casos da China e da Índia. Portanto, ocorre que necessita de outros fatores.

Por isso, a segunda condição, a *cumplicidade da sociedade*. Isto é, o capitalismo só pode emergir numa sociedade que o “sinal verde” é dado com muita antecedência, aliás sem saber, nem por momentos, em que o processo está entrando ou quais processos deixam a via livre, a séculos de distância. O que Braudel quer dizer, é que uma sociedade acolhe os antecedentes do capitalismo quando, hierarquizada de uma maneira ou de outra, favorece a longevidade das linhagens dessa acumulação contínua sem a qual nada seria possível. Claro está, para o autor, que tudo isso implica uma longa gestação prévia.

Por fim, nada seria possível, em última instância, sem a ação especial e como que libertadora do *mercado mundial*. Braudel argumenta que o comércio de longa distância não é tudo, mas é a passagem obrigatória para um plano superior de lucro.

Com efeito, essas realidades econômicas e sociais se apresentaram na civilização europeia, iniciando sua gestação entre os séculos XI e XIII, que culminou numa *economia-mundo capitalista* entre os séculos XV e XVIII.

b) O capitalismo como o Tempo do Mundo

Para explicar o *capitalismo* como o *Tempo do Mundo*, Braudel buscou reconstituir a história entre os séculos XI e XVIII agora de forma cronológica, utilizando todas as estruturas e elementos nos quais desenvolveu nos dois volumes anteriores.

Ou seja, o sistema tripartite constituído por uma *civilização material* e que se arrasta no tempo, a zona intermediária da *economia de mercado* e uma esfera *capitalista* de grandes lucros que é sua contraposição, cuja evolução e meios, se vincula à história geral do mundo (BRAUDEL, 1987; pg., 35).

O século XI emerge como ponto de partida, pois sua preocupação é determinar a origem da expansão europeia e a constituição da economia mundo sob

sua dominância. Com efeito, o conceito chave do volume terceiro é *economia-mundo*. Esse, por sua vez, tem como objetivo servir de cenário no qual a história se desenrolou. Porém, antes da reorganização dos fatos, da sucessão cronológica de formas e experiências, do entendimento dos *conjuntos do mundo*; o autor explicitou suas premissas básicas no tratamento do tempo e do espaço, categorias fundantes para o entendimento do conceito de *economia-mundo*.

É importante destacar que esse conceito foi discutido pela primeira vez, por Braudel, no livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II* ([1949], 1995), quando ele teorizou sobre o *espaço mediterrâneo*. Contudo, o conceito de *economia-mundo* que o autor desenvolve na versão definitiva de *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV/XVIII*, teve a influência de Immanuel Wallerstein, que o articulou de modo mais cuidadoso no seu livro *The Modern World-System*, publicado em 1974¹⁹.

De acordo com Braudel, a respeito da relação daquele conceito com a versão estabelecida por Wallerstein, o autor disse que pouco importava que não estivesse sempre de acordo com ele sobre determinados pontos, até mesmo sobre uma ou duas linhas gerais; mas seus pontos de vista, quanto ao essencial, eram idênticos (Ibid., pg., 36).

Na verdade, a leitura do *Mediterrâneo* e da primeira versão de *Civilização material* de Braudel, deu impulso ao estudo de Wallerstein sobre como ele definiu o capitalismo como um *sistema-mundo*. Contudo, ele sentiu necessidade, na medida em que via a complexidade das relações mercantis-financeiras com a produção capitalista, de dialogar com uma literatura mais ampla, tal como foi exposto em estudo anterior (PAULA, 2020a), em que ao lado de Braudel, somou-se Weber, Marx e o marxismo (por meio das seguintes teorias: teoria da luta de classes – Marx & Engels –; teoria da hegemonia (Gramsci); teoria do imperialismo (Lênin); teoria do desenvolvimento desigual e combinado (Lênin e Trotsky) e; teoria da dependência (estruturalismo/marxismo latino americano).

Sem embargo, pode-se afirmar que a teoria da economia-mundo capitalista de Braudel influenciou Wallerstein que a deu um tratamento mais amplo, articulando outras influências para além daquelas captadas inicialmente por

¹⁹ Em estudo anterior, PAULA (2020a), ao discutirmos as definições de capitalismo, utilizamos os estudos de Wallerstein para caracterizarmos o capitalismo como um *sistema mundo*.

Braudel, que por sua vez, aceitou, não sem crítica, a formulação ampliada feita por Wallerstein.

Desse modo, *economias-mundo*²⁰ são entendidas como espaços geográficos que ultrapassam os limites das unidades políticas e até das unidades culturais existentes nesses mesmos territórios, integrando-as por meio da troca ou do comércio. Em seu interior os espaços integrados estão amarrados por uma lógica econômica e suas ligações lhe conferem uma unidade orgânica e quase autossuficiente em relação ao restante do globo. Braudel entendia que na História sempre houve economias-mundo.

O autor elaborou três *regras tendenciais* (BRAUDEL, [1979], 1997/1998; pg's., 16-34), para auxiliá-lo no entendimento das dinâmicas comparativas das economias-mundo historicamente constituídas. A primeira é que os seus respectivos *espaços* variavam muito lentamente. Isto é, os limites de uma economia-mundo situam-se onde começa uma outra do mesmo tipo. Ao longo dessa zona, de um e outro lado, não há vantagem, em termos econômicos, em transpor, a não ser em casos excepcionais; já que a perda na troca ultrapassaria o ganho. Portanto, como *regra geral*, as fronteiras das economias-mundo se apresentam como zonas pouco animadas, inertes.

A segunda regra tendencial, é que no centro das economias-mundo há sempre uma cidade capitalista dominante, um polo urbano para onde fluem as pessoas, o comércio, o crédito e as riquezas e de onde são comandados os negócios que operam por todo o espaço econômico. Para Braudel, elas não são eternas. Sucedem-se, e qualquer movimento de *descentragem*, ou seja, de perda da posição de primazia da cidade-polo, rapidamente é seguido por um novo processo de *recentragem* em um novo local, embora nem sempre com a mesma combinação de armas de domínio, alternando *navegação, negócios, indústria, crédito, poder ou violência política*.

A terceira regra tendencial, é que ao redor da cidade dominante, estruturam-se diversas zonas hierarquizadas; mas que se pode sintetizar em apenas duas formas. De um lado, uma zona ainda privilegiada, mas sem os mesmos benefícios da

²⁰ No capítulo 1, do terceiro volume, Braudel faz uma distinção entre *economia mundial* e *economia-mundo*. Segundo ele, a primeira estende-se à terra inteira, um único mercado; já a segunda envolve apenas um fragmento do planeta economicamente autônomo, capaz, no essencial, de bastar a si próprio e ao qual suas ligações internas conferem certa unidade orgânica (BRAUDEL [1979], 1997/1998; pg., 12).

cidade dominante. Essa zona secundária compete com o centro, imita seus movimentos, mas não consegue superá-lo. De outro, a terceira zona, a periferia, que carece de autonomia e poder, constituindo uma zona de sombra explorada pelo centro e pelos poderes secundários.

Mas, a *economia-mundo* que emerge entre os séculos XV e XVIII, é uma *economia-mundo* capitalista. O argumento braudeliano para defini-la é a presença do Estado. Contudo, o corolário é que no centro de uma *economia-mundo* sempre se instalou um Estado internamente poderoso, capaz de disciplinar as massas e de levantar recursos. Isso para fazer valer no exterior os seus interesses e conduzir a guerra.

Braudel concorda com Wallerstein (1974; 1979), que as economias-mundo anteriores à capitalista, sucumbiram ao poder de um *império-mundo*, isto é, um superestado, que sozinho abrangia todo o seu espaço. Portanto, aqueles impérios constituíam-se formações arcaicas, triunfos antigos da política sobre a economia; mas que estavam presentes entre os séculos XV e XVIII, fora do Ocidente. Braudel cita como exemplos, a Índia sob dominação do Império Grão-Mogol, a China, o Irã, o Império Otomano e a Rússia dos Czares. Com efeito, para o autor, tomando como base Wallerstein, quando há *impérios-mundo*, a *economia-mundo* subjacente não se desenvolve, sendo detida em sua expansão (BRAUDEL, 1997/1998; volume 3, pg., 44).

Ao contrário, na *economia-mundo capitalista*, como a europeia do período analisado, como já foi mencionado, a relação de poder político e poder econômico se completava na aliança Estado e capital. Isto é, nos polos dominantes constituídos, seus vizinhos também se apoiavam em Estados fortes, cujas práticas de política econômica (que podemos denominar de *mercantilistas*, para o período abordado), buscavam, de um lado a proteção do centro; ao mesmo tempo em que replicavam suas práticas de dominação sobre a zona de fora.

Em resumo, nessa grande periferia (a zona de fora) encontravam-se estruturas de controle muito frágeis, em geral de minorias ligadas às zonas centrais. O conflito bélico sempre se colocou como uma possibilidade nesse cenário, e animou as movimentações naquele sistema hierarquizado. No entanto, Braudel argumentou que, mesmo sem a conquista direta pelas armas, as unidades de poder mais fortes sempre impuseram as estruturas econômicas que lhe interessavam.

A partir desse esquema espacial, Braudel construiu a história da ascensão e queda de cada um desses polos-dominantes que organizaram a economia-mundo capitalista ao seu redor. Nessa articulação, o corolário é que uma cidade-polo mantém-se dominante enquanto suas elites capitalistas controlar as atividades de maior lucro no sistema e organização da vida econômica nas demais zonas segundo as suas preferências. Desse modo, desenha-se entre as unidades que compõem a economia-mundo uma divisão internacional do trabalho na qual há claramente posições superiores e inferiores.

Por meio dessa análise Braudel refutou a *teoria ricardiana das vantagens comparativas*. Isto é, a liberdade de decisão que cabe a cada nação produzir aquilo na qual se apresenta como vantagens comparativamente aos seus concorrentes, de modo a transformar todo o comércio vantajoso para todos. Braudel afirmou que, tais vantagens comparativas não decorreram de vocações naturais, mas de construções políticas, frutos de lentas acumulações.

Portanto, para o autor, a divisão do trabalho em uma economia-mundo não é um acordo concentrado e revisível a cada momento entre parceiros iguais. Estabeleceu-se progressivamente, como uma cadeia de subordinações que determinam umas às outras. A troca desigual, criadora da desigualdade do mundo, e, reciprocamente, a desigualdade do mundo, criadora obstinada da troca, constituem a realidade da economia-mundo capitalista (Ibid., pp., 37-40).

É dentro desse contexto que ele afirmou que não há como conceber o estabelecimento das *atividades que dão mais lucros que as outras* sem o poder de uma autoridade central para garantir tal privilégio.

Uma vez delimitada as categorias tempo e espaço, fundantes para a compreensão das economias-mundo, Braudel apresenta as sucessões na liderança da economia-mundo capitalista.

No entanto, o autor advertiu: *o capitalismo europeu nasceu em Veneza, no século XIII*. Portanto, entender a *economia-mundo capitalista* sob dominância europeia, entre os séculos XV e XVIII e; mais tarde, no século XX, sob a liderança dos Estados Unidos, é preciso entender como se originou a cadeia mercantil-financeira naquela cidade-estado italiana nos anos de 1200.

As palavras-chaves para compreender as sucessões são *descentragem* e *recentragem*; ou seja, toda vez que ocorre uma descentragem, opera-se uma

recentragem na história das economias-mundo, como se ela não pudesse viver sem um centro de gravidade, sem um polo.

No caso da economia mundo capitalista europeia e das zonas que ela anexou, operou-se as seguintes centragens: década de 1380 – Veneza constituiu-se em polo dinâmico, concentrando mercadorias e centralizando o capital na economia-mundo mediterrânica, na qual emergiu no século XI, com o movimento das *cruzadas*.

Entre 1500 e 1550 – o polo se deslocou para Antuérpia, cidade manufatureira têxtil e ponto de entrada de mercadorias no interior da Europa Ocidental, pelo rio Escalda; mas também, entreposto comercial para o circuito do Mar do Norte e Inglaterra. Nesse período, Antuérpia se beneficiou da expansão portuguesa no Atlântico, receitando diversos produtos trazidos por Portugal, especialmente, o açúcar que passou a ser produzido nas ilhas atlânticas da Madeira, Açores e Cabo Verde, sendo redistribuídos através de Flandres.

Entre 1550 e 1620 – Gênova assumiu o controle da liderança da cadeia mercantil-financeira. Sua hegemonia se deu a partir da aliança com a Espanha e o financiamento da exploração do Novo Mundo. Os banqueiros genoveses foram responsáveis por, na rede creditícia, arbitrar todos os meios de pagamento europeu, através da manipulação da abundância e escassez de metais preciosos; arbitrando ora em favor do ouro, ora em favor da prata; e, com isso, concentrando e centralizando o capital, de modo a fixar as taxas de juros; e o mais importante, financiar a Espanha, o que levou Gênova a ter acesso privilegiado, portanto, aos resultados da exploração das minas do Novo Mundo.

Entre 1620 e 1790 – o polo se deslocou para Amsterdam. Braudel afirmou que esse foi o último ato de hegemonia de uma cidade capitalista, que foi substituída por hegemonias de Estados territoriais propriamente ditos: Inglaterra e EUA. Na verdade, Amsterdam era o centro mercantil-financeiro das Províncias Unidas, constituídas por sete pequenos estados independentes (Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldre, Overijssel, Frísia e Groningen), mas que agiam em conformidade frente as ameaças externas. No século XVII, especialmente no contexto da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), os holandeses construíram uma grande frota mercantil e de guerra, que os colocavam em vantagem frente aos principais estados territorialistas de então.

Isto posto, passaram a dominar as rotas do Atlântico e do Índico, constituindo grandes companhias mercantis privadas, com exércitos próprios, que controlavam as redes e cadeias mercantis do Oriente (Cias. das Índias Orientais) e do Ocidente (Cia. das Índias Ocidentais). Com isso, no Oriente, os holandeses tomaram os principais entrepostos comerciais dos portugueses. No Ocidente, ameaçavam constantemente o poder espanhol no Caribe e norte da América do Sul, bem como invadiu o nordeste da América portuguesa, dominando-o entre 1630 e 1654.

O capital mercantil-financeiro holandês foi responsável por uma revolução financeira, ao criar a moderna bolsa de valores. Isso só foi possível, graças ao sucesso das Cia. das Índias Orientais que passaram a monopolizar o comércio mais lucrativo da economia-mundo daquele período, as mercadorias da Ásia. Dessa forma, havia a necessidade constante de financiar esse circuito e, portanto, de concentrar e centralizar o capital. Dentro desse contexto, a Cia. passou a emitir ações, o que atraiu mercadores e financistas de toda a Europa para Amsterdam; cujo resultado foi fortalecer a dominância holandesa sobre as redes e cadeias mercantis.

Entre 1790 e 1930 – Londres assumiu o controle, que por sua vez, transformou a Inglaterra na primeira nação industrial. Braudel afirmou que a hegemonia financeira londrina se deu, devido a posição que a Inglaterra assumiu na economia-mundo capitalista daquele período; portanto, uma hegemonia de um Estado territorial, cuja capital foi beneficiada. De acordo com o autor, a vantagem comparativa inglesa para assumir o polo da economia-mundo capitalista no século XVIII, foi o seu mercado interno.

Esse, por sua vez, foi resultado das transformações socioeconômicas ocorridas a partir do século XVI, que modificou a estrutura agrária e as revoluções burguesas do século XVII, em que os vitoriosos criaram importantes instituições políticas e econômicas, tais como o poder soberano do Parlamento frente ao monarca e o Banco da Inglaterra, responsável por atrelar a Libra Esterlina ao ouro e servir como um banco central moderno, por meio da política monetária, na qual passou a determinar as taxas de juros no mercado bancário privado.

No século XVIII, a Inglaterra estava apta a liderar o crescimento econômico europeu, atraindo para Londres os capitais acumulados na rede mercantil-financeira da economia-mundo capitalista, mas também expandindo seu poder territorial pela conquista militar, especialmente na Ásia, ao controlar a Índia e a

China, pondo suas economias a serviço dos interesses do capital inglês. De acordo com Braudel, foram essas condições que explicam a revolução industrial e não o contrário.

Por fim, no século XX, a partir de 1930 – o polo dinâmico da economia-mundo passou para New York. Foi resultado da posição que os EUA assumiram a partir das guerras mundiais e toda a complexidade de organização do capitalismo norte-americano, que já emergiu constituindo grandes empresas e corporações e que se transnacionalizaram, controlando a produção, a distribuição, o investimento e ditando o padrão monetário internacional, por meio de sua moeda, o dólar.

Com efeito, a partir do século XIX, a revolução industrial transformou a *economia-mundo capitalista*. É a partir desse momento que os capitais se lançam em massa no processo de industrialização, redefinindo os mercados e as hierarquizações, levando-se a constatação de ser uma especialização sem retorno.

Nesse ponto, Braudel estabeleceu diálogo com Lênin, no qual havia afirmado que um capitalismo monopólico, de grandes empresas, a partir do início do século XX, constituía uma etapa superior do capitalismo. Um momento em que suas virtudes concorrenciais foram abandonadas.

Como se viu, em *Civilização material, economia e capitalismo*, Braudel enxergou a mesma realidade; isto é, de um lado, monopólios e grandes concentrações de riqueza; de outro, concorrência e competição. Todavia, ao contrário de Lênin, o autor argumentou que esse não se configurou num quadro recente, como a do início do século XX. E sim, foi uma realidade estrutural, fincada numa história profunda de mais de sete séculos. O capital sempre foi eclético, mudou conforme a conjuntura para preservar sua condição, explorando constantemente os setores da economia que se mostram mais interessantes do alto de suas hierarquias e privilégios lentamente acumulados.

Numa palavra, o monopólio nunca perdeu seus direitos; simplesmente assumiu outras formas, em que *cartéis, trustes, holdings e multinacionais*, apenas manifesta sua expressão no correr de sua *longue durée*.

2.3 – Derivações braudelianas: as interpretações de Wallerstein e Arrighi

O que se está aqui definindo como derivações braudelianas, são as interpretações de Immanuel Wallerstein (1930-2019) e Giovanni Arrighi (1937-2009) da origem e desenvolvimento do capitalismo.

Em estudo anterior (PAULA, 2020a), analisou-se como Wallerstein definiu o *capitalismo como um sistema-mundo*. Isto é, para o autor, a história do capitalismo somente pode ser entendida, se conectadas à dois conceitos chave: a *economia-mundo* e o *sistema interestatal*.

Como foi observado anteriormente, *economia-mundo* é uma categoria analítica elaborada por Fernand Braudel. Mas, foi Wallerstein quem ampliou o escopo do conceito. Ou seja, segundo ele, o sistema-mundo moderno é uma economia-mundo capitalista. Essa, por sua vez, é regida por uma *lei do valor*, que determina a distribuição da maior parcela do excedente para aqueles que dão prioridade à diretriz fundamental do sistema: a acumulação incessante de capitais. Ou seja, acumular por acumular. O capital como valor que valoriza a si próprio, representa o princípio nuclear que orienta todo o sistema e lhe confere sentido²¹.

O caráter que dá unidade à economia-mundo capitalista é a divisão do trabalho. Wallerstein afirmou que não é só a divisão funcional do trabalho, há que se incluir a dimensão espacial da divisão do trabalho. Isto é, a assimetria na distribuição do excedente, com capitais concentrados espacialmente nas regiões centrais do sistema e apoiados por Estados nacionais que absorvem o excedente não só gerado pelos seus trabalhadores, mas também parcela do excedente gerado pelos trabalhadores concentrados em outras regiões do sistema. A *divisão axial do trabalho*, tal como ele denominou, é uma divisão vertical, que é comandada por um centro e subdividido em *semiperiferia* e *periferia*.

Portanto, o funcionamento da economia-mundo capitalista necessita do auxílio de uma superestrutura política composta por uma rede heterogênea de Estados politicamente soberanos, rede que Wallerstein denominou de *sistema interestatal*. Isto é, indica que não há nenhum Estado nacional com poder para fazer uma centralização política e estabelecer um império-mundo. Contudo, os Estados nacionais têm importante papel, em aliança com os capitais baseados em seu

²¹ Síntese extraída de: PAULA, 2020a; pp., 90-102.

território, ao interferirem na divisão axial do trabalho da economia-mundo capitalista, com intuito de trazerem atividades centrais para o seu domínio.

Ou seja, um Estado pode ser hegemônico, isto é, capaz de influenciar o sistema interestatal mais do que qualquer outro Estado, conjunto de Estados ou organizações supranacionais, e colher os benefícios que derivam dessa influência. Mas não se pode dizer que ele controla o sistema interestatal e muito menos a economia-mundo.

Em resumo, essa estrutura política singular contribuiu de maneira decisiva para o fortalecimento da economia-mundo capitalista, pois, como a arena econômica transcende a esfera de atuação das unidades políticas tomadas individualmente, o grande capital ganha uma margem de manobra extremamente ampla; instalando suas bases produtivas nas zonas de salários mais baixos, ao mesmo tempo, realizando a sua produção nas regiões de poder aquisitivo mais elevado, aumentando consideravelmente a taxa de lucro.

Essa peculiaridade é, para Wallerstein, decisiva, pois o capitalismo só foi capaz de florescer exatamente porque a economia-mundo continha, em seus limites, múltiplos sistemas políticos.

A partir daí, o autor, ao contextualizar a história do sistema-mundo moderno capitalista, entre os séculos XVI e XX, dividiu a origem e o desenvolvimento do capitalismo em dois períodos complementares, quais sejam: entre os séculos XVI e XVIII, o que ele denominou de *capitalismo histórico*. A partir do século XIX, uma *civilização capitalista*.

Já Giovanni Arrighi, a partir das influências de Braudel e Wallerstein, compôs sua teoria dos *ciclos sistêmicos de acumulação*. Aprofunda-se a discussão sobre como os respectivos autores interpretam a origem e o desenvolvimento do capitalismo.

a) Wallerstein e o conceito de *capitalismo histórico*

Entre 1974 e 2011, Wallerstein publicou aquilo que ficou como sua marca na historiografia do capitalismo; ou seja, os quatro volumes de sua teoria do *moderno sistema mundial*, em perspectiva histórica. O primeiro volume, de 1974 (WALLERSTEIN, 1979), constituiu os principais pontos da teoria e como as transformações sociais e econômicas na Europa Ocidental, notadamente, em direção

a agricultura capitalista, criou as condições para a emergência do sistema-mundo moderno e da economia-mundo capitalista, tal como se expôs em estudo anterior (PAULA, 2020a).

No volume dois (WALLERSTEIN [1980], 2011a), ele discutiu a consolidação da *economia-mundo capitalista* sob liderança europeia, entre 1600 e 1750, destacando os ciclos conjunturais de longa duração, tomando como base a *teoria dos ciclos* de Kondratieff; a formação do primeiro Estado hegemônico da economia-mundo, a Holanda, sua estratégia de política econômica mercantilista para o controle das cadeias mercantis e a constituição da semiperiferia e da periferia daquela economia-mundo. Por fim, os acontecimentos que levaram à crise da hegemonia holandesa e as disputas pelo controle do *centro capitalista*.

No terceiro volume (WALLERSTEIN [1989], 2011b), o autor abordou o que ele denominou de *A segunda era de expansão capitalista da economia-mundo*, entre 1730 e 1840. Nesse, discutiu-se os fatores que levaram a Grã-Bretanha à liderança da hegemonia da economia-mundo capitalista, bem como sua consolidação a partir da *Revolução Industrial* e seu papel na incorporação de uma vasta zona dentro da economia-mundo.

Por fim, no volume quatro (WALLERSTEIN 2011c), sua preocupação foi identificar as esferas políticas e cultural-ideológicas, expressas pelo *liberalismo* que triunfou no século XIX. Nesse, o autor analisou a construção do Estado liberal e sua consolidação, bem como ele moldou a luta de classes, o conceito de cidadania e as ciências sociais.

Seu esforço intelectual sempre esteve direcionado para compreender o *capitalismo* como um *sistema social histórico*, abrangendo o conjunto de sua história como uma realidade concreta, identificada em um todo integrado, isto é, as esferas econômica, social, política e cultural, tentando delinear as mudanças e as permanências, tal como Braudel pensou a *Longa duração*.

Contudo, Wallerstein publicou um pequeno resumo de sua teoria, em que divide a história do capitalismo em dois períodos que se complementam. Esses, por sua vez, só poderiam ser entendidos a partir de dois conceitos básicos, *capitalismo histórico*, ou os elementos históricos principais formadores daquele sistema e suas contradições; e, *civilização capitalista*, ou seja, uma sociedade global, que independente de comunidades isoladas ou formações sociais específicas (estados

socialistas, sociedades tribais etc.) é determinada pela total mercantilização da vida material. Direta ou indiretamente, todos estão submetidas à lógica da acumulação do capital ([1995], 2001). Foca-se aqui, para os objetivos desse estudo, apenas no conceito de *capitalismo histórico*.

Desse modo, o autor afirmou que nos séculos XIV e XV, a Europa era o *lócus* de uma divisão do trabalho que, comparada com outras áreas do mundo; fazia dela – em termos de forças produtivas, da coesão do seu sistema histórico e do seu estágio relativo de conhecimento – uma zona intermediária: nem tão avançada como algumas áreas (China) nem tão primitiva quanto outras²².

A economia da Europa feudal passava nesse período por uma crise interna muito profunda, que sacudia seus alicerces sociais, com as classes dominantes destruindo-se umas às outras em grande escala. O sistema de propriedade da terra, base da estrutura econômica, se desfazia, e a reorganização em curso apontava para uma distribuição mais igualitária, conforme avaliação de Wallerstein.

Ou seja, seu argumento era de que os pequenos camponeses demonstravam grande eficiência como produtores e as estruturas políticas ficando em geral mais fracas, como resultado da luta fratricida entre os politicamente poderosos deixava pouco tempo para reprimir a força crescente das massas populares; afetando também, o cimento ideológico do catolicismo, no qual passou a sofrer grande pressão.

Assim, movimentos igualitários surgiram, estabelecendo-se no interior da própria Igreja. Foi dentro desse contexto, que Wallerstein analisou o processo de dissolução do feudalismo europeu ocidental.

Todavia, segundo o autor, continuasse a Europa no caminho em que estava, é difícil acreditar que seus padrões medievais feudais, com seu sistema de ordens altamente estruturado, pudessem consolidar-se novamente, já que a estrutura social feudal europeia teria mais probabilidade de evoluir na direção de um sistema de produtores de pequena escala, relativamente iguais, acabando com a aristocracia e descentralizando as estruturas políticas.

Mas, o que levou a Europa Ocidental para o caminho do capitalismo? O argumento de Wallerstein foi que uma vez que os estratos superiores sentiram que

²² Toda a análise do capitalismo histórico baseada no tópico *A mercantilização de tudo: a produção do capital* (WALLERSTEIN [1995], 2001; pp., 13-40).

sua armadura ideológica se desintegrava, era necessário estabelecer outra estrutura socioeconômica que continuasse a servir seus interesses. Portanto, para o autor, a criação do *capitalismo histórico* não foi uma intenção explícita; e sim, o resultado do temor e a necessidade de reverter dramaticamente uma tendência que preocupava a classe dominante.

Para validar seu argumento, Wallerstein compara as famílias integrantes daqueles estratos superiores ao longo da história europeia, a partir de meados do século XV. Isto é, quando se considera as famílias e suas relações econômicas em 1450 e em 1650, constata-se uma continuidade bastante alta. Mais ainda, se substituir 1650 por 1900, descobre-se que a maioria das comparações com 1450 continuariam a valer. Sem embargo, o que sustentou essas linhagens da classe dominante, a partir de então, foi a acumulação de capital e não outro fator de produção ou mesmo a cultura ou ideologia religiosa.

A partir desse corolário, Wallerstein compôs a *formação do capitalismo histórico*. Numa palavra, o autor buscou descrever o capitalismo a partir do exame de sua configuração real, isto é, seu funcionamento prático, estrutura e dinâmica como sistema social e por que ele se desenvolveu na forma como aconteceu.

Com efeito, seu ponto de partida foi o conceito de capital. Wallerstein o definiu, tal como correntemente se define, isto é, *riqueza acumulada*. Porém, adverte que quando usado no contexto do *capitalismo histórico*, o conceito tem uma definição mais específica; ou seja, não é somente estoque de bens consumíveis, de máquinas ou de demandas reconhecidas que se expressam sob forma de dinheiro de coisas materiais. Nele, o capital passou a ser investido de maneira especial, tendo como objetivo sua auto expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é "capital" na medida em que seja usado para *acumular mais da mesma coisa*.

Para Wallerstein, o desenvolvimento histórico do capitalismo, em comparação a sistemas anteriores, é que nele, envolveu o impulso de *mercantilizar tudo*. Isto é, anteriormente, o longo e complexo processo de acumulação do capital era quase sempre bloqueado num ou noutro ponto, mesmo nos casos em que as condições que o favorecia estavam presentes, tais como relações de propriedade, concentrações estoque de bens, economia mercantil dinâmica.

O *capitalismo histórico* mercantilizou tanto os processos sociais como os processos de produção. No entanto, esses se vinculam uns com os outros por meio

de cadeias mercantis complexas. Essas, por sua vez, fornecem uma taxa de acumulação, vista em conjunto, que depende do tamanho da margem criada e que flutua consideravelmente no curto prazo, impactando os lucros obtidos individualmente pelos capitalistas.

Isso impõe uma competição entre capitalistas individuais já que as recompensas maiores são direcionadas para aqueles que possuem mais perspicácia, maior habilidade no controle de sua força de trabalho e maior acesso às decisões políticas que regulamentam operações mercantis específicas, como os monopólios. Portanto, a taxa geral de acumulação de capital no sistema é determinada pela hierarquização dos capitalistas individuais, cujas posições dependem do grau de inserção nas cadeias mercantis, notadamente, aquelas com maior grau de monopólio.

Posto isso, Wallerstein identificou duas contradições elementares sistêmicas do capitalismo histórico desde sua gênese. Isto é, a primeira se relaciona ao interesse de todos os capitalistas, vistos como classe. Como seu objetivo é reduzir todos os custos de produção, na verdade essas só favorecem capitalistas específicos, em detrimento de outros; o que, conseqüentemente, leva-nos a acreditar que enquanto capitalistas individuais, eles preferem agir para aumentar sua participação em uma margem global menor, em vez de aceitar uma participação menor em uma margem global maior.

Por conseguinte, se impõe uma segunda contradição, qual seja: na medida em que mais capital se acumulam, mais os processos se tornam mercantilizados e mais mercadorias são produzidas. Para manter o fluxo é necessário garantir um número crescente de compradores. Contudo, os esforços para reduzir os custos de produção frequentemente reduzem também a distribuição e circulação do dinheiro, inibindo a expansão estável do número de compradores, necessários para completar o processo de acumulação. Por outro lado, as redistribuições do lucro global, que poderiam expandir a rede de compradores, acabam também reduzindo a margem global de lucro.

A contradição reside, pois, os empresários individuais agem em uma mesma direção para reduzir o custo da força de trabalho; ao mesmo tempo, como membros de uma classe, pressionam no sentido de aumentar a rede global de compradores o que exige aumentar o mesmo custo da mão de obra.

Portanto, a economia capitalista tem sido governada pela intenção racional de maximizar a acumulação. Mas o que é racional para os empresários não o é necessariamente para os trabalhadores; muito menos, o que é racional para todos os empresários, vistos como um conjunto, não o é necessariamente para um empresário individual, visto isoladamente.

A partir dessas contradições, Wallerstein argumentou que não basta dizer que todos perseguem seus interesses. Com frequência, o interesse particular levava cada um a realizar, racionalmente, atividades contraditórias com as realizadas pelos outros. O autor especificou que, mesmo se ignorar o quanto a percepção do interesse individual esteja obscurecida e distorcida por véus ideológicos, é preciso levar em conta que a avaliação dos reais interesses de longo prazo se torna, nesses contextos, muito complexa.

O que Wallerstein quiz dizer, é que se o *capitalismo histórico* criou um *homo economicus*, a posição de cada capitalista visto individualmente, é inevitavelmente confusa. Todavia, ele aponta que uma restrição "objetiva" limitou essa confusão; qual seja: se empresas cometem frequentes erros de julgamento econômico, tende, por sua vez, a não sobreviver no mercado. Com efeito, as falências são o duro "purgante" do sistema capitalista, forçando-as constantemente a se manter mais ou menos nos caminhos demarcados e pressionando-as a agir coletivamente de modo a gerar mais acumulação de capital.

É nesse ponto que o autor justifica o conceito de *capitalismo histórico*. Segundo ele, esse é o *locus* concreto – integrado e delimitado no tempo e no espaço – das atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital. Essa acumulação é a "lei" que tem prevalecido nele. É o sistema social no qual aqueles que operaram segundo essas regras produzem um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros são forçados a se adaptar ou cujas consequências passam a sofrer.

Em suma, é por meio desse sistema que o alcance da *lei do valor* se ampliou geográfica e historicamente, impondo-se cada vez mais firme sua penetração no tecido social, mesmo quando tem de enfrentar uma oposição social mais enfática e organizada.

Concretamente, para Wallerstein, a expansão no tempo e no espaço do capitalismo histórico está na capacidade de controlar a força de trabalho em

benefício da acumulação de capital. Essa, por conseguinte, sempre foi um elemento central e quantitativamente significativo do processo de produção. Para acumular, as empresas se preocupam com dois aspectos relacionados à força de trabalho: *disponibilidade e custo*.

No que se refere à disponibilidade, o autor analisou que em relações sociais de produção fixas; ou seja, uma força de trabalho estável para um determinado produtor; podem ter baixo custo se o mercado for estável e a quantidade de força de trabalho for ótima em um momento dado. Mas, se o mercado para o produto declinar, uma força de trabalho estável aumenta o custo real do produtor; e se esse mercado crescer, uma força de trabalho estável impossibilita o produtor de aproveitar a oportunidade de lucro.

Por outro lado, uma força de trabalho variável também apresenta desvantagens para os capitalistas. Por definição, ela não trabalha necessária e continuamente para o mesmo produtor. Para se reproduzirem socialmente, esses trabalhadores devem preocupar-se com sua remuneração durante um período longo o bastante para nivelar as variações de sua renda real. Isto é, eles têm de ser capazes de ganhar o suficiente, quando empregados, para cobrir os períodos em que ficarem sem remuneração. Logo, uma força de trabalho variável custa mais – por hora trabalhada e por indivíduo – do que uma que seja fixa.

Aqui, Wallerstein identificou uma contradição na exploração da força de trabalho no capitalismo histórico, bem como o papel de seu processo de proletarianização. Claro está que o capitalismo histórico, para emergir, teve que desenvolver uma relação de trabalho alternativa a rigidez dos arranjos produtivos de trabalho fixo. Isto é, criou as condições para a ascensão do trabalho livre e assalariado; e, de fato, essa é a característica do capitalismo enquanto relação social de produção, estímulo contínuo e crescente da proletarianização da força de trabalho.

Todavia, o que surpreende o autor, quando se analisa esse processo histórico de proletarianização, é que ele foi lento e atingiu apenas uma pequena porção de trabalhadores. E, mesmo, tomando como base as estatísticas da força de trabalho do final do século XX, Wallerstein afirmou que no contexto da economia-mundo capitalista, ela não ultrapassava a metade do total.

Não obstante o trabalho organizado seja de suma importância para a acumulação de capital, o trabalho não organizado é mais importante ainda.

Wallerstein buscou nos conceitos de *trabalho produtivo* e *trabalho improdutivo*, para explicar como que o capitalismo histórico se beneficiou dessas relações de trabalho, impondo-as, de forma hierarquizada às classes trabalhadoras; e como, também, por meio dessa distinção social, ele institucionalizou o *sexismo* e o *racismo*.

De acordo com o autor, o trabalho produtivo passou a ser definido como aquele que recebe remuneração em dinheiro – principalmente, trabalho assalariado – e o não produtivo como aquele que, embora necessário, constitui uma atividade de subsistência, sem produzir um "excedente" que possa ser apropriado. Esse trabalho pode estar totalmente fora da esfera mercantil ou envolver uma produção mercantil simples.

Assim, a diferenciação entre eles, na perspectiva de Wallerstein, se ancorou na criação de papéis específicos os quais são vinculados. O trabalho assalariado se tornou tarefa principalmente do homem/pai adulto e secundariamente de outros homens adultos mais jovens. O trabalho de subsistência se tornou tarefa principalmente da mulher, mãe adulta e secundariamente de outras mulheres, além das crianças e dos idosos. O trabalho produtivo é feito fora da unidade domiciliar, no "local de trabalho"; já o trabalho não produtivo é feito dentro da unidade domiciliar.

Claro está, para o autor, que a divisão do trabalho por gênero e idade não foi uma invenção do capitalismo histórico; mas sim, foi com ele que emergiu a correlação entre *divisão de trabalho* e *valorização do trabalho*. Isto é, houve uma desvalorização do trabalho das mulheres, dos jovens e idosos, e uma ênfase correspondente no trabalho masculino adulto. Enquanto, em outros sistemas, homens e mulheres realizavam tarefas específicas, mas normalmente comparáveis; sob o capitalismo histórico, analisou Wallerstein, o homem adulto assalariado foi classificado como "arrimo" do grupo, aquele que ganha o pão, e a mulher adulta trabalhadora doméstica como "dona de casa".

Foi dentro desse contexto que o autor afirmou que o *sexismo* foi institucionalizado. Ou seja, o aparato jurídico, mas também, a ideologia dos costumes, de diferenciação e discriminação de gênero foi quase uma decorrência lógica dessa valorização diferencial do trabalho. Sem embargo, ela ajudou a garantir que a mercantilização do trabalho se estenda, mas, ao mesmo tempo, permaneça

limitada. Numa palavra, isso constitui um dos mecanismos de regulação da oferta do mercado de trabalho.

Mas, o mais importante, para Wallerstein, é que nessa hierarquização da força de trabalho, o componente regulador de fato do nível dos salários, é o trabalhador assalariado semiproletário, que constitui a força motora da acumulação de capital, pois sua renda não é determinada somente pelo assalariamento, já que sua unidade familiar vive nas bordas do sistema social, sendo operado pelo capital com mais flexibilidade.

A rigor, segundo o autor, ao longo do desenvolvimento do capitalismo histórico, é muito duvidoso que o crescimento da proletarização mundial possa ser atribuído principalmente a pressões sociopolíticas das camadas empresariais. Mas, ao contrário, argumentou que elas tiveram muitas razões para frear o passo. Ou seja, do ponto de vista empresarial, a proletarização resulta em aumento real dos níveis salariais.

Ademais, o aumento da proletarização teve, para os empregadores, conseqüências políticas negativas e cumulativas, terminando por aumentar ainda mais os níveis dos salários em certas áreas. É dentro desse contexto que ele analisa a institucionalização do *racismo*.

Ou seja, os empregadores são tão pouco entusiastas da proletarização que, além de promoverem a divisão de trabalho por gênero/idade, também estimulam, nos padrões de emprego e através da sua influência na política, a identificação de grupos étnicos definidos, buscando vinculá-los a papéis específicos na distribuição da força de trabalho, com níveis diferenciados de remuneração real.

Portanto, para Wallerstein, a etnicidade criou uma moldura cultural que consolidou os padrões estruturais das unidades semiproletárias.

O que se pode depreender da análise de Wallerstein, é que o capitalismo histórico foi construindo hierarquizações para atingir os objetivos de “acumular por acumular”. Hierarquização da competição capitalista, hierarquização da força de trabalho assalariada, hierarquização das cadeias mercantis.

Nesse sentido, o autor afirmou que o determinante na competição monopolista do capitalismo histórico desde sua gênese, é a luta pelos preços nos mercados intermediários; pois, eles são responsáveis pela extensão das cadeias mercantis. Isto é, a produção para o consumo final envolve uma série de

encadeamentos intermediários, em que os lucros dependem das trocas de insumos e produtos semiacabados.

Wallerstein argumentou que a luta pelos preços nesses mercados exige um esforço, por parte do comprador, para arrancar do vendedor uma parte do lucro realizado pelos processos de trabalho ao longo da cadeia mercantil. Desse modo, são nos mercados intermediários onde os monopólios e as integrações verticais se posicionam, de forma a aproveitar o máximo dos lucros, direcionar a expansão geográfica do sistema social e coordenar a hierarquização da produção.

Aqui, o autor coloca em perspectiva o conceito de *troca desigual*. À medida que os mercados intermediários ficam mais complexos e se ampliam, a direção das cadeias mercantis vão se reestruturando, mas sempre em direção ao centro. Contudo, de acordo com Wallerstein, tais reestruturações acabam por definir e redefinir as periferias e semiperiferias da economia-mundo capitalista, em que seu funcionamento depende da *divisão axial do trabalho*; portanto, uma divisão social estendida do trabalho, responsável pela expansão geográfica e hierárquica do capitalismo histórico.

Com efeito, a troca desigual se insere nessa hierarquização do espaço na estrutura dos processos produtivos, que por conseguinte alimenta a crescente polarização entre as áreas centrais e periféricas da economia-mundo, não só em termos de critérios distributivos – níveis de renda real, qualidade de vida –, mas também, de modo ainda mais importante, nos *loci* da acumulação de capital.

Wallerstein afirmou que para subir nas posições em direção ao topo das cadeias mercantis da economia-mundo, concentrar e centralizar o capital, necessita-se de Estados fortes. Seu argumento é que a concentração de capital nas áreas centrais, é fruto da aliança entre capitalistas monopolistas e Estado, pois essa cria tanto a base fiscal quanto aparatos estatais dotados da capacidade, de assegurar que os estados das áreas periféricas permaneçam ou se tornem mais fracos.

Sem embargo a hierarquização centro-semiperiferia-periferia somente pode ser compreendida por meio da posição dos Estados nacionais no jogo das trocas desiguais da economia-mundo capitalista. E no contexto do capitalismo histórico houve e há sempre rearranjos.

Portanto, a competição acirrada entre capitalistas, a busca permanente de força de trabalho e baixo custo, o investimento em novas tecnologias, todos esses

fatores em conjunto, dependem de um Estado forte que dê suporte para a monopolização dos mercados e as vantagens militares para se expandir pelo mundo. É o que se pode compreender ao estudar o desenvolvimento do capitalismo como *sistema-mundo* e nos termos do *capitalismo histórico* teorizados por Immanuel Wallerstein.

b) Arrighi e a história do capitalismo por meio da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação

Giovanni Arrighi (1937-2009) expôs sua *teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação* no livro *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo* ([1994], 1996). O principal motivo que o levou a escrever, foi tentar compreender a crise do capitalismo mundial que se instaurou na década de 1970, sob a liderança dos EUA.

De acordo com Arrighi, tal crise deveria ser entendida como o terceiro e último momento de um único processo histórico, definido pela ascensão, plena expansão e derrocada do sistema norte-americano de acumulação de capital em escala mundial. Em seu esquema, a ascensão da liderança dos EUA, só poderia ser explicada tomando como referência a crise de hegemonia do Império Britânico.

Isto posto, os três momentos de *ascensão, plena expansão e crise* da hegemonia norte-americana, foram definidos da seguinte forma: ascensão dos EUA como potência econômica, coincide com a Grande Depressão do século XIX, entre 1873 e 1896, que marcou o início do fim da liderança hegemônica britânica. A plena expansão vinculou-se ao papel que os EUA assumiram após, o que o autor denominou de a crise dos trinta anos (1914-1945), envolvendo as duas grandes guerras mundiais. O início da derrocada da hegemonia norte-americana, por fim, se associou à crise econômica da década de 1970.

Contudo, para o autor, a financeirização do capital, que foi um dos vários aspectos da crise dos anos de 1970, se tornou o traço predominante da evolução dessa mesma crise nas décadas seguintes. Isso o instigou a entender o papel do capital financeiro na dinâmica da economia capitalista.

Foi dentro desse contexto que Arrighi justificou sua filiação à obra de Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV/XVIII*. No esquema braudeliiano, como foi observado anteriormente, o capital financeiro nunca

se constituiu em etapa especial ou avançada do capitalismo mundial. Ao contrário, é fenômeno recorrente, que marca a era capitalista desde seus primórdios. Isto posto, ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Dessa forma, para Arrighi, são aspectos integrantes da destruição recorrente de “antigos” regimes e da criação simultânea de “novos”.

A *teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação* de Arrighi explica por meio da relação Estado e capital, como se fundamentou as estratégias do desenvolvimento do capitalismo, através de competição e aliança entre agentes governamentais e empresários. Portanto, as modificações nas estruturas e as dinâmicas dos processos históricos de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial seguiram três fases padronizadas, tendo no capital financeiro, seu elemento central. À luz desse diálogo com Braudel, Arrighi pôde compreender, não só a crise norte-americana, como todo o processo histórico de formação e desenvolvimento do capitalismo até o século XX.

A construção do argumento de Arrighi baseado em Braudel, parte do princípio de que o processo de formação e expansão do capitalismo não se deu por uma trajetória linear dentro de estruturas imutáveis e relações permanentes; e sim, por uma dinâmica de *continuidades* e *descontinuidades*. Continuidade de estruturas e de relações, o que, por seu turno, se vincula ao conceito braudeliiano da *longa duração*; descontinuidades com inovações nas estruturas e com novas relações entre elas, mostrando a dinamicidade do capitalismo via as mudanças. Com efeito, para Arrighi, o capitalismo tem que ser analisado pela perspectiva da mudança.

Tal como Braudel, ele argumentou que as características essenciais do capitalismo, durante toda sua existência, são a flexibilidade e o ecletismo do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas.

Arrighi afirmou que o argumento de Braudel sobre as características essenciais do capitalismo, é uma reafirmação da fórmula geral do capital de Karl Marx **D-M-D'**. Ou seja, o capital-dinheiro (**D**) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (**M**) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. O **D'** representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha.

Dessa forma, Arrighi entendeu a fórmula do capital de Marx, não como um fim em si que os agentes capitalistas investem dinheiro em combinações específicas de insumo-produto, com perda concomitante da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ao contrário, eles o fazem como um meio para chegar à finalidade de assegurar alguma flexibilidade e liberdade de escolha ainda maiores num momento futuro.

O autor segue afirmando que a fórmula marxiana também diz que, quando os agentes capitalistas não têm expectativas de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital tende a retornar a formas mais flexíveis de investimento – acima de tudo, à sua forma monetária. Em outras palavras, os agentes capitalistas passam “preferir” a liquidez, e uma parcela grande de seus recursos tende a permanecer sob forma líquida.

É dentro desse contexto que Arrighi afirmou que essa segunda interpretação da fórmula marxiana está implícita na caracterização braudeliana da expansão financeira como um sintoma da maturidade de determinado desenvolvimento capitalista.

Portanto, segundo o autor, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (**DMD'**) pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo como sistema mundial.

Isto é, o aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases **DM** de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases **MD'**). Nas fases de expansão material, o capital monetário coloca em movimento uma massa crescente de produtos (que inclui força de trabalho e recursos naturais, tudo transformado em mercadorias); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário liberta-se de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros, tal como na fórmula abreviada de Marx (**DD'**). Juntas, essas duas fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação (DMD')*.

Mas, como foi dito, um ciclo sistêmico de acumulação define-se pela aliança entre o capital e o Estado para a constituição de uma dada hegemonia econômico-política no quadro do moderno sistema-mundo, tal como foi teorizado por Wallerstein. Isto é, Arrighi partiu da definição de *sistema interestatal* daquele autor,

para explicar as mudanças hegemônicas ao longo do desenvolvimento do capitalismo em perspectiva histórica.

Essa hegemonia é exercida através de *regimes de acumulação* que são as inovações nas estruturas existentes e em novas estratégias de combinação de estruturas, mediante as quais promovem, organizam e regulam a expansão da economia-mundo capitalista.

Em resumo, a aliança entre capital e Estado permitiu que o monopólio e os lucros extraordinários não fossem uma condição esporádica ou temporária, mas o modelador da história mundial.

É dentro desse contexto que Arrighi afirmou que os *ciclos sistêmicos de acumulação* apontam para a continuidade fundamental nos processos mundiais de acumulação de capital nos tempos modernos. Mas também, constituem rupturas fundamentais nas estratégias e estruturas que moldaram esses processos ao longo dos séculos. Isto é, os *ciclos* de Arrighi destacam a alternância de fases de *mudanças contínuas* e fases de *mudanças descontínuas*.

Desse modo, Arrighi identificou *quatro ciclos sistêmicos de acumulação*, cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial: 1 – Genovês – do século XV ao início do século XVII; 2 – Holandês – fim do século XVI até decorrido a maior parte do século XVIII; 3 – Britânico – da segunda metade do século XVIII até 1931 (fim oficial do Padrão Ouro, como padrão monetário internacional); 4 – Norte-americano – do fim do século XIX e que prosseguia na década de 1990, época da publicação do seu livro.

Todos eles compunham-se de três fases: *ascensão, plena expansão e crise*. Arrighi demonstrou que as fases **DM**, de *expansão material*, consistem em fases de *mudanças contínuas*, durante as quais a economia capitalista mundial cresce por uma única via de desenvolvimento.

Dessa forma, os capitalistas usam seu capital monetário para mover crescente massa de produtos, esperando, através da posterior comercialização, ampliar ainda mais o lucro. Nessa fase, a introdução de inovações no processo de acumulação e no sistema interestatal é de grande importância para se obter meios para a valorização do capital. Contudo, durante a expansão ocorre disseminação da

capacidade tecnológica via imitação de outras nações e empresas rivais que seguem a mesma linha de desenvolvimento do bloco hegemônico.

Após a expansão material, a *superacumulação de capital* concretiza-se. Ocorre a migração de capitais monetários da esfera produtiva para a esfera financeira. Arrighi denominou esse momento de *crise sinalizadora* do ciclo sistêmico de acumulação.

Já as fases **MD'**, de *expansão financeira*, consistem em mudanças descontínuas, durante as quais o crescimento pela via estabelecida já atingiu ou está atingindo seus limites e a economia capitalista mundial “se desloca”, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via.

Claro que para Arrighi, historicamente, as expansões e reestruturações da economia capitalista mundial têm ocorrido sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente mais bem posicionados para tirar proveito das consequências não pretendidas dos atos de outros agentes. Contudo, a *fase de expansão financeira*, indica que as bases materiais do regime de acumulação de capital e poder do Estado hegemônico encontram-se esgotadas.

Isto é, o corolário da *teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação* é descrever e elucidar a *formação, consolidação e desintegração* dos sucessivos regimes pelos quais a economia capitalista mundial se expandiu, desde sua origem. Ou seja, o *regime de acumulação* é a base empírica em que se assenta os *ciclos sistêmicos de acumulação*.

Para melhor entender os *ciclos sistêmicos* e seus respectivos *regimes de acumulação*, deve-se compreender que sua origem, bem como, a formação e o desenvolvimento do capitalismo, foi resultado da fusão singular do Estado com o capital. Dito isso, a raiz dessa aliança está na formação dos Estados nacionais europeus, no século XVI, o que por sua vez, dotou o Ocidente, a partir de então, no que Braudel denominou de “monstruoso modelador da história mundial” (ARRIGHI, 1996; pg., 11).

O conceito-chave para se compreender os respectivos *regimes de acumulação* que dão suporte aos ciclos sistêmicos é *hegemonia*, pois carrega duas lógicas distintas de poder: o *capitalismo* e o *territorialismo*.

O conceito de *hegemonia mundial* é definido como a capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas. Historicamente, o governo de um sistema de Estados soberanos sempre implicou algum tipo de ação transformadora, que alterou fundamentalmente o modo de funcionamento do sistema.

Por isso, Arrighi alerta para a diferenciação entre *hegemonia* e *dominação*. Isto é, o *poder hegemônico* é maior e diferente da “dominação” pura e simples. É o poder associado à dominação, ampliada pelo exercício da “liderança intelectual e moral”. A *dominação* é fundamentada primordialmente na coerção. Já *hegemonia* é o poder adicional conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano “universal” todas as questões que geram conflitos.

Para entender como ocorre as *transições hegemônicas* no contexto de mudanças dos *ciclos sistêmicos de acumulação*, Arrighi se valeu dos conceitos de *anarquia ordenada* e *caos sistêmicos*.

O autor se refere a *anarquia*, como “ausência de um governo central”. Contudo, classificou o *moderno sistema estatal* que emergiu no século XVII, como resultado da consolidação dos Estados nacionais, surgidos entre os séculos XIV e XVI, como *sistema anárquico ordenado*. Ou seja, é um sistema que, embora a ausência de um poder político central, tem seus próprios princípios, normas, regras e procedimentos implícitos e explícitos, não significando falta de organização e, dentro de certos limites, o conflito tende a gerar a ordem.

Caos sistêmico, refere-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se, segundo Arrighi, de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias; ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou origina de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo; ou por uma combinação dessas duas circunstâncias.

À medida em que aumenta o *caos sistêmico*, a demanda por “ordem” tende a se generalizar cada vez mais entre governantes, os governados ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico.

Arrighi afirmou que a busca pelo poder no *sistema interestatal* é apenas um lado da moeda que define, conjuntamente, a estratégia e a estrutura dos Estados enquanto organizações. O outro lado, é a maximização do poder perante os cidadãos. Portanto, um Estado pode tornar-se mundialmente hegemônico por estar apto a alegar, com credibilidade, que é a força motriz de uma expansão geral do poder coletivo dos governantes perante os indivíduos. Ou, inversamente, pode tornar-se mundialmente hegemônico para ser capaz de afirmar, com credibilidade, que a expansão de seu poder em relação a um ou até a todos os outros Estados é o interesse geral dos cidadãos de todos eles.

As *hegemonias mundiais* não “ascenderam” e “declinaram” num sistema mundial que se tenha expandido independentemente, com base numa estrutura invariável, definida desta ou daquela maneira. Ao contrário, o *sistema mundial moderno* se formou e se expandiu com base em recorrentes reestruturações fundamentais, lideradas e governadas por sucessivos Estados hegemônicos. Essas reestruturações são um fenômeno característico do moderno sistema de governo, que emergiu da decadência e eventual desintegração do sistema de governo da Europa medieval.

De acordo com Arrighi, o sistema medieval de governo consistia em cadeias de relações senhores-vassallos, baseadas num amálgama de propriedade condicional e autoridade privada. Em decorrência disso, diferentes instâncias jurídicas foram geograficamente entrelaçadas e estratificadas, e as alianças plurais, as suseranias assimétricas e os enclaves anômalos foram abundantes.

As elites governamentais eram extremamente móveis através do espaço dessas jurisdições políticas superpostas, podendo viajar e assumir o governo de uma ponta a outra do continente, sem hesitação ou dificuldade. Por último, esse sistema de governo era legitimado por corpos comuns de leis, religiões e costumes, que expressavam inclusive os direitos naturais pertinentes ao todo social formado pelas unidades constitutivas.

O sistema moderno de governo consiste, por seu turno, na institucionalização da autoridade pública em domínios jurisdicionais mutuamente excludentes. Os direitos de propriedade privada e os direitos de governo público tornaram-se absolutos e distintos. As jurisdições políticas tornaram-se exclusivas e são claramente demarcadas por fronteiras. A mobilidade das elites dominantes pelas

jurisdições políticas se torna mais lenta e acaba suspensa. A lei, a religião e os costumes tornam-se “nacionais”, ou seja, não sujeitos a nenhuma outra autoridade política senão a do soberano.

É dentro desse contexto que Arrighi afirmou que o devir do sistema de governo moderno esteve estreitamente ligado ao desenvolvimento do capitalismo como sistema de acumulação em escala mundial. Tomando como referência Wallerstein ([1974], 1979a), analisou que a ascensão e expansão do moderno sistema interestatal foi tanto a principal causa quanto efeito da interminável acumulação de capital.

Ou seja, o capitalista pôde florescer precisamente porque a economia mundial teve dentro de seus limites, não um, mas múltiplos sistemas políticos, tal como foi definido anteriormente, por Wallerstein. Ao mesmo tempo, a tendência dos grupos capitalistas em mobilizar seus respectivos Estados para favorecer sua posição competitiva na economia mundial reproduziu continuamente a segmentação do domínio político em jurisdições separadas.

Todavia, Arrighi chamou a atenção de que o estreito vínculo histórico entre capitalismo e moderno sistema interestatal é marcado tanto pela contradição quanto pela unidade. Isto é, o capitalismo e os Estados nacionais cresceram juntos, dependendo-os mutuamente; mas os capitalistas e os centros de acumulação de capital, muitas vezes, ofereceram uma resistência deliberada à ampliação do poder do Estado.

Na teoria de Arrighi, a divisão da economia mundial em jurisdições políticas concorrentes não necessariamente beneficia a acumulação capitalista de capital. Se ela o fará ou não, depende basicamente da forma e da intensidade da concorrência. Em resumo, a competição interestatal e interempresarial pode assumir formas diferentes, e a forma que assumem tem consequências importantes para o modo como o moderno sistema mundial – enquanto modo de governo e de acumulação – funciona ou deixa de funcionar.

Não basta enfatizar a ligação histórica entre concorrência interestatal e interempresarial. Deve-se especificar a forma que ela assume e como se modifica no correr do tempo. Só dessa maneira, afirmou o autor, pode-se apreciar plenamente a natureza evolutiva do sistema mundial moderno e o papel desempenhado por sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema, a fim de

solucionar a contradição recorrente entre uma “interminável” acumulação de capital e uma organização relativamente estável do espaço político.

É dentro desse contexto que Arrighi afirmou que as hegemonias no sistema mundial moderno apresentam duas lógicas de poder distintas: *capitalista* ou *territorialista*.

Os governantes territorialistas identificam o poder com a extensão e a densidade populacional de seus domínios, concebendo a riqueza/capital como um meio ou um subproduto da busca da expansão territorial. Já os governantes capitalistas, identificam o poder com a extensão de seu controle sobre os recursos escassos e consideram as aquisições territoriais um meio e um subproduto da acumulação de capital. Portanto, *capitalismo* e *territorialismo*, representam estratégias alternativas de formação do Estado.

Na *estratégia territorialista*, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na *estratégia capitalista*, a relação entre os meios e os fins se inverte. O controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio.

Ressalta-se que essa estrutura lógica da ação estatal no que diz respeito à aquisição de territórios e à acumulação de capital não deve ser confundida com os resultados efetivos. Historicamente, o autor afirmou que as lógicas capitalistas e territorialistas do poder não funcionaram isoladamente uma da outra, mas relacionadas entre si num dado contexto espaço-temporal. Como consequência, os resultados desviaram-se significativamente, ou até, diametralmente, do que estava implícito em cada lógica, concebida em termos abstratos.

Mas, para se entender que tipo de lógica vai determinar o regime de acumulação de um ciclo sistêmico, há que se entender a *revolução organizacional* que o antecede e o caracteriza em relação ao regime anterior.

Para Arrighi, os sucessivos ciclos sistêmicos foram acompanhados por revoluções organizacionais, pois cada um resultante das atividades de um complexo particular de agentes governamentais e empresariais, dotados da capacidade de levar a expansão da economia capitalista mundial um passo além do que podiam ou queriam fazer os promotores e organizadores da expansão precedente. Isto é, cada passo adiante implica uma troca da guarda no alto comando da economia mundial

capitalista e uma concomitante *revolução organizacional* nos processos de acumulação de capital.

Essa troca de guarda e respectiva revolução organizacional, historicamente, afirmou Arrighi, sempre ocorreram durante as fases de *expansão financeira*. É dentro desse contexto que o autor apontou que as expansões financeiras são vistas como anunciadoras, não só da maturidade de um determinado estágio de desenvolvimento da economia capitalista mundial, mas também do início de um novo estágio.

O que se pode concluir da teoria *arrighiana*, é que os ciclos se superpõem porque, em geral, o agente e as estruturas de acumulação típicos de cada estágio ascenderam à proeminência da economia mundial capitalista durante a fase (MD') da expansão financeira do estágio precedente.

Arrighi, dessa forma, elaborou três períodos distintos que estrutura o perfil temporal que ele denominou de *capitalismo histórico*, conceito que, como foi visto, foi formulado por Wallerstein:

- 1 - Período de *expansão financeira*, no correr do qual o novo regime de acumulação se desenvolve dentro do antigo, sendo seu desenvolvimento um aspecto integrante da plena expansão e das contradições desse último.
- 2 - Período de *consolidação e desenvolvimento adicional do novo regime de acumulação*, no decorrer do qual seus agentes principais promovem, monitoram e se beneficiam da *expansão material* de toda a economia mundial. A vantagem comparativa é determinada pela *revolução organizacional*, que, por sua vez, caracteriza o *regime de acumulação*.
- 3 - Um segundo período de *expansão financeira*, no decorrer do qual as contradições do regime de acumulação plenamente desenvolvido criam espaços para o surgimento de regimes concorrentes e alternativos, um dos quais acaba por se tornar o novo regime dominante.

As transições desses períodos, por sua vez, são entrecortadas por dois tipos de crises; quais sejam: uma *crise sinalizadora*, a qual já foi mencionada anteriormente e a *crise final*, identificada por um evento ou série de eventos que

levam a superação final do regime de acumulação dominante, assinalando o fim do século longo que abrangeu a *ascensão, plena expansão e queda* do respectivo regime.

2.4 – O modelo demográfico

O que se está denominando aqui de *modelo demográfico*, são estudos que surgiram nas décadas de 1950 e 1960, cujo escopo integrava a perspectiva demográfica à teoria econômica, culminando numa interpretação histórica do desenvolvimento socioeconômico europeu.

Tal modelo encontra-se seminalmente nos trabalhos de Postan (1950; 1966; 1973) que trata principalmente da experiência inglesa e LeRoy Ladurie ([1966], 1974) para o caso francês. Suas abordagens tiveram como pressupostos as análises de Malthus e Ricardo subsequentemente elaborado por Abel (HOLTON, 1985; pg., 55).

O corolário do *modelo demográfico* reside no fato de que as economias pré-capitalistas enfrentaram crises de subsistência periódicas seguidas de períodos de expansão, que acabou terminando em renovadas crises de subsistência. As crises surgiram quando a tendência natural da população para aumentar correu contra os rendimentos decrescentes de terras disponíveis, num contexto de baixos níveis de produtividade agrícola. Tais crises produziram colapso demográfico que agiu a longo prazo para superpopulação correta e, portanto, constituindo uma base renovada de expansão demográfica e econômica.

No caso da Europa Ocidental, tomando como base os estudos seminais apontados anteriormente, as longas oscilações cíclicas ocorreram no período medieval e inicial da história moderna com expansão entre 1000 e 1300 culminando na crise e colapso no século XIV, seguido eventualmente por uma expansão renovada no século XVI, e crise para muitas áreas da Europa novamente no século XVII.

Essas longas oscilações, por sua vez, efetuaram movimentos em outros indicadores econômicos, como preços e receitas. Ou seja, para os formuladores do modelo, há uma correlação entre aumentos populacionais que acarretam subsequentemente aumentos de preços e dos lucros agrícolas, provocando o inverso, quando das crises demográficas.

Em resumo, para os historiadores econômicos envolvidos nesses estudos, a dinâmica cíclica do modelo demográfico substituiu a ascensão do mercado, tanto como a principal explicação da contornos da sociedade feudal europeia, como o principal obstáculo que teve que ser superado para uma transição bem-sucedida para o capitalismo. É dentro desse contexto, que classificamos o *modelo demográfico* como uma derivação do *modelo mercantil*.

Não obstante a interpretação demográfica tenha sido formulada com o objetivo de apontar os limites da explicação centrada no mercado, classificou-se, aqui, nesse estudo, como uma *derivação*; pois, os respectivos modelos possuem uma raiz comum, qual seja: se estruturam a partir de um mecanismo de mercado, que exige a mediação da *lei da oferta e demanda*. Com efeito são elaborações fundadas quase exclusivamente em termos de *forças econômicas objetivas*, as quais constituem o núcleo daquelas explicações, em que toda a estrutura social se define em torno das leis econômicas, incluindo a estrutura de classes²³.

A seguir, esboça-se o princípio geral, que constitui ponto de partida das análises demográfica, a saber: o *mecanismo malthusiano de dupla fase*²⁴. Tal mecanismo foi aplicado à dinâmica da sociedade medieval, dividindo-a em dois movimentos; isto é, a *fase A*, marcada pelo crescimento demográfico e econômico e a *fase B*, caracterizada por uma queda abrupta da população e pela desorganização econômica.

Assim, de acordo com os estudos vinculados ao *modelo demográfico*, o movimento de dupla fase se realiza na seguinte forma. No período inicial do feudalismo, logo após a queda do Império Romano, a população europeia sofreu um processo de dispersão num amplo espaço geográfico. Surgiram, então, pequenas comunidades baseadas na agricultura, as quais devidos as distâncias, praticamente ficaram isoladas umas das outras.

A combinação de grande disponibilidade de terra e reduzida população determinou a proliferação da pecuária em terras comuns, em conjunto com a agricultura camponesa de pequena escala. A pecuária e a avicultura, segundo as

²³ Ver: BRENNER, R. *Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. In: ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E. *The Brenner debate. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, pg., 12. MARIUTTI, E. B. *A transição do feudalismo para o capitalismo. Balanço do debate*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Dissertação de Mestrado). Pg., 61.

²⁴ Toda a análise baseada em: MARIUTTI, E. B. op. cit., pp., 62-64.

explicações, foram decisivas para ampliação da dieta e tração bovina, gerando condições favoráveis para o crescimento populacional.

Assim, tais condições constituíram a *fase A* do mecanismo malthusiano. Contudo, à medida que ocorria a expansão demográfica, a oferta de terras, que antes era grande, tornou-se insuficiente. Essa correlação inversa entre crescimento populacional e oferta de terras, teve como consequência uma invasão sistemática dos camponeses nas terras, que antes eram comunais.

Desse modo, a superpopulação, com suas construções residenciais e o estabelecimento de pequenas plantações, se transformou em obstáculo à realização da pecuária, além de reduzir a produtividade do solo. Como consequência, aumento da demanda (população) e queda de oferta (cereais), ocorreu um aumento dos preços alimentícios.

Assim, dado que a produção feudal não é mais suficiente para abastecer uma população expandida, inicia-se a *fase B* do movimento de dupla fase malthusiano. Ou seja, a escassez, a fome e as doenças determinaram o colapso demográfico, reduzindo drasticamente a população europeia. Com efeito, tal redução populacional, levaria, naturalmente, a nova *fase A*, e assim sucessivamente.

É dentro desse contexto que se conclui que as flutuações populacionais, estudadas no *modelo demográfico*, estão intimamente ligadas ao mecanismo de oferta e demanda. Isto é, na *fase A*, a *oferta é maior que a procura*; e, portanto, as condições de vida são favoráveis. Na *fase B*, à medida que a *demand aumenta*, com o crescimento da população, a *oferta diminui*, notadamente, pela queda de produtividade, sendo esse descompasso entre as variáveis econômicas determinantes para a crise econômica.

Em outros termos, é possível identificar no *modelo demográfico*, a existência de um mecanismo fixo de autocorreção que regulava a economia feudal europeia, determinando de forma automática a flutuação econômica e demográfica no longo prazo.

De acordo com os estudos estabelecidos, olhando de uma perspectiva temporal, os séculos XII e XIII, período no qual a população cresceu efetivamente, constituem a *fase A*. Já os séculos XIV e XV, marcados por queda abrupta demográfica, constituíam na *fase B*. Os séculos XVI e XVII, retornariam a *fase A* do duplo movimento.

Em síntese, o *modelo demográfico* parte de duas suposições. A primeira é que a economia feudal era incapaz de expandir e melhorar tecnicamente a produtividade agrícola. A segunda, existia uma correlação entre oferta e demanda e o tamanho da população, em que a variável demográfica apresentava uma propensão natural a crescer quando se verificava maior oferta de terras. Isto posto, pode-se afirmar que essas duas suposições constituem as bases de explicação do *modelo demográfico*.

2.5 – A interpretação neoinstitucionalista

Em estudo anterior (PAULA 2020b) teve-se a oportunidade de dialogar com a obra de Douglass North (1920-2015). Com efeito, a teoria neoinstitucionalista foi de fundamental importância para o estudo das principais *instituições* do capitalismo e como elas se desenvolveram em perspectiva histórica.

Aqui, nesse estudo, retoma-se o diálogo com os neoinstitucionalistas, por meio de dois estudos, que sintetiza sua visão da origem e desenvolvimento do capitalismo, quais sejam: *The rise of the western world. A new economic history* (NORTH & THOMAS, 1973) e *Structure and change in economic history* (NORTH, 1981).

Em *The rise of the western world. A new economic history*, os autores partiram do pressuposto de que as instituições eram determinantes do desempenho econômico e que as mudanças nos preços relativos eram a fonte da mudança institucional, pois criavam incentivos para a construção de instituições mais eficientes. Para tanto, deveriam buscar na história as evidências que pudessem sustentar seus argumentos, dentro de uma perspectiva de inserir a dimensão temporal na análise neoclássica da teoria econômica.

Isto é, a interpretação neoinstitucionalista abordada nesses trabalhos de North (1973; 1981), tenta fornecer uma teoria da emergência da “economia de mercado”, consistente com a teoria econômica neoclássica (HOLTON, 1985; pg., 51).

Contudo, no estudo (NORTH & THOMAS, 1973; pg., 1), ao contrário do *modelo mercantil* tradicional, os autores partem do princípio de que fenômenos como acumulação de capital ou inovação tecnológica *não são causas de crescimento*. Ou seja, procuram fazer um recorte analítico entre o fenômeno que deve ser explicado, e as causas desse fenômeno. Assim, dentro desse contexto, afirmam que inovação tecnológica ou a expansão do mercado não podem, então, ser considerados uma

explicação do crescimento econômico porque ambos fazem parte desse próprio processo. Posto isso, o objetivo de North & Thomas foi pesquisar os pré-requisitos institucionais que permitiram uma economia de mercado baseada no interesse privado pudesse emergir e operar.

A mudança institucional decisiva para o desenvolvimento da economia capitalista, segundo os autores, foi o estabelecimento dos *direitos de propriedade privada*. O argumento principal reside na constatação de que em situações em que tais direitos são mal definidos ou difícil de aplicar, o custo do serviço privado nas iniciativas econômicas excede os benefícios potenciais.

Dessa forma, os autores afirmam que foi apenas com base em direitos de propriedade bem definidos e garantidos, em que se deu a emergência de uma economia de mercado, pois constituiu pilar para uma busca confiante e eficiente de mudança tecnológica e economias de escala. Em suma, o conceito-chave na abordagem neoinstitucionalista é o *direito de propriedade*.

Claro está que tal ênfase não é estranho ao modelo smithiano, tampouco ao marxiano, já que tanto Smith como Marx, apontaram a correlação do *crescimento econômico* com o *desenvolvimento da forma propriedade particular* e toda a superestrutura que a sustenta.

Contudo, no Epílogo do livro (1973; pg., 157), os autores tecem uma crítica àquelas interpretações. Segundo eles, no caso de Smith, argumentam que ele falhou em explorar suficientemente o processo por meio do qual os governos concebem e mantêm os direitos de propriedade de modo a garantir o crescimento econômico, tomando como base as *políticas mercantilistas* dos Estados Modernos. Em relação à Marx, o acusaram de utópico e sua teoria evolutiva dos modos de produção era inaceitável.

De acordo com Holton (1985; págs., 52/53), foram teorias baseadas no comportamento econômico e político do mercado, formuladas no pós-II Guerra, expostas, principalmente nos trabalhos de Baumol (1952); Buchanan e Tulloch, (1962); Demsetz, (1967), que serviram de base para North & Thomas elaborarem seu quadro analítico do *direito de propriedade*.

Buchanan & Tulloch, (1962; pg., 18) partem do pressuposto de que o comportamento econômico do mercado está vinculado a parte da população individualmente aquisitiva, de modo que o indivíduo médio quando confrontado

com uma escolha real de troca, irá escolher “mais” em vez de “menos”. Dessa forma, as relações mercantis são organizadas por meio de regras estabelecidas por indivíduos soberanos e arranjos contratualmente, na medida em que tais indivíduos consideram vantajoso fazê-lo; ou seja, onde os benefícios excedem os custos, dentro da concepção da *teoria dos custos de transação* de Ronald Coase (1937). Como viu-se em estudo anterior (PAULA, 2020b), essa teoria balizou toda a argumentação neoinstitucionalista de North.

Demsetz (1967), buscou as origens históricas do *direito de propriedade* como um instrumento da sociedade, expresso nos costumes e na lei. Enfatizou que os direitos de propriedade mudam, no espaço e no tempo, uma vez que não podem ser vistos como socialmente universal. Tomando como base Holton (1985; pg., 53), pode-se inferir que a análise histórica do direito de propriedade de Demsetz inspirou o estudo de North & Thomas (1973), dado que os autores aceitam e tomam como ponto de partida as análises daquele autor.

Isto é, tomam como princípio básico de que é a escolha individual e a racionalidade do *homem econômico* que culminou na emergência da propriedade privada como principal forma de propriedade na economia de mercado ocidental.

Todavia, no contexto do estudo de North & Thomas, há ênfase no caráter de *externalidade negativa* para a emergência dos direitos de propriedade, em contraposição à visão de Demsetz, de que aquela se relaciona à *internalização de externalidades potenciais*, que servem para orientar os *incentivos*, no contexto de que os custos se tornam calculáveis, suportáveis e geralmente reduzidos, onde é possível iniciar atividades em que os benefícios de uma transação excederá os custos.

Já para North & Thomas, os direitos de propriedade privada são entendidos de forma distinta às propensões utilitárias dos indivíduos, dado que não são vistas como universalmente presentes desde o princípio. Então, segundo eles, não há evolução histórica estável em direção à sociedade de mercado; em vez disso, a intervenção estatal é condição necessária para criar esse direito. Isto é, o Estado é a principal agência institucional que garante a existência da propriedade privada. O principal argumento reside, pois, somente ele, tem a vantagem em termos legais, poder fiscal e coercitivo para definir e fazer cumprir os direitos de propriedade em um custo mais baixo do que os grupos voluntários.

Posto isso, a essência da análise histórica de North & Thomas (1973) está contida na proposição de que o sucesso diferencial das economias europeias após o fim do feudalismo dependeu dos relacionamentos entre as políticas fiscais dos Estados nacionais e os direitos de propriedade.

De acordo com os autores, são as inovações institucionais nos direitos de propriedade, que constituem pré-condições para a emergência do capitalismo; essas, por sua vez, encontram-se historicamente na Europa Ocidental, no período de 900 a 1700. Com base nessa época, eles procuram localizar a natureza e as causas da quebra dos direitos da propriedade feudal e como surgiram novos arranjos institucionais que evoluíram para a propriedade privada. Enfatizam, portanto, que não foi uma transição evolutiva suave do feudalismo para o capitalismo, mas sim um processo amplamente divergente de experimentos.

É importante ressaltar que, em contraste com o *modelo mercantil* tradicional, cujo corolário é a emergência imanente da sociedade de mercado; em North & Thomas o desenvolvimento econômico é explicado por sua precariedade e vicissitudes, em que o elemento demográfico é integrado à análise econômica da origem do capitalismo, tomando como base os estudos do *modelo demográfico* discutido na seção anterior desse capítulo (2.4).

Assim, para North & Thomas, a história é interpretada como uma luta para superar a pressão populacional sobre os recursos. Contudo, isso só pode ser conseguido criando mecanismos institucionais que permitem a substituição de métodos de produção ineficientes pelos mais eficiente. O corolário dessa visão, é que os autores afirmam que tal mecanismo só pode ser atingido numa economia de mercado.

Ou seja, somente assim se torna possível para que o crescimento da produção ultrapasse o aumento da população, tal como expressos por Malthus e Ricardo, no século XIX e reelaborados pelo *modelo demográfico* no século XX. Em North & Thomas, a cronologia da mudança demográfica decisiva e seu impacto na trajetória econômica, no contexto europeu, é mais bem vista em duas fases.

Na primeira, entre 900 e 1500, que testemunha a clássica visão malthusiana de expansão, crise e redução da população. Na segunda, entre 1500 e 1700, os autores analisam que foi nesse período que se estabeleceu de forma bem-sucedida os direitos de propriedade na sociedade ocidental europeia, que culminou com a

“arrancada” econômica da Inglaterra no século XVIII, na qual se deu num contexto da evasão das crises de subsistência malthusianas.

A análise dos autores segue a seguinte argumentação. Em primeiro lugar, o crescimento populacional – visto por eles como um fator de influência exógeno – é decisivo para a expansão do comércio e agricultura dos anos 900 até cerca de 1300. O feudalismo, bem como sua principal instituição, o *senhorio*²⁵, foi originalmente concebido para restaurar ordem social numa região altamente instável, provando ser, segundo eles, um sistema socioeconômico muito além de ser fundado totalmente na autossuficiência.

A sociedade feudal, foi capaz de expandir a produção e responder as oportunidades de mercado, não obstante até certo ponto; afirmam. Entretanto, no longo prazo, North & Thomas analisaram que tais respostas levaram a um irreversível enfraquecimento do feudalismo. Suas evidências apontaram para a crescente prática de permitir que os servos comutassem seus serviços de trabalho obrigatório em pagamentos em dinheiro, obtido, por conseguinte, pela comercialização de produtos. Com efeito, esse constituiu fator decisivo para a crise final do sistema feudal, cuja principal consequência, foi a possibilidade de as relações de mercado penetrarem na sociedade europeia.

Dessa forma, o processo de erosão gradual das instituições feudais, bem como, a ascensão das relações de mercado, chegou num ponto sem volta com a crise do século XIV. Segundo os autores, foi nesse período que a expansão da população foi controlada pela crescente escassez de terras, e o colapso demográfico foi acelerado pela *Peste Negra*, escassez de alimentos e fome. Essa crise cujos efeitos duraram cerca de um século, acabou por produzir mudanças profundas na economia, na política e na sociedade.

No contexto da Europa Ocidental, o grande colapso do século XIV causou duas consequências fatais para a crise final do feudalismo. De um lado, levou o fim da

²⁵ O termo *senhorio* ou como é descrito na língua inglesa *manorialism*, constitui a instituição dominante de organização da economia, do poder e da sociedade feudal na Europa, caracterizada pela atribuição de poderes legais e econômicos a um senhor, a partir do seu *domínio*, que é mantido economicamente pelas suas terras e pelas contribuições obrigatórias de parcela do campesinato que lhe é legalmente sujeito e sobre a qual tem jurisdição. Além da condição de proprietário da terra e dos outros meios de produção, o senhor também é o detentor da autoridade e do poder nas dimensões militar, judicial e fiscal, cujo sistema de poder vincula-se a uma posição hierarquicamente definida por suserania e vassalagem, na qual se estabelece as cadeias de comando militar e político do sistema feudal.

servidão devido à escassez de mão de obra criada pela queda demográfica, o que, por sua vez, aumentou o poder de barganha dos servos em relação aos senhores. De outro, as receitas feudais dos aluguéis de terras caíram fortemente. Com efeito, em conjunto, tais desdobramentos minaram a capacidade de reprodução da base socioeconômica do feudalismo, destruindo, por conseguinte, a principal instituição que o sustentava, o *senhorio*.

North & Thomas chamam atenção de que a queda das receitas feudais levou a mudança institucional nas relações políticas hierárquicas entre os senhores, cuja consequência culminou na centralização política, com o advento dos Estados Modernos, a partir do século XV. Isto é, aos reis foi exigido novas fontes de receitas, que devido as melhorias na tecnologia militar – *pike* (lança longa com ponta de aço) e o canhão – conseguiram transferir o controle do poder coercitivo dos senhores feudais para suas respectivas mãos, o que, para os autores, constituiu em fator decisivo para a centralização política.

De acordo com eles, o *pike* enfraqueceu a eficácia da cavalaria feudal blindada em face da infantaria disciplinada, enquanto o canhão tornou o castelo feudal militarmente obsoleto. O efeito contínuo, desse modo, foi fortalecer a mudança em direção à centralização de poder militar nas mãos de Estados fortes, com capacidade de manter exércitos permanentes. Todavia, os autores afirmaram que essas inovações militares, ainda assim, não ajudaram a resolver a crise fiscal dos Estados em formação; na verdade só os pioraram.

Isso posto, como então atender a demanda fiscal, questionaram. Segundo eles, essa questão forma a ponte para a segunda fase de sua análise da mudança cronológica da demografia europeia.

Ou seja, entre 1500 e 1700, os autores analisaram que muitos direitos de propriedade baseados na *tradição* e nos *costumes* foram minados por monarcas que procuram resolver as crises fiscais dos Estados nacionais emergentes. Novas estratégias de receitas fiscais foram formatadas. Iam desde o confisco, até concessões de direitos de monopólio. Havia também uma aliança tácita com nobres *vassalos* poderosos que ainda conseguiam extrair receita do campesinato.

Entretanto, naquele período, emergiu a opção de os Estados criarem *mercados abertos*, com objetivo de se beneficiarem dos tributos nas transações. Em suma, North & Thomas afirmam que em todos esses casos, o Estado estava

efetivamente concedendo direitos de propriedade ou garantindo sua proteção em troca de receita.

Os autores estabelecem comparações entre os Estados nacionais consolidados naquele período, de modo a compreender como o instituto do *direito de propriedade* impactou no crescimento econômico e na superação da crise demográfica malthusiana. Segundo eles, os estados inglês e holandês estabeleceram leis que beneficiavam a propriedade privada e, portanto, foram bem-sucedidos no crescimento econômico. Já os estados francês e espanhol desenvolveram regras que mais inibiam do que estimulavam os direitos de propriedade.

Assim, concluíram que a Holanda e a Inglaterra conseguiram, pela primeira vez, superar as crises recorrentes de população e de recursos, enquanto França e Espanha não. Em resumo, o corolário dos autores é que incentivos positivos ao desenvolvimento do mercado livre e eficiência econômica, permitiram àqueles estados nacionais, explorar melhor as oportunidades de mercado e expansão do comércio internacional.

Contudo, no caso inglês, os autores chamam atenção para os conflitos que marcaram a luta parlamentar contra a Coroa, durante a segunda metade do século XVII. Segundo eles, isso foi de fundamental importância para a garantia dos direitos de propriedade, tal como se deu.

Isto é, os direitos de propriedade privada foram moldados para além do poder de tributação arbitrária da Coroa, ficando sob a guarda do Parlamento, cujo poder encontrava-se na mão dos novos proprietários, grandes comerciantes e arrendatários capitalistas. O sistema Tudor de regulação industrial também foi efetivamente desafiado, ao mesmo tempo, levando a um maior escopo para a propriedade privada individual. Portanto, de acordo com North & Thomas, *o palco estava montado* por volta de 1700 para a *Revolução Industrial*, uma vez que a estrutura institucional da Inglaterra forneceu um ambiente hospitaleiro para o crescimento econômico (1973, pp., 155-6).

Nos casos francês e espanhol, o desenvolvimento foi "estrangulado", de acordo com North & Thomas, por uma política fiscal adversa, agravada pelos poderes absolutos detidos pelos respectivos monarcas sobre a tributação. Na França, por exemplo, as receitas foram levantadas tanto por tarifas internas que separaram mercados regionais como pela venda de privilégios de guilda. Isso

impactou na proteção dos mercados, impedindo a constituição de fato de um mercado nacional integrado, além de uma monopolização de produtos que impediu, no longo prazo de ganhar competitividade.

Assim, embora tanto a terra como o trabalho fossem alienáveis, os autores afirmam que o estado francês falhou em desenvolver um conjunto eficiente de direitos de propriedade (pg., 127).

Na Espanha, o estabelecimento do direito de propriedade privada também foi retardado por políticas arbitrárias de confisco de propriedade ou através de formas de tributação como a *Mesta*. Ou seja, em troca de receita garantida ao Estado, foi dado aos criadores de ovinos o direito absoluto de conduzir ovelhas em terras privadas. Os autores chamam atenção para o fato de que na Espanha, o Estado se recusou deliberadamente a aceitar os cercamento de terras comunais para fins de produção agrícola (pg., 130).

Não obstante a interpretação inovadora de North & Thomas, sobre a origem do capitalismo, eles receberam muitas críticas por parte dos historiadores, especialmente na suposição de que atores econômicos individualmente racionais envolvidos em transações entre si, se encontravam em formações socioeconômicas pré-capitalistas, como no caso do feudalismo.

O fato é que North & Thomas afirmaram que aquele sistema social foi fundado nas relações contratuais entre os indivíduos, o que levou seus críticos a classificarem tal suposição como a-históricas e anacrônicas. Segundo Holton (1985; pg., 59), tal visão foi certamente plausível quando aplicado às relações entre senhores e vassalos, mas muito mais duvidosos quando aplicados às relações entre senhores e servos.

Holton chama atenção de que havia certos homens livres que foram "contratados" como servos em troca de proteção, pelo senhor feudal; mas isso se deu ao menos no início daquele período sistêmico. Na verdade, a característica básica do feudalismo, era que a grande maioria das pessoas foram coagidas a se tornarem servis ou ter nascido nesse *status*. E uma vez que o *status servil* foi assumido, qualquer sentido de uma relação contratual livre entre senhor e servo desapareceu, pois o servo passou juridicamente a ser vinculado ao estado senhorial.

Ainda de acordo com Holton (pg., 59), o fracasso de North & Thomas em tal apreciação, se reflete em seu tratamento da prática de comutação pela qual os servos

poderiam substituir seus serviços de trabalho compulsório por pagamentos em dinheiro. Isto é, eles viram isso como a intrusão de uma lógica de mercado nas relações feudais. Ou seja, é como se tais arranjos representassem uma irreversível erosão da servidão e a chegada imanescente das relações de mercado.

Com efeito, afirmou Holton, essa interpretação não nasce de dados históricos, pois, principalmente, a comutação permaneceu uma prática contida no âmbito das relações sociais feudais, já que, geralmente eram os senhores que tomavam a iniciativa de permissão, com objetivo de aumentar a receita quando o trabalho era abundante.

Em *Structure and change in economic history* (1981), North foca na análise dos *custos de transação* para explicar a origem e o desenvolvimento do capitalismo. De acordo com ele, os *custos de aquisição de informações*, *incerteza* e *custos de transação* não existem (1981; pg., 5). Contudo, essas ficções conceituais neoclássicas são valiosas porque destacam certas suposições *tidas como certas*, que merecem ser mais explicitadas.

Ou seja, são suposições que envolvem uma *estrutura de incentivos* para encorajar a ação econômica privada e a proteção dos direitos de propriedade. Esses direitos se estendem a *novos conhecimentos* que podem ser explorados de forma lucrativa e para a garantia de uma taxa de retorno positiva à poupança privada.

Contudo, North afirmou que a teoria neoclássica não leva em consideração o comportamento demográfico. Para ele, os custos privados e sociais de ter filhos eram idênticos, implicando que as decisões de fertilidade estavam sujeitas ao controle humano e ajustável no curto prazo, às mudanças nos custos sociais de maiores níveis populacionais. Nenhuma dessas questões pode ser tomada como certa na análise das mudanças econômicas e sociais ao longo da história.

À luz de tais limitações fundamentais da teoria econômica neoclássica, North se aproximou de perspectivas científicas das ciências humanas. Na verdade, ele se voltou contra o modelo neoclássico, pois esse deixa inexplicáveis, o que denominou de *grandes resíduos*, tais como a política, a cultura e a demografia.

Com efeito, é a partir desse momento que North vai dando cara a sua *teoria das instituições*, envolvendo um conjunto de teorias, a saber: a *teoria dos direitos de propriedade*, responsável pelos *incentivos*; a teoria do Estado, responsável por explicar a *agência que especifica e impõe tais direitos*; e a *teoria da ideologia*,

responsável por explicar as *diferentes percepções da realidade* que afetam os indivíduos, bem como sua reação em direção às mudanças institucionais. Essa última teoria envolve questões de valores e ordem normativa, em que indivíduos usam padrões como *justiça* ou *imparcialidade*, o que impõe um olhar, para além da *teoria da escolha racional individualista*, que o autor utilizou no estudo anterior (NORTH & THOMAS, 1973).

O fato é que essa agenda teórica representa um dos mais radicais desafios da teoria econômica convencional em lidar com o surgimento do capitalismo. North ainda mantém o pressuposto utilitário de maximização da riqueza ao lado dos conceitos recém-elaborados de direitos de propriedade, formas de estado e ideologia. Contudo, são as características extra utilitárias das instituições que se situam no centro da explicação da origem do capitalismo.

Dessa forma, uma série de influências históricas, tais como mudanças na tecnologia militar que afetam o poder do estado ou conflitos sobre os direitos de propriedade (como entre reis e parlamentos), começaram a ser sistematicamente integradas na análise da ascensão do mundo ocidental.

Em um nível mais geral, North (1981) reproduziu a ênfase fundamental de North & Thomas (1973) no diferencial impacto das políticas dos Estados nacionais em relação aos direitos de propriedade na ascensão do capitalismo. A ideologia, de fato, de acordo com North (1981), desempenhou um papel muito limitado nesse processo, até que os direitos de propriedade apropriados fossem vistos como estabelecidos.

Só depois de 1700, quando esses incentivos e garantias estão no lugar, que fenômenos históricos, como o legado do Reforma Protestante e da Revolução Científica dos séculos XVII XVIII passaram a influenciar economicamente o desenvolvimento.

Capítulo 3: As interpretações marxianas

No contexto da obra marxiana (os textos escritos por Karl Marx e Friedrich Engels), pode-se afirmar, tomando como base dois estudos (BRENNER, 1983; MARIUTTI, 1999) que existem duas interpretações distintas da *origem do capitalismo*. A primeira encontra-se nos seguintes livros: *A ideologia alemã* (1845/46), *A miséria da filosofia* (1847) e em *O Manifesto comunista* (1848).

A explicação principal consiste no desenvolvimento natural da divisão do trabalho, que expressa diretamente o nível das forças produtivas, determinando assim a expansão dos mercados e as relações sociais de propriedade e de classes. Com efeito, segundo essa explicação, o capitalismo se originou a partir do descompasso entre as relações de produção e forças produtivas desenvolvidas pela intensificação do comércio e da divisão do trabalho, o que provocou a ruptura com o feudalismo.

Note-se aqui, que o papel da luta de classes na transformação da sociedade ficou reduzido a mera formalidade, não obstante a burguesia ser considerada revolucionária. Contudo, seu progresso político era produto de um longo processo de desenvolvimento no modo de produção e de troca (MARX & ENGELS [1848], 1993; pg., 77).

Por suposto, uma visão bastante semelhante da economia política clássica e da interpretação do *modelo mercantil* da origem do capitalismo.

A segunda interpretação encontra-se nas obras *Grundrisse* (1857/1858) e *O capital* (1867). Nessas, a explicação sobre a origem do capitalismo está na relação conflituosa entre as principais classes sociais que dominavam o feudalismo, os produtores diretos e a nobreza. A crise final do feudalismo se deu por meio de uma série de processos sociais, traduzidos na luta de classes, que destruíram as relações de produção feudais. Um dos principais processos sociais foi a *acumulação primitiva*. Em resumo, o núcleo dessa explicação é que o modo de produção feudal entrou em colapso movido por leis próprias e o capitalismo articulou-se com sua desintegração.

Aprofunda-se a discussão dessas duas interpretações marxianas, a seguir.

3.1 – A origem do capitalismo sob determinação das “forças produtivas”

Optou-se por apreciar, no contexto da obra marxiana, a origem do capitalismo sob determinação das “forças produtivas”, dois livros, a saber: *A ideologia alemã* e *O Manifesto comunista*. Decidiu-se deixar de fora *A miséria da filosofia*, pois tal livro, não obstante Marx apresentar os princípios do materialismo histórico-dialético, esse é uma resposta política travada com Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), fundador do anarquismo, que havia publicado *Sistemas das contradições econômicas* ou *Filosofia da miséria* e que Marx o atacou veementemente.

Ademais, é possível observar que, naquele momento, Marx ainda estava dominando a *economia política*, o que contribuiu para tornar o livro deficiente em alguns aspectos, tal como flutuação conceitual e imprecisão de termos. A categoria *forças produtivas* é utilizada como sinônimo de *divisão técnica do trabalho* (MARIUTTI, 1999; pg., 143). Contudo, isso não quer dizer que se possa menosprezar o referido livro; mas que, no contexto desse estudo, ele acaba mais por confundir do que ajudar na análise de como se construiu a interpretação do pensamento marxiano sobre a origem do capitalismo.

a) A origem em *A ideologia alemã*

Em *A ideologia alemã* (MARX & ENGELS [1845/46], 1984; pp., 28/29), os autores partiram do pressuposto de que tanto as relações internas de um país, quanto entre as nações, dependem do estado de desenvolvimento em que se encontram no que concerne às *forças produtivas*, à *divisão do trabalho* e ao *intercâmbio interno*.

Trocando em miúdos, as forças produtivas de um país são determinadas pelo nível de desenvolvimento atingido pela divisão do trabalho, tendo para cada nova força produtiva (entendida aqui como atividade econômica) um novo desenvolvimento da respectiva divisão.

Isto é, segundo os autores, a divisão do trabalho no contexto interno das nações leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola, de outro, e com isso, a separação entre cidade e campo e

a oposição de seus interesses. Seu desenvolvimento ulterior leva à separação entre trabalho comercial e o trabalho industrial. Ao mesmo tempo, através da divisão do trabalho dentro desses diferentes ramos, desenvolvem-se diferentes subdivisões entre indivíduos que cooperam em determinados trabalhos. A posição de tais subdivisões particulares umas em relação a outras é condicionada pelo modo ao qual se exerce o trabalho agrícola, industrial e comercial. Essas mesmas condições mostram-se ao se desenvolver o intercâmbio entre as diferentes nações.

Assim, de acordo com Marx & Engels, a evolução histórica da humanidade passou por diversas fases do desenvolvimento da divisão do trabalho, que por sua vez, moldou formas específicas de propriedade. Segundo eles, cada nova fase da divisão do trabalho determinou igualmente as relações dos indivíduos entre si, no que se refere ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho.

Portanto, Marx & Engels conceberam a existência e a relação direta entre o grau de divisão do trabalho e o desenvolvimento das forças produtivas, no qual tinha força suficiente para promover transformações sociais. Numa palavra, o que comandava o processo de evolução histórica era o desenvolvimento das forças produtivas em conexão com o grau de divisão do trabalho. Seu aprimoramento, por sua vez, determinava as transformações sociais e as diferentes formas de propriedade.

Seguindo o curso de *A ideologia alemã* (Ibid., pp., 29-35), os autores expuseram três formas de propriedade para evidenciar o processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas conectadas com o grau de divisão do trabalho.

A primeira forma de propriedade era a *propriedade tribal*, que correspondeu à fase não desenvolvida da produção. O povo se alimentava da caça e da pesca, da criação de gado ou, no máximo da agricultura. A divisão do trabalho e sua estrutura social encontravam-se ainda pouco desenvolvida, limitando-se a divisão natural da família e sua extensão. Ou seja, os chefes patriarcais da tribo, abaixo deles os membros da tribo e finalmente os escravos. A escravidão oculta na família, segundo Marx, desenvolveu-se paulatinamente com o crescimento populacional e das necessidades, como também com a extensão do intercâmbio externo, tanto da guerra como da troca.

A segunda forma de propriedade era a *propriedade comunal e estatal*. Se encontrava na Antiguidade, que se originou, sobretudo, da reunião de muitas tribos para formar uma *cidade*. Ela se deu por contrato ou por conquista e na qual conservou a *escravidão*. Ao lado da propriedade comunal, desenvolveu-se a propriedade móvel e, mais tarde, também a imóvel, mas como uma forma anormal subordinada à propriedade comunal. Os cidadãos possuíam o poder sobre os seus escravos apenas em sua coletividade, e, por isso, estavam ligados à propriedade comunal. A divisão do trabalho era mais desenvolvida que a forma anterior. Encontra-se nela, a oposição *cidade/campo*, e mais tarde, a oposição entre os Estados que representam o interesse das cidades e os que representam os interesses do campo.

De acordo com Marx & Engels, encontrava-se no interior das próprias cidades a oposição entre o comércio e a indústria, e as relações de classe entre cidadãos e escravos estavam ali plenamente desenvolvidas.

Por fim, a terceira forma de propriedade era a *propriedade feudal ou estamental*. Essa se diferenciava da anterior, pois partia do campo e não da cidade, característica principal da estrutura social da Antiguidade. A propriedade feudal se constituiu a partir de uma população dispersa e disseminada por um vasto território. Para os autores, o desenvolvimento feudal foi fruto do declínio do Império Romano e das conquistas “bárbaras” (povos germânicos), que destruíram as forças produtivas avançadas que marcaram as sociedades greco-romanas. Assim, a agricultura declinou, a indústria entrou em decadência dado a falta de mercados, o comércio foi interrompido, as populações rural e urbana diminuíram.

Essas condições preexistentes e o modo de organização da conquista por elas condicionado fizeram com que desenvolvesse, sob a influência da organização militar germânica, a propriedade feudal. Nessa, pequenos camponeses servos da gleba, constituíam na classe diretamente produtora. A estrutura hierárquica da posse da terra e a vassalagem armada a ela conectada davam à nobreza o poder sobre os servos.

À essa estrutura feudal da posse da terra correspondia, nas cidades, a propriedade corporativa, o que Marx & Engels chamaram de *organização feudal dos ofícios*. Aqui, a propriedade consistia, principalmente, no trabalho de cada indivíduo, subordinado às *corporações*, as quais surgiram da reunião de pequenos capitais

economizados pouco a pouco pelos artesãos, os quais dado ao aumento da população, estabeleceu uma hierarquia – oficial/aprendiz – semelhante à do campo.

Dessa forma, a propriedade feudal consistiu, de acordo com os autores, de um lado, na propriedade territorial à qual estava ligado o trabalho dos servos e, de outro, no trabalho próprio com pequeno capital dominando o trabalho dos oficiais. A estrutura de cada uma dessas formas era condicionada pelas condições limitadas da produção, pelo escasso e rudimentar cultivo da terra e pela indústria de tipo artesanal.

Para eles, o desenvolvimento da sociedade feudal provocou o surgimento das cidades, e posteriormente, a oposição entre cidade e campo. Segundo os autores, esse foi o momento decisivo que possibilitou a intensificação da divisão entre trabalho manual e intelectual e, conseqüentemente, o aprimoramento da divisão do trabalho. Isto é, a ascensão das cidades trouxe consigo novas necessidades, notadamente, administração pública²⁶.

Com efeito, de acordo com os autores, as cidades da Idade Média europeia, eram verdadeiras associações criadas pela necessidade imediata, pela preocupação em defender a propriedade e aptas a multiplicar os meios de produção e os meios de defesa de seus membros individuais.

A divisão do trabalho entre as diversas corporações era ainda natural e não se estabelecia entre os diferentes trabalhadores. Cada um deles era capaz de realizar todo o ciclo de trabalho, utilizando diversas ferramentas. O intercâmbio entre as cidades era escasso, bem como a densidade populacional muito pequena, o que obstruía a divisão do trabalho.

O que, para eles, possibilitou a retomada do desenvolvimento foi a separação entre o comércio e a produção; ou seja, a *gênese de uma classe especial constituída por comerciantes*. Com isso, surgiu a possibilidade de aumentar o vínculo comercial entre as cidades, que passaram a se relacionar umas com as outras de forma mais sistemática, o que por sua vez, induziu a divisão da produção entre as cidades. A especialização do trabalho aumentou cada vez mais, elevando, por conseguinte, a produtividade.

²⁶ MARIUTTI, E. B. *A transição do feudalismo para o capitalismo. Balanço do debate*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Dissertação de Mestrado), pg., 136.

Em paralelo a essas transformações, um inimigo comum unia os comerciantes dos mais diversos centros urbanos: a nobreza rural. O comércio, ao intensificar a comunicação entre as cidades, tornou possível a percepção de interesses comuns que ultrapassavam os limites locais, favorecendo o surgimento de uma nova classe social, a *burguesia*, na qual à medida que se avançam as forças produtivas, torna-se a classe a liderar a *transição* para o capitalismo.

b) A origem no *Manifesto comunista*

Fato. No *Manifesto comunista* (1848), Marx & Engels inseriram a problemática da *luta de classes* no seio de suas reflexões teóricas. Ou, como eles abrem o capítulo *burgueses e proletários: A história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a **história das lutas de classes*** (MARX & ENGELS [1848], 1993; pg., 75).

Contudo, é possível observar naquela exposição, que o comando da passagem do *modo de produção feudal* para o *capitalismo*, se deu pelo incremento das *forças produtivas*, as quais impulsionaram os mercados.

Os autores analisaram da seguinte forma (Ibid., pp., 76-78). Partem do pressuposto de que a *sociedade burguesa moderna*, que nasceu das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classe. O que ocorreu foi o estabelecimento de novas classes sociais, novas condições de exploração e novas formas de luta em lugar das velhas. No entanto, na sociedade capitalista, segundo os autores, a característica principal é que se deu a simplificação dos antagonismos de classes, pois essa passou a se dividir em dois campos opostos: a *burguesia* e o *proletariado*.

A partir daí, discutiram a constituição da classe burguesa e como ela desempenhou um papel revolucionário, na medida em que se avançava as forças produtivas, com elas expondo os limites do modo de produção feudal.

Para Marx & Engels, os primeiros elementos da burguesia eram os cidadãos livres, que nasceram dos servos, passando a povoar as primeiras cidades que surgiram na Idade Média europeia. Com a descoberta da América e a circunavegação da África, à burguesia foi oferecida um novo campo de ação. Ou seja, os mercados da Índia e da China, a colonização das Américas, o comércio colonial, o incremento dos

meios de troca e, em geral, das mercadorias, imprimiram impulso às atividades comerciais, à indústria, à navegação e, por conseguinte, o desenvolvimento do elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição.

Com efeito, segundo eles, a antiga organização feudal da indústria, em que estava circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. Foi dentro desse contexto que surgiu a *manufatura*, de acordo com a explicação dos autores. Isto é, a pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações e a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina.

Com a ampliação cada vez maior dos mercados e o aumento da procura de mercadorias, a própria manufatura tornou-se insuficiente, abrindo espaço para a *revolução industrial*. Dessa forma, a *grande indústria moderna*, segundo os autores, suplantou a manufatura. A média burguesia manufatureira cedeu lugar para a grande burguesia industrial.

Em resumo, para os autores, a grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial, por sua vez, acelerou o desenvolvimento do comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Tal desenvolvimento refletiu na extensão da indústria; e, na medida em que a indústria, o comércio, a navegação e as ferrovias se desenvolviam, crescia também a burguesia, multiplicando seus capitais e deixando em segundo plano as classes legadas pela Idade Média.

Portanto, o esquema interpretativo sobre a origem do capitalismo no *Manifesto comunista* é o seguinte: *revolução dos instrumentos de produção* → *transformações nas relações de produção* → *transformações de todas as relações sociais* (MARIUTTI, 1999; pg., 145).

c) Ponderação

Disse-se que a interpretação marxiana determinada pelas “forças produtivas” da origem do capitalismo é bastante semelhante a explicação do *modelo mercantil* smithiano. De fato, o é; mas só na aparência. Ou seja, é possível visualizar a influência de Adam Smith em *A ideologia alemã*, a partir dos postulados em que se

discute a evolução histórica das sociedades, centrada no autodesenvolvimento da divisão do trabalho.

Mesmo, no que toca a origem do feudalismo, as explicações são muito próximas. Isto é, uma sociedade constituída das conquistas “bárbaras” que pôs fim ao Império Romano, sendo tal sociedade um retrocesso histórico, em comparação aos avanços das forças produtivas do mundo greco-romano.

Contudo, é importante ressaltar que a grande questão discutida em *A ideologia alemã*, é a *reprodução da vida material*, ponto de partida para a categoria *modo de produção*, elemento fundamental de seu método de análise histórica – o *materialismo histórico*.

Tal como se afirmou:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX & ENGELS [1845/46], 1984; págs., 27/28).

Assim, a passagem citada anteriormente, revela que o objetivo de Marx & Engels é a investigação sob o critério da *totalidade*. Ou seja, a ideia de que todas as instâncias da sociedade se articulam em uma *totalidade concreta*. Tal construção teórica tem, justamente, seu ponto de partida, em *A ideologia alemã*.

Já no *Manifesto comunista*, como foi dito, seu elemento central foi a inserção da *luta de classes* como eixo importante na construção do método de análise histórica. Isto é, aqui, Marx & Engels retomam suas concepções formuladas originalmente em *A ideologia alemã*, mas introduzindo a *questão social*, de forma que a abordagem seja simultaneamente *problema prático*, *reflexão teórica* e *questão histórica*, tal como exposto por György Lukács ([1923], 2003; pp., 63-104), acerca da construção do método marxiano²⁷.

²⁷ De acordo com Lukács, teoria, prática e história constituem a base do método marxiano. Teoria e prática formam a consciência da realidade, cujo passo decisivo para a transformação dessa realidade, está na

Na verdade, ao perpassar pelas primeiras obras de Marx & Engels, é possível identificar como, aos poucos, vai se construindo o método marxiano. *A ideologia alemã* é o ponto de partida da construção do *materialismo histórico-dialético*, pois foi nela em que se expôs a crítica ao *materialismo mecanicista*, corrente filosófica de influência, desde o século XVIII e que, no século XIX tinha o filósofo Feuerbach, como expoente; bem como, se completou a crítica ao *idealismo dialético* de Hegel, cujo início foi com a publicação da *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, em 1843, escrita por Marx (2010). Portanto, um diálogo crítico com a filosofia alemã.

Nos estudos *Manuscritos econômicos-filosóficos* ([1844], 2002) e *Miséria da filosofia* ([1847], 2007), o que se observa é o esforço de Marx em compreender o método da *economia política*. De acordo com Mandel (1968; págs., 36/37), Marx ainda não havia resolvido o problema do *valor* e do *mais-valor*. Entretanto, o mais importante, nesses estudos, é a aplicação da dialética à realidade socioeconômica, como esboços iniciais para uma crítica daquela ciência.

Daí, no contexto dos *Manuscritos*, Marx buscar apreender as categorias propriedade privada, salário, lucro, renda e trabalho, dos economistas clássicos e elaborar uma crítica, tomando emprestado os conceitos de *alienação* e *homem desumanizado* de Hegel e Feuerbach respectivamente, para discutir a sociedade burguesa do século XIX, como uma *sociedade desumanizada*, pois o trabalho ali realizado, era *trabalho alienado*, já que o trabalhador se tornou uma *mercadoria* (MARX [1844], 2002; pp., 110-122). Em suma, um diálogo crítico com a economia política britânica.

Por fim, no contexto do *Manifesto comunista*, ao analisar o processo histórico de nascimento do capitalismo, seus méritos, principalmente aquele de ter tornado possível a supressão de todas as classes, graças ao impulso prodigioso das *forças produtivas*, na qual se assentava o movimento operário, Marx & Engels, por meio de

compreensão do processo histórico. Claro está que ele se refere a uma situação concreta, qual seja, a *revolução social*, a superação da sociedade capitalista, por meio da tomada do poder pelo proletariado. Esse, por sua vez, somente atingirá seus objetivos, quando tiver a clara compreensão que é sujeito e objeto do conhecimento, de modo a liderar o processo revolucionário. Ou seja, é a unidade entre teoria e prática, bem como sua compreensão do processo histórico, a condição prévia da revolução social. É isso que Lukács denomina de *marxismo ortodoxo*. Ver: LUKÁCS, G. *O que é marxismo ortodoxo?* In: LUKÁCS, G. *História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista*. [1923]. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp., 65-67.

seu método científico, estavam estabelecendo a crítica ao movimento socialista de sua época, em especial, àquele liderado pelos franceses.

Numa palavra, tomando como base todos esses estudos apontados, mas não exclusivamente, entende-se, como que as críticas à filosofia alemã, os esboços iniciais para uma crítica da economia política britânica e à crítica do socialismo francês, foram se consubstanciando no método histórico-dialético, cujo amadurecimento estaria em *O Capital* [1867], 1988).

3.2 – A origem do capitalismo sob determinação das “relações de produção”

O que se está denominando aqui de *origem do capitalismo sob determinação das relações de produção*, é a narrativa bem distinta da interpretação anterior e que se encontra nas obras *Grundrisse* (1857/58) e *O capital* (1867). Isto é, as *relações de produção* ocupam o lugar de tendência dominante na condução das transformações sociais na passagem de um modo de produção a outro. O núcleo central dessa interpretação está nas relações de exploração e de distribuição de poder, resultado que só pôde ser alcançado conferindo papel maior a *luta de classes* (MARIUTTI, 1999; pg., 146).

É interessante observar o papel das *forças produtivas* nesse modelo. Ou seja, no contexto dessa interpretação, o progresso técnico passou a ser explicado, como resultado do conflito entre classes sociais, por meio da interação dos seguintes fatores, quais sejam: *a constituição das classes sociais, posição que ocupam na sociedade, correlação de forças e a forma como se expressa o antagonismo de classe*.

Em resumo, os papéis se invertem. Anteriormente, as relações de produção eram concebidas sob dominância das forças produtivas. Aqui, o desenvolvimento das forças produtivas passa a ser concebido sob a dominância das relações de produção. Isto é, a tecnologia deixa de ser vista, na perspectiva marxiana, como um elemento acima das classes sociais, exteriorizado e cujo desenvolvimento é valorativamente positivo. Na verdade, o que ocorre é o contrário. Trata-se de uma esfera onde a dominação de classe é exercida.

Contudo, é necessário afirmar que, nessa segunda interpretação, as categorias *forças produtivas e relações de produção* são redefinidas, e, portanto, concebendo uma explicação diferente, mas para além da inversão dos papéis,

enquanto tendência dominante. Isto é, a categoria *relações de produção* amplia sua abrangência, passando a integrar o conflito de classes; já a categoria *forças produtivas* perde qualquer traço de linearidade, dissipando a atribuição da tendência de descompasso entre forças e as relações de produção como motivo que gera a passagem de um modo de produção a outro.

Com efeito, as relações de produção passam a ser concebidas simultaneamente como *relações de reprodução*, capazes de recriar como *condição e resultado* os elementos que constituem o modo de produção analisado. É dessa forma que se observa uma *nova interpretação* marxiana da origem do capitalismo. Ou seja, a constituição do modo de produção capitalista é resultado do colapso do modo de produção feudal, o qual ruiu por intermédio de suas próprias *contradições internas*; ou dito de outra forma, *foi o processo de dissolução do feudalismo que gerou os elementos formadores do capitalismo* (Ibid. Ibidem).

a) A origem nos Grundrisse

Esboço da crítica da economia política, ou simplesmente *Grundrisse* (esboço), conforme o título da edição alemã, compõe um conjunto de três textos, distintos entre si em natureza e dimensão, escritos por Karl Marx, intitulados *Manuscritos econômicos de 1857/1858*. O *Esboço* compreende o *terceiro manuscrito* e consiste em dois capítulos (*Capítulo do dinheiro* e *Capítulo do capital*) distribuídos em sete cadernos, escritos entre outubro de 1857 e maio de 1858.

Dentro do *capítulo do capital*, na segunda seção, que versa sobre *o processo de circulação do capital*, encontra-se um tópico intitulado ***formas que precederam a produção capitalista*** (MARX [1857/58], 2011; pp., 388-423) ou ***formações econômicas pré-capitalistas***. É dentro desse tópico que Marx formula as primeiras ideias sobre a origem do capitalismo, nos termos da segunda interpretação, que se está denominando *sob determinação das relações de produção*.

Parte de que o capitalismo se assenta em dois pressupostos: a) o elemento chave para acumulação de capital é o trabalho assalariado, sendo esse caracterizado pelo trabalho livre e sua troca por dinheiro, com objetivo de reproduzir e valorizar o dinheiro – não como valor de uso para fruição, mas como valor de uso para o dinheiro; b) a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação

– dos meios e do material do trabalho, significando acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto seu “laboratório natural”, de sua existência objetiva.

Com isso, Marx demonstrou que as condições históricas do capital não devem ser buscadas no interior do próprio modo de produção capitalista, pois, segundo sua exposição nos *Grundrisse*, *um modo de produção não pode gerar seus elementos fundadores; e sim, foram formados ao longo da crise do feudalismo.*

É dentro desse contexto que ele buscou o cotejo entre as especificidades do capitalismo *vis a vis* as formações econômicas que o precedeu. Isto é, nas formas pré-capitalistas, a característica básica consistia na união entre o trabalho e os meios de produção para a reprodução da sociedade. Em outros termos, o relacionamento do *produtor direto* com as *condições objetivas de seu trabalho* era o de **propriedade**.

Ou, como o próprio Marx afirmou:

*O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade. Ele se relaciona da mesma maneira com os outros – e dependendo se esse **pressuposto** é posto a partir da comunidade ou das famílias singulares que constituem a comunidade –, relaciona-se com os outros como coproprietários, com tantas encarnações da propriedade comum, ou como proprietários independentes existindo junto com ele, proprietários privados independentes – entre os quais a própria propriedade comum, que outrora a tudo absorvia a todos abrangia, é posta como **ager publicus** (terra pública) particular junto aos muitos proprietários privados de terras (MARX [1857/58], 2011; pg., 388).*

Portanto, nas *formações econômicas pré-capitalistas*, o tipo de *propriedade* espelhava o relacionamento do produtor direto com os meios de trabalho e o próprio processo de trabalho, por meio dos quais, por sua vez, identificava o nível das forças produtivas. A *differentia specifica* do *modo de produção capitalista*, é justamente, a total separação do trabalhador dos meios que permitem a realização da produção. O capital é a principal forma de propriedade, subordinando todas as outras.

Marx distinguiu três formas de propriedade que caracterizaram as *formações econômicas pré-capitalistas*. A primeira surgiu como pressuposto da *comunidade*

natural, caracterizada na família, na família ampliada no clã, ou por intercasamento entre famílias, ou ainda pela combinação de clãs.

Conforme Marx, a *vida pastoril* foi a primeira forma de existência, que o clã não se fixava em um determinado lugar, mas se alimentava do que encontrava pela frente. A *coletividade tribal* não aparece como *resultado*, mas como *pressuposto da apropriação* (temporária) e *utilização coletivas do solo*. Quando finalmente se fixam, a extensão em que essa coletividade originária é modificada dependerá de diversas condições exteriores, climáticas, geográficas, físicas etc.

A coletividade tribal que surge naturalmente, é o primeiro pressuposto da *apropriação das condições objetivas* da sua vida e da atividade que a reproduz e objetiva – atividade pastoril, caçador, agricultor etc.

Aqui, a *terra* é o grande laboratório, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho, bem como sede, a *base* da comunidade. Eles se relacionam com a terra, tal como Marx afirmou, *ingenuamente*, como *propriedade da comunidade*, e da comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo. Somente como membro dessa comunidade, cada indivíduo singular se comporta como *proprietário* ou *possuidor*.

A *apropriação* real pelo processo do trabalho se realiza sob esses *pressupostos*, que não são eles mesmos *produto* do trabalho, mas aparecem com seus pressupostos naturais. Essa forma, em cuja base está a própria relação fundamental, pode realizar-se de maneiras variadas: nas *formas asiáticas*, nas comunidades *eslavas*, *celtas*, algumas tribos da Índia, no México ou no Peru.

Contudo, segundo Marx, a relação básica é sempre a mesma; isto é, propriedade e exploração coletiva da terra, fundadas na união entre o trabalho e as condições objetivas de sua efetivação.

A segunda forma de propriedade, de acordo com Marx, é produto de vida histórica mais dinâmica, do destino e da transformação das tribos originais. A comunidade é aqui também a condição prévia, mas, diferentemente da primeira forma, não mais constitui substância da qual os indivíduos são simples acidentes ou meros componentes naturais espontâneos. A base não é a terra, mas a *cidade*. Essa se constitui no centro da população rural, em que a área cultivada é território da cidade.

Assim, segundo ele, a comunidade integrada por grupos de parentesco, se organizava, em primeira instância, militarmente como força guerreira, sendo essa uma condição de sua existência como proprietária. Ou seja, a concentração de moradias na cidade constituía a base da organização militar.

A natureza da estrutura tribal conduzia à diferenciação de grupos de parentesco superiores e inferiores e essa diferenciação social se desenvolveu ainda mais pela mistura das tribos conquistadoras e conquistadas. A terra comunal tornou-se propriedade estatal, *ager publicus* – se separando da propriedade privada.

Marx analisou que a propriedade individual, diversamente da primeira forma de propriedade, discutida anteriormente, não é mais a propriedade comunal direta, em que o indivíduo não é um proprietário, quando isolado da comunidade, mas apenas seu ocupante (possuidor); mas *propriedade privada* de sustento familiar.

Isto é, a comunidade estatal, passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre esses proprietários privados livres e iguais, sua aliança contra o *estrangeiro*, e ao mesmo tempo, sua garantia. A comunidade baseia-se, aí, no fato de seus membros serem trabalhadores proprietários, pequenos camponeses que cultivam terra; mas, igualmente, a sua independência consiste em seu mútuo relacionamento como integrantes da comunidade, na defesa do *ager publicos* (terra comum) para as necessidades comuns.

Dessa forma, ser membro da comunidade continua sendo condição prévia para a apropriação da terra, na qualidade de membro da comunidade, o indivíduo é um proprietário privado. Sua relação com sua propriedade privada é ao mesmo tempo uma relação com a terra e com sua existência enquanto membro da comunidade – sua manutenção como membro da comunidade significa a manutenção da própria comunidade e vice-versa.

Em resumo, de acordo com Marx, a comunidade estatal, assentada na propriedade familiar privada, emergiu da sociedade primitiva, fez aparecer a cidade e, através dela, uma sociedade expansionista, dinâmica, *mutante*. A cidade com seu território contíguo formava um *todo econômico*. Seu processo histórico culminou na *escravidão* como bem móvel, característica do *modo de produção* que marcou a antiga civilização greco-romana (HOBSEBAWM [1964], 1991; pg., 36).

Por fim, a terceira forma de propriedade, Marx identificou como *Germânica*. Nessa, o membro da comunidade como tal *não é*, como na primeira forma,

coproprietários da propriedade comunal; também, a terra não é ocupada pela comunidade, como nos casos grego e romano, sob forma de *ager publicus*.

De acordo com ele, a comunidade germânica começou no campo, cujo ulterior desenvolvimento ocorreu, através da oposição entre a cidade e o campo. Marx afirmou que essa forma de propriedade atingiu seu desenvolvimento com a propriedade feudal na Europa da Idade Média.

A origem da propriedade germânica estava na organização de clãs familiares patriarcais, estabelecidos nas florestas, isolados e separados uns dos outros por distâncias consideráveis. Com efeito, a comunidade existia, mesmo do ponto de vista *externo*, somente em virtude dos atos de união dos seus membros, embora sua unidade, *existente por si mesma*, fosse corporalizada na descendência, na linguagem, no passado e histórias comuns.

Na verdade, segundo Marx, a comunidade germânica se manifestava como uma *associação*, ou seja, como um acordo cujos sujeitos independentes eram os proprietários de terra, encarnados nos chefes das famílias. Portanto, a comunidade não existia como um Estado, uma entidade política, à maneira dos antigos gregos e romanos, pois a cidade, não existia entre os germânicos.

Para a comunidade adquirir existência real, os proprietários promoviam *assembleias*, nas quais discutiam territórios de caça, pastagens comuns, exploração de florestas, casamentos entre membros das famílias dos chefes etc. Ao contrário do caso greco-romano, o *ager publicus* dos germânicos tinha o caráter de mero suplemento da propriedade individual e constituía propriedade apenas na medida em que, na qualidade de propriedade comum da tribo, era defendida contra tribos *hostis*.

Em resumo, cada família possuía uma economia completa, constituindo, realmente, um centro independente de produção, em que a manufatura se resumia a espécie de trabalho doméstico subsidiário, realizado, notadamente por mulheres. Isto é, o todo econômico da comunidade germânica era o lar individual, restringida ao ponto na terra que lhe correspondia, não existindo concentração de grande número de proprietários, apenas a família como unidade independente.

Ou seja, os lares isolados eram ligados uns aos outros tenuamente, desde que pertencessem à mesma tribo, e, ocasionalmente união para guerra, a religião, a solução de disputas legais, para o uso dos pastos comunais, territórios de caça etc. A

unidade básica, portanto, era assim mais fraca e potencialmente, mais “individualista” do que a comunidade aldeã da primeira forma de propriedade (Ibid. Ibidem.).

Ao expor as três formas de propriedade delineadas anteriormente, Marx se concentrou nas similitudes, em suas raízes comuns. Segundo ele, em todas essas formas em que a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, por conseguinte, em que a produção de valores de uso é a finalidade econômica, a *reprodução do indivíduo* nas relações determinadas com sua comunidade e nas quais ele constitui a base da comunidade – em todas essas formas existem:

- 1) *apropriação da condição natural do trabalho, da **terra** – tanto como instrumento original do trabalho, laboratório, quanto depósito das matérias primas – não pelo trabalho, mas como pressuposto do trabalho. O indivíduo simplesmente se relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo suas [próprias] condições; relaciona-se a elas como a natureza inorgânica de sua subjetividade, em que esta realiza a si própria; a principal condição objetiva do trabalho não aparece, ela própria, como **produto** do trabalho, mas está dada como **natureza**; de um lado, o indivíduo vivo, de outro, a terra como a condição objetiva de sua reprodução.*
- 2) *mas esse **comportamento** em relação ao território, à terra, como propriedade do indivíduo trabalhador – o qual, por isso, não aparece de antemão, nessa abstração, unicamente como indivíduo trabalhador, mas tem na propriedade da terra um **modo de existência objetivo**, que **está pressuposto** de sua atividade e da qual não aparece como mero resultado, e que é um pressuposto de sua atividade da mesma maneira que sua pele ou seus órgãos sensoriais, os quais ele de fato também reproduz e desenvolve etc. no processo vital, mas que, por sua vez, são pressupostos desse processo de reprodução – é imediatamente mediado pela existência originada natural e espontaneamente, mais ou menos historicamente desenvolvida e modificada, do indivíduo como **membro de uma comunidade** – a sua existência natural como membro de uma tribo etc. (MARX [1857/58], 2011; pg., 397).*

Em resumo, a forma como a natureza é apropriada, bem como a atitude do trabalhador frente a ela se manifesta de forma singular. Isto é, a natureza condição básica e original do trabalho, é aqui apropriada preliminarmente à realização do trabalho. A propriedade da terra garante ao indivíduo, o que Marx chamou de *forma*

objetiva de existência, firmando a natureza como sua, da mesma forma que pertence seu próprio corpo.

O que Marx afirmou, é que não existe uma relação de exterioridade entre trabalho e natureza, tampouco entre homem e trabalho. A natureza não se manifesta como uma consequência do processo de reprodução do indivíduo, mas como uma pré-condição. Para que o capitalismo possa se pôr em marcha, aquela estrutura social deve ser transformada radicalmente. Mas, para que isso ocorra, é necessário que os pressupostos do *capital* se encontrem presentes.

Como foi dito anteriormente, os dois pressupostos básicos para a consolidação do capitalismo são: *trabalho livre* e sua troca por *dinheiro*, por um lado; e, a *separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação, dos meios e do material do trabalho*, por outro.

Portanto, para que o *modo de produção capitalista* se consolide, segundo Marx, é necessário a disponibilidade da capacidade viva do trabalho como uma existência meramente subjetiva, ou seja, separada dos elementos de sua realidade objetiva – tanto das condições do trabalho vivo como dos meios de existência e autopreservação da capacidade viva de trabalho.

De acordo com ele, deve existir também uma *acumulação prévia* de valores de uso suficientes tanto para garantir a reprodução e a conservação da capacidade viva de trabalho, quanto possibilitar a extração de trabalho excedente. É dentro desse contexto que afirmou que o produtor direto tem que estar privado dos meios de subsistência.

Nessa condição, para garantir sua sobrevivência, o trabalhador é coagido a vender sua única posse, que é a *força de trabalho*. Assim, ele entra no jogo do capital, com objetivo de produzir *valor*, ao promover a autovalorização do dinheiro investido.

O capitalismo pressupõe, em síntese, a dissolução de todas as relações nas quais os trabalhadores estejam diretamente incluídos nas *condições objetivas do trabalho*; isto é, o trabalho se encontra exteriorizado, já que o trabalhador em si não faz mais parte das condições de produção somente o seu trabalho. Ou como o próprio Marx afirmou, *para o capital, o trabalhador não é uma condição de produção, mas só o trabalho. (...). O capital não se apropria do trabalhador, mas do seu trabalho – não diretamente, mas pela mediação da troca* (Ibid., pg., 409).

Contudo, a dissolução do trabalhador das condições objetivas de produção não se completa somente com a dissolução da antiga relação de propriedade entre o produtor direto e a terra. Faz-se necessário também a dissolução das relações em que o trabalhador detém a propriedade dos instrumentos de trabalho, como na produção artesanal realizada nas guildas e corporações de ofício nas cidades da Europa medieval. Aqui, o trabalho ainda pertence ao trabalhador, pois sua habilidade especial de produzir assegura também a posse dos instrumentos de trabalho.

Com efeito, se o capital pressupõe a relação antagônica entre trabalho vivo e as condições objetivas de produção, sua gênese, segundo Marx, deve ser explicada por meio de dois aspectos principais, quais sejam: *a constituição do trabalhador livre, destituído dos meios de produção* e seu *antagonismo em relação ao capital*.

Ou seja, na perspectiva do trabalhador, o processo de consolidação do capital nega a sua relação de propriedade dos meios de produção e, simultaneamente, liberta as condições objetivas de trabalho do trabalhador, fazendo com que só a *força de trabalho* seja condição necessária à produção e não o próprio trabalhador. Assim, ele torna-se livre no duplo sentido do termo: *não pertence às condições de produção*; mas por outro lado, *elas também não o pertencem*.

Tal relação com as condições objetivas de produção e com o seu próprio trabalho passa a ser uma relação de *não propriedade*. O trabalhador somente dispõe de sua *força de trabalho*, mas não de seu trabalho.

Portanto, a origem do capitalismo envolveu a separação de elementos antes ligados. O que Marx analisou, foi que não se trata da eliminação de um dos elementos, mas sim, de uma contraposição; de um processo que, a partir da unidade, cria um par antagônico em que os elementos se relacionam entre si de forma negativa. Isto posto, surge uma nova contradição, *capital x trabalho*.

De acordo com Marx, essa nova contradição ainda não dominou a produção por completo, pois se encontrava em seu processo histórico formador. Era necessário observar com cautela essa fase inicial do capital que, segundo ele, suscitou grande equívoco encontrado nas reflexões dos economistas que o precederam. Tal equívoco consistia em conferir excessiva importância à necessidade de o capital ter acumulação prévia e suficiente de matérias primas,

ferramentas e alimentos que garantiriam a subsistência dos trabalhadores até que concluíssem a produção.

Na verdade, para Marx, na relação *capital x trabalho*, desde sua origem, não se trocam equivalentes, já que o trabalhador ao realizar trabalho está constantemente gerando um *fundo duplo* para o capitalista, uma vez que necessita preencher as condições de sua própria existência e, simultaneamente, as condições de existência do capital. Só é possível converter a riqueza acumulada sob forma de dinheiro por condições objetivas de trabalho *se e somente se* estas já se encontrarem dissociadas do próprio trabalho.

Claro está, segundo Marx, que o dinheiro pode ser acumulado pela simples troca de equivalentes. Contudo, essa é uma fonte insignificante historicamente, uma vez que se considere que este dinheiro tenha sido ganho pela troca do trabalho próprio. Isto é, a riqueza acumulada dessa forma não encontra condições suficientes para se converter em capital.

Marx afirmou que é o dinheiro acumulado na *usura*, especialmente aquele relacionada à propriedade da terra, em que se encontra a conversão ao capital. Ou seja, para ele, o *conceito de capital* e sua origem implica *dinheiro* como ponto de partida e, portanto, a existência de riqueza em forma de dinheiro.

Com efeito, está igualmente implícita sua precedência da circulação, isto é, o *capital surge como produto da circulação*. Sua formação não se origina da propriedade da terra, não obstante possa derivar dos arrendatários na medida em que sejam, também comerciantes de produtos agropecuários.

Também, a formação do capital não se origina das corporações, embora tais se constituam, também, uma possibilidade. A formação do capital, para Marx, se origina da *riqueza mercantil e usurária*.

Ao fazer essa afirmação, não se pode concluir tal como alguns autores marxistas (Paul Sweezy, em especial), que o capitalismo tenha se originado somente pela intensificação do comércio. Como já foi dito, a base do capitalismo, para Marx, é a contradição entre seus dois elementos constitutivos, o capital e o trabalho. A formação do capital citada anteriormente, refere-se à gênese de um desses elementos, o *capital* no sentido lato do termo, e não do modo de produção como um todo.

Portanto, para se compreender a origem e a consolidação do capitalismo, nos termos do modo de produção marxiano, é fundamental apreender os processos que, num primeiro momento, produzem o trabalhador livre, isto é, o processo histórico que separa o trabalho das condições objetivas da produção e, num segundo momento, os mecanismos que contrapõem o trabalhador ao capital.

Em suma, não basta apenas a existência de uma riqueza mercantil e usurária para que seja possível pôr em marcha a produção capitalista, eles somente encontram condições que permitem a compra de trabalho livre quando esse se separou das condições objetivas de sua existência, em consequência de um processo histórico.

Dessa forma, só é possível apreender a gênese do capitalismo por meio de dois ângulos. Ou seja, compreendê-la ao remontar os mecanismos que determinam cada um dos elementos que constituem o par antagônico que funda e dinamiza o sistema. Sem embargo, a mera existência de uma massa de trabalhadores privados dos meios de produção não é condição suficiente para dar origem ao capitalismo; da mesma forma que o acúmulo de dinheiro nas mãos de indivíduos particulares também não. Tais fatores devem ocorrer simultaneamente.

Isto é, de acordo com Marx, o que possibilitou a transformação da riqueza monetária em capital foi, por um lado, o fato de encontrar trabalhadores livres; e, por outro lado, o fato de encontrar os meios de subsistência que seriam, em outras circunstâncias, de forma ou de outra, *propriedade* das massas agora sem objetivo e que estavam também livres e disponíveis para venda.

Marx analisou que todos esses elementos constituintes do capital já se encontravam presentes na sociedade feudal anteriormente à sua aparição. Com isso, o capital não criou seus próprios pressupostos, uma vez que já existiam. Mas, a simples existência não bastava.

O modo de produção feudal foi que criou os pressupostos para o capital, à medida em que se desintegrava por intermédio de suas contradições internas, arrancando os meios de produção dos trabalhadores diretos e tornando-os desprovidos de toda a forma de propriedade.

Foi esse processo de dissolução, de formação de não proprietários, que possibilitou a conversão do dinheiro em capital. O fato é que, para Marx, o capital não criou a massa de não proprietários que passaram a viver da mendicância e do

roubo no final da Idade Média europeia, não criou os meios de subsistência de que se serviam os senhores feudais e seus servos, nem os instrumentos de trabalho utilizados na produção de mercadorias. Todos esses elementos já se encontravam presentes no interior da sociedade feudal.

Entretanto, o processo de separação do trabalho e suas condições objetivas lançou todos esses elementos no mercado de trocas, possibilitando que a riqueza acumulada sob a forma de capital adquirisse as condições de produção de um lado; e de outro, a força de trabalho disponível, reunindo então, todos os elementos pré-existentes sob seu domínio.

Assim, o capital invadiu a produção como um todo e imprimiu sua marca em toda a sociedade. Destruiu gradualmente todas as formas de propriedade e processos de trabalho feudais. Uma vez posto em marcha, o capital dissolveu todas as antigas relações que se opusessem a ele. Ou seja, qualquer relação de produção não capitalista que sobreviveu foi automaticamente posta em segundo plano, operando de forma marginal nas bordas da nova sociedade e a serviço da valorização do capital.

Portanto, o objetivo da produção dominada pelo capital passou a ser a ***produção de valores de troca como valores de troca***. É dentro desse contexto que Marx afirmou que o capital é uma *relação social de produção*.

b) A origem em *O capital*

Fato. O livro *O capital* constitui uma das formas acabadas do método marxiano, pois nele se encontra a análise madura do *materialismo histórico*²⁸. Isto é, tomando emprestado o entendimento de Lukács do método histórico-dialético marxiano, sintetizado aqui em *problema prático, reflexão teórica e questão histórica* (LUKÁCS [1921], 2003; pp., 63-104), pode-se argumentar, no contexto desse estudo, que esses três elementos são claramente observados ao longo da leitura de *O capital*.

Ou seja, o que se entende como *problema prático*? O modo de produção capitalista e suas contradições. O que se entende como *reflexão teórica*? A natureza

²⁸ Como foi aventado em estudo anterior, outro livro que corresponde a forma final do método marxiano, é o *Anti-During* (1878), de Friedrich Engels, pois constitui o amadurecimento da filosofia marxiana; isto é, o *materialismo dialético*. Ver: PAULA, R. Z. A. *Capitalismo: definições*. São Luís: EDUFMA, 2020a, pg., 48.

da riqueza capitalista e, particularmente, a produção dessa riqueza²⁹. O que se entende como *questão histórica*? A *gênese dos principais elementos* que permitiram o processo de formação, sua dinâmica e o potencial transformador do *modo de produção capitalista*, tomando como base, em especial, a experiência histórica inglesa.

Contudo, é necessário advertir que *O capital não é* um livro de história do capitalismo, **muito menos** um livro de economia com digressões históricas. Pode-se dizer que *O capital* consistiu na *ciência econômica básica do materialismo histórico*, pois a partir dos limites da economia política clássica, Marx, a superou com sua crítica e o fez por meio de análise retrospectiva, partindo do capitalismo estabelecido, procurando buscar a formação de seus elementos constitutivos. Mas, o mais importante: Marx o fez redefinindo a *teoria do valor* dos clássicos.

Então, como apreender a *origem do capitalismo* em *O capital*? Para tentar responder essa complexa pergunta, é necessário observar como Marx organizou a sua obra. Isto é, *O capital*³⁰ foi dividido em três livros: *O processo de produção do capital* (Livro I), *O processo de circulação do capital* (Livro II) e *O processo global da produção capitalista* (Livro III). Cada livro e suas respectivas seções, pode-se observar o roteiro “lukacsiano”: *problema prático, reflexão teórica e questão histórica*.

I – O Livro I: O processo de produção do capital

O primeiro livro (*O processo de produção do capital*) divide-se em sete seções e vinte e cinco capítulos. Nesse, o autor iniciou analisando as categorias *mercadoria* e *dinheiro* e sua relação no processo de troca. Nessa seção reside a essência da *categoria marxiana do valor*, pois Marx diferencia *valor X valor de troca*. Ou seja, o primeiro (*valor*) significa *propriedade social*; já o segundo (*valor de troca*) significa a sua forma de *manifestação* e aparece na superfície mesma dos fenômenos. Numa palavra, ***valor é poder de comprar (essência), valor de troca é a compra efetivada,***

²⁹ Sobre essa reflexão, consultar: CARCANHOLO, R. (org.). *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Vol., 1, pp., 13-24.

³⁰ A edição que se está utilizando aqui é a seguinte: MARX, K. *O capital. Crítica da economia política*. [1867]. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. (5 volumes).

com magnitudes definidas das mercadorias envolvidas (aparência) (CARCANHOLO, 2011; págs. 14/15).

Na seção II, discute-se a *transformação do dinheiro em capital*, a partir da fórmula que ele elaborou, denominada de *fórmula geral do capital – D-M-D'*. Dessa, Marx descobriu os mecanismos da transformação do *trabalho* em mercadoria, bem como elaborou uma nova categoria analítica, *força de trabalho*, que significa, em resumo, *capacidade de trabalho que pode ser manipulada pelo capitalista para obtenção de lucro*.

A partir daquela análise, nas seções III, IV e V, o autor elaborou e desenvolveu a categoria *mais-valor*³¹. Ou seja, sendo produção de valor, o capitalismo, tem necessariamente ser *produção de mais-valor*, que por sua vez, significa um processo por meio do qual um dos envolvidos na produção – o trabalhador – produz mais valor do que recebe sob a forma de salário.

Para se entender a *produção de mais-valor*, é necessário dialogar com outras duas categorias formuladas por Marx, quais sejam: *processo de trabalho* e *processo de valorização*. O primeiro relaciona-se, grosso modo, com o movimento qualitativo da produção, um processo com uma finalidade e um conteúdo definidos e que produz um determinado tipo de produto. O segundo está relacionado à criação de valor, constitui o mesmo processo de produção, mas pela perspectiva quantitativa, sendo todos os elementos vistos como quantidades definidas de trabalho objetivado, medidas de acordo com o *tempo de trabalho socialmente necessário*, em unidades monetárias.

Assim, para compreender como que o capital se apropriou do processo de trabalho, de modo a produzir valor permanentemente, Marx decompôs essa forma de apropriação em dois tipos, conforme o capítulo VI. De um lado, a parte do capital que se converte em *meios de produção*, isto é, matérias primas, insumos e meios de trabalho, no qual ele denominou de *capital constante*.

³¹ Nas edições de *O capital* em português a palavra é *mais-valia*. Contudo, concorda-se com o professor Mário Duayer, que tal palavra não tem sentido algum, sendo o mais apropriado a utilização da palavra *mais-valor*, pois reflete melhor o conceito. Portanto, utiliza-se nesse estudo, a palavra **mais-valor** em vez da tradução original das edições em português. Ver: DUAYER, M. Apresentação. In: MARX, K. *Grundrisse*. [1857/58]. São Paulo: Boitempo, 2011, pg., 23.

De outro, a parte do capital convertida em *força de trabalho*, na qual foi definida por *capital variável*. De acordo com Marx, o capital constante não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Já o capital variável é o responsável por tal mudança, pois transforma-se continuamente a grandeza constante em grandeza variável. Isso é importante, pois dessa decomposição, é possível entender como a taxa de mais-valor é determinada.

A *taxa de mais-valor* (objeto do capítulo VII), é definida pelo *tempo de mais trabalho*, ou seja, horas dispendidas pelo trabalhador produzindo para o capital, dividido pelo *tempo de trabalho necessário*, isto é, as horas dispendidas pelo trabalhador produzindo para o seu consumo pessoal.

Do entendimento da *taxa de mais-valor*, Marx dividiu a *produção de mais-valor* em *absoluto* e *relativo*. Isso porque, a produção capitalista é vista por ele, como a luta entre a tentativa do capital de aumentar a *taxa de mais-valor* e a tentativa do trabalhador, em resistir a esse aumento. Para o autor, essa contradição se explicita de duas formas.

A primeira denominou de extração do *mais-valor absoluto*, em que o crescimento da taxa de mais-valor está relacionado ao aumento do valor total produzido por cada trabalhador sem alteração do montante de trabalho necessário. Se dá por meio da ampliação da *jornada de trabalho*.

Já a extração do *mais-valor relativo*, resulta da partilha, entre todos os capitais, dos benefícios dos aumentos de produtividade em algum setor que produz bens de consumo para os trabalhadores. Tal partilha é consequência do processo de circulação e da concorrência dos capitalistas, através das quais os lucros extras de um capitalista inovador são perdidos gradualmente à medida que o valor do produto cai quando novas técnicas são adotadas pelos concorrentes.

A *reflexão teórica* que culminou na categoria *mais-valor*, é fruto de um *problema prático*, qual seja, a luta da classe operária inglesa, no tempo de Marx & Engels, por melhores condições de trabalho e de vida. Marx descreveu àquelas lutas no capítulo VIII, sobre a *jornada de trabalho*. Com isso, ele foi cotejando a realidade dos trabalhadores ingleses frente às legislações fabris e a sua luta por uma jornada normal de trabalho.

Dentro desse contexto, emergiu a *questão histórica*. Marx, para compreender as lutas dos trabalhadores ingleses, mergulhou na história social da Inglaterra,

desde as leis compulsórias, da metade do século XIV até o fim do século XVII, nas quais foram decisivas para a expansão da jornada do trabalho, até as leis, entre 1833 e 1864, que limitava o tempo de trabalho, traduzidas nas legislações fabris. Mas, mais do que isso, a experiência inglesa mostrava, em sua realidade concreta, o processo histórico de dissolução do feudalismo e, como tal movimento, explicitava os elementos fundantes do modo de produção capitalista, que Marx foi apontando ao longo de *O capital*.

É interessante notar que, no quadro do *mais-valor relativo*, outras questões históricas emergem como forma de apreender a origem do capitalismo. Dois capítulos se destacam, quais sejam: o capítulo XII *Divisão do trabalho e manufatura* e o capítulo XIII *Maquinaria e grande indústria*.

No que toca ao capítulo XII, o mais importante a se destacar foi que Marx denominou o período que se estende do século XVI ao final do século XVIII, da história europeia, de *manufatureiro*; isto é, um momento histórico específico, em que uma forma de produção de mercadorias prevaleceu, a *manufatura*. Assim, ao lado da expansão marítimo comercial, que o autor destacou em outros livros, e mesmo em diversas passagens de *O capital*, a manufatura, compunha um episódio novo, correlato à moderna história da Europa, classificada pelos historiadores eurocêntricos de tradição positivista.

Mas, o mais importante, é que Marx enxergou o caráter capitalista da manufatura. Segundo ele, a *manufatura* foi uma forma de *cooperação*³², fundamentada na *divisão do trabalho*, cuja base se originou da *produção artesanal*. Essa origem se deu por meio de dois modos distintos.

No primeiro, denominada por Marx, de *manufatura heterogênea*, sua produção resultou de vários processos artesanais de trabalhos independentes. Ou seja, os trabalhadores artesanais independentes eram reunidos numa mesma oficina, sob controle de um capitalista. Com o tempo, esses processos independentes de trabalho foram decompostos em várias operações detalhadas que se tornaram

³² Ele definiu *cooperação* no capítulo XI (pp., 244-253). O conceito de *cooperação* é importante na análise de *O capital*, pois, em conjunto com a *divisão do trabalho*, constitui elo entre, de um lado, os conceitos de *mais-valor absoluto* e *relativo* e, de outro, a abordagem dos métodos de produção especificamente capitalistas, discutidas no capítulo XIII. Em resumo, *cooperação* é quando grande quantidade de trabalhadores executa tarefas lado a lado, seja em único processo de trabalho ou em processos diferentes, mas relacionados. Isto é, a *cooperação* se desenvolve independentemente de qualquer modo de produção.

função exclusiva de certos trabalhadores. Assim, cada trabalhador tornou-se apenas um operário parcial, e o processo completo de manufatura se constituiu da combinação de todas essas operações parciais.

No segundo, denominada por Marx, de *manufatura orgânica*, os artigos eram totalmente produzidos por um trabalhador artesanal individual que executava uma sucessão de operações, não obstante todos os trabalhadores estivessem empregados numa mesma oficina.

Em resumo, em ambos os modos, a *divisão do trabalho* se manifestou no processo de produção manufatureiro. Essa, por sua vez, não só especializou os trabalhadores e os combinou num mecanismo único, como também, criou uma organização do trabalho social que desenvolveu novas forças produtivas do capital e, ao mesmo tempo, as condições historicamente novas para a dominação do capital sobre o trabalho.

Entretanto, para Marx, a divisão do trabalho na manufatura era um método particular de criação de *mais-valor relativo*, pois limitado; em que a habilidade artesanal continuava sendo a base da produção, e isso impactava às hierarquias de habilidades dos trabalhadores, ao estabelecer certa autonomia do trabalho em relação ao capital. Não havia uma estrutura objetiva de manufatura que fosse independente dos próprios trabalhadores.

Dentro desse contexto, Marx identificou o *período manufatureiro* como uma forma avançada da *transição do feudalismo para o capitalismo*, processo histórico, que ao longo da leitura de *O capital* foi se explicitando. Ou seja, não obstante o caráter capitalista da manufatura, ela se encontra ainda presa ao modo de produção feudal em dissolução.

No capítulo XIII, discutiu-se a *maquinaria* como a essência da produção capitalista. Suas características principais estão representadas na *indústria fabril*. Essa, por sua vez, é uma combinação de máquinas movidas por um conjunto de mecanismos, tais como motores, transmissores e ferramentas que realizam operações postas em execução por trabalhadores, mas que estão livres das limitações orgânicas que condicionam os trabalhos artesanais e manufatureiros.

É importante ressaltar, de acordo com Marx, que a mecanização da produção não se limitou a substituição do trabalho simplesmente nas operações que a divisão do trabalho na manufatura já tinha simplificado. Na verdade, substituiu por um

processo totalmente *objetivo*, em contraposição ao princípio *subjetivo* da manufatura, caracterizado pelas relações objetivas entre o número, o tamanho e a velocidade das máquinas, e, portanto, pela continuidade da produção e implementação do próprio processo de mecanização.

O que se observa, é que Marx capturou a essência da indústria capitalista, ao concluir que seu processo de valorização se faz pela utilização de máquinas para produzir mais máquinas. Ao fazê-lo, o modo de produção capitalista cria uma base técnica nova, uma organização totalmente objetiva da produção, na qual o caráter cooperativo do processo de trabalho passa a ser uma necessidade técnica e que trata o trabalhador como uma condição material de produção preexistente. Todavia, para que a produção capitalista se desenvolva tecnicamente e ponha em marcha seu processo de produção social, há que minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza, quais sejam, a *terra* e o *trabalhador*.

Isso é importante, pois na seção V e seus respectivos capítulos XIV, XV e XVI, Marx retomou as categorias *mais-valor absoluto* e *mais-valor relativo*, como forma de determinar as *taxas de mais-valor* na produção capitalista propriamente dita.

Em síntese, segundo ele, na produção capitalista, a maquinaria é a força propulsora da produção de *mais-valor relativo*, dado que seu objetivo é a expansão contínua da produtividade do trabalho. Claro está que as máquinas não podem produzir mais-valor por si mesmas. Esse, na verdade, é produzido pela *parte variável do capital* e a quantidade de mais-valor produzido depende da *taxa de mais-valor* e da quantidade de trabalhadores empregados.

Independente da duração da jornada de trabalho, o uso de máquina só pode aumentar a taxa de mais-valor pela diminuição dos custos das mercadorias, reduzindo, da mesma forma, o valor da força de trabalho pela diminuição de trabalhadores por um determinado montante de capital. Para Marx, o *capital variável* dever ser transformado em *capital constante*. Essa necessidade, por sua vez, constitui a *essência da dinâmica do capitalismo*.

Contudo, segundo o autor, disso decorre uma série de consequências. A primeira delas, encontra-se no capítulo XV; isto é, a maquinaria como meio de reduzir o tempo de trabalho, torna-se sob as relações capitalistas, também o meio pelo qual a classe operária em seu conjunto passa a constituir simplesmente tempo de trabalho à disposição da valorização do capital. Aqui, a força de trabalho é

explorada mais intensivamente, perdendo os trabalhadores seus ofícios, suas habilidades e totalmente subjugados às regras das fábricas.

A segunda consequência, é encontrada no capítulo XXIII, a *Lei geral de acumulação capitalista*, na parte em que Marx expôs a categoria *exército industrial de reserva*. Ou seja, à medida que a mecanização da produção substitui os trabalhadores, produz uma população trabalhadora excedente, que se denominou de “exército industrial de reservas”, cujas flutuações regulam os salários e asseguram, assim, a apropriação do mais-valor pelos capitalistas.

Sobre o *salário*, Marx dedica toda uma seção (VI) e quatro capítulos (XVII, XVIII, XIX e XX). O mais importante a ser salientado, é que ele chamou atenção à natureza enganosa do salário. Em suma, o caráter ilusório do salário deriva do fato de que a condição sob a qual ele é pago, é o assentimento em realizar uma certa quantidade de trabalho, ao passo que, na verdade, o que se está sendo comprado é a força de trabalho do operário.

Retoma-se as consequências. A terceira, encontra-se novamente no capítulo XXIII. Expressa-se na tendência do aumento do capital constante às expensas do capital variável. Marx chamou esse movimento de *contradição imanente* à esfera da produção, pois apenas o *trabalho vivo* produz qualquer valor, e, não obstante, é essa quantidade de trabalho que acaba por se reduzir para aumentar a taxa de mais-valor. Com efeito, tal consequência tem impacto nos *movimentos tendenciais na composição do capital* e na *análise da taxa de lucro*.

A partir desse ponto, é necessário abordar a *Lei geral da acumulação capitalista*, objeto do capítulo XXIII. Tal capítulo encontra-se na seção VII, denominada de *o processo de acumulação*, subdivididos em cinco capítulos (XXI, XXII, XXIII, XXIV e XXV). Nessa, em especial nos três primeiros capítulos, Marx expôs as fases do processo de acumulação de capital e a transformação do mais-valor em capital.

Ou seja, o processo de acumulação de capital é composto por duas fases. Na primeira, transforma-se dinheiro em meios de produção e força de trabalho, que funciona como *capital (D-M)*. Na segunda, dá-se a transformação dos meios de produção em mercadorias cujo valor supera o valor de seus componentes, acrescido de mais-valor (*M-D'*). Essas mercadorias devem ser lançadas no mercado ininterruptamente. Marx denominou de *circulação do capital (D-M-D')*. Isto é, um

ciclo que percorre sempre as mesmas fases sucessivas, com objetivo de valorização do capital.

Contudo, foca-se, aqui, como mais importantes, para esse estudo, os capítulos XXIII e XXIV. Em *A Lei geral*, chama-se atenção que a acumulação apresenta um caráter disfuncional para o capital que está intimamente ligado à segunda consequência, exposta anteriormente. Isto é, se o aumento da produtividade é a lógica que impulsiona os capitalistas na busca pela apropriação de maior parcela de valor *vis a vis* seus concorrentes, tal movimento conduz tendencialmente ao aumento do que Marx denominou de *composição orgânica do capital*.

Em síntese, refere-se ao processo dialético formado por dois fatores, a saber: a *composição técnica* de meios e produção e força de trabalho e *composição-valor* de trabalho vivo e trabalho morto. A *composição orgânica* é a relação entre o *capital constante* e o *capital variável*, entre meios de produção e força de trabalho, dentro da relação social do capital.

O aumento da produtividade nada mais é do que a outra face do aumento da composição orgânica do capital, ou seja, do aumento proporcional da quantidade de trabalho morto em relação ao trabalho vivo. Mas, como foi visto anteriormente, somente o trabalho vivo produz mais-valor, e, por consequência, o aumento da capacidade produtiva resulta em aumento da quantidade de valores de uso produzidos com redução do valor unitário de cada mercadoria.

Assim, com a mesma quantidade de trabalho, produz-se mais valor de uso, mas com menos valor materializado em cada um desses valores de uso. Desse modo, o mesmo processo que possibilita ao capitalista individual aumentar a produtividade do trabalho e diminuir custos de sua produção, traz também a necessidade de realizar no mercado uma quantidade maior de valores de uso, já que a produtividade foi aumentada e cada mercadoria possui agora uma quantidade menor de valor.

A concorrência entre os capitalistas, portanto, faz aumentar a composição orgânica do capital, impondo a necessidade de revolução constante nos meios técnicos de produção. Essas mudanças aperfeiçoam as forças produtivas e aumentam a produtividade do trabalho. A realização do maior volume de mercadorias é condição para o aumento da capacidade produtiva e, portanto, condição para a reprodução ampliada do sistema.

Marx ressaltou que uma parcela do mais-valor transformado em capital adicional precisa sempre ser retransformado em capital variável; contudo, esse se dá em escala proporcionalmente menor em relação à parcela de capital constante acumulado. E é nesse movimento que consiste em aumento da produtividade do trabalho ou o aumento da composição orgânica do capital. Mesmo que a acumulação necessite de aumento absoluto do capital variável, o trabalho vivo é, como tendência, proporcionalmente menor que o trabalho morto.

Em suma, a tendência geral da produção capitalista é gerar uma quantidade excedente de trabalhadores que, apesar do crescimento das forças produtivas, não encontra lugar para vender sua força de trabalho, uma vez que a participação do trabalho vivo cai com a expansão do capital. É nesse processo que reside a existência do *exército industrial de reserva*, como já apontado.

Esse, por sua vez, tem uma grande funcionalidade para o capital, ao garantir a existência de uma massa desempregada que pressiona para baixo os salários, reduzindo o capital variável e permitindo uma taxa de mais-valor maior. Marx analisou que o capital opera nos dois lados, oferta e demanda de trabalho. Com a acumulação, a demanda de força de trabalho pelo capital modifica as bases da própria oferta de força de trabalho, multiplicando a massa que depende do salário mediante sua “liberação”. Ao mesmo tempo, a pressão dos desempregados força os empregados a colocarem mais trabalho em movimento, tornando, até certo ponto, a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores.

O enunciado da *Lei geral da acumulação capitalista* pode ser descrito da seguinte forma: *uma massa crescente de meios de produção, graças à produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana*. Dessa lei e sua contradição implícita, Marx discutiu a *Lei da queda da taxa de lucro*, no Livro III.

Por fim, o capítulo XXIV, *A assim chamada acumulação primitiva*. Nesse, tomando como base a experiência inglesa, Marx expôs o processo pelo qual o modo de produção capitalista se firmou historicamente. O capítulo divide-se em sete tópicos.

No primeiro, que ele denominou de *O segredo da acumulação primitiva*, afirmou que esse é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção; e que a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da

estrutura econômica da sociedade feudal. Isto é, a decomposição da última liberou elementos para a formação da primeira. Seu caráter “primitivo” é porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.

O que Marx pretendia ao desvendar o “segredo”, era explicar a gênese dos principais elementos que desencadearam o modo de produção capitalista. Com efeito, duas classes principais emergem da dissolução do feudalismo. De um lado, o capitalista, dono dos meios de produção e proprietário do dinheiro, responsável por valorizar *soma-valor* com a compra de força de trabalho alheia. De outro, os trabalhadores, expropriados de seus meios de subsistência, restando-lhe apenas uma alternativa que é vender sua força de trabalho.

Com a desagregação das relações sociais de produção feudais, trabalho e trabalhador tornaram-se “livres” para vender sua força de trabalho. De acordo com Marx, o processo que produziu o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. Tal processo histórico consistiu na metamorfose dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista.

No segundo tópico, *Expropriação do povo camponês de sua base fundiária*, Marx analisou que nesse processo, os trabalhadores rurais ficaram privados de seu principal meio de produção – a terra –, ocorrendo dessa maneira, à dissociação entre o trabalhador e a propriedade. O resultado disso, foi a imposição ao assalariamento como forma de garantir sua reprodução social. Ele identificou o início desse processo histórico o período entre o final do século XV e as primeiras décadas do século XVI.

Outro aspecto fundamental foi o florescimento da manufatura de lã. Essa emergiu na Holanda e se transpôs aos poucos para a Inglaterra, notadamente, ao longo do século XVI. Com isso, a nobreza inglesa viu uma oportunidade de aumentar os seus rendimentos, se especializando na criação de ovelhas.

Marx tomou as leis constituídas na época, para explicar como foi sendo legitimada as expropriações e respectiva ascensão de novas relações sociais de produção. Assim, foi-se expulsando o excedente de camponeses de suas terras e, ao mesmo tempo, foram sendo ocupadas as antigas terras comunais dos feudos, tais como, bosques, florestas e lagos, denominados de *enclosures* (cercamento dos campos).

O resultado foi que as propriedades não mais necessitavam de grande contingente de trabalhadores rurais para cuidar das unidades produtivas, dado os custos baixos da especialização pecuária. Essa expulsão criou uma massa de proletários que vão ocupar as cidades, transformando-se em mão-de-obra barata para trabalhar nas manufaturas, na marinha e em todos os setores do núcleo urbano. Por outro lado, a nobreza ao cercar as terras, fortaleceu dois novos tipos distintos de atores no campo: o camponês independente (Yeomen) e o arrendatário capitalista.

É interessante observar que a *yomanry*, a classe camponesa independente, que emergiu da dissolução das relações feudais, e se constituía, nas últimas décadas do século XVII, na detentora da maioria das terras, desapareceu por volta do ano de 1750.

Por outro lado, a burguesia se encontrava em um estágio de evolução, detendo grande parcela de terras em suas mãos, especialmente na figura do arrendatário capitalista. Eram esses arrendatários, os principais beneficiados dos cercamentos dos campos (*enclosures*), conduzido pelo Estado e pela própria nobreza. Aliado a alta finança que acabara de nascer e a manufatura florescente, a *acumulação primitiva* pôs-se em marcha. Marx afirmou que tudo isso era fruto do *roubo transformado em lei*.

Por fim, outro exemplo de expropriação colocado por Marx foi o sofrido pelos clãs das regiões montanhosas da Escócia (*highlanders*). Nessa organização social, cada um era proprietário do solo em que ocupava sendo o chefe do clã, o proprietário titular. A atitude do governo escocês foi transformar seu direito de titular do solo em direito de propriedade privada, resolvendo expulsar os membros do clã pelo uso da violência.

No tópico terceiro, *Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV. Leis para o rebaixamento dos salários*, Marx descreveu como foram tratados os camponeses após serem expropriados de sua base fundiária.

Em resumo, a massa proletária expulsa do campo não podia ser absorvida pela manufatura com a mesma velocidade com que foi posta no mundo. Por outro lado, os que foram bruscamente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiam enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova

condição. Converteram-se em grande parte numa massa de “esmoleiros, assaltantes, vagabundos”.

Foi dentro desse contexto que o Estado impôs leis contra a “vadiagem”, de forma a disciplinar e educar, ao longo tempo, a classe trabalhadora. A grande oferta de trabalhadores nas manufaturas e o crescimento demográfico constituíam-se fatores para que o Estado criasse leis que assegurassem os salários mais baixos. Essa oferta abundante de força de trabalho vivendo com baixos salários estimulou a expansão do mercado interno inglês, bem como, o fortalecimento do arrendatário capitalista quanto classe.

No tópico quarto, Marx abordou essa *Gênese do arrendatário capitalista*. Seu estágio primitivo era o *bailif*, arrendatário, mas servo. Na segunda metade do século XV, foi substituído pelo *colono*. Esse, por sua vez, tornou-se logo *parceiro*, que desapareceu para dar lugar ao *arrendatário* que expandiu seu próprio capital empregando trabalhadores assalariados e entregava ao *landlord* uma parte do produto excedente, em dinheiro ou em produtos, como *renda da terra*.

Pode-se sintetizar a ascensão e consolidação dos arrendatários capitalista, ao longo do século XVI, da seguinte forma. O contrato de arrendamento era longo, cerca de 99 anos. Isto é, a família do arrendatário, fixava um preço de arrendamento que no final de cada período agrícola era saldado.

Contudo, as mudanças de valores de contrato só eram modificadas no final daquele longo prazo de dezenas de anos.

Posto isto, a conjuntura econômica do século XVI, beneficiou a prosperidade e a riqueza daqueles arrendatários, pois combinava queda do valor dos metais preciosos na Inglaterra, devido a abundância de ouro e prata espanhola; redução dos salários dos trabalhadores agrícolas; inflação generalizada dos preços (aumento contínuo do cereal, da carne, da lã etc.); e, valores de arrendamento estagnados.

O resultado, os arrendatários enriqueciam, de um lado, pela apropriação de parte dos salários dos trabalhadores; de outro, pelo engessamento do contrato de arrendamento que fixava valores ultrapassados, que não acompanhava a produtividade e nem a dinâmica dos preços.

No quinto tópico, *Repercussões da revolução agrícola na indústria. Formação do mercado interno para o capital industrial*, Marx analisou como a expropriação dos camponeses de seus meios de subsistência promoveu a ruína da indústria doméstica

rural, contribuindo para o surgimento do capitalista industrial. Nesse processo, criou-se o mercado interno.

No sexto tópico, Marx discorreu sobre a *Gênese do capitalista industrial*. Segundo ele, se deu de duas formas distintas. Primeiro, no próprio desenvolvimento do setor urbano medieval. Isto é, pequenos mestres corporativos, artesãos independentes e, mesmo trabalhadores assalariados, transformaram-se, à medida que ampliaram a exploração do assalariamento e a sua acumulação de riqueza, por meio do comércio e da usura.

Em segundo, no sistema colonial que se desenvolve com a expansão marítima europeia no século XVI. Ou seja, a descoberta de ouro e prata na América, a escravidão africana e a pilhagem das Índias Orientais, foram momentos fundamentais do processo de acumulação primitiva. Como causa e consequência do sistema colonial se organiza o Estado Nacional e este, por meio da guerra e da dívida pública ampliou a acumulação de capital.

Em resumo, sistema colonial, dívida pública e guerras comerciais, abriram espaço para a ampliação da indústria manufatureira, que ao ampliar os mercados, necessitavam de mais produção, que esbarrava no limite próprio dos métodos da manufatura. Estava, assim, dada as condições para o processo de inovação que iria colocar em marcha a *Revolução Industrial*.

Por fim, no sétimo tópico, *tendência histórica da acumulação capitalista*, Marx questionou a propriedade privada capitalista, apontando seus limites e enxergando a classe trabalhadora como instrumento histórico de superação desse modo de produção por meio da socialização dos meios de produção.

O Livro I, *O processo de produção do capital*, se encerra com o capítulo XXV, sobre *A teoria moderna da colonização*. Nesse, Marx inicia afirmando que se na Europa a sociedade produtora de mercadorias já estava tão desenvolvida que os economistas já o consideravam como parte de uma ordem natural, nas colônias a situação era outra. Segundo ele, o regime capitalista nas colônias chocava-se contra a barreira do produtor, que como possuidor de suas condições de trabalho enriquecia a si mesmo por seu trabalho, em vez de enriquecer ao capitalista.

Com efeito, objetiva-se, naquele capítulo, investigar a colonização de forma a desenvolver uma crítica à Economia Política clássica, acerca das formas de propriedades. Isto é, essa, segundo o autor, confunde por princípio duas espécies

muito diferentes de propriedade privada, das quais uma se baseia o próprio trabalho, o do produtor, e a outra sobre a exploração do trabalho alheio. Isso quer dizer, em sua afirmação, que os clássicos esqueciam que a última não apenas forma a *antítese* da primeira, mas também cresce somente sobre seu *túmulo*.

Para demonstrar que a produção capitalista só se edificou sobre a forma da propriedade baseada na exploração do trabalho alheio, Marx revelou como o capital atuou durante o processo de colonização europeia. Claro está, para ele, o capital para se desenvolver nas colônias, também estava inserido no processo de *acumulação primitiva*, discutido anteriormente.

Ao fazer uma análise de um livro de Edward Gibbon Wakefield, que relata a história fracassada de colonização do Sr. Peel³³, bem como a crítica daquele autor à colonização espontânea e desordenada, defendendo, em contraposição, uma colonização sistemática, Marx revelou as contradições da vida nas colônias.

Ou seja, na história do Sr. Peel, trabalhadores foram levados para a colônia, com objetivo claro de servir como mão-de-obra assalariada. Todavia, uma vez tendo a oportunidade, abandonaram o trabalho e se tornaram produtores autônomos, donos dos meios de produção, proprietários de suas terras. De forma jocosa, Marx comentou que o “infeliz” do Sr. Peel tinha previsto tudo, menos “a exportação das relações inglesas de produção para Swan River!” Resumo: quando os trabalhadores perceberam que poderiam trabalhar para si próprios e não para o enriquecimento alheio, seguiram seu próprio caminho.

É dentro desse contexto que Marx afirmou que a vida nas colônias revelava duas faces contraditórias. De um lado, a colonização capitalista almejava a exploração dos trabalhadores assalariados; de outro, os trabalhadores buscavam sua independência frente à exploração capitalista. A partir do momento que os trabalhadores abandonaram o Sr. Peel eles também estabeleceram um rompimento com a produção capitalista. A moral daquela história para Marx foi a seguinte: se os trabalhadores assalariados se tornam independentes, a lógica do capital se interrompe decisivamente.

³³ Sr. Peel deixou a Inglaterra e partiu para a colônia na Nova Holanda, no distrito de Swan River, levando consigo 30 mil libras esterlinas em espécies e três mil trabalhadores entre homens, mulheres e crianças. Uma vez alcançado seu destino, ele ficou “sem nenhum criado para fazer sua cama ou para buscar lhe água no rio.”

II – O Livro II: O processo de circulação do capital

Passa-se a agora a expor o Livro II, *O processo de circulação do capital*, de *O capital*. É importante ressaltar que esse segundo livro se identifica com o primeiro, pois ambos tratam do *capital em sua forma geral*. Isto é, *o capital enquanto capital e em qualquer circunstância*. Como foi exposto exaustivamente, no Livro I foi tratado o capital em sua relação direta de exploração da força de trabalho assalariado, partindo da relação entre mercadoria e dinheiro, do processo de troca, da transformação do dinheiro em capital e do mais-valor.

Como resultado o *locus* da produção capitalista era a fábrica e seu objetivo era a acumulação de *mais-valor*. Contudo, todo esse mecanismo que pôs em marcha o capitalismo, foi fruto de um longo processo histórico identificado na dissolução da sociedade feudal, explicitado em seu nível mais geral; e, na experiência inglesa, em seu nível mais específico.

No Livro II, Marx aprofundou o estudo da *circulação do capital* e a *reprodução do capital social*, categorias expostas, principalmente, nas seções II e VII. É importante ressaltar que o livro segundo, tal como o Livro III foram publicados postumamente. Marx faleceu em 1883. Seu amigo, parceiro intelectual e camarada de luta, Friedrich Engels, assumiu a responsabilidade de revisar os manuscritos e publicar os respectivos estudos. O Livro II foi publicado em 1885 e o Livro III em 1894, um ano antes da morte do próprio Engels, em 1895.

O segundo livro é dividido em três seções e vinte e um capítulos. Pode-se sintetizar esse livro da seguinte forma: *como o capital é sempre múltiplo e plural, circula e se reproduz como se fosse um só, Marx o definiu como **capital social**. Isto posto, o capital age de acordo com as exigências que a ele se impõem, fruto das flutuações cíclicas que o põe em movimento* (grifos nossos).

A síntese anterior serve de base para a compreensão do que se denominou de *esquemas de reprodução do capital* de Marx. Ou seja, ele dividiu a *produção total* anual em dois grandes departamentos: o *Departamento I*, produtor de *meios de produção* e o *Departamento II*, produtor de *meios de subsistência*. No que toca ao *valor*, dividiu-se em três partes: *capital constante*, *capital variável* e *mais-valor*.

O *capital constante* é produzido inteiramente pelo *Departamento I*. A parte da produção anual lá representada se realiza com a substituição da parte do capital

constante consumido durante o ano, tanto pelas indústrias do *Departamento I* como as do *Departamento II*. Essa substituição é necessária para assegurar que, no ano seguinte, a produção seja iniciada numa escala igual a que iniciara no ano anterior.

Com efeito, essa primeira parte da produção anual é, por isso, realizada exclusivamente pelo conjunto das indústrias capitalistas, dado que seus compradores são, portanto, o conjunto das indústrias instaladas naqueles respectivos *Departamentos*.

A segunda parte da produção anual, o *capital variável*, representada pelos meios de subsistência, é consumida pelos próprios trabalhadores, tanto do *Departamento I* quanto do *Departamento II*, na forma de dispêndio em salários.

A terceira parte da produção anual, composta pelo *trabalho excedente*, tanto na forma de meios de produção quanto na forma de meios de subsistência, é consumida sob duas formas. De um lado, uma primeira parte consumida sob a forma de renda destinada à compra dos meios de subsistência e de luxo consumidos pelos capitalistas; de outro, uma segunda parte, convertida não em renda como a primeira, mas em capital. Essa última parte, por sua vez, é destinada à contratação de novos trabalhadores e à compra de novos meios de produção capazes de reproduzirem a escala de produção em nível mais elevado do que o do ano anterior.

Dentro desse contexto, o *mais-valor* existente sob a forma de *meios de subsistência* é consumido em parte pelos próprios capitalistas e em parte pelos novos operários contratados para aumentar a escala de produção. Marx a denominou de *reprodução simples*. Já o *mais-valor* na forma de *meios de produção* é comprado pelas próprias indústrias capitalistas para a expansão de suas respectivas produções; Marx a denominou de *reprodução ampliada*, responsável pelo processo de acumulação.

Com efeito, nesse esquema marxiano de *reprodução do capital*, a produção total anual – meios de produção e meios de subsistência – bem como em suas formas de *capital constante*, *capital variável* e *mais-valor*, é inteiramente consumida pelas duas únicas classes da sociedade capitalista exposta por Marx, quais sejam: a classe operária e a burguesia.

Em resumo, os *esquemas de reprodução do capital* analisados por Marx têm como função, demonstrar sob que condições e possibilidades a *acumulação de capital* e o *progresso capitalista* podem existir historicamente. A condição

fundamental para tanto é que o *mais-valor* seja constantemente transformado em meios de consumo e capital pelas próprias indústrias capitalistas.

III – O Livro III: O processo global da produção capitalista

Para finalizar a exposição dos livros de *O capital*, discute-se o Livro III. Marx subdividiu o terceiro livro em sete seções, compostas por cinquenta e dois capítulos. Pode-se resumi-lo da seguinte forma.

As três primeiras seções, compostas por quinze capítulos, discorrem sobre aspectos da *taxa de lucro do capital em geral*. Das categorias *mais-valor* e *taxa de mais-valor* – tratados no Livro I – Marx extraiu os conceitos de *lucro* e *taxa de lucro*. Eles são resultados de todo o processo em qualquer momento e, simultaneamente, causadores da reprodução de capital. Isto é, em seus termos, são medidas de continuidade do capital. A *taxa de lucro*, se constitui, então, na *força motriz* da produção capitalista, e nada é produzido, exceto o que pode ser produzido com *lucro*.

A seção II mostra um lado da dinâmica dessa continuidade, ou seja, como a competição entre capitais pela maior taxa de lucro, resulta em uma *média da taxa de lucro*. O fluxo de capital das empresas que produzem a uma taxa de lucro relativamente mais baixa, para as empresas que produzem em um valor mais alto, resulta tendencialmente no estabelecimento de uma *taxa geral do lucro*. É importante ressaltar aqui, que o *conceito de preço*, conforme desenvolvido no Livro I, foi modificado.

Ou seja, no livro primeiro, ele é visto como a unidade da forma social capitalista, que é a unidimensionalidade da forma de valor expressa em preços, que traz uma medida comum para o desenvolvimento da produção capitalista. Numa palavra, *a taxa de lucro é dinheiro sobre dinheiro*. No Livro III, essa medida generaliza os preços nos *preços de produção*, ou seja, os *preços formados em termos da taxa de lucro*, traz tendencialmente adiante uma quantidade comum naquela escala.

Em suma, na seção II, Marx apresentou a dinâmica sincrônica de continuidade capitalista, para explicar que no movimento global do capital, os capitais se individualizam, que o conjunto das taxas de lucros das diversas empresas

compõem o lucro geral da produção capitalista global e que esse depende dos preços de produção, medidos no âmbito da concorrência, que por sua vez, se relaciona diretamente com a capacidade de extração da *taxa de mais-valor* das empresas individuais.

Já na seção III, Marx apresentou a dinâmica diacrônica de continuidade, ou seja, a evolução da própria *taxa geral de lucro*. Assim, dentro da tendência sincrônica à formação de uma *taxa geral de lucro*, essa própria taxa muda diacronicamente; e, mais uma vez, tem-se um outro fator determinante para extração do *mais-valor*.

Essa dinâmica diacrônica é o ponto central para uma explicação histórica da superação do capitalismo. Isto é, a *Lei da queda da taxa de lucro*. Sua base é a introdução de técnicas e tecnologias de redução de custos de produção, que se refletem no aumento da *composição orgânica do capital*, e que geram aumentos da *taxa de lucro* para o capital inicial, mas simultaneamente operam como dreno da *taxa média de lucro*. Contudo, esse capital passa por movimentos cíclicos em que a valorização do capital se expressa em desvalorização e, por conseguinte, a dinâmica da acumulação de capital tende, no longo prazo, ao decréscimo.

A *lei da queda da taxa de lucro* formulada por Marx se coloca como uma *questão histórica*, dentro do roteiro *lukacsiano*, que se tomou emprestado. Todavia, tal questão é a *história futura do capitalismo*, a partir de uma *reflexão teórica* sobre a *taxa geral de lucro*, vista através de um *problema prático*, a concorrência entre capitais individuais na luta de extração de *mais-valor*.

Trocando em miúdos, para Marx, como o lucro se constituía na força propulsora da atividade capitalista, isso levava as empresas a lutarem em duas frentes: no *processo de trabalho*, contra o trabalho, pela produção de mais-valor; e, no *processo de circulação*, contra outras empresas, e pela realização de mais-valor sob forma de lucro.

No confronto com o trabalho, a mecanização impôs-se como forma dominante de aumentar a produção de mais-valor, ao passo que, no confronto com os demais capitalistas, foi a redução dos custos unitários de produção (preços de custo por unidade) que apareceu como a principal arma da concorrência.

No contexto da industrialização do século XIX, ele observou que os métodos de produção mais modernos envolviam instalações maiores, de capital mais

intensivo, graças às quais, dado a capacidade normal de utilização, os custos unitários de produção seriam menores.

Dessa forma, teorizou que maior volume de capital constante por produto unitário se constituía em principal meio de se obter economias de escala. Como esse tipo de empresa permitia a um dado número de trabalhadores processar um volume maior de matérias primas, transformando-as em uma quantidade correspondentemente maior de produtos, tanto as matérias primas como a produção por unidade de trabalho tendiam a aumentar.

Ao mesmo tempo, o maior volume de capital constante por produto unitário implicava maior despesa de depreciação e maiores custos de materiais auxiliares (energia, combustível etc.) por produto unitário. Assim, para métodos mais avançados, a maior capitalização (capital adiantado por produto unitário) implicava maiores custos unitários não relativos a trabalho (capital constante unitário), enquanto a maior produtividade implicava menores custos com o trabalho (capital variável unitário).

No saldo, o custo unitário de produção (capital constante + capital variável) tendia a declinar, de modo que o último efeito devia mais do que compensar o primeiro.

Portanto, sob condições técnicas determinadas, quando os limites do conhecimento e da tecnologia existentes fossem alcançados, os aumentos subsequentes no investimento por produto unitário provocariam reduções cada vez menores nos custos unitários de produção. Isso, por conseguinte, implicaria, no longo prazo, em menores taxas de lucro.

Contudo, Marx observou várias influências neutralizadoras que contribuíam para reduzir a queda da taxa de lucro e até mesmo para inverter temporariamente tal tendência. A intensificação do processo de exploração, salários menores, capital constante mais barato, a importação de bens salariais ou de meios de produção mais baratos e a migração do capital para áreas em que a força de trabalho e os recursos naturais fossem mais baratos contribuíam para a elevação da taxa de lucro.

Mas, segundo Marx, no longo prazo, ou mais precisamente, a queda secular da taxa de lucro era uma tendência dominante para o ato final da história do capitalismo. Isto é, uma *tendência decrescente da taxa de lucro*, levaria a uma crise

generalizada por força de seus efeitos sobre a massa de lucro (conjunto dos lucros das empresas individuais).

É importante compreender o porquê a *Lei da queda da taxa de lucro* está no início e não no fim do Livro III, já que se constitui seção decisiva para entender o processo histórico que leva à superação do capitalismo. A hipótese que se levanta, é que as seções seguintes servem de guia para, justamente, consolidar as contradições que levam àquele processo.

Assim, nas seções IV, V e VI, Marx analisou como que àquela unidade geral do capital, quando se observa o circuito total da produção capitalista – produção, circulação e crédito – se desfaz, assumindo funções específicas, nas quais caracterizam de formas distintas, a apropriação dos capitais individuais em sua extração de *mais-valor*. Ou seja, Marx expôs que essas formas distintas se traduzem no *lucro industrial*, no *lucro comercial*, no *juro bancário* e na *renda da terra*. Todos, em síntese, formas particulares de produção de *mais-valor*.

Na seção IV, as divisões do capital em *capital industrial*, *capital comercial* e *capital portador de juros*, embora funcionalmente diferentes, eles ainda são semelhantes no sentido de que, tendencialmente, todos compartilham igualmente suas realizações no contexto da *taxa geral de lucro*.

Contudo, nessa seção, no capítulo XX, Marx expôs as *considerações históricas sobre o capital comercial*. Esse capítulo, no quadro desse estudo é importante, pois é aqui que ele se contrapõe ao *modelo mercantil smithiano* da evolução natural do capitalismo. Ou seja, seu objetivo era mostrar que, se o capital mercantil é uma forma fundamental como pré-condição à produção capitalista, esse modo de produção não surgiu apenas daquela evolução, por quê?

Marx entendeu que o capital comercial é a forma de existência historicamente mais antiga do capital. Ele precisa para a sua existência apenas das condições da circulação simples de mercadorias e do dinheiro e nada mais do que isso. Isto é, ele existe independentemente do caráter do modo de produção, no qual o produto é transformado em mercadoria, seja o escravismo, a pequena produção camponesa, a produção manufatureira ou a produção capitalista. Em síntese, *o capitalismo, por ser uma relação social de produção, não poderia emergir apenas de uma forma que se reproduz na circulação*.

Na seção V, observa-se a forma de lucro baseada no juro, quando Marx, por meio de um número de etapas intermediárias, expôs o papel do *capital portador de juros*. Segundo ele, essa forma é o *capital enquanto capital*. Possui uma racionalidade própria e para se efetivar como movimento autônomo por meio do processo de troca, as relações jurídico-burguesas devem estar plenamente desenvolvidas para que possam refletir a vontade privada dos possuidores dessa mercadoria.

Para efetivar seu movimento, as condições da circulação simples, isto é, o princípio da troca de equivalentes, devem estar presentes também na circulação do capital portador de juros, mesmo que, em contradição com a circulação capitalista em geral.

Para tornar-se capital, o dinheiro parado nas mãos de seu proprietário precisa ser empregado em meios de produção e força de trabalho ou ser emprestado a terceiros para se transformar em lucro. A partir do momento que o prestamista e, também proprietário do dinheiro, resolve emprestá-lo, o dinheiro converte-se em capital. Desse modo, essa forma de empréstimos para tornar-se capital precisa encontrar sua forma adequada nas mãos do capital industrial ou comercial para ser empregado e adicionar mais dinheiro.

Em resumo, o dinheiro emprestado deve valorizar-se no processo global como capital, apropriando-se do trabalho excedente. Depois de um tempo determinado, o capital portador de juros retorna ao seu proprietário porque seu dinheiro rendeu nas mãos do prestamista. O juro, por sua vez, constitui uma fração do *mais-valor* produzido pelo capital. Esse mais-valor, se traduz no direito jurídico por parte do capitalista emprestador, de participar do lucro, extraído no processo produtivo, ainda que este não seja produzido por ele.

Marx expressou essa relação da seguinte forma: $D - D - D' - D'$. Ou seja, para realizar o movimento do capital produtivo ($D - M - D'$), o industrial recebe o dinheiro do emprestador e o transforma em capital para voltar as respectivas mãos na forma de D' .

Na seção VI, se expôs a *metamorfose do sobrelucro em renda fundiária*. Tal como afirmou Geert Reuten (2002, pg., 10), essa era um fenômeno importante no tempo de Marx, e, portanto, foi justamente exposto na parte final de sua obra. Contudo, segundo o autor, há mais duas razões, não particularmente enfatizadas por Marx, que merecem destaques.

A primeira razão está em consonância com o argumento geral do capital; ou seja, a natureza "uniforme" deve assumir na forma de valor, e na medida em que pode ser apropriado, também pode ser capitalizado. Isto é, o capital assume a forma de valor na força de trabalho e no seu respectivo trabalho.

A segunda razão aparentemente tempera a "conclusão" da razão anterior, pois o capital desenvolve-se em si mesmo; ou seja, o capital pode moldar a natureza e o trabalho, mas em última análise, é limitado por eles. O capital não pode reproduzir a terra ou a natureza.

Com efeito, a natureza do sistema capitalista é o capital subordinar a seu interesse todo sistema produtivo. Esse desejo, como já foi mais de uma vez exposto, fundamenta-se na apropriação do trabalho não pago, o *mais-valor*, gerado no processo produtivo. Assim, essa valorização domina não só a indústria, como também, a agricultura. Claro está que a dominação da agricultura pelo capital se faz mesmo onde não existem relações de produção capitalistas desenvolvidas, não obstante, seja o lugar perfeito para criar as condições de sua realização.

Para Marx, a *renda da terra* provém do mais-valor, derivado do processo de distribuição do mais-valor social. Assim como o capital industrial aumenta sua capacidade produtiva, de modo a criar as condições para aumentar a extração de trabalho não-pago; também a terra possibilita ao seu proprietário a capacidade de apropriar-se de parte do mais-valor social, distribuído em seu benefício.

A *renda da terra* é a remuneração pelo direito de seu uso imposto ao capital. Entende-se tal remuneração sob duas possibilidades. De um lado, quando os proprietários de terra se constituem produtores capitalistas comandando o capital no campo na busca de extração de trabalho excedente. De outro, refere-se a forma clássica – trabalhadores, capitalistas e proprietários – em que o proprietário cede a terra ao arrendatário capitalista, recebendo uma renda pela utilização da terra.

Marx então, passa a examinar o que ele chamou de *renda diferencial*. Essa advém da produtividade gerada pelo trabalho humano sobre determinada base natural de produção na agricultura. A renda diferencial constitui uma forma existencial do mais-valor extraordinário, criada a partir do trabalho humano, única fonte de valor, uma vez que se não ocorrer trabalho na terra, ela permanece estéril.

Assim, ele caracterizou duas formas existenciais da renda diferencial. A *renda diferencial I*, na qual independe do progresso técnico; e a *renda diferencial II* que está

intimamente ligada a forma com que o capital se articula com o desenvolvimento científico e tecnológico das forças produtivas no campo. Apesar de formas de manifestações diferenciadas, ambas resultam em apropriação do que ele chamou de sobrelucro, entendido como a diferença entre o preço individual de produção de uma determinada mercadoria e o preço social de produção. Noutros termos, é a diferença entre o tempo de trabalho individual e o tempo de trabalho necessário socialmente, a origem do sobrelucro.

O sobrelucro obtido não fica nas mãos dos arrendatários capitalistas; e sim, são os proprietários das terras que se apropriam dessa forma de renda diferencial, pois advêm do caráter capitalista de produção. Na verdade, pode-se observar, na análise de Marx, que mesmo se o solo fosse socializado, continuaria existindo a renda diferencial, só que, em vez de reverter o benefício aos proprietários das terras, reverteria para o conjunto da sociedade. Em suma, a *renda diferencial* é originada a partir do excedente extraordinário que o fruto do trabalho num terreno favorável proporciona.

Marx definiu a *renda diferencial I* quando em extensões iguais de terra se aplicam quantidades iguais de trabalho e capital, contudo com resultados desiguais. Gera-se um lucro extra em função de o preço de mercado ser determinado pelo preço de produção da terra de pior qualidade. O preço de mercado não é determinado pela média, pois se fosse esse o determinante, os produtores estabelecidos em atividades nas terras menos produtivas não alcançariam o lucro médio. A *renda diferencial I* demonstra que a produção capitalista não pode homogeneizar a terra, uma vez que não é fruto do trabalho humano, assim como, a inexistência em excesso de terras de boa qualidade conduz a crescente utilização de terras de pior qualidade.

Dentro desse contexto, a *renda diferencial I* está associada a existência de dois fatores: *fertilidade e localização das terras*. A fertilidade varia de acordo com a composição química do solo que pode ser alterado em função do desenvolvimento químico e mecânico da agricultura. A localização, por sua vez, está relacionada com a existência dos mercados, comunicação, transportes e centros de produção. Apesar dos dois fatores influenciarem na determinação da renda diferencial, podem atuar em sentido inverso.

Já a *renda diferencial II* decorre do conjunto de capitais adicionais aplicados numa determinada terra. Resulta da intensificação produtiva do capital na agricultura. Se caracteriza como a fase mais avançada de penetração da produção capitalista no campo.

Deriva da utilização de métodos mais eficientes no tratamento com a terra, da inserção de máquinas e equipamentos, fertilizantes etc., e na medida em que aumenta a produção agrícola em relação aos cultivos dos terrenos piores, cria-se a possibilidade do surgimento do sobrelucro, advindo da diferença entre o preço individual de produção e o preço social de produção. Essa diferença, a *renda diferencial II*, é paga pelo arrendatário capitalista ao proprietário da terra, por sua concessão a atividade produtiva.

Entretanto, Marx apontou uma objeção na transformação do sobrelucro em *renda diferencial II*; isto é, a fertilidade natural, confunde-se com a fertilidade artificial decorrentes dos investimentos feitos na atividade produtiva. Isto posto, torna-se difícil sua determinação.

A partir da *renda diferencial*, Marx expôs a *renda absoluta*. Sua existência deve-se a dois fatores. Um relacionado a natureza interna da agricultura e outro, derivado da inter-relação da agricultura com a indústria na formação e distribuição do valor. Todavia, ambos estão intimamente relacionados entre si.

O primeiro diz respeito exclusivamente a existência do monopólio da propriedade da terra. Sua caracterização permite que os arrendamentos inseridos em qualquer tipo de solo necessariamente paguem renda. Isso se dá, devido ao preço de mercado dos produtos agrícolas estarem acima do preço social de produção, motivado sobretudo com a diminuição da produção e o aumento da procura, tornando-se vantajoso arrendar o pior solo. Segundo Marx, a atividade produtiva no pior solo permite, além de repor despesas decorrentes da produção, a geração de um excedente que deveria ser canalizado para as mãos do proprietário da terra.

Aqui, Marx introduziu o conceito de *monopólio da terra*. Seu entendimento passa pelo argumento de que o pior solo tem que gerar uma renda para que possa viabilizar a aplicação de capitais, pois o arrendatário não será estimulado a aplicar esses capitais, e, por outro lado, o proprietário não terá nenhum fator estimulante em cedê-la. Nesse sentido, não é a localização e nem a fertilidade o determinante,

mas a existência do monopólio da propriedade privada do solo a condição existencial da *renda absoluta*.

Para esse estudo, o capítulo XLVII é o mais importante, pois, no contexto do *problema prático* a dominação da agricultura pelo capital, que gerou uma *reflexão teórica* sobre a *renda fundiária* como parte do sobrelucro, culminou numa *questão histórica*, ou seja, como se originou a renda fundiária e sua transição para a forma de rendimento capitalista.

Pode-se resumir essa gênese da seguinte forma. A primeira forma de *renda fundiária*, historicamente, foi a *renda em trabalho*, em que o produtor direto trabalhava uma parte da semana, com instrumentos de trabalho (arado, animais de carga etc.) que lhe pertencia de fato ou de direito, no cultivo de seu solo, e nos outros dias da semana trabalhava na propriedade do senhor fundiário, para o senhor fundiário e sem remuneração. Colocando em perspectivas espacial e temporal, o *feudalismo europeu entre os séculos VI e X* (grifos nossos).

A segunda forma de *renda fundiária* apontada por Marx, foi a *renda em produtos*. Segundo ele, consistia em estágio mais elevado de cultura do produtor direto, e se diferenciava da forma precedente pelo fato de que o *mais-trabalho* já não era executado sob coerção do proprietário. Isto é, ele dispõe de todo o seu tempo de trabalho, embora, na essência, sem nenhuma remuneração, pertença ao proprietário, que por conseguinte, não o recebe diretamente, em sua forma natural, mas na forma produto em que se configura. Em perspectiva espaço-tempo, o *feudalismo europeu entre os séculos XI e XV* (grifos nossos).

A terceira forma de *renda fundiária*, foi a *renda em dinheiro*. Essa, por sua vez, se originou no século XVI e se assumiu numa classe social ascendente, principalmente na Inglaterra, os *arrendatários capitalistas*. A partir desse ponto, todo o problema concreto abordado anteriormente sobre renda absoluta, diferencial, mais-valor e sobrelucro que envolveu a discussão da renda fundiária capitalista, tem sua origem histórica aqui.

Por fim, Marx tratou da parceria e propriedade camponesa parcelária, como formas de extração de renda fundiária pré-capitalistas existentes no século XIX, que estavam espalhadas nas colônias europeias e no interior do leste europeu.

A última seção (VII) do Livro III, consiste em cinco capítulos relativamente curtos, com destaque para o capítulo XLVIII, que decompõe as formas de

rendimentos, a chamada *fórmula trinitária* – juros, lucro e aluguel – associadas aos tipos de capital e justificada ideologicamente pelos clássicos, como uma forma de distribuição de rendimentos harmônica. A partir disso, Marx expôs a crítica a essa fórmula, argumentando que ela esconde sua estrutura de classes. Em suma, o ponto fundamental destacado por Marx, naquela seção, é que o capitalismo constitui um modo de produção historicamente específico e mutável, já que sua dinâmica explicita contradições inevitáveis, que apontam para sua superação.

3.3 – Uma interpretação da origem do capitalismo em *O capital*

Fato. *O capital*, como já foi dito, não é um livro de história do capitalismo. Mas, é possível afirmar que ele relata essa história, pois aborda a gênese de seus principais elementos, a sua dinâmica e a sua transformação. A partir dessa constatação, pode-se tentar esboçar uma narrativa da origem do capitalismo, cotejando com o próprio método marxiano.

Lógica. O capital é o pressuposto básico da sociedade capitalista. Contudo, para se entender como Marx narra a origem do capitalismo em *O capital*, tem-se que partir de uma *negação*, qual seja, o capital, em sua forma originária, *mercantil*, foi incapaz, por si mesmo, de promover e explicar a origem do modo de produção capitalista. A rigor, como ele expôs (Livro III, capítulo XX), o *capital comercial* representava um obstáculo para o desenvolvimento do capitalismo.

Assim, se um modo de produção é definido pelas suas relações sociais de produção, conforme Marx expôs nos *Grundrisse* e em *O capital*, e suas *leis de desenvolvimento* estão intimamente ligada às mudanças qualitativas derivadas de mudanças quantitativas (ENGLES, [1883], 1985), em que modificam as relações internas explicitando as contradições no longo prazo do próprio modo de produção, a sociedade capitalista só pode emergir, com efeito, das contradições internas da sociedade feudal em decomposição.

Quais as condições geradas no processo de dissolução do modo de produção feudal permitiram a emergência do capitalismo?

Toma-se como primeira condição, o processo histórico da *acumulação primitiva*. Ou seja, como as relações sociais de produção feudais eram predominantemente agrícolas, dispondo os camponeses do principal meio de

produção, a terra, a afirmação do capitalismo teve, como primeiro impulso, no movimento de expulsão do *povo do campo de sua base fundiária*.

Com efeito, a separação entre camponeses e a terra, constitui a base para a nova relação social de produção, o *trabalho livre e assalariado*, responsável por prover o capital com força de trabalho.

Esse processo se relaciona com outro, o da privatização da terra, que se pode determinar como *relação causal*, em que a proletarização dos camponeses constitui causa e efeito do movimento histórico de transformações da estrutura agrária, no contexto de destruição das relações sociais de produção feudais.

O processo histórico de privatização da terra encontra-se também no capítulo sobre *acumulação primitiva* (Livro I), em que as oportunidades de ganho geradas na manufatura de lã que provocou a expulsão dos camponeses, também, provocaram o cercamento dos campos (*enclosures*) das terras comuns, como forma de expandir a pecuária. Esse movimento se consubstanciou em leis que garantiram a propriedade privada daquelas terras.

Tal processo histórico se encontra também, no capítulo XLVII sobre a *gênese da renda fundiária capitalista* (Livro III), quando Marx analisou as transformações na extração da renda fundiária, no contexto do modo de produção feudal; isto é, *renda em trabalho, renda em produto e renda em dinheiro*.

Em resumo, por meio da periodização dessas três formas de rendimento, consegue compreender as fases de desenvolvimento da sociedade feudal, em que a última (renda em dinheiro) pressupôs certo crescimento da produção de mercadorias, de modo a pagar a renda em moeda. A renda em dinheiro pode ser descrita como a última forma de extração de renda fundiária do modo de produção feudal e, passo decisivo para emergência do modo de produção capitalista, dado que abre espaço para a introdução do capitalismo no campo.

Dessa forma, as transformações nas relações de produção no campo, estimularam a produção de mercadorias na cidade, onde formas artesanais de fabricação, por sua vez, já não davam mais conta frente o incremento da demanda. Dentro desse contexto, se originou e se expandiu a manufatura (Livro I, capítulo XII).

Isto é, a manufatura, como forma de trabalho cooperado, somente foi possível, porque as relações sociais de produção feudais chegaram em seu limite. Com efeito, os mesmos pressupostos que atuaram nas relações de produção no

campo, também atuaram na forma de produzir mercadorias na cidade; ou seja, a *separação dos trabalhadores dos meios de produção*.

Na divisão do trabalho na manufatura, os trabalhadores são separados dos meios de produção, dado que o processo de valorização do capital se faz na especialização de cada trabalhador na oficina. Numa palavra, se consubstanciou em método particular de criação de mais-valor, em que a força produtiva social do capital se investiu no trabalhador coletivo, e esse investimento somente se reproduziria na medida em que se aumentava o empobrecimento da força produtiva individual do trabalho.

Desse modo, tomando como base a narrativa em *O capital*, pode-se afirmar que a manufatura foi a última forma de trabalho cooperado do feudalismo e ponto de partida para o desenvolvimento de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho, que culminou no capitalismo.

Claro está que existem diversas passagens ao longo de *O capital*, exemplificando como que se explicitavam os limites do feudalismo e esses constituíam em gênese dos principais elementos formadores do capitalismo. Contudo, creia-se que as condições históricas analisadas aqui, demonstram com mais visibilidade o fio condutor lógico dialético de como a reorganização revolucionária e generalizada das relações sociais de produção existentes no feudalismo – separação do trabalhador do campo da terra, especialização produtiva agropecuária, separação do trabalhador urbano do artesanato, especialização produtiva manufatureira – conduziram a sociedade ocidental europeia e depois o mundo, a um novo modo de produção, o capitalismo.

Capítulo 4: As interpretações marxistas no século XX

Para se compreender as interpretações marxistas no século XX da *origem do capitalismo*, há que se apreender um conceito-chave que os permeiam, qual seja, a *transição do feudalismo para o capitalismo*. Numa palavra, essas interpretações giraram em torno da *transição*.

Como foi visto no capítulo anterior, em que se discutiu as interpretações marxianas, isto é, contidas na obra de Marx & Engels, a *problemática da transição* não se constituiu em preocupações centrais naqueles estudos. Com efeito, a *passagem do feudalismo ao capitalismo* foi discutida secundariamente, como ponto de reflexão para o entendimento do método do *materialismo histórico*, das bases formadoras do *modo de produção capitalista* ou a compreensão da *luta de classes* na história.

Tomando como base os textos analisados no capítulo anterior, pode-se afirmar que a atenção dada por Marx & Engels à *transição do feudalismo para o capitalismo* foi episódica, que pode ser encontrada em *A ideologia alemã*, no *Manifesto comunista*, nas *formas que antecederam o capitalismo (Grundrisse)* e nos capítulos de *O capital*, sobre a *Acumulação primitiva*, *Considerações históricas sobre o capital mercantil* e *Gênese da renda fundiária capitalista*.

Todavia, foram justamente as distintas *interpretações marxianas*, discutidas anteriormente, que levaram aos debates marxistas sobre a transição do feudalismo para o capitalismo, ao longo do século XX. Ou seja, qual interpretação mais crível? A que se refere à *determinação das forças produtivas* ou a relacionada à *determinação das relações de produção*? Seria possível movimentar-se livremente entre elas? Havia outros elementos explicativos para além do escopo teórico marxiano? Os debates e suas respectivas interpretações discutidos nesse capítulo abordam aquelas questões.

Holton (1985, pg., 74) classificou as interpretações marxistas em três conjuntos: (a) a perspectiva das 'relações de propriedade', associada a Dobb e Brenner; (b) a perspectiva das 'relações de troca', refletida no trabalho de Sweezy; e, (c) a perspectiva 'eclética', associada a Perry Anderson.

Na verdade, as respectivas interpretações encontravam-se num ambiente político e social de estudar a obra marxiana de modo a se contrapor ao dogmatismo imposto pela União Soviética, já que o marxismo se tornou a doutrina oficial do Estado, principalmente, a partir da década de 1930. Desde a década de 1920,

importantes teóricos marxistas, como Antonio Gramsci, György Lukács, Karl Korsch entre outros, iniciaram uma rebelião contra as interpretações que estavam em curso na União Soviética (URSS). Essas, por sua vez, tornar-se-iam fossilizadas com o *stalinismo*, que enjaularam a sociedade soviética, tutelaram a arte e a ciência, de modo a suprimir seus respectivos dinamismos, autonomias e criatividade tornando-os apenas elementos de legitimação da nova ordem³⁴.

De fato, o que estava acontecendo na URSS, era inconcebível para os meios acadêmicos marxistas do ocidente, especialmente, no que concerne ao ambiente intelectual inglês, em que os marxistas travavam um intenso debate sobre a crise do imperialismo britânico, a consolidação do imperialismo norte-americano e seu respectivo papel na transição ao socialismo.

Além disso, as interpretações sobre a *transição*, não se restringiram ao ocidente anglo-saxônico, marxistas japoneses debatiam o processo de reconstrução do Japão, em que tinham como preocupação estudar o feudalismo japonês, de modo a evitar que os anacronismos sociais e políticos daquele modo de produção, contaminassem o entendimento de sua postura frente aos desafios impostos naquela reconstrução, sob tutela norte-americana.

Também na Índia e demais países asiáticos, o interesse, especialmente pelo debate de 1954, deu-se, a partir do momento em que suas reflexões se coadunavam com os respectivos temas debatidos, acerca das controvérsias em torno do *modo de produção asiático*. Por fim, mesmo no que toca ao Brasil, na década de 1960, em maior ou menor grau, as discussões sobre a *Revolução de 1930* e a formação do capitalismo brasileiro foram inspiradas naquele confronto de ideias (MARIUTTI, 2000; págs., 10/11).

³⁴ Ver: BARREIROS, D. P. *Os debates sobre a transição: ideias e intelectuais na controvérsia sobre a origem do capitalismo*. Niterói: EDUFF, 2008.

4.1 – O debate Dobb-Sweezy sobre a *transição do feudalismo para o capitalismo*

Em 1946 Maurice Dobb (1900-1976) publicou *Studies in the development of capitalism*. A partir desse estudo desencadeou-se uma grande controvérsia na discussão sobre os fatores que levaram a crise final do feudalismo e a transição ao *modo de produção capitalista*³⁵.

Rodney Hilton resumizou as primeiras resenhas do livro de Dobb. A primeira foi feita por Karl Polanyi, em 1948, no *Journal of Economic History*. A segunda foi feita por R. H. Tawney, em 1950, na *Economic History Review*. Curiosamente, essas primeiras análises foram feitas por autores não marxistas, mas interessados em abordagens que permitissem avançar os estudos de História Econômica.

Contudo, no campo marxista, a intervenção que causou mais impacto foi a apresentada pelo economista estadunidense Paul Sweezy, já que suas críticas à Dobb deram origem ao *debate de 1954*.

De acordo com Mariutti (2000; pp., 5-7), as questões discutidas naquele debate não ficaram restritas apenas ao contexto histórico da *transição*; o método marxiano e sua própria obra foram debatidas e aprofundadas. Isso porque a proposição formulada por Sweezy de que as contradições internas do feudalismo eram incapazes de transformá-lo, necessitando, pois, da ação de uma força externa para quebrar o equilíbrio e promover sua desintegração, como foi visto, no capítulo anterior, era estranha ao *materialismo histórico*.

Tal como abordado anteriormente, uma das premissas fundamentais do método histórico marxiano, é a ideia de que a dinâmica de um *modo de produção* é determinada por suas *contradições internas*, e que sua evolução ou desintegração deve ser apreendida em sua contradição imanente.

Claro está que a abordagem marxiana não excluía a atuação das forças externas que pudessem influir na reprodução de determinado modo de produção; todavia, essa influência deveria ser analisada à luz das relações dominantes de produção.

Sweezy centrou seu argumento de que somente o *comércio de longa distância*, direta ou indiretamente, foi capaz de desintegrar o feudalismo e promover

³⁵ Ver HILTON, R. *Introdução*. In: HILTON, R. (Org.) *A transição do feudalismo para o capitalismo. Um debate*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977, págs., 9/10.

a *transição ao capitalismo*. Por suposto, uma interpretação semelhante à do *modelo mercantil*, especialmente, uma influência clara de Henri Pirenne sobre Sweezy.

Dobb, por outro lado, sustentou a ideia de que as *próprias contradições internas ao feudalismo provocaram sua ruína*, dado a necessidade crescente por maiores rendimentos por parte da nobreza resultou na intensificação da exploração sobre os servos até níveis insuportáveis, acentuando a luta de classes e determinando, no longo prazo, o colapso do feudalismo.

Entretanto, na argumentação de Dobb, encontra-se uma inovação, qual seja: ele propôs uma explicação em que o desenvolvimento do comércio contribuiu para aumentar a avidez da nobreza por rendimentos mais elevados, acelerando com isso a crise final da economia feudal (Ibid., pg., 6).

a) A interpretação de Dobb

Studies in the development of capitalism ([1946], 1986) aborda o capitalismo desde sua origem até o período entre as duas grandes guerras mundiais. Na segunda edição, em 1962, o autor acrescentou um pós-escrito, tratando dos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Contudo, Dobb, mesmo não sendo um historiador profissional, preocupou-se com o vocabulário histórico e o entendimento preciso dos principais conceitos a serem estudados. Portanto, seu ponto de partida nos dois primeiros capítulos, foi discutir as definições de *capitalismo* e *feudalismo*.

No que concerne ao capitalismo, Dobb abordou três definições distintas utilizadas para sua caracterização. O capitalismo como *estado de espírito*, encontrado nas obras de Sombart e Weber³⁶; o capitalismo como uma organização de *produção para um mercado distante* (circulacionista), encontrado nas obras de Schmoller e Pirenne³⁷; e, o capitalismo como um *modo de produção*, encontrado na obra marxiana.

Já no que toca à definição de feudalismo, Dobb antes de expor sua concepção analisou duas definições correntes naquela época. A primeira e mais tradicional, era qualificada como uma definição *jurídico-política*, centrada em duas características

³⁶ Tal como exposto em PAULA, R. Z. A. *Capitalismo: definições*. São Luís: EDUFMA, 2020a. Capítulo 3, pp., 62-83.

³⁷ Tal como exposto no Capítulo 1 desse estudo, seções 1.2 e 1.3.

principais, quais sejam: a *atomização do poder* e a importância das *relações vassálicas*. Essa concepção foi muito difundida, pois derivava diretamente das interpretações clássicas sobre a formação do feudalismo europeu, bem como, o fato das relações vassálicas aparecerem frequentemente nos documentos históricos³⁸. Já a segunda definição concebia o feudalismo como um *sistema de economia natural*, cuja principal característica estava na produção de pouco excedente.

A partir das insuficiências teóricas daquelas definições, Dobb propôs sua própria definição de *feudalismo*. Nessa, a ênfase recaiu na relação entre o *produtor direto* (seja ele artesão ou camponês) e seu *superior imediato*, ou senhor, e no teor socioeconômico da obrigação que os conectava.

Claro está, para o autor, que o *feudalismo é um modo de produção*, formando a essência de sua definição, em que a característica básica é a *servidão*, entendida como uma *obrigação imposta ao produtor pela força, e independentemente de sua vontade, para satisfazer certas exigências econômicas de um senhor, (...) que tomem forma de serviços a prestar ou de taxas a pagar em dinheiro ou em espécie (...)* (DOBB [1946], 1986; pg., 27).

Em resumo, Dobb marcou diferença de seu estudo com relação aos anteriores, abordando o feudalismo como um modo de produção, cuja articulação fundamental se fazia pelas relações de servidão. Essa, por sua vez, poderia ser advinda da conquista militar ou derivada dos costumes, apoiada por força de lei.

Mas, o mais importante, para Dobb, era que o produtor direto detinha a posse dos meios de produção necessários à realização de seu trabalho, o que possibilitava a sua reprodução social. Porém, segundo o autor, ele era, ao mesmo tempo, *produtor independente e juridicamente não livre*, pois a relação de propriedade afirmava-se como relação direta senhor/servo. Portanto, essa era a especificidade do feudalismo em comparação a outros modos de produção.

Ao centrar sua análise sobre as relações de produção dominantes no feudalismo, Dobb buscou sustentação na obra marxiana. Isto é, o senhor detinha a propriedade enquanto o camponês era o detentor da posse da terra. Com efeito, obrigava a adoção, por parte da nobreza, de dispositivos extraeconômicos fundados

³⁸ Um estudo síntese do feudalismo a partir da definição jurídico-política, consultar: GANSHOF, F. L. *Feudalism*. London: Longmans, Green and Co., 1952.

na violência e na tradição para coagir os produtores diretos a cederem uma parcela de sua produção³⁹.

O autor, então, apontou dois aspectos que justificam a centralidade da servidão, que se coadunam com o método histórico marxiano. Isto é, a servidão espelha o modo como encontravam-se distribuídos os meios de produção e a forma de existência da força de trabalho, ao mesmo tempo em que determinava o antagonismo de classes.

Assim, pode-se concluir, que na explicação de Dobb, a base de toda a estrutura social e das relações feudais era determinada pelo modo em que se encontravam distribuídos os meios de produção e a forma da expropriação do excedente por parte da classe dominante (MARIUTTI, 2000; pg., 18).

É importante ressaltar que Dobb tinha a noção de que as relações feudais não eram imutáveis. Ou seja, a comutação de prestações em trabalho por pagamento em dinheiro, por exemplo, não implicava, segundo ele, em alteração essencial nas relações entre servos e senhores. O que se dava, nesse particular, era a alteração na forma com que o excedente se apresentava, e não uma modificação na relação em si.

Claro está, para Dobb, que a exploração sob forma de dinheiro na sociedade feudal indicava ampla circulação monetária e existência significativa de mercados. Contudo, ele alertou que tais condições não eram sintomas da emergência de um novo modo de produção (DOBB, 1977; pg., 63).

Isso porque, de acordo com o autor, o processo de circulação feudal se caracterizava em sua forma simples (**M - D - M**), em que o dinheiro se constituía apenas como intermediário da troca, não se transformando em capital (**D - M - D'**).

O argumento de Dobb era que a economia feudal operava no contexto da circulação simples de mercadorias, tal como exposto por Marx em *O capital*. Ou seja, nessa, as transações monetárias agiam no máximo como catalisador, acelerando as trocas e tornando a circulação de mercadorias mais dinâmica; mas não eram capazes de gerar efeitos transformadores pois não havia interação de forma decisiva sobre as forças produtivas.

Também, salientou que a produção feudal não dependia diretamente do comércio, pois senhores e servos obtinham sua subsistência dentro do próprio

³⁹ Ver: DOBB, M. Uma réplica. In: HILTON, R. op. cit., págs. 57/58.

feudo, o que, por sua vez, restringia o comércio feudal, dado o pouco excedente gerado. Portanto, para Dobb, a *circulação* não constituía uma fase determinante na reprodução do modo de produção feudal.

Esse argumento reforça a tese dobbiana de que era a disposição dos meios de produção e a forma de existência do trabalho, que estabeleciam a natureza da relação entre dominadores e dominados. Era a partir da dinâmica/contradição dessa relação que se entendia como se deu a transição ao capitalismo. Isto é, a crise do feudalismo estava necessariamente ligada à luta de classes entre servos e senhores, pois era por meio desse antagonismo que se modificou a estrutura básica da sociedade feudal, calcado no processo de separação do produtor direto dos meios de produção.

Contudo, é preciso afirmar que Dobb nunca propôs que àquela luta levasse a destruição do feudalismo e a consolidação do capitalismo automaticamente. Ele listou diversos outros fatores que se relacionavam e apontavam para a *transição*. Um deles era a ascensão das cidades e suas consequências para a servidão.

Segundo o autor, a simples existência das cidades alterava as perspectivas dos camponeses. Ou seja, a vida urbana aumentava e muito as chances de sucesso de fuga dos servos das terras controladas pela nobreza. Com efeito, o fator urbano elevou o poder de barganha do campesinato e colocou duas alternativas opostas escolhidas pela nobreza. De um lado, fazer concessões como a redução dos tributos, atenuação do trabalho nas terras do senhor etc., como formas de garantir a permanência dos trabalhadores em seus domínios; de outro, intensificar a coação, prendendo pela força os produtores diretos à terra.

Todavia, ambas as alternativas apontavam para a redução dos rendimentos da nobreza. A primeira se dava de forma direta, pois ao abolir e atenuar os tributos e impostos a arrecadação da nobreza diminuía imediatamente, o mesmo ocorrendo com a quantidade de *trabalho vivo* à sua disposição, dado a redução da obrigação do servo a trabalhar nas terras do senhor. No que toca à segunda alternativa, esvaziava os cofres da nobreza de forma indireta, pois para manter e controlar um campesinato rebelde e disperso por grandes extensões territoriais, era necessário grandes dispêndios militares (MARIUTTI, 2000; pg., 20).

Dobb afirmou que, no final da Idade Média europeia, identificada por ele, nos séculos XIV e XV, havia uma crescente necessidade da nobreza em aumentar os seus

rendimentos, fruto da relação conflituosa com o campesinato. A partir de então, o autor narrou como se deu o declínio do feudalismo (DOBB, [1946]; 1986; pp., 38-51).

Fato. A forma mais eficiente que a nobreza dispunha para expandir seus rendimentos era intensificar, de forma absoluta, a exploração do produtor direto. As relações de propriedade feudal impulsionavam os nobres em aumentar os gastos visando intensificar seus meios de exploração mediante força militar. Ao intensificar seu poderio bélico, a nobreza aumentava o controle sobre o campesinato, ao mesmo tempo em que podia utilizar esse poder para, em determinados momentos, conquistar novas terras e submeter outros nobres, tornando-os vassalos, como forma de expansão de seus domínios.

Sem embargo, esse aperfeiçoamento dos meios de exploração era necessário para garantir a reprodução social da nobreza como classe dominante, mas comprometia, no médio e longo prazo, a reprodução material da sociedade feudal como um todo. Isto é, a maior parcela do sobretrabalho usurpado dos produtores diretos destinava-se, ou ao consumo improdutivo, ou a força militar. Desse modo, a necessidade de receita da nobreza tendia a crescer muito mais rápido do que as respectivas fontes de renda, resultando em crises econômicas permanentes.

Ou seja, como resultado do apetite por mais rendimentos, a parcela do produto destinada ao senhor, impactava em menor quantidade para a reprodução do campesinato, o que, por sua vez, deixava-os abaixo do nível de suas necessidades vitais. A partir dessa mediação teórica, pode-se compreender as revoltas camponesas dos séculos XIV e XV, pois a pressão dos nobres acabava por fomentar rebeliões e deserções em massa, que por conseguinte, levava a nobreza a gastar ainda mais na intensificação da coerção, o que contribuiu para a dissolução do modo de produção feudal.

Dobb afirmou que o aumento da exploração feudal foi contemporâneo à ascensão das cidades, as quais agiam como polo de atração de força de trabalho, por possibilitar melhora das condições de vida. Esse fato, em conjunto com a intensificação da exploração dos produtores diretos pelos nobres, impactou profundamente no aumento das fugas dos camponeses, cujo resultado foi o enfraquecimento do poder senhorial, devido à redução do número de camponeses a seu serviço e os crescentes gastos militares.

Com a redução da força de trabalho camponesa, a pressão recaiu sobre os trabalhadores que permaneceram nas suas respectivas posses. Isto é, os gastos suplementares da nobreza para recapturar os foragidos eram repassados automaticamente àqueles camponeses permanecidos, via aumento dos tributos e das taxas, da intensificação do trabalho nas terras do senhor etc.

Na verdade, segundo Dobb, frente a tais circunstâncias, uma retração da produção foi inevitável, o que tornou ainda mais difícil manter os camponeses nas terras à força. Senhores feudais menos poderosos foram obrigados fazer concessões cada vez maiores, abdicando progressivamente do trabalho compulsório e das exações arbitrárias, o que culminou na emergência do trabalho livre.

Outro fator importante analisado por Dobb, foram as flutuações demográficas sobre a economia feudal, as quais estão relacionadas direta ou indiretamente aos fatores anteriores⁴⁰. De acordo com o autor, o crescimento das famílias nobres induziu à prática generalizada do *subenfeudamento*, na medida em que se expandia o número de vassalos mediante a fragmentação das propriedades existentes.

Ou seja, à medida em que o número de vassalos aumentava e a extensão das terras controladas pela nobreza permanecia constante ou crescia em proporção inferior ao número de pretendentes, a extensão da terra concedida pelo suserano era forçosamente menor até atingir um ponto onde sua exploração se tornava economicamente impossível.

Soma-se a isso, o desenvolvimento incipiente das forças produtivas feudais limitava muito o número de habitantes que cada parcela de terra conseguia suportar, de modo que qualquer aceleração abrupta na taxa de crescimento populacional, mesmo que o número de nobres e camponeses mantivesse a mesma proporção, geravam problemas sociais como o aumento da população sem-terra, que viviam de esmolas e de banditismo, intensificando-se assim, o clima de insegurança já instaurado naquela sociedade.

Em resumo, atuando em conjunto com essa tendência à crise econômica, o comércio acelerou o processo de diferenciação social, no interior da sociedade feudal, formando, de um lado uma classe de semiproletários (camponeses pobres,

⁴⁰ A partir daqui, baseado em MARIUTTI, E. B. Op. cit., págs. 22/23.

famílias sem-terra etc.) e camponeses prósperos. A emergência das cidades incentivava a fuga dos camponeses, abalando o poder dos senhores feudais, os quais, por conseguinte, eram obrigados a ampliar seus gastos militares para recapturar os foragidos, o que, por sua vez, impactava em maior poder de negociação dos camponeses que permaneciam nas posses. Por fim, o êxodo em massa do campesinato concentrava e diminuía o preço da força de trabalho nas cidades.

Mas como Dobb enxergava a emergência do capitalismo no processo de dissolução do feudalismo? O autor identificou entre os séculos XIV e XVI, o período *transitório* em que a sociedade feudal apresentava um processo acelerado de desintegração, mas as relações capitalistas ainda não estavam amadurecidas para compor uma nova sociedade. Numa palavra, a economia se emancipava gradualmente da exploração feudal, mas ainda não estava subordinada à exploração capitalista, pois as condições necessárias à emergência dessa sociedade ainda não haviam sido criadas.

Dobb aceitou os argumentos de Christopher Hill⁴¹, em relação à tese da *revolução burguesa* na Inglaterra no século XVII, afirmando que no século XVI o Estado era predominantemente feudal, em estágio avançado de desintegração. Concomitantemente, as relações capitalistas de produção ainda eram incapazes de tornarem-se dominantes. Portanto, foi a revolução inglesa de 1640, hipótese defendida por Hill, a responsável por consolidar o Estado burguês e, por conseguinte, o amadurecimento das relações capitalistas de produção.

Contudo, Dobb um economista com “veia” de historiador e, como tal, não podia deixar lacunas ao analisar os períodos históricos; ou seja, como definir o processo histórico do século XVI, de modo a entender a revolução inglesa do século XVII? A solução dobbiana foi a reconstrução progressiva da conexão do capital mercantil, analisado por Marx, no Livro III de *O capital*, com a dinâmica de exploração da sociedade feudal.

Segundo ele, inicialmente, o capital comercial se relacionava de forma puramente externa à produção feudal, formando seu lucro a partir da diferença de preço entre as diversas zonas produtoras. Aos poucos, todavia, o capital mercantil

⁴¹ Ver: HILL, C. *The english Revolution – 1640*. 3 ed., London: Lawrence & Wishart Ltd., 1955. HILL, C. Um comentário. In: HILTON, R. Op. cit., pp., 119-122.

foi se ligando de forma mais direta ao feudalismo, por meio de duas vias principais (DOBB [1946], 1986; pp., 61-71).

A primeira ocorreu quando uma parte dos próprios produtores rurais acumulou capital e passou a produzir para um mercado mais amplo. Numa palavra, o *produtor* se tornou *mercador*. Dobb a denominou de *via revolucionária*, pois o comércio passou a ser subordinado à produção. A segunda via, denominada por ele, de *conservadora*, ocorreu o inverso, os mercadores interessados em controlar a oferta de suas mercadorias mobilizaram parte do seu capital na criação das manufaturas. Isto é, embora o autor afirme que tal processo consista historicamente numa forma transitória, tornou-se uma obstrução ao *modo de produção capitalista*.

Ou seja, não obstante o mercador ser também um industrial, a economia, nessas condições, não sofre transformações essenciais pois a produção continua a subordinar o comércio; isto é, a sua intenção ao produzir era manter, ou se possível aumentar, a diferença entre o preço de compra e o preço de venda de seus produtos mediante o controle da oferta.

Dobb justificou seu argumento ao afirmar que os comerciantes-produtores se utilizavam ainda do máximo das restrições impostas pelas guildas e corporações artesanais medievais, e com isso, se alinhavam politicamente com os senhores feudais.

Por outro lado, as condições e os interesses dos pequenos e médios produtores que se voltaram para o mercado eram bastante diferentes. Sua inserção, só foi possível mediante a luta contra os monopólios e contra todas as restrições feudais à circulação de mercadorias, através da redução dos custos de seus produtos.

A partir daí, Dobb procurou conectar historicamente as duas vias. A *via revolucionária* surgiu nos séculos XVI e XVII, sob ação de artesãos e camponeses ricos, nas unidades de produção agrícolas e manufatureiras que empregavam trabalho assalariado. Portanto, para o autor, eram empreendedores que formavam o setor mais progressista da burguesia, pois eram os que mais tinham a ganhar com a destruição do feudalismo; consistiam na força motriz da *revolução inglesa de 1640*, sendo sua luta não apenas contra a nobreza rentista, mas também, contra todos os mercadores que dominavam as grandes rotas comerciais e que passaram eles próprios a adquirirem manufaturas.

Já a via *conservadora*, foi simultânea àqueles acontecimentos descritos anteriormente. A ação do capital comercial sobre a agricultura vinha sendo notada desde o século XVI. Os mercadores urbanos passaram a mobilizar grandes investimentos na compra de propriedades rurais. Nessas, é possível identificar dois objetivos que se complementam. De um lado, a intenção puramente especulativa, em que se compravam terras nas fases de baixa dos preços visando auferir aluguéis.

De outro, nas terras aptas para o pasto, o investimento de capital se dava em melhorias nas propriedades e na contratação de mão de obra assalariada, dado as grandes possibilidades de lucros com a criação de ovelhas. Ademais, Dobb chamou a atenção que esses investidores acabavam também em aportar capital na indústria têxtil lanígera.

Dobb afirmou que essas duas vias, por sua vez, interagiam continuamente, formando tendências complexas e extremamente variáveis. Contudo, o resultado geral de sua atuação em conjunto foi a progressiva capitalização da produção, tanto na indústria nascente, como na agricultura que progressivamente adquiria feições capitalistas.

Mas o autor estabeleceu uma diferença entre àquelas vias. Eram caminhos promovidos por forças sociais distintas, com interesses também distintos. Isto é, os pequenos e médios produtores (*Yeomen*), agricultores e arrendatários livres e prósperos, foram expandindo suas terras, comprando e arrendando propriedades de vizinhos falidos e empregando progressivamente força de trabalho assalariada.

Já os grandes mercadores que se voltaram para a produção, tinha como interesse dominante a manutenção da disparidade de preços no mercado. Isto é, ao atuar na produção, os mercadores-produtores estavam fundamentalmente ampliando suas possibilidades de extrair lucros sobre a alienação do trabalho, que como foi exposto por Marx, constituía a base do capital comercial desde sua gênese.

Essa distinção, segundo Dobb, serviu para compreender os alinhamentos de classe que, em conjunto com outros acontecimentos, resultaram na *revolução inglesa de 1640*.

A conclusão de Dobb para a *transição do feudalismo para o capitalismo*, nos *Studies*, pode ser descrita da seguinte maneira. A crise final do feudalismo não foi motivada pelo “assédio” do capitalismo ou devido a sua luta contra as restrições feudais. O fator principal da dissolução foi na rebelião dos pequenos e médios

produtores que se voltaram contra a exploração feudal. O conflito dessa nova classe social contra a nobreza e contra os grandes mercadores resultou em sua independência parcial.

Portanto, o processo de diferenciação social foi fruto da reação ao próprio feudalismo, que foi amadurecendo gradualmente antes da emergência do capitalismo. Dentro desse contexto, para Dobb, isso determinou o intervalo entre o declínio da servidão e a consolidação definitiva do capitalismo, evento que se situou na Inglaterra após a *revolução de 1640*, onde a reação feudal foi definitivamente destruída e o processo de subordinação do capital comercial ao industrial começou a avançar, preparando o terreno para a *Revolução Industrial*.

b) A interpretação de Sweezy

Paul Sweezy (1910-2004), economista estadunidense, foi quem abriu a polêmica no campo marxista. Em 1950, ele escreveu *uma crítica* ao trabalho de Dobb, na revista especializada *Science and Society*, que se expõe a seguir⁴².

Crítica a concepção de feudalismo de Dobb. Sweezy discordou da argumentação de Dobb quanto a identidade *feudalismo/servidão*. Segundo ele, é uma definição falha, pois não identifica um *sistema de produção*. Argumenta que *alguma forma de servidão* pode existir em sistemas não feudais; e mesmo como relação dominante de produção, a *servidão* esteve associada com diferentes formas de organização econômica em diferentes épocas e em diferentes regiões.

Para firmar sua posição, Sweezy tomou como base análise análoga de Engels em correspondência a Marx, em que aquele afirmava que a relação *servidão/dependência* não era uma forma específica medieval-feudal, sendo encontrada *em toda parte ou quase toda parte onde os conquistadores fizeram os antigos habitantes cultivarem a terra para eles*. A partir da afirmação de Engels, Sweezy concluiu que o conceito de feudalismo de Dobb era genérico para ser aplicado ao estudo de uma região determinada num período determinado.

É importante salientar que Sweezy não nega que a servidão fosse a principal forma de relação entre senhor/servo no feudalismo; e sim, que não concordava com

⁴² Toda análise da crítica de Sweezy, baseada em: SWEEZY, P. Uma crítica. In: HILTON, R. op. cit., pp., 33-56.

o sinônimo feudalismo/servidão, muito menos atribuir a essência do feudalismo àquele aspecto.

Entretanto, Sweezy concordou com Dobb sobre as características gerais do feudalismo europeu. Ou seja: (1) baixo desenvolvimento das forças produtivas; (2) predomínio da produção de valores de uso, e não voltadas para o mercado de trocas; (3) trabalho compulsório no cultivo das terras senhoriais; (4) descentralização política; (5) relação de propriedade/senhor – posse/camponês; (6) funções jurídicas do senhor feudal ou quase-jurídicas sobre a população dependente.

Assim, havia convergência entre Sweezy e Dobb, a respeito da *teoria do feudalismo europeu ocidental*. Isto é, concordavam que a produção feudal era voltada para o uso, ou no máximo, a mercados locais, e o movimento do comércio de longa distância, constituído basicamente de artigos de luxo e caros, não poderia ser considerado como um elemento natural do feudalismo.

Contudo, a divergência de Sweezy surge, na medida em que ele pondera como o comércio de longa distância tornou-se um elemento de pressão sobre a estrutura feudal. Dentro desse contexto, discutiu, se afastando de Dobb, a sua *teoria do feudalismo europeu ocidental*.

Isto é, no *modo de produção feudal*, por ser produtor de valores de uso, a pressão ao desenvolvimento das forças produtivas não era significativa, já que o mercado era restrito. A terra – principal meio de produção – estava vinculada ao produtor direto, acostumado com técnicas e formas de organização da produção primitivas, o que, por conseguinte, limitava ou levava a inexistência de uma concorrência de mercado entre as unidades produtoras feudais.

Com efeito, para Sweezy, o predomínio do valor de uso não induzia à acumulação e muito menos despertava melhorias sobre a organização e o nível técnico da produção. Numa palavra, de acordo com o autor, a produção se acomodou nas rotinas estabelecidas e existia uma tendência acentuada para que toda a vida da sociedade se orientasse no sentido dos usos e das tradições.

Tal como Dobb, Sweezy reconheceu que o feudalismo não era estático. Desse modo, apresentou o que ele entendeu ser os elementos de instabilidade do sistema feudal. O primeiro foi a *competição entre os senhores feudais*. Fazendo uma analogia com a competição no capitalismo sobre os lucros, mas com efeitos distintos, Sweezy

afirmou que a disputa feudal pela posse da terra, principal fonte de poder e prestígio, gerou um *estado de guerra constante*.

Isto posto, não revolucionou os métodos de produção, tal como a competição capitalista, apenas reforçou a dependência mútua do senhor e dos vassalos, fortalecendo, portanto, a estrutura básica das relações feudais. Em resumo, os conflitos armados conturbavam, empobreciam e exauriram a sociedade, não conseguindo transformá-la qualitativamente.

O segundo elemento de instabilidade, para Sweezy, foi o crescimento demográfico. Dado a baixa produtividade, o número de produtores e consumidores que um feudo suportava era limitado. Com efeito, as explosões populacionais determinavam as expulsões dos servos mais jovens dos feudos, engrossando a população errante, tal como definida pelo autor.

Todavia, ao contrário de Dobb, Sweezy não acreditava que esse fator, mesmo alinhado à luta de classes – *servos x senhores* – fosse capaz de revolucionar a sociedade feudal.

A partir dessa perspectiva, Sweezy apresentou a *crítica à teoria do declínio do feudalismo* de Dobb. Segundo ele, as contradições internas do feudalismo eram incapazes de transformá-lo, dado as características das instabilidades apontadas anteriormente. Ou seja, havia um “conservadorismo” inerente no feudalismo, de modo que se reproduzia sempre de forma semelhante, mas não igual, mas que no contexto dessas forças internas, seria impossível, isoladamente, que elas fossem capazes de transformar o velho modo de produção num novo.

Para Sweezy, o fato decisivo para o *declínio do feudalismo*, foi o surgimento e a intensificação do *comércio de longa distância*. Esse, por sua vez, o autor o caracterizou como uma *força externa* ao feudalismo. Isto é, o comércio, segundo ele, não poderia, de forma alguma, ser considerado uma forma de *economia feudal*, devido a produção de valores de uso se constituir em seu aspecto fundamental.

Assim, o comércio não surgiu das relações internas do feudalismo, mas veio de fora, tendo no movimento das *Cruzadas*, o período inicial da inserção mercantil no sistema feudal europeu. Com efeito, para Sweezy, foi o comércio de longa distância, o responsável pela destruição gradual daquele sistema, transformando a base que o sustentava, isto é, a *produção de valores de uso*, em *valores de troca*, e com isso, abrindo espaço para a emergência do capitalismo.

A partir dessa proposição, Sweezy tomou os fatores discutidos por Dobb (tópico anterior), como as causas do declínio do feudalismo, de modo a demonstrar que aqueles eram em decorrência mais de fatores externos, do que internos. O autor, então, seguindo os argumentos de Dobb, passou a refutar cada um deles.

Retoma-se, sinteticamente, os argumentos de Dobb, selecionados por Sweezy: (a) Desprezo aos servos, considerados basicamente como fonte de renda. (b) Tendência do crescimento da nobreza, sem aumento proporcional das terras cultivadas. O subenfeudamento e multiplicação dos dependentes nobres forçaram o aumento da exploração absoluta da população servil. (c) aumento da guerra e do banditismo impactava nos aumentos das despesas militares das famílias feudais. (d) A própria extravagância das famílias feudais, independentemente de suas condições econômicas objetivas, que expandiam seus gastos com estilo de vida suntuoso, como forma de *status* e poder.

Sweezy, então, propôs uma nova interpretação desses fatores. Quanto (a) e (c), afirmou que sempre existiram no feudalismo, e se eles se intensificaram com o passar do tempo tal fato exigia uma explicação, não podendo simplesmente ser tomado como uma característica natural do sistema feudal.

Já o crescimento numérico da nobreza (b) e sua extravagância com gastos suntuosos (d), Sweezy afirmou que naqueles fatores, residiam a necessidade de novas fontes de rendimentos. Contudo, no que toca ao *consumo conspícuo* da nobreza, argumentou que esse não era uma tendência que podia ser explicada como interna ao feudalismo, mas sim, como o reflexo de um movimento que ocorria do lado de fora do sistema feudal; qual seja, o crescimento do comércio de longa distância.

O fato histórico decisivo apontado por Sweezy, para o incremento dos gastos extravagantes da nobreza, foi a rápida expansão do comércio a partir do século XI, que acarretou uma quantidade e uma variedade crescente de mercadorias ao alcance da classe dominante ocidental europeia.

Sweezy, então, criticou Dobb afirmando que ele tomou como causas internas o que era externo ao feudalismo e negligenciou o real peso que o comércio exerceu no declínio daquele modo de produção.

Segundo Mariutti (2000; pg., 33), a crítica de Sweezy evidencia a diferença metodológica que separa os dois autores. Fato: nenhum deles adota explicações

mecânicas ou monocausais e ambos, cada um a seu modo, partiu do suposto que um fator agindo isolado não poderia transformar profundamente um modo de produção, embora diferissem no peso que atribuíam aos fatores externos.

Isto é, Sweezy defendeu claramente a posição de que, no declínio do feudalismo, somente as forças internas não foram capazes de conduzir a *transição ao capitalismo*. Foi necessária e decisiva a influência de forças externas, atuando no sentido de destruir o velho modo de produção e possibilitando sua substituição gradativa por um novo e mais eficiente.

A partir dessa perspectiva, Sweezy construiu sua argumentação sobre a relação comércio e feudalismo e como se originou a ascensão do capitalismo. Segundo ele, o comércio feudal era exercido basicamente de duas formas. De um lado, em pequenos mercados aldeões; de outro, por mercadores itinerantes. Tratava-se, então, de uma forma de comércio de pequeno volume e que não influenciava de forma significativa a estrutura das relações feudais.

Porém, segue o autor, entre os séculos XV e XVI, o comércio europeu entrou em franca expansão, atuando em maior escala, encobrando longas distâncias e operando grandes volumes de mercadorias. Sweezy afirmou que esse foi um *fator qualitativo*, transformar cidades em centros comerciais, que apesar de se voltarem principalmente para o comércio de longa distância, pouco a pouco, foram incorporando o comércio varejista, que abasteciam localidades, vizinhanças, aldeias etc. Tal transformação pressionou as unidades produtivas a especializarem a divisão do trabalho, resultando no aumento da produtividade.

A intensificação da produtividade, por sua vez, determinou o aumento do volume de produção para além do abastecimento das cidades, incorporando a população rural com o excedente de produção. A medida em que esse processo se desenvolvia, tornava-se cada vez mais vantajoso, segundo Sweezy, comprar as mercadorias nas cidades, já que custavam menos trabalho do que sua produção doméstica.

Com efeito, para ele, foi esse novo tipo de atividade mercantil que provocou a população rural a migrar para as cidades em busca de trabalho livre e assalariado, motivados pela perspectiva de melhora na condição social. Por outro lado, os servos que ficaram em suas respectivas posses adquiriram mais poder, já que a simples possibilidades de fugirem para as cidades obrigava os nobres a fazerem concessões

que paulatinamente convergiam para o estabelecimento do trabalho livre, destruindo assim, as velhas relações de produção feudais.

Em resumo, Sweezy afirmou que o comércio de longa distância tornou-se uma força criadora, dando origem a um sistema de produção para a troca ao lado do velho sistema feudal de produção para uso. Uma vez justapostos, esses dois sistemas começaram a atuar um sobre o outro.

A partir dessa perspectiva, o autor propôs a coexistência de dois modos de produção, marcando a *transição do feudalismo para o capitalismo*. De acordo com ele, a forma usual das *transições* consiste na luta entre dois modos de produção, em que o vitorioso se torna dominante à medida em que destrói seu rival.

Mas, no que toca ao feudalismo, Sweezy afirmou que entre a crise final daquele modo de produção e a consolidação do capitalismo, seguiu-se um *período intermediário*, caracterizado com elementos predominantes **nem** feudal, **nem** capitalista.

Isto é, os elementos fundantes desse modo de produção intermediário tiveram força suficiente para minar o feudalismo, mas não para estabelecer relações de produção próprias. Sem embargo, destruiu o velho sistema feudal, mas não se firmou como um novo. Ele denominou essa fase intermediária de *sistema de produção pré-capitalista de mercadorias*, identificado, nos séculos XV e XVI.

Portanto, para Sweezy, não obstante a produção pré-capitalista de mercadorias não fosse nem feudal nem capitalista, constituiu-se em sistema viável em si mesmo; pois bastante poderoso para minar e desintegrar o feudalismo, mas demasiado fraco para desenvolver uma estrutura própria. Sua principal função, então, foi preparar o terreno para o avanço do capitalismo nos séculos XVII e XVIII.

Dentro desse contexto, Sweezy apresentou uma explicação diferente daquela exposta por Dobb, sobre as *duas vias* para o capitalismo. Sustentou que Dobb equivocou-se na leitura de Marx sobre a *gênese do capitalismo industrial* (capítulo XXIV, *A assim chamada acumulação primitiva. O capital*).

Ou seja, para Sweezy, ao escrever a passagem sobre as duas vias, Marx não estava se referindo a caminhos opostos seguidos por forças sociais distintas – pequenos produtores X grandes comerciantes e proprietários rurais – mas colocando em contraste a fundação de empresas amadurecidas e o lento desenvolvimento do *novo sistema*.

Dessa forma, a qualificação *revolucionária* ou *conservadora*, para o autor, referia-se a *velocidades das transformações*. O *sistema de produção doméstico (putting-out)* era conservador por ser mais lento. O mercador-empresário encomendava os diversos estágios da manufatura de um produto determinado a artesãos independentes, caracterizando uma produção fragmentada, enquanto as *empresas capitalistas amadurecidas*, “queimavam” essa fase intermediária controlando a totalidade do processo de manufatura dos produtos. Essa via, portanto, triunfou devido a sua maior produtividade, fruto da concentração da produção.

A leitura da *transição do feudalismo ao capitalismo* por Sweezy acabou por se alinhar com o *modelo mercantil* exposto no *Capítulo 1* desse estudo. Isto é, a *transição* se encontrava no autodesenvolvimento do comércio que estimulou a intensificação das forças produtivas, promovendo o aprimoramento da divisão do trabalho, em que impactou na maior produtividade, minando, por conseguinte, as relações de servidão, que por sua vez, abriu gradualmente espaço para emergência do trabalho livre e assalariado.

c) Observações críticas das interpretações

Se tomar como base o trabalho de Mariutti (2000; pp., 39-41), os principais pontos levantados por Sweezy em seu embate direto com Dobb foram: comércio de longa distância como um *elemento externo* à economia feudal; a relação entre as explosões demográficas e a economia feudal e o *sistema pré-capitalista produtor de mercadorias*.

A seguir, expõe-se críticas às interpretações dos dois autores.

Crítica à Dobb⁴³

Brenner apontou uma contradição na argumentação de Dobb. Isto é, um dos pontos fortes de sua explicação foi a compreensão da raiz interna das crises econômicas enfrentadas pelo modo de produção feudal. Porém, ao tentar explicar a crise final do feudalismo, alterou o rumo de sua argumentação, colocando em

⁴³ A crítica à interpretação de Dobb, baseada em: BRENNER, R. *Dobb on the transition from feudalism to capitalism*. In: *Cambridge Journal of Economics*, Volume 2, Issue 2, June 1978, pp., 121-140. MARIUTTI, E. B. op. cit., pp., 42-46.

evidência a destruição dos “grilhões” que obstruíam a produção e o comércio, por meio do processo de emancipação dos produtores independentes etc.

Brenner argumentou que isso levou Dobb a estabelecer uma *transição direta* para o capitalismo, por meio da ascensão da burguesia, classe externa ao feudalismo. Ou seja, de acordo com Brenner, ele terminou correlacionando diretamente a ascensão da burguesia como causa da derrocada do feudalismo, mediante a emergência de uma nova classe de agricultores e industriais capitalistas ao lado da ainda vigente ordem feudal durante os séculos XV e XVI.

Assim, Brenner afirmou que Dobb acabou por desprezar sua própria tendência, ao equalizar feudalismo com servidão e a evidência que essa havia desaparecido antes de 1500 na Inglaterra, a ponto de as relações sociais produtivas capitalistas estarem em seus primeiros estágios de desenvolvimento.

Brenner se perguntou: *se servidão é igual a feudalismo, como pode o capitalismo determinar sua decadência e, além disso, que tipo de sociedade tomou seu lugar?* Com efeito, de acordo com ele, Dobb abandonou totalmente a questão sobre o declínio da servidão e suas implicações, deixando seu subsequente desenvolvimento tratado de forma ambígua (BRENNER, 1978; págs., 122/123).

Em resumo, para Brenner, em Dobb, o desaparecimento da servidão e a consolidação das relações de produção capitalista não ficou suficientemente clara, pois em seu raciocínio, a crescente procura por maiores fontes de rendimento por parte da nobreza minava as bases da sociedade feudal, dando lugar a crises econômicas estruturais, cuja solução se deu com a substituição das relações de produção feudais por relações capitalistas de produção. Desse modo, a *transição do feudalismo para o capitalismo* acabou sendo descrita por Dobb, como a sucessão de um modo de produção que não pode mais desenvolver suas forças produtivas por outro mais dinâmico (Ibid., pg., 127).

Outra crítica apontada por Brenner à interpretação dobbiana, foi em relação à *revolução inglesa de 1640*. De acordo com ele, Dobb ofereceu fracos argumentos para demonstrar a manutenção das relações feudais, no longo período que separa a queda da servidão e a revolução antifeudal de 1640. Brenner questionou se os senhores feudais haviam perdido o poder de controlar a mobilidade dos camponeses e impor extrações arbitrárias, de que forma eles preservaram as relações feudais de extração de excedente? (Ibid., pg., 123).

O problema para Brenner, foi que Dobb entendia a nova classe burguesa *emergindo por si mesma*; ou seja, da classe dos pequenos produtores livres, camponeses e artesãos em ascensão nos interstícios de uma sociedade ainda feudal, para a classe dos agricultores e industriais capitalistas que estabeleceram sua hegemonia na revolução burguesa.

Nesse contexto, Dobb deu a impressão de que o processo de diferenciação dos pequenos produtores, especialmente entre os camponeses, foi mais contínuo do que realmente era. Isto é, de fato, uma poderosa transformação do meio rural em direção ao capitalismo tomou lugar na Inglaterra no final do período medieval e início do moderno, em conexão com a classe dos senhores feudais.

A questão era que Dobb necessitava responder, segundo Brenner, como as relações sociais rurais restringiam o desenvolvimento econômico, de modo a provocar o movimento revolucionário, e onde localizar uma classe feudal, especialmente no poder, em 1640 (Ibid. Ibidem).

As perguntas que ficam, na leitura da perspectiva dobbiana são: de um lado, *se feudalismo é igual a servidão*, que *modo de produção* era dominante entre 1500 e 1640? De outro, se a nobreza perdeu o controle sobre a mobilidade de seus servos, que poder efetivo essa classe dispunha? Essas inconsistências encontram-se nas páginas que Dobb dedicou à *revolução inglesa de 1640* (MARIUTTI, 2000; pg., 44).

Como já foi exposto em tópico anterior, Dobb entendia àquele período, ao lado da ainda vigente estrutura de classes feudais, o surgimento daquelas fileiras dos produtores diretos, uma nova classe composta por fazendeiros e manufatureiros “capitalistas”.

À medida em que essa nova classe conquistava posições de poder econômico, a nobreza se tornava cada vez mais dependente da manutenção de seus privilégios, que constituíam verdadeiras barreiras ao progresso econômico da burguesia nascente. Assim, foi o parasitismo da nobreza, como exposto por Dobb, o motivo principal que desencadeou a *revolução inglesa de 1640*, liderada pelos *yeomen* e pela burguesia manufatureira.

O fato é que Dobb não integra realmente a sua *tese sobre a revolução burguesa* com suas reflexões sobre o modo de produção feudal; pois todas as suas referências à revolução foram breves e genéricas (Ibid. Ibidem.). Para Brenner, Dobb não faz tal

integração, porque sua *tese* sobre a revolução, simplesmente não se encaixava no restante de sua explicação geral (BRENNER, 1978; págs., 131/132).

Por fim, com base em Brenner, pode-se localizar as principais lacunas da interpretação de Dobb sobre a *transição do feudalismo para o capitalismo* (Ibid. Ibidem. MARIUTTI, 2000; págs. 44/45). A primeira se encontra no insuficiente tratamento que Dobb deu à complexa questão do declínio final da servidão e sua substituição pelas relações capitalistas de produção.

A segunda, diz respeito a contraditória interpretação da *revolução inglesa de 1640*. Isto é, se levar até as últimas consequências as reflexões de Dobb sobre esse conjunto de questões, chega-se a uma difícil hipótese, colocando em xeque até mesmo o diálogo metodológico que o autor se propôs a estabelecer com o método marxiano; ou seja, uma vez abolidos os controles feudais sobre a sociedade, a produção camponesa rumou de forma automática em direção ao capitalismo.

O problema é que o fato de parcela considerável dos produtores diretos terem adquirido, mediante a sua luta contra os senhores, a plena propriedade de suas terras não produz nenhuma tendência direta à acumulação e à diferenciação social. Nessas condições, nada impulsionava os proprietários a reinvestirem sistematicamente o seu excedente na produção visando auferir mais lucro como ocorre no capitalismo. Em resumo, não existe nenhuma tendência que induzia os proprietários a aumentarem a extensão de seus domínios a qualquer custo.

De acordo com Mariutti (2000; pg., 45), embora Dobb tenha inovado ao propor uma interpretação denominando o feudalismo como um modo de produção, salientando-o como característica básica do sistema a produção de valores de uso, ampliando o escopo da investigação para além das concepções jurídico-políticas e a noção de feudalismo como uma *economia natural*, ele não foi capaz de cumprir seu objetivo.

De fato, para Mariutti, Dobb conseguiu inserir de forma efetiva a *luta de classes* no seio de sua explicação e estabelecer a conexão entre *fatores internos* e *fatores externos* – a forma peculiar com que o *comércio de longa distância* se articulou com o feudalismo. Porém, ele não teve pleno sucesso em sua tentativa de abordar o feudalismo como *modo de produção*, por dois motivos principais.

Em primeiro lugar, porque o seu estudo compreendeu, além da econômica, apenas a esfera sociopolítica, deixando de lado ou fazendo menção de forma

marginal, toda a esfera ideológica, sobretudo a justificação das ordens feudais, sua estrutura hierárquica, pela *teologia*. Isto é, sem o entendimento da *universalidade cristã*, orientada pelo *catolicismo romano*, não se entende o edifício que estrutura a divisão social hierarquizada entre os que *servem*, os que *guerreiam* e os que *rezam*. Em resumo, a sociedade feudal se sedimenta na fé católica que justifica a divisão social em ordens definidas.

Em segundo lugar, Dobb analisou apenas a *crise final* do feudalismo e não estabeleceu nenhuma conexão com a sua formação e apogeu. A dinâmica interna que ocupa o centro de suas atenções é na verdade a dinâmica do período transitório, das crises profundas que estavam levando o feudalismo ao colapso. Essa dinâmica não correspondeu, de acordo com Mariutti, necessariamente às contradições internas que moviam o modo de produção feudal em seu auge; isto é, enquanto esse sistema ainda se sustentava sobre seus próprios pés.

Crítica à Sweezy

Sweezy, como foi visto, caracterizou o feudalismo como um modo de produção marcado pelo predomínio do *valor de uso*, em que a *circulação* não é uma fase determinante na reprodução da sociedade. A *oposição* entre feudalismo e capitalismo em sua análise se dá entre um sistema que o comércio ocupa posição secundária e outro em que a circulação é uma fase indispensável. Com efeito, pode-se concluir que o autor caracteriza os *modos de produção* tomando como base o papel desempenhado pela *circulação mercantil* (MARIUTTI, 2000; pg., 46).

De acordo com Mariutti, tal análise não gera maiores problemas quando tem por objeto modos de produção fundados sobre sua própria base, com relações de produção plenamente constituídas. Contudo, Sweezy confunde-se quando tenta apreender a *transição de feudalismo para o capitalismo* por meio dessa perspectiva circulacionista. Ou seja, a proposição da existência de um modo de produção intermediário, desprovido das relações de produção predominantes, nem feudal nem capitalista foi um dos aspectos, segundo Mariutti, que mais comprometeu a argumentação de sweezyana (Ibid. Ibidem.).

Na verdade, dado a filiação de Sweezy ao marxismo, sua tese é estranha ao materialismo histórico. Isto é, como foi exposto no capítulo anterior, Marx concebeu a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção

dominantes como a base do *modo de produção*. São essas que determinam, em última instância, toda a superestrutura social. Desse modo, a análise marxiana apreende como são distribuídos os meios de produção e, a partir dessa distribuição específica, como se dão as relações entre as classes.

No contexto da oposição feudalismo/capitalismo, como exposto, o primeiro é caracterizado pela posse dos meios de produção e instrumentos de trabalho por parte dos produtores diretos, o que determina relações particulares de produção e distribuição. Já o capitalismo, apresenta uma base totalmente distinta. Ou seja, os produtores diretos são separados dos meios de produção, nos quais se encontram nas mãos da classe empresarial. Essa nova disposição determina novas relações sociais de produção e apropriação, transformando a sociedade em todos seus níveis, desde o processo de trabalho à organização política.

Em suma, a *transição do feudalismo ao capitalismo* na perspectiva marxiana, deve ser entendida, apreendendo o modo como os meios de produção foram separados dos produtores diretos, e como se manifestou nas demais esferas da sociedade.

Sem embargo, como já foi mencionado em diversas passagens anteriores, a análise de Sweezy é muito próxima do *modelo mercantil*. Isto é, ele caracterizou o capitalismo como um modo de produção marcado pelo alto desenvolvimento da divisão do trabalho e pelo fato de sua dinâmica consistir na acumulação de capital mediante à revolução constante das forças produtivas. Tal revolução foi posta em marcha no seio do feudalismo por intermédio do comércio, que promoveu a intensificação da divisão do trabalho nas unidades produtivas feudais, aumentando sua produtividade, impulsionando o processo que culminou no estabelecimento do capitalismo e das relações de classe capitalistas⁴⁴.

Ou seja, a explicação de Sweezy se aproxima do modelo mercantil, que afirma que o *motor do desenvolvimento econômico* está no comércio e sua vinculação com o nível de divisão do trabalho impulsiona a produtividade, que por sua vez, transforma toda a estrutura da sociedade.

Claro está que há diferenças entre Smith e Sweezy. Isto é, como se encontra na *Riqueza das nações* ([1776], 2003), Smith centra toda a sua análise em agentes

⁴⁴ Uma análise crítica dessa aproximação Sweezy/Smith, consultar: BRENNER, R. The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism. In: *New Left Review*, I-104, July 1977.

econômicos tomados individualmente – movidos por uma propensão inata –, enquanto Sweezy parte das relações de classe que vão se estabelecendo na nova sociedade.

O problema, como já se expôs, tomando como base o capítulo *Considerações históricas sobre o capital comercial*, em *O capital*, a circulação mercantil em sociedades pré-capitalistas não possui força suficiente para abalar definitivamente a estrutura de classes do modo de produção antigo e criar as relações de produção de um novo. Isso porque, o capital comercial não engloba toda àquela sociedade, pois opera predominantemente com o excedente, já que os meios de produção se encontram ligados aos produtores diretos, fato que garante sua autonomia relativa e os liberta parcialmente das exigências do mercado.

Ou seja, as relações mercantis, nessas circunstâncias, só permitem o acúmulo de riquezas e *não de capital*. Seguindo Marx, para converter dinheiro em capital, é necessário utilizar a força de trabalho como mercadoria, o que pressupõe sua separação dos meios de produção. Portanto, o papel revolucionário do comércio é apenas promover a concentração de riquezas em poucas mãos.

4.2 – A interpretação eclética de Perry Anderson

Diz-se que a interpretação de Perry Anderson é *eclética*, pois do ponto de vista metodológico, lida com a *transição do feudalismo ao capitalismo*, mesclando as contribuições da historiografia não marxista sobre o tema. Em segundo lugar, a análise de Anderson parte da premissa metodológica que propõe uma abordagem menos genérica para o conceito de *modo de produção*, estabelecendo um contraponto àquela discutida pela maioria dos estudiosos marxistas desde então.

O seu argumento é que o conceito *econômico*, geralmente implantado pelos marxistas de uma forma genérica para se referir a *base material* de diferentes modos de produção, só realmente fazia sentido em relação a conceitualização do modo de produção capitalista.

Ou seja, no capitalismo, o modo de extração de excedentes pela classe dominante leva uma forma puramente "econômica" centrada na relação de trabalho assalariado mercantilizada. Modos de produção pré-capitalistas como o feudalismo, por outro lado, não podem ser conceituados por referência àqueles critérios, uma

vez que a produção material estava tão intimamente ligada ao resto da produção da vida social, como o direito, a política e a cultura (ANDERSON, 1994; pg., 403).

A caracterização de Anderson do feudalismo, portanto, inclui as dimensões jurídicas, políticas e religiosas como facetas das relações de extração de excedentes, expressas por meio de duas instituições principais: o *feudo*, responsável pela organização política, por meio da hierarquia da posse da terra e poder; e a *servidão*, responsável por organizar e disciplinar na forma de lei os serviços de trabalho para o senhor (ANDERSON, 1991; pp., 147-53).

Com efeito, sua explicação sobre a ascensão do capitalismo, portanto, envolve a análise do desenvolvimento de relações puramente "econômicas" de extração de excedente, característica desse modo particular de produção. Mas, Anderson recusou a tomar a *base econômica* como uma característica genérica de todos os modos de produção, dentro do qual a chave para a transição pode ser localizada em termos da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. Dessa forma, como afirmou Holton (1985; pg.,92), ele foi capaz de transcender a construção "economicista" do feudalismo, uma acusação muitas vezes feita contra o marxismo por historiadores medievalistas.

É importante ressaltar que na interpretação de Anderson há uma recusa em aceitar o feudalismo – o modo de produção pré-capitalista imediato – como o ponto de partida histórico necessário para a análise de desenvolvimento capitalista. Ao contrário da maioria dos marxistas contemporâneos, ele expande a ideia contida nos textos marxianos sobre o feudalismo como uma síntese de formas sociais anteriores, em particular a Antiguidade Clássica greco-romana e o norte da Europa "germânica" (ANDERSON, 1991; pp. 128-42).

Assim, para Anderson, a explicação da emergência do capitalismo não é expressa em termos de uma "teoria do estágio unilinear" em que contradições internas dentro de um modo de produção são vistos como impulsionando a sociedade para uma nova sociedade.

Em vez disso, o capitalismo é analisado como o resultado de uma complexa inter-relação entre pelo menos dois modos de produção anteriores, a antiguidade e o feudalismo. Dessa interação, o legado da Antiguidade Clássica é visto como particularmente crucial. Isto é, Anderson destaca um fator "não econômico", o parcelamento da soberania política dentro do feudalismo, como uma importante

pré-condição para o desenvolvimento capitalista. Ou seja, ele se refere à fragmentação da autoridade entre muitos níveis diferentes de soberanias interligadas, cada uma com uma base sócio geográfica distinta (ANDERSON, 1994; pp., 423-427).

Em particular, Anderson retoma o tema weberiano da fragmentação política de soberania feudal, permitindo um espaço de crescimento para um renascimento da civilização urbana no modelo da Grécia e Roma antigas. A herança clássica é crucial não apenas em termos de um renascimento da vida urbana, mas mais especificamente em termos de uma dinâmica de desenvolvimento das cidades produtoras baseadas em manufaturas artesanais e a concepção social e jurídica de uma cidadania urbana (HOLTON; pg., 93).

Esse horizonte temporal mais longo de Anderson permitiu que ele desenvolvesse um conceito paralelo de cidadania ligada a herança clássica mais antiga. Seu argumento era de que *o passado clássico despertou novamente dentro do presente feudal para auxiliar a chegada de um futuro capitalista* (ANDERSON, 1994; pg., 422). Esse passado encontrava-se na associação de noções capitalistas de propriedade absoluta com a herança clássica da Lei Romana.

Em particular, a noção romana de *propriedade quiritária*⁴⁵ era representada por Anderson como uma forma avançada que se aproximava muito da propriedade absoluta, sendo, portanto, uma contribuição importante para o desenvolvimento da segurança jurídica da propriedade e da inviolabilidade do contrato protegido pelo direito civil característico do capitalismo (Ibid.; pg., 424-5). Com efeito, para o autor, a recuperação do direito romano durante o *Renascimento* europeu fez parte, de uma série de reavivamentos do pensamento clássico, que afetaram o direito, a economia, a política, a filosofia e a ciência.

A análise de Anderson, em última instância, buscou não minimizar a herança marxista, mas sim reformulá-la, combinando visões weberianas e não marxistas com a perspectiva marxista. Portanto, além do legado clássico, Anderson também se referiu à chamada *combustão espontânea* das forças de produção, como a mudança tecnológica e as “descobertas” marítimas, como também sendo centrais para o processo de avanço capitalista. Como foi visto anteriormente, essas forças eram

⁴⁵ O titular de uma propriedade quiritária devia ser obrigatoriamente um cidadão romano, no qual gozava do *status civitatis*.

tratadas, como sendo desencadeadas apenas quando as relações sociais de produção feudais estivessem em crise.

De acordo com Anderson, isso era um contrassenso, pois as forças de produção normalmente tendiam a estagnar e retroceder dentro das relações existentes de produção. Essas, então deveriam primeiro ser mudadas radicalmente e reordenadas antes que novas forças de produção pudessem ser criadas. Em outras palavras, para o autor, são as mudanças nas relações de produção que atuam antes das forças de produção em uma época de *transição* e não vice-versa (ANDERSON, 1991; pg., 197).

Anderson, como a maioria dos outros autores discutidos anteriormente, localizou o início da crise feudal no século XIV. No entanto, ao contrário da maioria dos outros marxistas, ele integrou um relato dessa crise com a noção malthusiana de um desequilíbrio entre população e abastecimento alimentar, muito próxima das análises do *modelo demográfico*, discutido no **Capítulo 2**, seção 2.4, desse estudo.

O autor estava, de fato, muito cético em relação à crença de Dobb, de uma intensificação dos fardos sobre os servos durante o final do período feudal, levando à luta de classes em que as chances de vitória dos servos foram aumentadas pelo colapso demográfico da *Peste Negra* (Ibid., pg., 193).

Em vez disso, ele aceitou a visão dos historiadores demógrafos (ver *modelo demográfico*, seção 2.4) de que uma crise demográfica estrutural já havia se desenvolvido antes da *Peste Negra*, na qual impactou negativamente na capacidade produtiva, que por sua vez, contribuiu para alterar as relações sociais de produção prevalecentes.

Dessa forma, segundo Anderson, a crise do feudalismo se iniciou com a pressão populacional em crescimento sobre o abastecimento de alimentos, limitado pela tecnologia rudimentar baseadas em subdivisão de propriedades, cujos solos estavam esgotados e em plena crise ambiental (florestas derrubadas, solos empobrecidos, rios secando e constantes tempestades de poeira); uma situação, segundo o autor, já bastante avançada antes mesmo do advento da *Peste Negra*.

Em outras palavras, Anderson afirmou que a gênese da crise dependeu das fraquezas estruturais dentro do feudalismo, que se originou antes do conflito de classes entre o servo e o senhor.

Foi dentro desse contexto que ele enfatizou que as mudanças nas relações sociais da produção para resolver a crise feudal precederam a expansão dinâmica das forças produtivas associada ao surgimento de capitalismo. No entanto, Anderson vê o período de *transição* entre a crise feudal e a consolidação capitalista como altamente problemática. Nesse respeito ele é cético quanto à noção de Dobb de uma fase de transição da pequena produção de mercadorias que é de alguma forma pós-feudal e ainda pré-capitalista.

Tal abordagem, de acordo com ele, exagera, pois o fim da servidão, que ele identificou a partir do século XIV em diante, representou o desaparecimento do próprio feudalismo. Anderson destacou que, mesmo com a abolição da servidão, certos controles feudais, como tributação senhorial, permaneceram no lugar, muitas vezes por vários séculos. Contudo, em outros casos, afirmou que tais controles foram reformulados para atender às novas exigências das relações de trabalho livre. O principal exemplo apontado por Anderson, foi a centralização do poder do estado feudal associado ao estado absolutista (1994; pp., 15-41).

Quanto à caracterização do período da *transição*, Anderson argumentou que as complexas formações sociais da Europa Ocidental entre os séculos XIV e XIX viram a coexistência de dois modos distintos de produção – o feudal e capitalista –, com o último gradualmente se tornando dominante.

As relações sociais feudais eram expressas tanto dentro da propriedade agrária aristocrática, quanto no estado absolutista; já as relações sociais capitalistas eram centradas na poderosa expansão de uma *burguesia* através de um processo de acumulação internacional de capital. Assim sendo, ao caracterizar o Estado Absolutista como *feudal*, Anderson foi capaz de conceituar as revoluções na Inglaterra no século XVII e na França no século XVIII como *burguesas*.

4.3 – A interpretação de Robert Brenner da *origem agrária do capitalismo*

A interpretação de Brenner encontra-se, em sua forma acabada em dois textos: *Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe* ([1974], 1985a) e *The agrarian roots of european capitalism* (1985b)⁴⁶.

⁴⁶ Publicados em: ASTON, T. A. & PHILPIN, C. H. E. *The Brenner debate. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

O autor argumenta que é a estrutura das relações e poder de classe, que determina a forma e grau das mudanças econômicas, políticas, demográficas de uma sociedade. Isto é, ela afeta as tendências de longo prazo na distribuição de renda e crescimento econômico, e não o contrário.

Segundo Brenner, no caso de feudalismo europeu, a estrutura da classe, apresenta dois aspectos, não obstante historicamente unificados, para melhor compreensão, devem ser analiticamente diferenciados. O primeiro, consiste nas relações dos produtores diretos entre si e com a terra e os meios de produção, o que ele chamou de *processo de trabalho* ou *forças sociais de produção*.

O segundo aspecto, diz respeito às conflitivas relações de propriedade, que são sempre garantidas direta ou indiretamente, em última análise, pela força, o que ele chamou de *relação de extração do excedente*. É em torno da propriedade, concluiu o autor, que se define o fundamento classista numa sociedade; ou seja, as classes de produtores diretos de um lado e as classes extratoras de excedentes, ou governantes, de outro (BRENNER, [1974], 1985a, pg., 11).

Em suma, seu argumento então parte do pressuposto de que diferentes estruturas de classe, especificamente relações de propriedade ou relações de extração de excedentes, uma vez estabelecidas, tendem a impor limites e possibilidades bastante estritos, de fato padrões de longo prazo bastante específicos, no desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Dessa forma, a hipótese defendida por Brenner é que os ciclos de longa duração do feudalismo foram determinados, em última instância, pela estrutura de classes e pela sua manifestação mais concreta, qual seja, as *relações de propriedade*. Para ele, a estrutura de classe apresenta uma grande propensão à elasticidade, já que interage com as forças econômicas; entretanto, deixa claro que ela não sofre transformações em função das flutuações comerciais ou mesmo demográficas.

Isto posto, para compreender a dinâmica da sociedade feudal, Brenner afirmou que é necessário, de forma preliminar, estudar o *processo relativamente autônomo*, responsável pela gênese das classes sociais, e tal processo só pode ser compreendido mediante a apreensão das relações de propriedade em conexão com as relações de extração do excedente.

Partindo dessa postura metodológica, a *transição do feudalismo para o capitalismo* foi um resultado efetivo do conflito de classe, que por sua vez, foi

determinado pelas relações de propriedade e de extração do excedente *específicas* do feudalismo (MARIUTTI, 2000; pg., 74).

E qual é a forma principal de extração do excedente no modo de produção feudal, segundo Brenner? A sua resposta é a *servidão*. Ele a define como uma relação na qual o senhor feudal possui a capacidade de impor pressões extraeconômicas sobre os camponeses, fixando assim o nível de seus rendimentos de forma arbitrária e de acordo com suas necessidades. Ou seja, de acordo com o autor, a servidão feudal consistia numa relação de poder que somente poderia se transformar, a partir de transformações ocorridas no equilíbrio das forças de classe (BRENNER [1974], 1985a; pg., 27).

Desse modo, para Brenner e tomando sua definição de *servidão*, para apreender como se deu a *transição do feudalismo para o capitalismo*, é necessário enfrentar dois problemas fundamentais, quais sejam: *processo de decadência da servidão X seu reforço* – intensificação da servidão na Europa Oriental identificada como contemporânea à sua decadência na Europa Ocidental – e o *surgimento e subsequente consolidação da pequena propriedade camponesa livre X a cristalização de relações econômicas entre senhores e os grandes arrendatários empregadores de força de trabalho assalariada*.

O autor estabelece uma análise comparativa contrastando os efeitos e as transformações nas relações de servidão na Europa Oriental e Ocidental, bem como a ascensão das relações capitalistas no campo na Inglaterra e seu fracasso na França. Com efeito, a *transição do feudalismo para o capitalismo*, de acordo com Brenner, se efetivou com o surgimento de relações capitalistas no campo como consequência do êxito de um duplo processo prévio de desenvolvimento e conflito de classes, quais sejam: a *destruição da servidão* e o *fracasso por parte dos camponeses em conseguir a propriedade plena da terra* (BRENNER [1974], 1985a; pg., 30; BRENNER, 1985b; pp., 213-217).

A interpretação de Robert Brenner contribuiu para a formulação de uma *nova tese* a respeito da *transição do feudalismo ao capitalismo*; isto é, a *tese do capitalismo agrário*. A partir desse ponto, segue-se o roteiro elaborado por Mariutti (2000; pp., 76-104) para se entender àquela interpretação.

a) O declínio da servidão

Dialogando criticamente com os historiadores demográficos, Brenner afirmou que realmente existiu uma propensão às crises demográficas na sociedade europeia medieval, embora ela não possa ser encarada como um *fator natural* decorrente da disponibilidade de recursos humanos e naturais *vis a vis* ao nível técnico, tal como expôs o *modelo demográfico* (ver **Capítulo 2**, seção 2.4, desse estudo).

De acordo com Brenner, essa tendência à crise somente pode ser compreendida se conectada à estrutura da sociedade feudal, interrelacionando a organização camponesa da produção, na qual restringia a mobilidade da força de trabalho, com a servidão institucionalizada, responsável pela extração e fixação do nível dos rendimentos feudais, fundada na coação extraeconômica por parte do senhor. Com efeito, segundo o autor, foram esses dois fatores atuando em conjunto, que proporcionaram a tendência à estagnação das forças produtivas no interior da sociedade medieval europeia (BRENNER, [1974], 1985a; pg., 31).

Isto é, a extração do excedente por parte dos senhores feudais além de privar o servo da parcela de seu produto que excedia suas necessidades, também impediu que ele acumulasse reservas que garantissem a reprodução de sua possessão, bem como acentuou as adversidades que o declínio a longo prazo da produtividade do solo proporcionava.

Portanto, sob a ação dessas relações de produção e de propriedade, os produtores diretos estiveram fadados a viver sempre em situação limite, em que as catástrofes naturais constituíam fatores indelévels para a ruína das respectivas unidades produtivas. Dentro desse contexto, para Brenner, a tendência ao estancamento da produtividade e a falta de inovações tecnológicas não pode ser aceita como evidência que se explica por si só, ou mesmo explicada mediante o mecanismo de mercado baseado na oferta e demanda. Ela deve ser relacionada à articulação da produção feudal com as relações dominantes de produção e de propriedades que a determina.

Ou seja, as relações servis obstruíam de duas formas o desenvolvimento da produção social. De um lado, sufocavam as unidades produtivas; por outro, promoviam o desvio sistemático dos recursos da produção para o consumo improdutivo. De acordo com Brenner, era mais interessante para os senhores

feudais intensificarem a exploração sobre os seus servos – por meio de tributos pagos em dinheiro e prestações em trabalho pessoal – do que realizar grandes inversões de capital ou tentar introduzir novas técnicas que tornassem o trabalho mais produtivo (MARIUTTI, 2000; pg., 77).

Dessa forma, a exploração extensiva erodiu permanentemente os recursos dos camponeses, tornando impossível melhorar as técnicas de aproveitamento das terras. Como afirmou Brenner, o campesinato não pôde utilizar a terra que possuía de forma livre e racional, sendo impedidos de inverter seus benefícios, já quase inexistentes; portanto, as relações servis de extração do excedente é que geraram a queda na produção de *per si*.

Isto é, para o autor, a impossibilidade de os camponeses em adquirir animais de tração, originou a deterioração do solo e induziu a ampliação do cultivo de terras anteriormente utilizadas como pastos. Por conseguinte, isso levou ao cultivo das terras marginais e a redução das possibilidades para a manutenção do gado, consubstanciando-se em círculo vicioso que produziu a destruição dos meios de subsistência do campesinato. A crise da produtividade conduziu, então, às crises demográficas, comprimindo a população abaixo dos limites de subsistência (BRENNER, [1974], 1985a; pg., 33).

Em resumo, Brenner explicou as crises demográficas como resultantes da queda da produtividade a longo prazo e essa, por sua vez, foi determinada pela natureza das relações de produção e de propriedade feudais. Pode-se concluir com base no autor que, *foram as contradições internas do feudalismo que explicam as crises demográficas* no contexto daquele modo de produção e não o contrário (Ibidem. BRENNER, 1985b; pg., 222/223. MARIUTTI, 2000; pg., 78).

Ou seja, as crises demográficas estão diretamente ligadas às crises de produtividade que, dadas as contradições internas da sociedade feudal eram constantes durante todo o período medieval europeu. Mas, como articular empiricamente os resultados socioeconômicos dessas crises demográficas e como elas se traduziram na luta de classes entre nobres e servos?

Brenner tomou como base o período entre o século XIV e início do século XVI, em que o colapso demográfico gerou duas tendências distintas no continente europeu. No Ocidente, os camponeses tenderam a usar seu reduzido número para arrancar da nobreza melhorias em sua condição, exigindo o afrouxamento dos laços

servis. Portanto, a crise populacional foi acompanhada do declínio da servidão. Já no Oriente, o colapso demográfico, por sua vez, intensificou as relações de produção servis.

Brenner toma o rio Elba⁴⁷ como delimitação geográfica entre Europa Ocidental e Oriental. Ou seja, à oeste do Elba se encontra o ocidente continental; à leste sua parte oriental.

De acordo com o autor, a queda da população foi acompanhada pela diminuição dos rendimentos da nobreza, impactando diretamente dado a redução do número de servos e de vassalos. Com isso, a crise de rendimentos subsequente ao colapso demográfico proporcionou fortes motivos para a nobreza acentuar as restrições sobre a mobilidade da força de trabalho restante, já que uma população menor era mais fácil de ser controlada pela força, incluindo o aumento de tributos e imposição de novas exigências.

Acontece que, para Brenner, foi a lógica do campesinato que tentou utilizar sua aparente melhor condição para negociar e conseguir sua liberdade. Assim, deu-se o confronto entre duas lógicas distintas. O resultado foi os conflitos entre senhores e camponeses que se deram em toda a Europa entre o final do século XIV, durante todo o século XV e início do século XVI. Onde o campesinato apresentou fortes laços de solidariedade e força política, o resultado foi o declínio da servidão – a Europa Ocidental. Onde os senhores foram mais fortes e conseguiram controlar os servos por meio da força, continuou a prevalecer as relações sociais servis – a Europa Oriental.

O corolário brennemista pode ser enunciado da seguinte forma: *a contradição entre o desenvolvimento da produção camponesa e as relações de extração do excedente produziu crises de acumulação e de produtividade, as quais, em última instância, ameaçaram a própria subsistência dos camponeses. Tais crises foram acompanhadas pela intensificação da luta de classes, que por sua vez, produziu resultados distintos em lugares diferentes, pois o declínio ou o reforço da servidão dependeu, em grande parte, do equilíbrio de forças envolvendo nobres e servos. No Ocidente, o resultado foi o declínio da servidão, pois as comunidades camponesas estavam consolidadas e mais bem articuladas politicamente, possibilitando a*

⁴⁷ O rio Elba nasce na República Tcheca dirigindo-se no sentido noroeste, desaguando no mar do Norte, em Cuxhaven, na Alemanha, percorrendo uma extensão total de 1.165 km.

atenuação das relações servis, cujas evidências são a fixação dos tributos e a propriedade livre da terra. Por outro lado, no Oriente, onde as comunidades não se encontravam em condições de se contrapor à força militar da nobreza, prevaleceu os interesses dos senhores, resultando no reforço da servidão (grifos nossos) (BRENNER, [1974], 1985a; pp., 34-36. BRENNER, 1985b; pp., 275-283).

b) A acumulação política e a formação do Estado

Fato. Para Brenner, a estrutura de classes no modo de produção feudal estava articulada profundamente às suas formas de desenvolvimento. As relações de propriedade e de produção impunham limites ao crescimento econômico, induzindo à exploração extensiva, o que por sua vez, defrontou-se com a oferta limitada de terras.

Com efeito, se observarmos o desenvolvimento feudal em perspectiva histórica, pode-se afirmar, tomando como base a análise do autor, que devido as barreiras que o feudalismo impunha às inversões produtivas, àquele se inclinou mais no sentido de criar novas formas de redistribuição do que propriamente formas de produção de riqueza.

Ou seja, a única maneira encontrada pela nobreza para aumentar suas receitas foi “racionalizar” os meios pelos quais o excedente era extraído dos produtores diretos. Como a produção feudal apresentava uma tendência imanente à queda e os nobres buscavam garantir ou elevar seus rendimentos, o único meio para assenhorear-se de mais riqueza, foi privar ainda mais a reprodução social dos camponeses (MARIUTTI, 2000; pg., 83).

Foi olhando para esse contexto que Brenner definiu o conceito de *acumulação política*. Segundo o autor, ao incorporara novas terras ou comprar as que já eram cultivadas, os nobres, somente podiam aumentar sua receita ou se apropriando das terras de outros senhores, ou mediante maior extorsão de seus servos. Desse modo, a tendência de longo prazo a uma “acumulação política” vigorou durante a época feudal europeia, sobretudo a partir dos anos 1000-1100; momento em que se observou a edificação de uma organização militar mais efetiva e a construção de uma máquina de extração de excedentes mais bem configurada.

E isso, na afirmação de Brenner, só pode ser analisado como algo condicionado pelo potencial limitado do sistema em gerar crescimento econômico

de longo prazo, e, até certo ponto, como uma alternativa de melhorar e ampliar a estrutura dos cultivos. Dadas as dificuldades para aumentar a produção, o melhor método para acumular riquezas continuava sendo a utilização dos mecanismos de coerção, inclusive de curto prazo (BRENNER, 1985b; pg., 238).

Ou seja, *acumulação política*, para o autor, eram as melhorias na capacidade de extração do excedente por parte dos senhores feudais, notadamente, as transformações em seus aparelhos de repressão e suas instituições políticas, cujo objetivo era a ampliação do seu potencial de coerção sobre os produtores diretos.

Mas, ao obter parcelas maiores do excedente dos camponeses por meio da acumulação política, acabou também por impactar na própria estrutura social da nobreza. Isto é, de acordo com Brenner, do mesmo modo que os meios de coerção eram utilizados contra os camponeses, eles também constituíam ameaça aos demais senhores, o que por conseguinte, produziu conflitos intersenhoriais, transformando tal conflitividade numa necessidade real de *acumulação política* (Ibidem.).

Brenner apontou que a acumulação política também se manifestou qualitativamente, mediante processo de reestruturação interna da própria classe dirigente feudal. Isso pode ser observado historicamente, através das formas de cooperação política entre os senhores, mais amplas e elaboradas no intuito de enfrentar a resistência dos camponeses e extrair parcela maior do excedente. Por outro lado, o acirramento da competição entre os nobres determinou a necessidade de criação e aperfeiçoamento de instituições políticas capazes de promulgar e reforçar leis que impusessem limites à ação da própria classe senhorial, garantindo, assim, suas propriedades.

Numa palavra, o êxito econômico dos senhores, tanto a nível individual quanto coletivo, dependeu da construção do *Estado feudal*, que no longo prazo, segundo Brenner, caminhou para uma maior centralização política, culminando em mais acumulação política (Ibid., pg., 240).

Sem embargo, os grandes senhores feudais no intuito de garantir sua dominação sobre os camponeses, necessitavam preservar a lealdade de seus respectivos vassallos, os quais provinham dos estratos inferiores da nobreza, provendo o seu sustento e equipando-os com armamentos. Aqui, residia, segundo Brenner, a necessidade concreta que visava garantir a permanência da pequena nobreza como parte integrante da classe dominante, o que no médio prazo garantia

ao grande senhor feudal uma fonte constante de rendimento e vigilância de suas propriedades.

Portanto, a reestruturação interna da nobreza ao processo de acumulação política tornou as relações de poder na sociedade feudal muito mais complexas, pois paradoxalmente, se por um lado as concessões dadas à pequena nobreza garantiam aos senhores acréscimo em seus rendimentos e maior controle do campesinato, por outro, consolidaram progressivamente a independência da pequena nobreza, que aos poucos foi adquirindo interesses próprios, nos quais se chocaram, em certos momentos, com os interesses da grande nobreza (MARIUTTI, 2000; pg., 85).

Segundo Brenner, essa diferenciação no seio da classe dominante também passou a contribuir na desorganização e fragmentação da sociedade, que aliado ao quadro de instabilidade, a hipertrofia da nobreza – efeito do processo de acumulação política – atingiu níveis insuportáveis.

Como exposto pelo autor, à medida em que passava o tempo, a tendência à acumulação política foi se intensificando pela crescente necessidade de um consumo de ostentação – que corria paralelamente à disponibilidade crescente de bens de luxo – e pela crescente demanda de materiais militares, os quais cresciam com o aumento do tamanho dos exércitos e com a maior complexidade dos armamentos. De forma progressiva, solapavam-se as bases da economia agrícola, que por sua vez, por não suportarem o crescente peso da sociedade urbana, foram abaladas seriamente (BRENNER, 1985b; pg., 241).

Com efeito, a viabilidade da acumulação política era limitada pela degradação da agricultura, a base econômica feudal. Entretanto, segundo Brenner, os estados feudais mais poderosos e bem-organizados prosseguiram em seu processo de concentração de poder, mesmo frente à impossibilidade de as forças produtivas garantirem o sustento da população.

Desse modo, a acumulação política não somente acelerou a tendência à queda da produtividade do trabalho como eliminou o chamado “normal” mecanismo malthusiano que equilibrava a população e produção. Tal descompasso produzido *socialmente* criou as condições para as crises que afetaram de forma conjunta toda a estrutura da sociedade feudal (MARIUTTI, 2000; pg., 85).

c) O desenvolvimento das relações capitalistas no campo: Inglaterra X França

Em item denominado *the emergence and check of agrarian capitalism*, no texto *Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe* ([1974], 1985a; pp., 46-63), Brenner analisou os diferentes caminhos tomados pela Inglaterra e pela França no período posterior às crises que assolaram a Europa durante todo o século XIV.

A questão fundante para o autor era entender o porquê, em seus termos essenciais, as relações de produção e de propriedade feudais se mantiveram intactas na França, enquanto na Inglaterra deram-se as condições para o paulatino desenvolvimento de relações sociais de produção capitalistas.

Com efeito, de acordo com ele, tal indagação constituía-se chave para compreensão da *transição ao capitalismo*, e a resposta estaria justamente na complexa articulação existente entre a estrutura de classes de cada país e o processo de dissolução ou reforço das relações servis na agricultura.

Portanto, o objetivo de Brenner era compreender a razão do triunfo dos camponeses da Inglaterra em quebrar o controle sobre a sua mobilidade e o fim das exações arbitrárias que sempre marcaram as relações de servidão, condensando tributos em uma só taxa anual fixa, e seu fracasso em garantir a propriedade livre da terra. Já os resultados da luta entre a nobreza e o campesinato francês ocorreu o contrário; isto é, tanto o controle sobre a mobilidade da força de trabalho quanto as exações arbitrárias sobre o campesinato mantiveram-se praticamente intactas, enquanto os direitos de propriedade foram consolidados.

É importante ressaltar que o exercício analítico comparativo feito por Brenner foi de suma importância para o delineamento de sua tese sobre as *origens agrárias do capitalismo*, tendo a Inglaterra como principal referência.

d) *O caso inglês*⁴⁸

De acordo com Brenner, em meados do século XV, tanto na Inglaterra, como na maior parte da Europa Ocidental, o campesinato foi capaz, por meio da fuga e resistência, definitivamente de quebrar o controle feudal sobre sua mobilidade e para ganhar liberdade total. Todavia, a luta pelo controle da terra a história foi outra.

⁴⁸ Divisão baseada no estudo de MARIUTTI, E. op. cit., pp., 94-100.

Isto é, para o autor, durante aquele período os arrendatários camponeses (*tenants*) lutaram bravamente para conseguir o controle total e livre sobre suas possessões e quase conseguiram. A eliminação da servidão supôs o fim tanto das prestações pessoais como das cargas impositivas que de forma arbitrária recaíam sobre eles. As rendas fixas e o fim das imposições arbitrárias proporcionaram aos arrendatários ingleses maior potencial de capitalização, bem como mais liberdade na utilização de suas terras.

Contudo, na afirmação do autor, tais concessões não podem ser contabilizadas como uma vitória definitiva e consolidada, pois os senhores feudais ainda dispunham de duas estratégias para evitar o livre controle da terra pelos camponeses.

A primeira, ligava-se ao próprio colapso demográfico no século XIV, que deixou grande número de terras ociosas, que no século XV foram sendo paulatinamente incorporadas pela nobreza e controladas por mecanismos contratuais, reduzindo assim a área suscetível a ser convertida em propriedade plena do campesinato. A segunda estratégia baseou-se no direito dos senhores em impor e/ou aumentar os tributos sobre a terra campesina, em caso dessa ser transferida por venda ou herança.

Dentro desse contexto, com base nas duas estratégias apontadas por Brenner, os senhores feudais ingleses conseguiram concentrar um volume considerável de terras, bem como, impedir que os camponeses obtivessem a propriedade livre e plena de suas possessões, o que consistiria na vitória total do campesinato, ou seja, a consolidação de sua independência irrestrita frente à nobreza.

No entanto, tal como documentado historicamente, se a luta dos camponeses fracassou na obtenção desse último objetivo, a eliminação da coação arbitrária sobre uma considerável parcela do campesinato não deixou de ser uma vitória de importância decisiva para a consolidação do capitalismo na Inglaterra.

Aqui, sem embargo, reside a especificidade da crise da servidão na Inglaterra e o argumento central de Robert Brenner para fundamentar sua tese sobre as *origens agrárias do capitalismo*. A luta entre o campesinato e a nobreza proporcionou transformações substanciais na economia agrária; isto é, o fim da coação sobre a mobilidade dos servos consistiu em importante passo no processo

de formação de trabalhadores livres, e a fixação dos tributos feudais em taxa anual favoreceu os camponeses prósperos, especialmente, os *yeomen* – arrendatários livres – que aumentaram o seu poder de acumulação. Por outro lado, os grandes senhores feudais garantiram a propriedade de suas terras, bem como conseguiram ampliar seus domínios, anexando as possessões abandonadas no contexto do colapso demográfico do século XIV.

Mas, a força política do campesinato estava justamente no *yeomen*, segundo Brenner, escudado em Marx, especialmente, o capítulo sobre a *acumulação primitiva do capital*, exposto em *O capital*, além da historiografia medieval inglesa. Os *livre-tenentes* constituíam uma classe poderosa na Inglaterra, desde o século XII. Eles possuíam direitos legais de suas terras, podendo apelar para a justiça real contra os abusos de poder por parte dos nobres.

Essa diferenciação social no interior do campesinato – camponeses livres e não-livres – e sua aliança contra a nobreza foi vitoriosa, pois, nos conflitos classistas ocorridos durante os séculos XII e XIII, em torno do *status* das possessões, os *livre-tenentes* se empenharam na contraofensiva de modo a garantir a permanência de seus direitos, enquanto os camponeses não-livres fortaleceram sua luta para se libertar da exploração extrema e arbitrária a que estavam sujeitos (BRENNER, 1985b; pg., 249).

Dado o colapso demográfico do século XIV, o campesinato conseguiu, no século XV, a sua libertação, consolidando também, os *yeomen*, como a classe que vai liderar a acumulação de capital numa estrutura agrária transformada e voltada para o mercado. Quanto à nobreza, essa nova configuração social determinou, no longo prazo, uma acentuada crise em seu interior, que se arrastou por todo o século XV, repercutindo em sua organização interna, já que a falta de recursos impedia a consolidação de alianças interfeudais, debilitando a coesão interna da classe dominante.

De acordo com Brenner, durante um longo período, a redução das fontes de receitas da nobreza provenientes do campesinato foi compensada pelos recursos obtidos em guerras externas, notadamente, a *Guerra dos Cem Anos*, contra a França; uma série de conflitos entre 1337 e 1453, frutos de disputas dinásticas envolvendo as casas reais inglesas e francesas. Uma vez terminada a guerra, a nobreza inglesa se viu apenas com seus próprios recursos.

Isso levou, por sua vez, a fragmentação da aristocracia inglesa, que entre 1455 e 1485, travaram uma guerra interna, denominada de *Guerra das Rosas*, em que a crise dos rendimentos constituía o núcleo do conflito. Com efeito, no século XV, os senhores passaram a dispor de um grande volume de terras, mas não podiam mais servir-se da velha forma feudal de contornar as crises, por meio da imposição de exações arbitrárias sobre o campesinato. Impedidos de reimplantar esses mecanismos tradicionais, os nobres buscaram uma nova saída para contornar a crise financeira, cuja inovação foi o arrendamento de suas terras aos arrendatários capitalistas.

Portanto, para Brenner, o que tornou possível a transformação da produção agrária na Inglaterra, foi a configuração de uma nova estrutura socioeconômica assentada na relação senhor-arrendatário-trabalhador assalariado. Na afirmação do autor, essa foi a chave para o posterior desenvolvimento econômico inglês.

Isto é, pela primeira vez, surgiu as possibilidades materiais que tornaram possíveis as inversões produtivas de capital na agricultura, aumentando assim a produtividade do trabalho, de modo que essas bases agrárias potenciadas se tornaram um sólido suporte que garantiu o aumento da população e o desenvolvimento das relações econômicas urbanas (BRENNER [1974], 1985a; pg's., 49/50. BRENNER, 1985 b; pp., 291-293. MARIUTTI, 2000; pg., 96).

e) *O caso francês*

De acordo com Brenner, a trajetória diferenciada apresentada pela agricultura francesa, está diretamente ligada à solidez das possessões camponesas. Como foi visto anteriormente, a forte resistência das comunidades campesinas na Europa Ocidental, foi de suma importância para garantir seus direitos. Mas, a consolidação desses direitos implicou também o fortalecimento das relações de propriedade e de produção tradicionais; numa palavra, a manutenção da propriedade agrária feudal.

Ao estudar o caso francês, o objetivo de Brenner foi tentar entender por que o campesinato conseguiu consolidar e manter seus direitos por muitos séculos. A chave para essa compreensão, segundo o autor, estava no desenvolvimento particular do Estado monárquico em França.

De acordo com ele, ao contrário da Inglaterra, o Estado centralizado francês se desenvolveu como um fenômeno de 'classe'; isto é, como um extrator independente de excedente, em particular graças à sua capacidade de impor taxas sobre a terra. Em paralelo, o Estado pôde se desenvolver, tal como se sucedeu, como um concorrente dos senhores, inclusive até o ponto de estabelecer direitos com o fim de extrair o excedente da produção camponesa.

Portanto, era de interesse do Estado, limitar as rendas senhoriais para permitir que os camponeses pagassem maiores impostos, e, por esse motivo, lutou contra os senhores ajudando o campesinato a pôr fim em sua relação servil, por meio da consolidação da propriedade camponesa (BRENNER [1974], 1985a; pg., 55).

Em resumo, enquanto na Inglaterra a convergência de interesses entre senhores feudais e arrendatários capitalistas induziu à generalização das inversões de capital, na França o Estado competia com a nobreza na captura do excedente camponês.

O fato é que os senhores feudais franceses não podiam enfrentar um Estado centralizado e poderoso, de forma que, no longo prazo, os interesses da Coroa prevaleceram, tal como expôs Brenner, ao limitar as rendas senhoriais, o Estado francês acabou por destruir as relações servis e consolidou a propriedade camponesa.

Ou seja, a receita estatal francesa estava diretamente ligada ao volume dos rendimentos senhoriais. O montante passível de ser absorvido pela Coroa dependia da parte capturada pelos senhores, de modo que uma forte motivação econômica era a responsável pelo acirramento da luta no interior da classe dominante.

Brenner também apontou o contraste entre França e Inglaterra no que toca à luta diferenciada travada pelos seus respectivos campesinatos. Segundo ele, desde o princípio da Idade Moderna europeia, no século XV, a consolidação da propriedade camponesa em relação ao desenvolvimento do Estado francês criou uma estrutura de classes na zona rural muito distinta do que estava surgindo na Inglaterra. A evidência histórica estava no cotejo dos tipos distintos de revoltas do campesinato em ambos os países.

Na Inglaterra, as revoltas dirigiam-se contra os senhores em uma luta inútil para defender a propriedade camponesa, que se desintegrava frente a crescente usurpação capitalista, encarnada nos *enclosures* – cercamento dos campos

comunais. Na França, o principal motivo das revoltas era o sistema impositivo do *Estado Absolutista*, que paradoxalmente, foi o instrumento que assegurou e protegeu a propriedade camponesa e impediu, portanto, o desenvolvimento capitalista.

Com efeito, o contraste entre a estrutura de classes na França e Inglaterra torna-se evidente. Ou seja, enquanto o campesinato inglês lutava contra a expropriação de suas terras promovida pela aliança entre nobres e arrendatários, na França ocorria uma situação bem distinta; isto é, os camponeses lutavam contra a opressão do Estado absolutista.

De acordo com Brenner, a sólida estrutura de propriedade em conexão com a disputa pelo excedente travado pela nobreza e a Coroa freavam continuamente o desenvolvimento do capitalismo. Dessa forma, o Estado francês intensificou seu poder ao realizar um jogo duplo, ao se situar no meio do conflito entre senhores e servos. Progressivamente, a Coroa foi servindo-se de sua posição privilegiada para consolidar direitos e fixar rendas, destruindo assim, no decorrer do tempo, as fontes de receitas dos nobres, com objetivo último de utilizar a produção camponesa como fonte direta de seus recursos.

Numa palavra, para Brenner, o Estado francês converteu a propriedade camponesa em seu principal suporte sob o qual emergiu a sua forma *absolutista* (Ibid., pg's., 57/58).

Dado essa particularidade francesa, de acordo com o autor, a conjuntura econômica, social e demográfica dos séculos XVI e XVII, levou a França, bem como toda a Europa à crise aguda. Tal conjuntura se expressou pelo aumento populacional, expansão dos mercados e dos preços dos grãos, que não foi acompanhado por um progresso agrícola.

Devido ao fortalecimento da propriedade camponesa, mantida por um Estado explorador, os senhores franceses, não puderam se aproveitar do aumento dos preços das terras e dos alimentos, já que isso, na afirmação de Brenner, implicava a difícil tarefa de concentrar terras. Foi dentro desse contexto, que a nobreza francesa tomou o único caminho que lhe restava; a obtenção de uma participação cada vez maior de um produto constante ou inclusive decadente.

Isto é, em seus domínios, composto por pequenas parcelas separadas, impunham contratos de curto prazo em termos “draconianos” dirigidos a extrair o máximo possível de seus camponeses por meio do aumento das taxas e da

diminuição de seu nível de subsistência, aproveitando-se da demanda crescente de terras, gerada pela pressão demográfica (Ibid., pg., 61).

Essa extração exagerada por parte dos senhores franceses estrangulou definitivamente a produção campesina ainda sujeita às exações arbitrárias. Por outro lado, os camponeses que conseguiram se libertar da opressão senhorial com o auxílio do Estado absolutista, com a acentuação da crise, passaram a enfrentar a coação estatal sob a forma de impostos abusivamente altos.

O resultado foi que as reservas produzidas na agricultura francesa, de um modo geral, eram sistematicamente espoliadas tanto pelo Estado como pela nobreza, o que determinou a queda da produtividade e, no longo prazo, o colapso econômico e demográfico.

Com base nesses elementos, Brenner concluiu que em França se desenvolveu um modelo “deplorável” de desenvolvimento econômico imposto por aquela estrutura de classes, que não só fracassou no longo prazo na produtividade agrícola, como também, impactou negativamente na expansão do mercado interno. Portanto, paradoxalmente, segundo o autor, quanto mais completo eram os direitos de liberdade e propriedade, maior a pobreza e atraso geravam na população rural. Em contrapartida, na Inglaterra, foi justamente essa ausência de tais direitos que pôs em marcha o *desenvolvimento do capitalismo* (Ibid., pg., 62).

f) O desenvolvimento do capitalismo na Inglaterra

Há certo consenso na historiografia que aborda o século XVII europeu que houve uma crise generalizada naquele período, envolvendo praticamente todas as nações do continente, com exceção da Inglaterra⁴⁹.

Em suma, tomando como base o cotejo com a literatura, enquanto a agricultura europeia sofria crises de escassez, a população diminuía, as manufaturas têxteis dos países baixos e do norte da Itália enfrentavam sérias dificuldades e o próprio comércio sofria queda brutal na demanda; a Inglaterra obteve boas

⁴⁹ Consultar a seguinte bibliografia: HOBSEBAWM, E. *The crisis of the 17th century*. In: *Past & Present*, Issue 1, November 1954, pp., 44–65. TREVOR-ROPER, H. *The crisis of the seventeenth century*. [1967]. Indianapolis: Liberty Fund, 2001. Cap., 2, pp., 43-82. FRANK, A. G. *A acumulação mundial – 1492-1789*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. Cap., 2, pp., 98-134. KRIEDTE, P. *Peasants, landlords and merchant capitalists. Europe and the world economy, 1500-1800*. Leamington Spa: Berg Publisher, 1983. Cap., 2, pp., 61-100.

colheitas, bem como sua produção têxtil, exceto àquelas vinculadas exclusivamente para a exportação, manteve seu ritmo de desenvolvimento.

O resultado foi que, no século XVIII, à medida que as demais nações europeias buscavam curar das últimas sequelas da crise e retomar o crescimento econômico, os ingleses se encontravam na dianteira, prestes a promover em seu território a *Revolução Industrial* (MARIUTTI, 2000; pg., 101).

De acordo com Brenner, a trajetória peculiar da economia inglesa, esteve, com efeito, intimamente relacionada com as transformações nas relações de produção e de propriedade apontadas anteriormente. Ou seja, para ele, o que permitiu que a economia inglesa iniciasse sua via de desenvolvimento, foi o crescimento da produtividade agrícola como parte da transformação das classes agrárias ou das relações de propriedade.

Tal via se distinguiu por um processo de industrialização contínuo e um crescimento econômico geral ao longo do período em que a *crise geral* impactava o restante das nações europeias, até a época da *Revolução Industrial* (BRENNER, 1985b; pg., 323).

Como foi observado anteriormente, a agricultura inglesa a partir do século XV, passou por profundas transformações, estruturada na concentração de terras, na participação crescente de força de trabalho assalariada e aumento das inversões produtivas de capital, impactando positivamente na produtividade agrícola, que por conseguinte, foi responsável pela formação e desenvolvimento do mercado interno.

Esse processo histórico transformador colocou a Inglaterra a frente dos demais estados nacionais europeus, já que sua economia agrícola conseguiu suportar o impacto da expansão demográfica, bem como foi decisiva para promover o crescimento manufatureiro. Desse modo, assistiu-se ao longo do século XVII, um crescimento econômico inglês *vis a vis* a retração dos demais países europeus.

Brenner (Ibid., pg's., 325/326) entendeu, portanto, que havia uma correlação entre o desenvolvimento do mercado interno inglês e a produção agrícola capitalista, em que essa sustentou as demais atividades econômicas, configurando-se assim, num processo de desenvolvimento econômico no longo prazo. O restante da Europa, ao contrário, assentada ainda em bases agrárias feudais apresentava um mercado interno muito incipiente, o que colocava suas manufaturas em posição de

dependência do comércio continental, e, portanto, sensível à dinâmica de crescimento da economia europeia em seu conjunto.

Em suma, para Brenner, foi a capacidade de os ingleses de possuir bases próprias de garantir um crescimento econômico endógeno que os diferenciou dos demais europeus, conseguindo passar praticamente incólume da grande depressão secular dos preços nos *setecentos*.

Para o autor, isso somente foi possível dada essa articulação na economia inglesa entre agricultura e manufatura. Isto é, os setores agrários e industrial desenvolveram-se conjuntamente, estabelecendo entre si uma relação de interdependência mútua, proporcionando à economia como um todo, dinamismo e menor dependência ao mercado europeu.

As transformações nas relações de produção e de propriedade no campo; ou seja, a consolidação das grandes propriedades baseadas no trabalho assalariado, criaram os alicerces de que a infante indústria inglesa necessitava para poder se desenvolver. Sem embargo, para Brenner, o caráter dinâmico da economia inglesa era proveniente da articulação entre a agricultura e a indústria, em que o desenvolvimento agrário condicionou o desenvolvimento industrial e vice-versa. Foi dentro desse contexto que o autor defendeu a tese de que o *capitalismo teve suas origens nas transformações agrárias e essas se deram na Inglaterra, a partir do século XV*.

4.4 – Ellen Wood e a consolidação da interpretação das *origens agrárias do capitalismo*

Em estudo anterior (PAULA, 2020b; pp., 78-81), teve-se a oportunidade de se trabalhar com a análise de Ellen Wood (1942-2016) a respeito de como se configurou o *mercado capitalista* na Europa Ocidental, entre os séculos XVI e XVIII. Naquela ocasião, constituiu-se objetivo tentar entender como a tese das *origens agrárias do capitalismo* dialogava com o contexto histórico da formação da *instituição* mercado capitalista.

Agora, faz-se necessário, no contexto das interpretações marxistas, aprofundar a análise da referida tese, formulada inicialmente, como se viu, por

Robert Brenner; mas que, ao ver desse estudo, foi consolidada por Ellen Wood, em seu livro *The origin of capitalism*⁵⁰.

Seguindo o roteiro dos debates marxistas, Wood enxergou como ponto pacífico que a emergência do capitalismo certamente pressupôs o feudalismo europeu ocidental e, tal como, Perry Anderson já havia mencionado, pressupôs também algumas formas de propriedade oriundas da Antiguidade Clássica greco-romana.

Contudo, a autora afirmou que, se o feudalismo europeu foi uma condição *necessária* ao surgimento do capitalismo, ele não foi *suficiente*. Ou seja, para Wood, a Europa produziu variadas formas de feudalismo, as quais, por sua vez, produziram resultados diferentes, apenas um dos quais foi o *capitalismo*.

As evidências, segundo ela, foram as lógicas internas de funcionamento distintas das cidades-estados renascentistas italianas e o Estado absolutista francês, cujas formações sociais não precisaram ter dado origem ao capitalismo. Isto é, o capitalismo, em sua afirmação, só pôde se desenvolver num contexto socioeconômico em que as pressões e conflitos nos campos político, militar e comercial fossem conduzidos por meios dos imperativos da *competição*, da *acumulação* e da *maximização do lucro*, fatores essenciais de caracterização daquele sistema.

Em suma, de acordo com a autora, as formações sociais feudais que desembocaram no capitalismo, se deu somente porque entraram na órbita de um sistema capitalista já existente e das pressões competitivas que ele conseguiu impor aos seus rivais políticos, militares e comerciais. Depois desse momento, nenhuma entrada na economia capitalista pôde ser igual às anteriores, já que todas ficaram sujeitas a um sistema capitalista maior e cada vez mais internacional (WOOD, 2001; pg., 75).

Com isso, a autora fez uma crítica as tendências das interpretações no campo marxista, de presumir que o capitalismo foi um produto inevitável do feudalismo europeu, baseado na convicção de que as cidades autônomas que cresceram nos interstícios das “soberanias fracionadas” do feudalismo foram não apenas o inimigo

⁵⁰ Está-se utilizando nesse estudo a edição brasileira. Ver: WOOD, E. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

natural que viria a destruir o sistema feudal, mas somente dentro dele que daria a vida ao capitalismo.

Com efeito, a autora propõe se desligar dessa pressuposição, separando o *capitalista do burguês e capitalismo de cidade*.

a) O capitalismo agrário segundo Ellen Wood

Fato. A associação do capitalismo com as cidades é uma das convenções mais firmemente estabelecidas na cultura ocidental. Como foi visto, também vale para a historiografia analisada até o momento. Olhando em retrospectiva, seja o modelo mercantil smithiano e suas derivações, seja na historiografia marxista, creditou-se o seu nascimento e respectivo desenvolvimento à cidade.

Nos modelos smithianos e pós-smithianos, inclusive em algumas interpretações marxistas, como visto, é possível observar que *qualquer* cidade, com suas práticas comerciais, era, por sua natureza, capitalista desde sempre e que somente obstáculos externos impediram que *qualquer* civilização urbana pudesse originar o capitalismo. Nesses modelos, fosse a religião errada, o tipo de Estado errado ou outras obstruções ideológicas, políticas ou culturais é que atavam as mãos das classes urbanas em direção àquele sistema econômico, remontando a tempos imemoriais ou pelo menos desde que a tecnologia permitiu a produção de excedentes suficientes⁵¹.

Assim, o que explica o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente foi a autonomia singular de suas cidades e de sua classe dirigente, os empresários capitalistas. De acordo com Wood, para aquelas interpretações, o capitalismo surgiu no Ocidente *menos pelo que estava presente do que pelo que estava ausente*; isto é, o *cerceamento das práticas econômicas urbanas*. Ou seja, nessas condições, foi preciso apenas que houvesse uma expansão natural do comércio para desencadear o desenvolvimento do capitalismo até a sua plena maturidade.

É contra essa visão dominante que Ellen Wood se insurge. Segundo ela, o capitalismo, com todos os seus impulsos específicos de *acumulação e maximização do lucro*, não nasceu na cidade, mas no **campo**. Tal emergência também se deu em *lugar muito específico e em época muito recente da história humana*. Não precisou,

⁵¹ Toda a análise baseada em WOOD, E. op. cit., pp., 76-81.

ênfatiou a autora, da simples extensão ou expansão da troca, mas sim, de uma *transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiquíssimos padrões de interação humana com a natureza*.

Wood argumentou que durante milênios, os humanos proveram suas necessidades materiais cultivando a terra. Ao longo dessa dedicação à agricultura, dividiram-se em classes, entre aqueles que a produziam diretamente e os que se apropriavam do respectivo trabalho. Claro está que essa divisão assumiu diversas formas, porém uma característica comum as unia; isto é, todos os produtores diretos eram *camponeses* (trabalhadores que viviam exclusivamente das atividades rurais).

Esses produtores diretos, por sua vez, permaneciam de posse dos meios de produção, particularmente a terra. Como em todas as sociedades pré-capitalistas, segundo a autora, eles tinham acesso direto aos meios de sua reprodução, significando que, quando seu trabalho excedente era apropriado pelos apropriadores, isso era feito por meios *extraeconômicos*, tal como exposto pela literatura marxista. Ou seja, essa apropriação era feita por coação direta, exercida por grandes proprietários ou Estados que empregavam sua força superior, seu acesso privilegiado ao poder militar, jurídico e político.

Para Wood, essa é a diferença básica entre todas as formações sociais pré-capitalistas e o capitalismo. E isso, de acordo com a autora, nada tem a ver com o fato de a produção ser urbana ou rural, e sim, com as relações particulares de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na indústria ou na agricultura.

Com efeito, ela tomou as análises de Marx nos *Grundrisse* e em *O capital*, reforçando a ideia de que a compreensão histórica das sociedades humanas passa pelo entendimento como se configura suas relações dominantes de propriedade. Desse modo, ela afirmou que, somente no capitalismo é que o modo de apropriação dominante se baseia na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente *econômicos*.

O *mercado*, portanto, de acordo com Wood, é o principal mediador dessa relação singular entre produtores e apropriadores. Sem embargo, como é possível analisar através historiografia discutida aqui, e, principalmente, a partir da interação com a antropologia econômica (POLANYI, [1944], 2000), entende-se que houve vários tipos de mercado ao longo da história escrita da humanidade, e sem

dúvida antes dela, já que as pessoas permutam seus excedentes de muitas maneiras possíveis e para vários fins distintos.

Mas no capitalismo, o **mercado** tem uma função distintiva e sem precedentes, conforme a autora. Isto é, *praticamente tudo na sociedade capitalista é produzida para o mercado*. O *capital* e o *trabalho* são profundamente dependentes do mercado para obter as condições mais elementares de sua reprodução. Ou seja, de um lado, os trabalhadores dependem do mercado para vender sua mão de obra, de outro, os capitalistas dependem do mercado para comprar força de trabalho e os meios de produção, bem como realizar seus lucros, ao vender seus respectivos produtos.

Portanto, enfatiza a autora, essa dependência do mercado o confere um papel sem precedentes na sociedade capitalista, não apenas como um simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como o *principal regulador* e determinante da reprodução social. Wood afirmou que isso só foi possível, quando o mercado penetrou na produção da necessidade mais básica da vida, qual seja, o *alimento*.

Isso quer dizer que, quando a *alimentação* foi submetida à dependência do mercado e seu sistema singular de compulsões não compartilhados com nenhuma outra formação social e econômica – os imperativos da competição, da acumulação e da maximização do lucro – um novo *modo de produção* surgiu. Por meio desses *imperativos*, pode-se compreender que o capitalismo somente se reproduz socialmente, se expandir constantemente sua acumulação através da busca de novos mercados, de modo a impor suas compulsões a novos territórios e novas esferas da vida, a todos os seres humanos e ao meio ambiente natural.

Foi dentro desse contexto que Wood formulou sua hipótese básica sobre a origem do capitalismo. Isto é, *dado que os produtores foram explorados pelos apropriadores durante milênios, de maneiras não capitalistas, antes do advento do capitalismo, e dado que os mercados também existiram “desde tempos imemoriais” e em quase toda parte, como foi que os produtores e apropriadores, assim como as relações entre eles, passaram a ser tão dependentes do mercado?*

Como já foi observado, a autora descartou veementemente os raízes do capitalismo advindos do comércio. Para reafirmar sua posição, ela argumentou que mesmo durante o período da História Moderna Europeia (séculos XV a XVIII), que marcou a emergência do capitalismo, àquela sociedade se encontrava livre dos *imperativos de mercado* expostos em sua análise. Não obstante a existência de um

vasto sistema de comércio, que se estendia por todo o globo, esse não era guiado pelos imperativos da competição e da acumulação. Ou seja, segundo a autora, o princípio dominante do comércio, em toda a parte, era *comprar barato e vender caro*.

Wood afirmou que o comércio internacional, naquele período, era, essencialmente, um comércio de transporte, no qual os mercadores compravam produtos num local para vendê-los com lucro em outro. Em suma, prevalecia princípios comerciais não capitalistas. Isto é, não havia um mercado único e unificado, cuja produção era determinada pelo custo eficiente, em concorrência direta com outros produtores no mesmo mercado.

Aqui, Wood dialoga com Karl Polanyi ([1944], 2000). Ou seja, para ele, como foi visto no **capítulo 2, seção 2.1**, havia um comércio antes do advento do que ele denominou de *sociedade de mercado*. Tal comércio era fundamentalmente *não competitivo*, pois assumia a forma de uma arbitragem comercial entre mercados separados. Comprar barato e vender caro era, na verdade, um princípio operacional e não a competição em único mercado integrado. Se havia competição, ela não assumia a forma de uma produção competitiva e eficiente em termos de custos.

A autora argumentou que as condições eram essencialmente *extraeconômicas*, como a dominação dos mares e outras vias de transporte ou instituições financeiras e instrumentos de arbitragem altamente desenvolvidos, nos quais davam a vantagem comercial. Com efeito, era um comércio predominantemente de artigos de luxo, voltados a satisfazer as necessidades e os padrões de consumo das classes dominantes.

Isto é, não trazia em si o impulso de aumentar a produtividade, não lograva a constituição de um mercado para produtos de massa e voltados para as necessidades do cotidiano. Ou seja, a produção de alimentos e demais produtos de consumo correntes, em especial, vestuário, eram produzidos pelos próprios camponeses.

Claro que Wood atentou para o fim da servidão feudal naquele período. Contudo, segundo ela, prevaleceu no continente europeu, outras formas de exploração *extraeconômicas*, como o caso francês, já discutido por Brenner. Ademais, segundo a autora, grandes proprietários que se apropriavam da renda da terra, dependiam largamente de diversos poderes e privilégios *extraeconômicos* para aumentar a sua riqueza.

Portanto, o que prevaleceu na Europa, em seu período Moderno, segundo Ellen Wood, foi que os camponeses continuaram a ter acesso aos meios de produção, notadamente à terra, sem terem que oferecer sua força de trabalho no mercado como mercadoria. Os senhores de terra, bem como a elite burocrática dos Estados absolutistas, com a ajuda de vários poderes e privilégios *extraeconômicos*, capturavam o trabalho excedente dos camponeses sob a forma de rendas e tributos.

O que Wood explica é que, não obstante todo o tipo de pessoas pudesse comprar e vender no mercado, nem os produtores diretos que produziam – os camponeses – nem os senhores de terra e os funcionários públicos que se apropriavam da produção alheia dependiam diretamente do mercado para conseguir as condições de sua autorreprodução, e as relações entre eles não era intermediadas pelo mercado.

Então, como originou o capitalismo na moderna sociedade europeia, entre os séculos XV e XVIII?

b) O espaço e o tempo da origem do *capitalismo agrário*

No contexto da coexistência de princípios não capitalistas de comércio com formas de exploração não capitalistas na sociedade moderna europeia, uma grande exceção destacou-se no seio da regra geral, na afirmação de Wood.

Segundo ela, a Inglaterra, a partir do século XVI, seguiu uma trajetória de desenvolvimento econômico inteiramente nova. O principal fator que gerou as condições para a particularidade da formação socioeconômica inglesa, foi o seu singular processo de unificação política⁵².

Em estudo anterior (PAULA, 2020b; pg's., 157/158), teve-se a oportunidade de analisar, mesmo de passagem, o processo de centralização política inglesa, tomando como base a análise de Wood. Contudo, é necessário retomar e aprofundar essa análise, pela ótica exclusiva da autora.

Ellen Wood tomou como ponto de partida para a formação do Estado inglês, a invasão dos normandos no século XI – descendentes dos escandinavos cristianizados, que se fixaram na Normandia, situada no atual litoral norte da França –, que segundo ela, se estabeleceram na Ilha como uma entidade política e militar

⁵² Toda análise baseada em WOOD, E. op. cit., pp., 81-88.

bastante coesa. Dessa forma, a Inglaterra já ficou mais unificada do que a maioria dos países que centralizaram seus poderes mais adiante, nos séculos XIV, XV e XVI.

A centralização política singular do Estado inglês, de acordo com Wood, tinha bases e corolários materiais. No século XVI, a Inglaterra já dispunha de uma rede de estradas e transportes fluviais, responsáveis por unificar o território daquela nação, de modo muito mais eficiente do que os outros estados nacionais. Londres se constituiu no principal eixo de um mercado nacional em desenvolvimento.

A base material em que se fundamentava essa economia nacional emergente era a agricultura. Essa, por sua vez, se singularizava, na visão da autora, de diversas maneiras. Em primeiro lugar, e mais importante, era a formação da classe dominante inglesa, após a invasão normanda, que passou a ser distinguir, em relação as congêneres europeias, por dois aspectos correlatos.

O primeiro aspecto diz respeito ao *processo de desmilitarização da aristocracia inglesa*. Havendo-se desmilitarizado bem antes das demais aristocracias europeias, ela aceitou fazer parte de um Estado centralizado, em aliança com uma monarquia centralizadora, sem a fragmentação da soberania que era a característica do feudalismo e seus estados sucessores. Na Inglaterra, de fato, o Estado serviu à classe dominante como instrumento da ordem e protetor da propriedade; mas a aristocracia **não detinha** poderes *extraeconômicos* autônomos, muito menos, uma *propriedade politicamente constituída* no mesmo grau que seus equivalentes europeus.

Isso nos leva ao segundo aspecto, apontado pela autora, qual seja, a *troca entre a centralização do poder estatal e o controle da terra pela aristocracia*. Isso significou que, não obstante a perda de poderes *extraeconômicos* de extração de excedentes, os senhores de terra ingleses foram compensados por seus crescentes poderes econômicos.

Essa combinação, segundo Wood, teve consequências significativas, pois, por um lado, a terra deixou de ser trabalhada por camponeses, passando às mãos dos arrendatários; por outro lado, os poderes *extraeconômicos* reduzidos dos grandes proprietários, significou, que eles dependiam menos de sua capacidade de arrancar maiores rendimentos por meios coercitivos diretos e, portanto, sua renda seria expandida à medida que estimulasse seus arrendatários a descobrir os meios necessários de aumentar a produção.

Foi dentro desse contexto que se pode observar, na análise da autora, como os arrendatários capitalistas se tornaram o motor do crescimento econômico inglês. Isso porque eles não somente ficaram cada vez mais sujeitos às pressões diretas dos proprietários, mas, principalmente, aos *imperativos de mercado*, que os obrigavam a aumentar a produtividade.

Wood explicou que na Inglaterra os arrendamentos assumiram várias formas, havendo também variações regionais; contudo, o que se observou é que a forma mais contratada eram os aluguéis pagos em dinheiro. Dentro dessa forma, a autora afirmou que em muitos casos, ou na maioria deles, os contratos de arrendamento eram fixados não por padrões legais ou consuetudinários, mas pelas condições do mercado.

Desse modo, a autora chamou atenção para a constituição de um *mercado de arrendamento*, que não havia em outros estados europeus no período. Ou seja, os arrendatários eram obrigados a competir tanto no mercado de consumo, mas, principalmente, num mercado de acesso à terra.

Quando a segurança do arrendamento dependia da capacidade de pagar o aluguel vigente, a produção não competitiva podia significar a perda do direito da terra. Dessa forma, para fazer frente aos pagamentos monetários, numa situação em que outros arrendatários potenciais competiam pelos mesmos arrendamentos, afirmou a autora, os arrendatários eram obrigados a produzir por um custo eficiente, sob pena de serem desapropriados.

Portanto, para Wood, o efeito do sistema de relações de propriedade foi que muitos produtores rurais se tornaram dependentes do mercado para obter acesso à própria terra; ou seja, aos meios de produção.

c) A ética do *melhoramento*, os *enclosures* e a consolidação do *capitalismo agrário*

Wood afirmou que no século XVI a agricultura inglesa encontrava-se bem caracterizada por uma combinação singular de circunstâncias, embora não em todas as regiões do país, mas que aos poucos viriam fixar a direção de toda a economia. O resultado, segundo a autora, foi um setor agrário mais produtivo do que qualquer outro na história. Latifundiários e arrendatários acabaram por desenvolver uma

ética pautada pela busca do aumento da *produtividade* da terra com vistas ao *lucro*, denominada de *improve* (melhoramento)⁵³.

A própria palavra *improve*, salientou a autora, em sua acepção original, não significava apenas “tornar melhor”, num sentido geral; mas sim, literalmente, fazer alguma coisa com vistas ao lucro monetário, especialmente cultivar a terra para fins lucrativos⁵⁴.

No século XVII, a palavra *improver* (*melhorador*) estava solidamente estabelecida na língua inglesa, para se referir àquele que tornava a terra produtiva e lucrativa, especialmente cercando-a ou tornando cultiváveis as terras abandonadas. Com efeito, de acordo com Wood, o *melhoramento* agrícola, naquele período, era uma prática bem estabelecida e, no século XVIII, denominado de fase áurea do *capitalismo agrário* pela autora, *improve* em palavras e atos já tinha sua vigência plenamente reconhecida.

Wood afirmou que nos anos de mil e seiscentos surgiu todo um novo *corpus* bibliográfico, que explicitou com detalhes sem precedentes as técnicas e benefícios do *melhoramento*. Entretanto, salientou que não decorreu, a princípio, de inovações tecnológicas significativas, embora se usassem novos equipamentos como o arado de rodas, tratou-se mais de avanços nas técnicas de cultivo, ou até de simples refinamentos e aperfeiçoamentos dos antigos, tais como, cultura itinerante, rotação de culturas; drenagens de pântanos e terras aráveis etc.

Todavia, enfatizou: o *melhoramento* significava um pouco mais do que métodos e técnicas novos ou melhores de cultivo; e sim, em termos ainda mais fundamentais, *novas formas e concepções da propriedade*. Ou seja, para os senhores de terras empreendedores e seu próspero arrendatário capitalista, o cultivo “melhorado” significava, idealmente, ainda que não necessariamente, propriedades maiores e mais concentradas. E, certamente, segundo a autora,

⁵³ Toda análise baseada em WOOD, E. op. cit., pp., 88-92.

⁵⁴ A tradução *improve* para *melhorar* na edição brasileira, é explicada pela tradutora Vera Ribeiro, da seguinte forma: “o verbo *to improve*, tem diversas acepções de *melhorar, aprimorar, aperfeiçoar, desenvolver; utilizar, prosperar; introduzir ou realizar melhoramentos ou benfeitorias* (em terras ou imóveis); *valorizar, beneficiar, tirar partido de; aperfeiçoar-se, desenvolver-se, progredir etc.* Tem também, sobretudo nos Estados Unidos, o sentido de *cultivar*. O *improve* a que Ellen Wood se refere poderia traduzir-se, com mais exatidão, por “beneficiamento” ou “aproveitamento” (da terra). Esse termo foi preterido em favor de *melhoramento* para facilitar a compreensão das demais articulações de ordem linguística, social e econômica feitas no texto. Portanto, utiliza-se aqui, nesse estudo, a tradução de *improve* como *melhoramento*.

significou a eliminação de antigos costumes e práticas que interferiam no uso produtivo da terra.

Foi dentro desse contexto que Ellen Wood assinalou como se deu o *enclosure* – cercamento – dos campos ingleses, redefinindo assim, os direitos de propriedade. De acordo com a autora, é comum pensar no *cercamento* como a simples colocação de cercas em volta das terras comunais ou dos “campos livres” que caracterizavam algumas regiões do interior da Inglaterra. Mas, salientou, que mais do que isso, os *enclosures* significaram a extinção, independentemente da demarcação física das terras, dos *direitos comunais* e *consuetudinários* de uso dos quais dependiam a sobrevivência de muitas pessoas.

Wood dividiu a história dos *cercamentos dos campos ingleses* em duas grandes ondas. A primeira, ocorreu no século XVI, quando os latifundiários procuraram expulsar os camponeses das terras que pudessem ser lucrativamente usadas como pasto na criação de ovelhas. Claro está que esse movimento desencadeou uma crise social, como já bastante documentada e discutida aqui, por meio dos estudos de Polanyi ([1944], 2000); Marx ([1867], 1988), nos termos da *acumulação primitiva*; e, Brenner, na seção anterior desse capítulo.

Com efeito, pode-se afirmar que os *enclosures* foram a grande fonte de conflito social na Inglaterra, nos séculos XVI e XVII. Segundo a literatura apontada anteriormente, incluindo a referida autora; em suas fases iniciais, a prática dos cercamentos deparou, até certo ponto, com a resistência do Estado monárquico, nem que fosse pela ameaça que representava para a ordem social. Mas, depois que as classes proprietárias conseguiram moldar o Estado de acordo com os seus próprios interesses, especialmente, com a chamada *Revolução Gloriosa*, em 1688, a intervenção estatal cessou.

No século XVIII, surgiu um novo tipo de movimento de cercamentos, denominados de *cercamentos parlamentares*, caracterizado por Wood como a segunda onda. Nesse, a extinção dos direitos de propriedade que interferiam na capacidade de acumulação dos grandes proprietários, passou a ocorrer através de decretos do Parlamento. Ellen Wood afirmou categoricamente, que esse movimento político consolidou o *capitalismo agrário* na Inglaterra.

d) Do capitalismo agrário ao capitalismo industrial

Ellen Wood afirmou que a partir do século XVI, a economia inglesa se assentou predominantemente numa produção agrícola, em que os principais agentes econômicos do setor agrário se tornaram totalmente dependentes de práticas capitalistas; isto é, a maximização do valor de troca por meio da redução de custos e do aumento da produtividade, através da especialização, da acumulação e da inovação⁵⁵.

Com efeito, essa forma de prover as necessidades materiais básicas da sociedade inglesa trouxe consigo toda uma dinâmica de crescimento autossustentado, um processo de acumulação e expansão muito diferente dos antigos padrões cíclicos que dominavam a vida material em outras sociedades.

Claro está que essa nova economia foi acompanhada, segundo a autora, pelos processos capitalistas típicos de expropriação e criação de uma massa de não-proprietários. Foi dentro desse contexto que ela reafirmou o **capitalismo agrário** como caracterização da sociedade inglesa, ao longo da era moderna. Ou seja, uma forma social com *leis de movimento* específicas, que acabaria dando origem ao capitalismo em sua forma industrial madura.

Mas, como o *capitalismo agrário* gerou as condições para o *capitalismo industrial*? Wood enfatizou dois aspectos importantes para compreender esse processo histórico.

Em primeiro lugar, não foram os comerciantes nem os manufactureiros que dirigiram o movimento que pôs em marcha o desenvolvimento inicial do capitalismo. A transformação das relações sociais de propriedade enraizou-se firmemente no campo, e a transformação do comércio e da manufatura inglesa foi mais resultado do que causa da transição da Inglaterra para o capitalismo.

Wood afirmou que os comerciantes podiam funcionar perfeitamente bem dentro de sistemas não capitalistas. Isto é, prosperaram, como foi visto, no contexto do feudalismo europeu, onde se beneficiaram não só da autonomia das cidades, mas também da fragmentação dos mercados e da oportunidade de realizar transações entre um mercado e outro.

⁵⁵ Toda a análise baseada em WOOD, E. op. cit., pp., 101-112.

O segundo aspecto enfatizado pela autora, é o lugar do trabalho assalariado no *capitalismo agrário*. Isto é, dado que o trabalho assalariado é peça central na análise do capitalismo, como que, na sua tese, ele não aparece em seu cerne.

Sua explicação é que, de fato, tal como foi identificado por Marx e por Brenner, as características definidoras das relações agrárias na Inglaterra se assentaram, a partir do século XVI, na *tríade* latifundiários (que viviam da renda da terra), os arrendatários capitalistas (que viviam do lucro da produção agrícola) e os trabalhadores assalariados (que viviam do salário).

Ou seja, as novas pressões econômicas, as pressões competitivas que levaram os fazendeiros improdutivos à falência, foram um fator fundamental na polarização da população agrária em grandes latifundiários e trabalhadores assalariados não-proprietários, promovendo a *tríade agrária*. Claro, também, de acordo com Wood, as pressões pelo aumento de produtividade se fizeram sentir na exploração mais intensa da mão de obra assalariada. É dentro desse contexto, que Wood entende o *capitalismo agrário* inglês em termos dessa tríade.

Contudo, afirmou a autora, é importante observar que as pressões competitivas, assim como as novas *leis de movimento* que as acompanharam, dependiam, acima de tudo, *não da existência de um proletariado de massa, mas da existência de arrendatários-produtores dependentes do mercado*. Aqui, Wood mostra sua inovação, em relação à Brenner, na composição da tese do capitalismo agrário.

Sua justificativa para enfatizar os arrendatários capitalistas e não os trabalhadores assalariados, é que esses últimos, especialmente os que dependiam inteiramente do salário para sobreviver, e não apenas como um complemento sazonal, continuaram a ser minoria na era moderna.

Ademais, continuou a autora, essas pressões competitivas não afetaram somente os arrendatários que empregavam trabalho assalariado, mas também os fazendeiros que – tipicamente com suas famílias – eram, eles mesmos, produtores diretos, trabalhando sem mão de obra contratada.

O que a autora quer enfatizar, é que, as pessoas podiam ser dependentes do mercado – no sentido de suprir as condições básicas para sua autorreprodução – sem serem completamente desprovidas de propriedades. Isto é, ser dependente do mercado exigia apenas a perda do acesso direto não mercadológico aos meios de

autorreprodução. Na verdade, segundo Wood, uma vez firmemente estabelecido os *imperativos do mercado*, nem mesmo a propriedade direta era proteção contra eles.

Assim, seu corolário é que *a dependência do mercado foi a causa e não o resultado da proletarização das massas*. Em outras palavras, a dinâmica específica do capitalismo já estava instaurada na agricultura inglesa antes da proletarização da força de trabalho. Para Wood, essa dinâmica foi um fator preponderante na promoção da proletarização do trabalho na Inglaterra. Desse modo, o fator crucial foi *a dependência dos produtores e dos apropriadores em relação ao mercado, além dos novos imperativos sociais criados por essa dependência*.

Portanto, na afirmação da autora, a economia inglesa da era moderna, movida pela lógica de seu setor produtivo básico, a agricultura, já estava funcionando segundo os princípios e *leis de movimento* diferentes dos que haviam prevalecido em qualquer outra sociedade, desde o alvorecer da história.

Essas leis de movimento foram as *precondições* – que não existiam em nenhum outro lugar – do desenvolvimento de um capitalismo maduro, que de fato se basearia na exploração em massa do trabalho assalariado. E qual foi o resultado de tudo isso, questionou a autora?

Em primeiro lugar, a singular produtividade da agricultura inglesa. Para Wood, no fim do século XVII, a produção de grãos e cereais se expandiu, tornando a Inglaterra líder na exportação dessas *commodities*. Esses avanços na produção foram conseguidos, segundo ela, com uma força de trabalho agrícola relativamente pequena. Ou seja, a autora afirmou que essa foi uma condição ímpar *vis a vis* a outras nações europeias.

Isso nos remete a outra singularidade inglesa, o padrão de crescimento e composição demográfica. Entre 1500 e 1700, a Inglaterra passou por um crescimento substancial de sua população – semelhante ao de outros países europeus – que se distinguiu em um aspecto fundamental: o percentual de sua população urbana mais que dobrou nesse período. Para Wood, esse era um indicativo que o desenvolvimento econômico inglês estava indo em direção bem distinta dos outros países europeus.

Ou seja, já no início da era moderna, a agricultura inglesa era suficientemente produtiva para sustentar um número grande de pessoas que não mais se dedicava à

produção agrícola. E isso só foi possível, segundo a autora, devido a *revolução nas relações sociais de propriedade*.

Para Wood, a lógica singular e sem precedentes do capitalismo agrário fez-se sentir em todas as esferas da atividade econômica. Contudo, há que se admitir que o capitalismo inglês surgiu no contexto de um sistema comercial muito vasto, e fato, não teria surgido sem ele. Mas, é fato também, salientou a autora, que as *leis de movimento* econômicas nascidas na Inglaterra rural foram decisivas para transformar as antigas regras do comércio e criar um tipo novo de sistema mercantil.

Isto é, tal sistema dependia não apenas do comércio exterior, do tipo de comércio transportador – *trade* – descrito por Polanyi ([1944], 2000), mas de um **mercado interno** altamente desenvolvido, com uma população crescente que já não se dedicava à produção de bens do cotidiano – como alimentos e têxteis – para consumo próprio e seus familiares.

É dentro desse contexto que Wood destacou o papel de Londres no processo de crescimento e padrão demográfico inglês. Segundo ela, a expansão populacional inglesa não se distribuiu uniformemente pelas suas respectivas cidades, e sim, ela tendeu a se concentrar em Londres e em seu entorno. Em 1530 a capital da Inglaterra tinha aproximadamente 60 mil habitantes, já em 1700 estava em 575 mil, de acordo com a estimativa da autora. Além de se tornar a maior cidade da Europa, a concentração populacional em Londres teve como consequência, crescimento menor e um padrão de cidades pequenas distribuídas pelo resto do país.

Desse modo, é que se entende a unificação do mercado nacional, tendo Londres como o eixo principal do comércio inglês. Ela se tornou, a um tempo, um grande ponto de trânsito do comércio nacional e internacional e uma vasta consumidora dos produtos ingleses, notadamente sua produção agrícola. Em outros termos, Londres era em si um mercado maciço de bens primários e centro desse mercado interno crescente, integrado e competitivo, que simbolizou, nas palavras de Wood, o *capitalismo emergente da Inglaterra*, cujas *leis de movimento* se assentavam na agricultura produtiva e na população desapropriada.

Desse mercado interno, emergiu o sistema bancário inglês, bem distinto dos outros centros europeus. Isto é, tal sistema não estava vinculado ao financiamento do comércio exterior e todas as atividades econômicas que alimentavam esse

comércio, cuja produção se restringia a bens suntuários e mercados restritos. O fato é que a Inglaterra nunca foi capaz de se inserir nesses mercados.

Seu sistema bancário se desenvolveu *pari passo* ao mercado interno e a expansão da produção nacional. Ou seja, um sistema voltado para facilitar uma rede de distribuição de Londres para o resto do país, através de agentes que funcionavam recebendo comissões e créditos.

No século XVII e, principalmente, no século XVIII, a dinâmica do mercado interno inglês e seus imperativos capitalistas se expandiu para o comércio mundial. Segundo Wood, essa nova dinâmica produziu também uma forma distinta de colonialismo ou, em seus termos, *imperialismo colonial*. Isso se deu, pois os ingleses criaram uma vocação imperialista de novo tipo; não apenas a antiga avidez pré-capitalista de terras e pilhagens, mas uma expansão, para o exterior, dos mesmos imperativos capitalistas que estavam impulsionando o mercado interno: os *imperativos da produção competitiva e do aumento do consumo*.

As evidências estão na forma como os ingleses expropriaram os camponeses irlandeses, como foi a combinação de expansão colonialista no Novo Mundo, nas formas híbridas de colonização de povoamento e exploração – *plantation* escravista – mas, todas centralizadas por companhias mercantis-financeiras concentradas em Londres, cujo capital acumulado advinha do *capitalismo agrário* interno.

Assim, Wood afirmou que o *imperialismo* britânico só foi possível graças as transformações nas relações de propriedade agrária no interior da Inglaterra, que gerou todos os impulsos necessários para criação do mercado interno, do sistema bancário, do poder militar e da expansão colonial. Por isso, quando a Inglaterra iniciou seu processo de industrialização no final do século XVIII e início do século XIX, a tendência historiográfica, segundo a autora, foi sempre associar essa *Revolução Industrial* ao comércio e ao seu poder imperialista.

Mas, na verdade, segundo ela, a industrialização só foi possível também, graças ao *capitalismo agrário*. Desse modo, Wood expôs uma série de argumentos (pg's., 109/110):

- *Sem um setor agrícola produtivo, capaz de sustentar uma grande força de trabalho não-agrícola, seria improvável a emergência do capitalismo industrial.*
- *Sem o capitalismo agrário inglês, não haveria massas de despossuídos, obrigados a vender sua força de trabalho por um salário.*

- *Sem essa força de trabalho não-agrária de despossuídos, não haveria um mercado de consumo de massa para os bens cotidianos baratos – alimentos e têxteis – que impulsionaram sua revolução industrial.*
- *Sem a riqueza criada pelo capitalismo agrário, ao lado das motivações inteiramente novas de expansão colonial – motivações diferentes das antigas daquelas impulsionadas por Espanha, Portugal e França – o imperialismo britânico teria sido algo muito diferente do motor do capitalismo industrial em que veio se transformar.*
- *Por fim, [e o mais polêmico na argumentação da autora], sem o capitalismo inglês, provavelmente não haveria nenhum tipo de sistema capitalista. Ou seja, foram as pressões competitivas provenientes da Inglaterra, especialmente no contexto de sua industrialização, que compeliram outros países, a promoverem seu desenvolvimento econômico em direções capitalistas.*

Portanto, enfatizou Wood, o *capitalismo agrário* possibilitou o *capitalismo industrial*.

Capítulo 5: A origem do capitalismo como um sistema de governança

Bruce R. Scott (1933-2020) teve uma carreira acadêmica, na Harvard Business School, voltada para os estudos de estratégias comparadas de desenvolvimento econômico das nações, cujo método multidisciplinar de análise partia da interação entre políticas públicas e comportamento empresarial. Tais estudos serviram de base para disciplinas e programas de pesquisa, nas quais relacionavam negócios, governos e economia internacional, tendo como parâmetros os ambientes econômico, político, social e legal, de modo a influenciar as operações das empresas.

A partir da experiência nesses estudos, ele elaborou o conceito de *estratégias econômicas nacionais*, cuja definição era entender a forma que um governo, direta ou indiretamente, influencia a mobilização e alocação de recursos de uma sociedade para aumentar suas perspectivas de crescimento e desenvolvimento, paralelamente à experiência das empresas com suas estratégias (SCOTT, 2011; pg., xii).

Contudo, à medida que avançava em suas pesquisas, surgiu a necessidade de se buscar entender àquelas estratégias, para além dos fundamentos econômicos neoclássico; e, portanto, foi-se consubstanciando a sua teoria do capitalismo como um sistema de governança, cuja definição discutiu-se em estudo anterior (PAULA, 2020a; pp., 104-131). O autor contou em *Prefácio* (2011; pp., xii-xviii), os caminhos percorridos para se chegar à teoria.

Ele ressaltou que sua formação acadêmica, baseada na noção de estratégia para a mobilização e aplicação de recursos para geração de riqueza, e de estrutura organizacional para seu controle e utilização, como conceitos operacionais para a compreensão do desenvolvimento das empresas, não tinha uma ideia clara de governança. Era um modelo ancorado na perspectiva de um *capitalismo gerencial* cujas raízes estavam nos clássicos livros de Alfred Chandler Jr., *Strategy and Structure* (1962) e *The Visible Hand* (1977), em que a ênfase teórico-metodológica estava na estrutura organizacional das empresas, seu planejamento estratégico e evolução histórica das grandes empresas norte-americanas.

Assim, ele apontou três problemas teóricos, os quais limitavam suas análises de estratégias desenvolvimento econômico e sua aplicação aos casos nacionais.

A primeira encontrava-se nos próprios fundamentos da teoria econômica neoclássica, crítica discutida no já referido estudo (PAULA, 2020a). Isto é, a ênfase na coordenação econômica por meio do mecanismo impessoal de preços, sem a mão

visível da governança política, não era uma estrutura adequada para entender o desenvolvimento econômico dos países. Por isso, a aproximação com a obra de Douglass North.

A segunda dizia respeito a observação empírica, feita no contexto de viagem à China no ano de 1994 e o desempenho da economia chinesa naquele período. Como relatou o autor, embora os chineses tivessem aberto seus mercados de forma significativa [reformas econômicas implementadas por Deng Xiaoping, a partir de 1979], seu notável progresso de crescimento não se baseou em mercados livres ao estilo americano.

Ou seja, Scott constatou que havia sinais inequívocos de gestão de cima para baixo por pessoas que tinham “a energia, as habilidades e o poder de mudar o curso dos eventos”, cujas “mãos visíveis” foram de fundamental importância para a implementação daquela estratégia de desenvolvimento econômico. Ele concluiu que o “milagre chinês” impulsionado pela abertura dos mercados, tal como fundamentado no paradigma neoclássico, *era na melhor das hipóteses uma meia verdade*.

O fato é que a experiência ao visitar a China, levou Scott cada vez mais a mergulhar na transdisciplinaridade; dado que a experiência ocidental não se encaixava fora do continente europeu e da América do Norte. Nesse momento, o autor comentou do contato com a trilogia de Fernand Braudel *Civilização material, economia e capitalismo*, discutidos, aqui, nesse estudo, no **Capítulo 2, seção 2.2**.

Na leitura do volume terceiro, Scott chegou à conclusão de que Braudel, ao discutir as disparidades de rendas entre a Europa e demais grandes civilizações, notadamente asiáticas, após o século XVI, não foi capaz de perguntar “se o que ele estava procurando poderia estar escondido bem na sua frente, no título de seu livro, ou seja, na criação europeia e adoção de um conceito inicial de capitalismo como um sistema de governança para muitos, mas não necessariamente para todas as suas respectivas economias”.

A explicação de Scott para tal não visualização por parte de Braudel, é que àquele autor estava centrado na procura de uma força natural ou forças que explicariam o progresso relativo da Europa; o que, por sua vez, o impossibilitou de construir uma definição clara de capitalismo, cujo resultado foi o fracasso na busca pelo respectivo ingrediente.

Foi assim que Scott tomou como desafio, tentar explicar a ascensão da economia europeia entre os séculos XV e início do XIX. Essa explicação deveria passar, por conseguinte, pelo entendimento do capitalismo por meio do conceito de governança. O problema é que, em meados da década de 1990, não havia uma literatura, segundo ele, que pudesse ajudá-lo a construir suas hipóteses.

Scott, tal como ele mesmo afirmou, tinha como premissa, de que a ascensão de estados nacionais, tais como Inglaterra, Portugal, Espanha, Holanda e França, poderia ser explicada em termos de estratégias intencionais de crescimento econômico, tendo como exemplos as políticas mercantilistas. Contudo, como explicar que tais políticas produziram resultados tão díspares entre àquelas nações, no que toca à prosperidade/desigualdade econômica, ao longo do tempo?

Tomando como ponto de partida a *teoria dos sistemas*, o autor pensou em um processo interativo muito mais complexo de mobilização e alocação de recursos que teria sido necessário para dar origem à prosperidade daquelas sociedades nacionais; bem como, a disparidade entre a Europa e demais civilizações em perspectiva histórica.

Segundo ele, a teoria dos sistemas o havia ensinado duas premissas: a de reconhecer que todas as coisas vivas podem ser reconhecidas como partes de um ou mais sistemas; e que era de fundamental importância ter claro a quais sistemas eles poderiam pertencer e analisar suas atividades à luz de tais sistemas.

A partir de então, Scott passou a compor sua teoria. Em primeiro lugar, buscou estabelecer um programa de estudos sobre a *competição entre atores*, dentro de um escopo de governança; por isso, a aproximação com a analogia dos esportes organizados (ver: SCOTT, 2009; PAULA, 2020a).

O objetivo era entender que o capitalismo tem muitas equipes (empresas) concorrentes, de tamanhos muito diferentes, mas ainda assim a competição é baseada em um conjunto de regras que se aplicam a todos e que são formalmente monitoradas para cumprimento, com decisões regulatórias que são apoiadas por força coercitiva, se necessário.

O autor aplicou tal escopo de análise à experiência europeia a partir do século XV. Ou seja, como se deu a ascensão do continente europeu *vis a vis* à demais civilizações, de forma que sua economia se ancorava em diversas estratégias de desenvolvimento mercantilistas, com resultados distintos; fruto da mão visível do

Estado em interação com as instituições (econômicas, políticas, sociais e culturais), nas quais era possível identificar as respectivas estratégias, sucessos e fracassos.

Desse modo, o conceito de *competição dos atores* só poderia ser aplicado ao estudo sistêmico do capitalismo, se vinculados aos sistemas jurídicos, por meio dos quais as próprias sociedades eram formalmente organizadas. Isto posto, para o autor, tal estrutura analítica serve para o entendimento de como e por que algumas sociedades podem superar outras.

Nesse sentido, ele passou a distinguir dois conceitos que foram mal-entendidos, especialmente, entre os economistas, ao analisar a economia capitalista: *coordenação e governança*.

Como já observado, os economistas se restringem a análise do capitalismo, como *coordenador* da economia, via mecanismos de preços. Acontece que, para Scott, *coordenação* não é equivalente à *governança*. Isto é, a *coordenação* ocorre dentro de um contexto definido por um conjunto de leis e instituições, onde a *mão invisível* pode funcionar de forma bastante impessoal e eficiente. E como ele afirmou em sua crítica à tradição neoclássica, a *mão invisível* não tem o poder de mudar essas leis e instituições; ou seja, não tem o poder de governar.

Esse trabalho é deixado para uma *autoridade política*, na qual, como já discutido (PAULA, 2020a), funciona como a *mão visível* do capitalismo. Isto é, os poderes e habilidades do governo são distintos daqueles de um mecanismo de coordenação; dado que, por exemplo, pode optar por tributar a gasolina, seja para aumentar as receitas ou para promover a conservação, enquanto a *mão invisível* não tem o mesmo poder. Por outro lado, salienta o autor, a *mão invisível*, pode restabelecer o equilíbrio entre oferta e demanda sem a ajuda do governo e, na verdade, independentemente do nível de tal imposto (SCOTT, 2011; pg., 12).

Dessa forma, seu argumento é que o desenvolvimento econômico ao longo do tempo dependeu em parte da capacidade de uma sociedade de reformular suas leis e instituições quando as circunstâncias exigiam, tal como exposto por Douglass North. Isso implica que a autoridade política deve ter o poder de dar a última palavra no estabelecimento das instituições dos sistemas econômico e político, incluindo o poder de modificar os preços de mercado de acordo com as leis e regulamentos.

Scott elaborou a seguinte hipótese: *todos os sistemas sociais podem ser vistos como abertos, e todos podem ter estratégias emergentes e processos de governança*

para promover seus interesses. No entanto, essas estratégias e processos exigem a mão visível da *agência humana*; isto é, exigem poderes de governança para modificar suas políticas e instituições para melhorar o desempenho em vez de apenas ajustar a oferta e a demanda para alcançar um novo equilíbrio.

Mas, o autor precisa incluir mais uma variável nessa equação, qual seja: como esses sistemas sociais evoluem? Segundo ele, evolução não se dá como no estudo da biologia no sentido de permitir que o ambiente determina as variedades naturalmente selecionadas. Assim, no que toca aos sistemas sociais, as “variedades”, na verdade, são geradas internamente pelas mãos visíveis de líderes políticos, que, por sua vez, são selecionadas e apoiadas por recursos mobilizados por essas mãos visíveis.

Para dar suporte ao argumento, Scott se aproximou de uma literatura nova, que surgiu no final da década de 1990 e início da primeira década do século XXI, denominada de *Variedades de capitalismo*, cujo trabalho seminal foi organizado e publicado em 2001, por Peter Hall e David Soskice (*Varieties of capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*).

Com efeito, a interação com esses estudos mostrou ao autor que sua teoria só poderia ser completada, se sociologia, ciência política, direito e história fossem conectados à economia; mas para além de suas ferramentas analíticas tradicionais.

Em estudo anterior (PAULA, 2020a; pp., 104-131), discutiu-se a definição de *capitalismo* como um **sistema de governança**, tomando como referência, notadamente, o estudo *The concept of capitalism*, que Scott publicou em 2009. Nesse ele definiu *capitalismo* como um *sistema de governança indireto em três níveis* para fins de relacionamentos econômicos (SCOTT, 2009; pg., 02).

Na próxima seção, faz-se um breve resumo de como àquele autor definiu o *capitalismo como um sistema de governança*, para em seguida, analisar sua interpretação da origem do capitalismo.

5.1 – Capitalismo como sistema de governança indireto em três níveis: síntese

O objetivo de Bruce R. Scott era entender o capitalismo de modo a transcender os limites da análise econômica convencional (de tradição clássica/neoclássica), indo além meramente dos mercados da economia pura, tomando como base a crítica à Friedman; para incluir as instituições e suas interações sociopolíticas. Posto isso, o autor se aproximou da *teoria neoinstitucionalista* de Douglass North.

Contudo, Scott concluiu que a análise de North sobre o papel das instituições para se entender o desenvolvimento do capitalismo, também era limitada, pois não conseguiu explicar como ocorreu a evolução das instituições em direção ao capitalismo, em que questionou se foi por meio de um processo espontâneo ou guiado por uma *agência humana*.

Claro que Scott reconheceu o avanço da análise de North, ao inserir um segundo nível, as *instituições*, para a compreensão do capitalismo e seu desenvolvimento; já que a teoria econômica, apenas o entendia circunscrita à organização da atividade econômica, por meio da empresa privada; o que para àquele autor, compreendia somente o primeiro nível, tornando o conceito de capitalismo incompleto.

Foi dentro desse contexto que Scott construiu a hipótese de definição do *capitalismo como um sistema de governança indireto em três níveis*, no qual esse terceiro nível vincula-se a *autoridade política*, consubstanciada no conceito de *Agência humana*, como forma de expandir a análise neoinstitucionalista.

Em resumo, o corolário da tese de Scott, é que a mão visível de agentes humanos no governo está necessariamente envolvida no estabelecimento e manutenção das estruturas que por sua vez moldam os mercados. O capitalismo, segundo o autor, não pode emergir nem desenvolver sem essa intervenção humana constante (SCOTT, 2009; pg., 21).

Dentro desse contexto, o autor afirmou que só se entende o capitalismo, se e somente se, partir da compreensão que esse é um sistema de governança indireto em três níveis, nos quais são caracterizados pelos *mercados econômicos*, *instituições* e *autoridade política*. São esses níveis, que de fato, sustentam sistemicamente o capitalismo.

O autor explica o porquê da natureza indireta da governança. Isto é, porque os atores econômicos são governados por leis e regras que estabelecem condições para um comportamento aceitável; essas regras são criadas por uma autoridade política e fiscalizadas pelas instituições. Contudo, *a autoridade política é incapaz de controlar totalmente o sistema.*

Scott chamou a atenção de que as principais instituições econômicas e definidoras do capitalismo estão nos mercados de fatores (terra, trabalho e capital) e não em seus mercados de produtos (mercadorias tradicionais negociáveis), convergindo com os argumentos de Polanyi (ver **Capítulo 2, seção 2.1** desse estudo).

Os mercados de fatores, por serem negociados livremente, são passíveis de regulação, por parte da autoridade política, pois garante sua liberdade e mobilidade. Contudo, o autor advertiu: não são totalmente controlados por aquela autoridade; portanto, a condição de governança indireta.

A partir dessa constatação, Scott, para tentar explicar o funcionamento do sistema de governança indireto do capitalismo, fez uma analogia com os esportes organizados de alto rendimento.

Isto é, segundo ele, esportes organizados, tais como a NFL (liga de futebol americano), NBA (liga de basquete), Premiere League (liga de futebol na Inglaterra) e todas outras modalidades de esportes coletivos de alto rendimento, são exemplos de governança indireta (SCOTT, 2009; pp., 30-35).

Esses esportes se estruturam da seguinte forma: os organizadores, os árbitros e as equipes. Os primeiros definem o campo, as regras gerais e a dinâmica do jogo. Os atores, que são as equipes, se organizam a partir daquelas regras. Contudo, quando o “jogo é jogado”, as estratégias e o modo de se conduzirem em campo é controlado pelos jogadores. As equipes se organizam de forma vertical, administradores, comissão técnica e os jogadores, dentro de uma hierarquia de governança direta. Contudo, quando são postas em campo, estão sujeitas ao modo de regulação indireta de governança, representada pelo campo de jogo.

Com efeito, em todos aqueles esportes, a organização pode ser entendida como um sistema de três níveis (SCOTT, 2009; pp., 35-38). O primeiro nível é o próprio jogo, no qual os atletas competem entre si. Essa competição é geralmente o foco da atenção do público, observando para ver quem ganha ou perde, bem como a forma como o jogo é jogado.

O segundo nível, isto é, as condições de contorno para tal competição, são criadas e mantidas pelos funcionários administrativos e reguladores. Numa palavra, são as entidades que representam a arbitragem do referido esporte.

Por fim, no terceiro nível, é onde se encontra os fundamentos institucionais que governam a organização esportiva; ou seja, a *autoridade política*. Essa, por sua vez, decide sobre as regras, quem é elegível à competição, a hora e o local dos jogos e as tecnologias que podem ser utilizadas. Nos esportes profissionais, a autoridade política também pode ter o poder para definir os termos e condições da distribuição de certas receitas entre as equipes participantes, um poder que pode ser exercido para limitar as disparidades dos rendimentos por equipe, reduzindo assim o poder relativo de um ou poucas equipes para dominar o esporte ano após ano.

Em resumo, a *autoridade política* compreende o *nível superior* do sistema; a *entidade reguladora* estabelecida por essa autoridade política compreende o *meio*; e a competição propriamente dita entre as *equipes*, devidamente regulada compreende o *nível inferior*.

Segundo Scott, o capitalismo opera da mesma forma. No primeiro nível, as empresas competem para garantir seu capital e trabalho, de forma a servir melhor seus clientes. Nessa competição, como no esporte, as empresas individuais mobilizam e aplicam energia para atingir seus objetivos, seguindo estratégias distintas.

No segundo nível, os fundamentos institucionais básicos, incluindo a infraestrutura física e social, bem como indivíduos e organizações aptos a operá-los, definem os termos para o comportamento dos atores do primeiro nível. A infraestrutura física inclui, entre outras coisas, transporte comunicações; enquanto a infraestrutura social inclui os sistemas educacionais, de saúde pública e jurídicos.

Aqueles que operam esses fundamentos institucionais e a aplicação de suas regras são tipicamente agentes do Estado, incluindo reguladores especializados que supervisionam o comportamento específicos dos setores econômicos; tais como comida, drogas, transporte, bem como aqueles que protegem os recursos da sociedade, como o ambiente físico ou segurança no local de trabalho.

No terceiro nível, a autoridade política compreende as funções especializadas, de executivo, legislativo e judiciário, nas quais supervisionam e moldam ativamente as operações dos dois primeiros níveis. Um conjunto de

instituições políticas conecta a autoridade política aos mercados políticos (por exemplo, eleições, que podem ser mais ou menos democráticas) e à sociedade civil, à qual essa autoridade é responsável.

Como já foi mencionado, a contribuição distintiva da teoria do capitalismo de Bruce Scott, é o papel da autoridade política, como o nível superior de governança do sistema capitalista. Para ele, a autoridade política é a agência humana visível que molda as realidades do sistema capitalista.

Segundo Scott, a mão invisível só pode alinhar prioridades individuais e sociais se as fundações do capitalismo moldarem esses mercados para que os custos e benefícios reflitam tanto para os indivíduos como para a sociedade. Ou seja, o mecanismo de preços não chega perto de alcançar um papel de coordenação ideal, uma vez ausente o trabalho efetivo da mão visível do governo, notadamente por meio de processos legislativos, como um parlamento. Numa palavra, a mão visível do governo tem por objetivo impedir a coerção dentro dos mercados econômicos. Essa, na realidade é a regra, e não a exceção.

Por outro lado, a própria autoridade política emprega coerção para criar as liberdades de um sistema capitalista. A chamada liberdade dos atores econômicos é quase sempre condicionada, não tanto pelas ações voluntárias de um parceiro comercial, mas conforme as regras e os regulamentos estabelecidos pelo Estado.

Para Scott, o sucesso do capitalismo depende não apenas do Estado que concede poder a atores privados a entrar, competir e sair dos mercados, mas também mediante a restrição daqueles para que não abusem desse poder.

Em resumo, Scott afirmou que no sistema capitalista, a participação de atores econômicos privados depende de seu acordo em seguir as regras estabelecidas e aplicadas pelo Estado. A liberdade capitalista é, portanto, condicional e a autoridade política molda as condições para garantir um jogo justo entre competidores com poderes muito diferentes.

Assim, no contexto da realidade do sistema capitalista, enquanto a livre concorrência é essencial para os mercados econômicos, e como tal, a característica distintiva do capitalismo; ela representa apenas parte do sistema e não a totalidade. Isso quer dizer que, o capitalismo se apoia no conceito de competição para coordenar as ações e os preços tomados pelos atores humanos. Mas também se

baseia em uma noção de regulação para limitar ou restringir o comportamento e práticas nas quais podem se envolver.

Por isso, a autoridade política exerce dois papéis distintos, de acordo com Scott: de um lado, administrativo, responsável pela manutenção do sistema por meio das regras e sua aplicação; de outro, o empreendedor, capacitado para mobilizar o poder para obter os votos necessários na legislatura, a fim de conduzir o sistema, seja para mudar suas regulamentações e/ou impactar na distribuição dos rendimentos.

Com efeito, o sucesso contínuo do sistema capitalista depende da modernização periódica dos marcos legais e regulatórios, conforme indicado pelas mudanças nas condições de mercado e nas prioridades da sociedade. O governo deve, portanto, desempenhar os dois papéis distintos, como administrador e empreendedor.

No curto prazo, em perspectiva quase-estática, o governo e seus agentes administram as instituições existentes, tanto físicas quanto sociais. Em uma perspectiva de longo prazo, o governo deve ter capacidade para modernizar essas instituições, conforme as condições indicarem. Essa segunda função exige que o prospecto e o reconhecimento das necessidades e das habilidades empresariais para mobilizar poder suficiente para efetuar as mudanças necessárias por meio de uma legislatura. Dada sua complexidade adicional de mudança intencional (em oposição à simples manutenção do *status quo*, na função administrativa), esse segundo papel requer um entendimento mais complexo do capitalismo.

Isto é, o sistema de governança tem que ser construído com base na premissa de que não existe uma solução ou conjunto fixo de relacionamentos que seja melhor para todos os tempos e circunstâncias. Deve ser capaz de gerenciar suas próprias capacidades e legitimidade de forma que possa ser eficiente no cumprimento de suas responsabilidades no curto prazo, enquanto evolui à medida que as circunstâncias mudam, inclusive quando as prioridades da sociedade mudam, para que possa lidar com eficácia, no longo prazo, num contexto em mudança. Isso significa que o governo deve ser empreendedor, identificando mudanças que precisam ser feitas e mobilizando o poder político para efetuar essas mudanças de maneira legítima e em tempo hábil.

É importante ressaltar, conforme o autor, que o capitalismo também é um sistema de governança para bens públicos, para o meio ambiente, para um sistema de defesa, para a lei e para a própria democracia. Coletivamente, esses recursos tangíveis e intangíveis podem ser entendidos como propriedade comum da sociedade.

Não obstante para Scott a regulamentação excessiva sufoque muitas economias por longos períodos, a regulamentação inadequada também é uma ameaça à tomada eficaz de decisões descentralizada visando o bem comum. O abuso dos bens públicos e, especialmente, dos recursos naturais é uma tentação sempre presente que vem com a liberdade econômica. O uso efetivo de um bem comum, bem como sua proteção efetiva contra abusos, depende da manutenção de um sistema eficiente de governança econômica que só pode ser liderado por uma autoridade política legítima.

Contudo, há um problema no modelo de Scott que precisa ser resolvido; qual seja: política e economia são interdependentes no sistema capitalista. Isto é, os mercados políticos influenciam os mercados econômicos, que por sua vez, influenciam as decisões políticas.

Isto posto, os resultados dos mercados políticos determinam diretamente as leis que governam os mercados econômicos e, assim, afetam indiretamente seus resultados. Especificamente, as legislaturas são responsáveis pelo desenho das estruturas legais dos mercados, enquanto as autoridades reguladoras especificam e interpretam os regulamentos para implementar essas leis, com esses conjuntos de políticas e atores legitimados pelo governo.

Não obstante a governança estratégica das estruturas de mercado possam ser modificadas através dos poderes executivo e judiciário, é o poder legislativo o dispositivo vital de coordenação em uma sociedade capitalista. Ele reúne diferentes atores políticos, geralmente organizados em partidos, para criar compromissos que, em teoria, refletem interesses conflitantes e relações de poder a fim de alcançar o bem público.

Esses compromissos, de acordo com Scott, novamente teoricamente, levam em consideração todos os custos e benefícios sociais apropriados e, assim, promovem interesses comuns. Contudo, é importante advertir, e o autor tem ciência disso, que na realidade da sociedade capitalista, os interesses levados em

consideração são os da classe média e, principalmente da elite rica, deixando de lado, de fato, os interesses da grande massa de pobres.

No estudo *Capitalism. Its origins and evolution as a system of governance* (2011), o autor aprofundou a análise dessa relação economia e política, de modo a compreender como emergiu historicamente o capitalismo, a partir das evoluções dos mercados econômicos e das transformações nos direitos de propriedade, tomando como referência a Europa Ocidental; bem como as interdependências e contradições Mercado/Estado/Sociedade, constituíram as bases para a emergência da democracia, em que essa e o capitalismo, constituem as duas principais formas de governança de uma parte considerável das nações no mundo contemporâneo (isto é, do início do século XXI).

5.2 – Capitalismo e democracia: os dois sistemas de governança no mundo contemporâneo

É importante ressaltar que, ao definir o capitalismo como um sistema de governança indireto, em que a *Autoridade Política* se encontra no nível superior; surge a necessidade de se entender os pressupostos em que se ancora o sistema político, que por conseguinte, governa o capitalismo.

Scott parte, então, da estrutura em que se assenta o mundo contemporâneo, especialmente, segundo ele, a partir da década de 1990; para explicar as suas hipóteses de que o sistema econômico e o sistema político no capitalismo, são interdependentes; mas sempre em competição um com o outro.

Assim, o autor afirmou que, a partir do final do século XX e início do século XXI, dois sistemas de governança – *capitalismo* e *democracia* – passaram a prevalecer como principais no mundo contemporâneo, cujas nações e seus respectivos sistemas jurídicos, cultura política e estratégias de desenvolvimento, buscam perseguir.

Por serem sistemas construídos sobre a noção de governança através da concorrência regulamentada como principal mecanismo entre os vários atores, eles operaram simultaneamente dentro da mesma sociedade porque estão inseridos em domínios parcialmente distintos. Todavia, ao mesmo tempo, eles não somente influenciam um ao outro, como também, competem pelo poder do outro (SCOTT, 2009; pp., 01-04).

Mas, como o autor define *democracia*? Ele partiu do conceito elaborado por Robert Dahl (1998; pg., 166), cuja afirmação é que a democracia implica que o poder no sistema político recai sobre os líderes (grandes partidos ou coalisões de partidos) que são responsabilizados por uma sociedade livre por meio de eleições periódicas.

Para Scott, capitalismo e a democracia compartilham uma autoridade política comum no governo, que articula e faz valer os direitos e responsabilidades que sustentam ambos os sistemas. Ao mesmo tempo, esses dois sistemas de governança são principalmente indiretos na medida em que criam instituições e estabelecem regras para um comportamento aceitável sem tentar planejar ou controlar diretamente a maior parte das ações ou atores – sejam econômicos ou políticos – em seus respectivos domínios (SCOTT, 2011; pg's., 13-14).

Com efeito, a governança indireta depende em grande medida de mercados descentralizados para facilitar a participação dos cidadãos na formação de escolhas econômicas e políticas para seus respectivos domínios. No caso do capitalismo, como já foi observado, os mercados econômicos são moldados por instituições econômicas (como preços e lucros) e controles regulatórios sobre o uso de recursos; já as instituições políticas definem as regras de comportamento aceitável para eleições e mercados legislativos no caso da democracia.

O funcionamento desses mercados descentralizados, por sua vez, ressalta ainda outra semelhança entre os dois sistemas: ambos são emergentes em que as sociedades, por meio de seus governos, têm a capacidade de remodelar seus sistemas de solução de problemas de tempos em tempos por meios pacíficos. Esses dois sistemas de governança mantêm centros de poder distintos e perseguem propósitos diferentes.

Isto é, empresas e associações empresariais são os centros de poder econômico no caso do capitalismo. Enquanto governos e partidos políticos são os centros de poder político no caso da democracia. As empresas normalmente têm fins privados e, portanto, constituintes relativamente estreitos. Os governos têm fins públicos e, portanto, constituintes bastante amplos e parcialmente competitivos ou até conflitantes.

Na prática, concluiu Scott, as fronteiras entre esses dois sistemas de governança não são necessariamente claras; atores podem mudar de um sistema para outro e seus respectivos propósitos nem sempre são separáveis. Essas

ambiguidades decorrem do fato de que tanto o capitalismo quanto a democracia exercem o poder dentro de uma única sociedade onde seus poderes estão entrelaçados. Como resultado inevitável, esses dois sistemas são parcialmente competitivos e podem facilmente corromper um ao outro.

Claro está para o autor que tanto o capitalismo como a democracia não emergiram numa mesma época histórica. Na verdade, segundo ele, há um *gap* temporal de surgimento entre ambos os sistemas.

Como o objetivo desse estudo é entender a origem do capitalismo, por meio das diversas interpretações apresentadas, deixa-se em suspenso como Scott analisou o surgimento da democracia moderna e representativa.

5.3 – A origem do capitalismo como um sistema de governança

Fato para Scott. Apesar de sua coexistência em muitas circunstâncias contemporâneas, o capitalismo surgiu como um sistema de governança antes de qualquer democracia moderna. Claro está, para o autor que o comércio de bens e serviços e a governança democrática em pequena escala por meio de tribos existiram antes mesmo de ambos e, podem ser visualizados no sistema grego de cidades-estados (SCOTT, 2011; pg., 14).

Outro fato apontado pelo autor: o capitalismo é condição prévia para o surgimento da democracia. Seu argumento: um sistema econômico descentralizado foi pré-requisito para qualquer sistema político descentralizado em grande escala (Ibidem.).

Contudo, Scott destacou que uma quase exceção a essa regra parece ter surgido com os Estados Unidos, onde, em termos gerais, os dois sistemas surgiram quase simultaneamente. Isto é, os primeiros colonos importaram ideias britânicas de um capitalismo nascente que aceitava a escravidão e, em alguns casos, direitos feudais à terra, bem como ideias britânicas de monarquia limitada, como existiam antes das noções dos direitos divinos da dinastia Stuart durante o século XVII.

Desse modo, enquanto o capitalismo era, portanto, um pré-requisito para a democracia, a monarquia limitada era ao mesmo tempo um pré-requisito para o capitalismo.

As origens relativas desses dois sistemas, conforme Scott, desempenham um papel importante na determinação de como cada sistema molda o outro,

inicialmente e ao longo do tempo. Além disso, eles ajudam a determinar até que ponto os atores de um sistema podem legitimamente regular ou impor condições aos atores do outro.

Contudo, foca-se nesse estudo, como o autor interpreta a origem do capitalismo. Deixa-se de lado, o tema democracia. Para Scott, o surgimento do capitalismo está no estabelecimento de mercados para os fatores de produção como sua característica definidora, os quais exigem decisões políticas em todos os lugares em que ocorreu. Como resultado, o surgimento do capitalismo foi uma conquista de um Estado, e não uma ocorrência natural que poderia ser alcançada apenas pelos mercados. Esse é o corolário do autor. A partir disso, ele explora as circunstâncias do surgimento do capitalismo.

As origens do capitalismo estão na Europa Ocidental, entre os séculos XV e início do XIX, mais precisamente, entre 1400 e 1820. Tal como Polanyi, o pensamento marxiano e marxista, essa origem, para Scott, vincula-se aos mercados de fatores, e não ao comércio. Contudo, enfatiza que a expansão do capitalismo está ligada às decisões políticas.

Dos mercados de fatores apontados, a principal mudança institucional, que foi ponto de partida para os demais, segundo o autor, foi o surgimento da propriedade privada da terra. Ou seja, essa alteração na estrutura de poder político e econômico predominante, permitiu que a terra fosse comprada e vendida como bens e serviços, alterando também a forma de exploração do trabalho, eliminando os poderes extraeconômicos, liberando-o juridicamente e substituindo os direitos feudais por salários.

Com efeito, de acordo com Scott, as estruturas foram adaptadas para permitir que os mercados desempenhassem um papel muito maior na definição de limites e na facilitação da atividade econômica, e os incentivos também foram estabelecidos para que fizesse sentido trabalhar e economizar para garantir o sustento das famílias.

Ao longo do tempo, a crescente mobilidade da terra e do trabalho elevou a importância dos mercados e do comércio, deslocando assim o poder relativo dos proprietários de terra para os capitães do comércio e depois da indústria.

Para Scott, o surgimento do capitalismo foi, portanto, uma transformação política, econômica e social. E cada transformação dependeu de inovações

correspondentes nos processos de governança; isto é: as mudanças sociais exigiam o desenvolvimento de formas de administração mais especializadas e mais competentes, enquanto os mercados emergentes precisavam de regras e regulamentos para funcionar efetivamente, bem como de uma autoridade política legítima para autorizá-los, administrá-los e modernizá-los conforme necessário.

Contudo, o autor se pergunta por que a Europa?

a) Por que a Europa?

Conforme Scott (2011; pp., 145-149), a Europa não partiu de uma posição de renda muito mais alta ou mercados maiores do que a China, a Índia ou o Império Otomano, embora tivesse certas vantagens geográficas; bem como, pudesse ter um reservatório tecnológico maior ao qual recorrer. Não havia grandes diferenças na renda média entre essas civilizações na época, tendo a China e a Índia ainda mercados maiores, bem como algumas tecnologias avançadas.

A principal diferença, para o autor, foi que a Europa tinha geografia favorável, primeiro no sentido de muitas vias navegáveis, bem como fronteiras naturais e, segundo, no sentido de que tinha poucos recursos que se prestavam à exploração por trabalho forçado, como a mineração de metais preciosos ou a produção de açúcar e, portanto, condições menos favoráveis para a criação dos sistemas repressivos que eles próprios estabeleceriam em suas colônias no Novo Mundo.

Na verdade, Scott afirmou que o feudalismo era uma característica comum em todas essas civilizações, já que era uma forma barata de governo onde as relações recíprocas e escambo minimizavam a necessidade de dinheiro. Mas, como a Europa alterou sua trajetória em direção ao capitalismo nos séculos XVI e XVII *vis a vis* as demais civilizações? O autor respondeu a partir das seguintes circunstâncias.

A primeira está relacionada aos eventos da pandemia do século XIV. Ou seja, tal como os estudos do modelo demográfico, ele apontou para o aumento da renda após o flagelo da *Peste Negra*, cujo pico europeu se deu entre 1347 e 1351, tornando possível restabelecer um modo de vida mais complexo e mais interdependente. Toda a Europa teve a sorte de se beneficiar, segundo o autor, da renovação do comércio e do renascimento do aprendizado que veio com a reabertura do comércio no Mediterrâneo e a reanimação das rotas comerciais dos Alpes e do Mar do Norte.

A segunda circunstância, está nas redescobertas de textos antigos e do direito romano durante a *Renascença* (anos de 1300 aos anos de 1500), cuja principal consequência foi o aumento do estoque de capital intelectual europeu. Além disso, afirmou Scott, depois de 1519, a maior parte da Europa se beneficiou de uma abertura para novos aprendizados com a *Reforma protestante* e depois com o *Iluminismo*.

Em resumo, conforme o autor, o legado histórico de um Império Romano, o cristianismo como fé comum e o latim como língua comum para a elite, criaram as bases para uma cultura comum que gradualmente aceitou o aumento da liberdade de investigação e expressão, incluindo a experimentação que se desenvolveria no método científico.

Como consequência, essas circunstâncias contribuíram para o aumento da renda e das populações, criando oportunidades econômicas fora do sistema senhorial, cujo resultado foi seu desmoronamento em favor dos mercados. Scott afirmou que havia muito menos razão para os senhores feudais tentarem obstruir esse processo do que poderia ter havido se as economias europeias estivessem fortemente ligadas a outros tipos de trabalho forçado, como a escravidão; que paradoxalmente, eles implantaram nas colônias, a partir dos séculos XV e XVI.

Com efeito, para o autor, os senhores feudais, detentores de grandes porções de terras, podiam vender algumas de suas terras e o faziam com frequência crescente, dado as oportunidades trazidas com o fornecimento de bens públicos em larga escala, como estradas, aplicação da lei e até universidades, cujo impacto na produtividade acabou por reforçar o efeito multiplicador, de modo a abandonar o antigo regime caracterizado pela autossuficiência e trabalho forçado.

Além das oportunidades econômicas, os europeus tinham outra boa razão “para tentar melhorar sua sorte na vida”, de acordo com Scott: *a sobrevivência política*. Isto é, eles enfrentaram uma ameaça existencial vinda do Leste, com as invasões dos povos das estepes da Ásia Central; e outra do Sudeste, com a invasão otomana.

Mas, também, havia os conflitos internos, que colocaram em xeque a forma de governo descentralizada do feudalismo. Ou seja, segundo o autor, os europeus gastavam muito de sua energia e riqueza fazendo guerras entre si. As alianças eram sempre mutáveis e as entidades políticas que eram muito pequenas ou muito fracas

para serem adequadamente armadas desapareciam a menos que tivessem um ou mais protetores. Em suma, eram guerras extremamente caras, nas quais corroíam cada vez mais a renda, que, por sua vez, já eram muito baixas e que foi acompanhada pelo rápido aumento do endividamento dos grandes senhores e monarcas, elevando os riscos de falências.

O resultado, conforme Scott, foi a *centralização política*. No curto prazo, a competição política e militar entre os estados levou o autor a aparente conclusão de um desperdício; mas, na perspectiva de longo prazo, segundo ele, criou pressões contínuas sobre as sociedades que tentavam permanecer independentes, ganhar escala e, acima de tudo, melhorar seu desempenho. Isso só poderia acontecer com a reunião de territórios feudais, num grande estado nacional.

Dessa forma, Scott concluiu que a formação do Estado Absolutista, foi a consequência não intencional de muitas melhorias incrementais feitas por muitas pessoas tentando melhorar o desempenho de suas respectivas sociedades. Quem ficou para trás pagou um preço. As aquisições hostis acabaram por levar às pressões contínuas por inovação e adaptação. Isso, por sua vez, criou um incentivo para que todos os governos tomassem alguns cuidados para evitar a pilhagem excessiva de seus súditos. O fato de nenhum país ter vencido significava que essas pressões continuaram por séculos.

O resultado foi que dessa constante luta interna emergiu uma série de inovações políticas que se uniram como uma nova forma de governança chamada Estado, dando à Europa uma vantagem crítica no futuro. Ao contrário dos impérios da época, onde um povo ou nação usava seus poderes para tributar e oprimir fisicamente outros para seu próprio benefício, ou os monarcas familiares que podiam explorar seus próprios súditos porque alegavam governar por direito divino, o estado emergente era baseado em uma barganha política onde os governantes prometiam justiça através do estado de direito em troca de lealdade e impostos, convergindo com o argumento weberiano da denominada *aliança memorável* (WEBER, [1919], 2006).

Paradoxalmente, afirmou o autor, ao limitar os poderes dos chefes de Estado, seus regimes ganharam maior legitimidade, o que, por conseguinte, lhes permitiu pedir dinheiro emprestado e recrutar tropas para o que veio a ser causas “nacionais”, em oposição às dinásticas. O aumento do poder de empréstimo,

juntamente com o aumento da lealdade dos cidadãos, criou possibilidades notáveis de projetar poder militar e político para defender a “pátria”, como também fazer aquisições hostis de cidades e estados mais fracos.

As transformações bem-sucedidas dos sistemas feudais exigiram uma mudança gradual, mas fundamental, do poder dos proprietários de terras feudais para as classes comerciais em ascensão e, muito mais tarde, para um eleitorado mais amplo e democrático. Aqueles que ganharam poder econômico através do comércio ganharam também poder político.

Com efeito, o feudalismo foi um sistema caracterizado por uma distribuição muito desigual de terra e poder. Assim, desenvolver uma economia de mercado onde as instituições subjacentes de fato orientassem as decisões descentralizadas na direção do bem comum, teriam que ser moldadas para servir a interesses muito mais amplos do que os do senhor do feudo, como apontou Scott.

Isso quer dizer que a Europa teve que reduzir o poder daqueles que possuíam os castelos se os incentivos institucionais de suas sociedades se afastassem dos interesses de suas poderosas elites proprietárias de terras em detrimento das necessidades das massas menos afortunadas. Obviamente, tal redistribuição de riqueza exigia a mobilização e o desdobramento do poder político por longos períodos, mesmo que apenas para facilitar o crescimento do comércio, criando empregos novos e mais bem remunerados nas cidades e vilas, afastando assim o trabalho dos domínios feudais.

Contudo, alerta Scott: enquanto essa mudança de poder dos senhores feudais foi gradual, o movimento correspondente em direção ao capitalismo foi em velocidade muito maior.

Isto é, a emergência do capitalismo é melhor entendida como um processo que ocorreu no contexto de intensa competição política e militar que colocou pressões agudas sobre as várias entidades políticas europeias, a maioria das quais acabaria por sucumbir a essa pressão e estar sujeita a uma tomada hostil por um vizinho mais forte.

A competição dos estados europeus em formação naquele período e, especialmente, a partir de sua consolidação e redefinição de interesses (monarquias limitadas – caso inglês e Províncias Unidas), no século XVII, através do poder militar, organização de sistemas jurídicos nacionais que estimulassem a eficiência das

instituições econômicas, sua legitimidade e fortalecimento, criou alguns interesses comuns dentro dos respectivos estados. No caso de uma aquisição hostil, as elites domésticas perderiam seus privilégios e talvez suas vidas; contribuir para os esforços de guerra nacional, mesmo que isso significasse renunciar a uma quantidade de poder econômico e, portanto, político, era uma forma de ter uma fatia de um bolo maior.

Contudo, o autor enfatizou que entre a dissolução final do sistema de governança feudal e a consolidação do Estado nacional, nos séculos XVI e XVII, que pôs em marcha o capitalismo, há que se discutir um período *transitório* que ele denominou de *protocapitalismo*.

b) A economia feudal e o protocapitalismo

Scott afirmou que a partir do século XV, o feudalismo europeu foi deslocado por uma forma relativamente simples de capitalismo, ou *protocapitalismo* que surgiu nas cidades-estados, inicialmente na Itália (séculos XIII e XIV) e depois em um cinturão de cidades ao longo do que hoje é a fronteira franco-alemã (séculos XIV e XV).

Como resultado de sua maior independência, essas cidades-estados tiveram mais liberdade para experimentar seus sistemas de governança; e com os respectivos aprimoramentos, algumas, mas nem todas, foram capazes de fornecer uma infraestrutura social e física superior e prosperar. Entretanto, afirmou o autor (pp., 148-153), essa relativa prosperidade das cidades-estados foi temporária. Com exceção de Veneza, elas foram incapazes de alcançar a escala ou o escopo para se proteger de vizinhos poderosos e não tiveram tempo para desenvolver sistemas capitalistas completos.

Foi dentro desse contexto que Scott definiu o *protocapitalismo*⁵⁶. Ou seja, uma forma evolucionária de organização econômica e política que tinha algumas das

⁵⁶ A definição de *protocapitalismo* de Scott é bem distinta da linha de pesquisa que se estabeleceu no Instituto Max Plank de História, na Alemanha, na década de 1970, denominada de *Escola de Gottingen*, na qual, se preocupou em identificar um processo de industrialização em curso no continente europeu antes da industrialização capitalista. Para maiores informações, consultar: KRIEDTE, P.; MEDICK, H & SCHOLUMBOHM, J. *Industrialization before industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. OLGIVIE, S. & CERMAN, M. *European proto-industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

instituições do capitalismo, como contabilidade de partidas dobradas e letras de câmbio, sistemas legais formais com tribunais para julgar disputas, e várias autoridades políticas caracterizadas por uma capacidade limitada de mobilização e até mesmo de projeção de poder, tipicamente baseada em forças mercenárias (pg., 148).

Mas, para Scott, eles não tinham a escala em termos de território e população para ter a riqueza para arcar com a burocracia necessária, obras públicas e poder militar que seriam necessários para proteger seu território à medida que os exércitos aumentavam e, portanto, muito mais caros.

Portanto, o protocapitalismo “scottiano” caracterizava-se por um sistema no qual as autoridades políticas eram fracas demais para serem capazes de estabelecer e manter um monopólio de força coercitiva e fornecer um ambiente genuinamente seguro para transações comerciais. Os agentes econômicos, segundo o autor, precisavam de segurança tanto contra falhas de governo quanto contra falhas de mercado. Com efeito, a maioria dessas cidades-estados protocapitalistas perdeu sua liberdade política, sendo anexadas por outros centros de poder baseados em unidades políticas maiores: os estados recém-formados.

Mas, como entender essas cidades protocapitalistas dentro da economia feudal? Para responder essa questão, Scott partiu das características essenciais do feudalismo europeu para entender como ele foi deslocado.

Em síntese, segundo Scott, nos anos de 1200, época que se pode denominar de auge do feudalismo europeu, os principais fatores de produção eram a terra e o trabalho. A agricultura era a principal fonte de emprego e renda e a terra era a principal fonte de riqueza ou capital.

O controle da terra (mas não necessariamente a propriedade) era adquirido em troca de obrigações feudais para com um senhor. Como resultado, a terra era tipicamente de propriedade de uma parte, o senhor, controlada por um segundo, o vassalo, e trabalhada por um terceiro, o arrendatário ou servo. Aqueles que trabalhavam a terra e mesmo aqueles que a controlavam tinham pouco incentivo para melhorá-la. Ao mesmo tempo, nem a terra nem grande parte da mão de obra podiam ser redistribuídas prontamente através dos mercados.

Grande parte da produção era para consumo na própria unidade produtiva, e as instituições predominantes estavam fortemente comprometidas em manter a

distribuição de poder inserida no *status quo*. Desse modo, o comércio existia como uma atividade subsidiária, embora lucrativa, no sistema social feudal.

Scott afirmou que os dois sistemas econômicos coexistiam. De um lado, o rural dominante; de outro, o comercial situado em grande parte nas cidades e vilas, tendo cada um seu próprio sistema de governança. Para o protocapitalismo emergir, as cidades e vilas tiveram que alcançar uma medida considerável de auto governança em relação as autoridades feudais predominantes. Um renascimento do comércio aumentaria as rendas urbanas e daria às cidades maior alavancagem financeira em relação ao setor rural, mas muitas mudanças eram necessárias para que esse renascimento ocorresse.

O fato é que os mercados de fatores, naquele período, estavam imobilizados por obrigações feudais, e os mercados de produtos eram altamente limitados pelos custos de transporte, pedágios e banditismo. Exceto pelos produtos de luxo ou ao longo das vias navegáveis, a maioria dos bens era produzida e consumida em um raio de comércio de talvez 10 milhas, conforme o autor.

Os mercados não eram guiados nem por planos centrais nem mesmo por preços, mas por relações sociais bem estabelecidas. Os preços eram baseados em normas tradicionais de justiça, não de oferta e demanda. As principais “corporações” da época eram guildas, e esperava-se que elas armazenassem suprimentos para evitar escassez e restringir a oferta se os preços ameaçassem cair abaixo dos valores justos.

Traçando um paralelo com a empresa moderna, Scott afirmou que o feudo era o principal produtor “verticalmente integrado” da época, mas em grande parte para seu próprio uso. Enviava um modesto excedente ao mercado para pagar os insumos necessários não produzidos internamente. Nesse contexto, não havia muitas oportunidades de empregar capital adicional para lançar novos produtos ou obter maiores economias de escala.

Todavia, para que o comércio pudesse expandir sua participação na atividade econômica, as empresas precisavam ser livres para experimentar coisas novas e, ao mesmo tempo, protegidas de predadores, tanto individualmente quanto em termos de propriedade. Scott estimou que, na Europa feudal, o poder era distribuído por cerca de 300 a 500 entidades políticas locais, cada uma fornecendo graus variados de “proteção” dentro de seu domínio.

Acontece que, na maioria desses governos feudais locais, eles mais atacavam do que protegiam os mercados. A principal obstrução à respectiva expansão mercantil estava na construção de postos de pedágio ao longo de estradas e hidrovias, o que encarecia muito os custos de transporte. As vilas e cidades, por outro lado, forneciam alguma proteção aos aspirantes a capitalistas, assim como as guildas, não obstante circunscrito a um raio muito pequeno.

Contudo, Scott argumentou que com a expansão comercial, a partir do ano 1000, como consequência do movimento inicial das *Cruzadas*, foi possível identificar aumentos de rendas no interior da sociedade feudal europeia. Esse “renascimento” comercial beneficiou as cidades italianas. Com acesso direto ao mar, Gênova e Veneza foram os primeiros líderes em transporte de mercadorias, disputando a liderança no comércio marítimo. Já Florença foi uma das primeiras líderes em manufaturas.

De acordo com Scott, essas três cidades foram pioneiras em mudanças institucionais, principalmente, no campo jurídico, ao garantirem liberdade econômica aos empresários ao mesmo tempo em que investiam em infraestrutura e instituições econômicas que permitissem a expansão dos mercados. Numa palavra, para o autor, esse foi o caminho para o protocapitalismo.

Ao comparar a rede de cidades europeias com as principais redes de cidades no mundo naquela época, Scott concluiu que em termos de prosperidade econômica, como indicado pelo crescimento populacional, as cidades protocapitalistas italianas estavam longe de serem líderes mundiais. De fato, as maiores cidades do mundo estavam principalmente na Ásia. Constantinopla, às portas da Europa, era muito maior do que qualquer cidade europeia até 1700; o Império Otomano tinha mais cidades grandes do que a Europa no século XII e ainda estava no mesmo nível no início do século XVI, como bem atestou Braudel (1997/1998; volume 3, pp., 75-121).

Como explicar esse quebra-cabeça, questiona Scott. Segundo ele, embora as cidades proporcionassem importantes economias de escala, a maioria das principais cidades em países não europeus, tomando como base os períodos da Idade Média e Idade Moderna europeia, eram capitais políticas e, portanto, derivavam grande parte de sua renda de impostos e não da produção de riqueza, como na maioria das principais cidades comerciais. O autor argumentou que esse contraste sugere que as

capitais políticas não eram motores comparáveis de crescimento econômico, mas sim, em medida significativa, consumidoras de riqueza.

Desse modo, segue o autor, a diferença específica das cidades-estados italianas *vis a vis* às grandes cidades das civilizações não europeias, portanto, estava baseada não apenas no acúmulo de economias de escala, mas também em uma série de mudanças sociais importantes que encorajaram o crescimento econômico.

À medida que o comércio e as manufaturas floresciam, a agricultura, embora ainda fosse de longe a atividade dominante, declinava em importância relativa. Os custos do transporte oceânico diminuíram graças a melhores navios, melhores sistemas de navegação, uso de comboios armados para proteger navios de carga e melhores relações com várias cidades importantes do Mediterrâneo Oriental, incluindo a conquista veneziana de Constantinopla.

Além disso, as rotas comerciais terrestres para a Ásia permitiram que os luxos asiáticos chegassem à Europa. Com os custos do transporte oceânico reduzidos e novas fontes importantes de abastecimento, havia maiores oportunidades de ganhos com especialização e comércio. Com o aumento da renda, as obrigações feudais foram gradualmente abandonadas em favor das transações em dinheiro.

Como resultado, as obrigações feudais foram eliminadas e a terra pôde ser comprada e vendida, e tanto a terra quanto o trabalho foram gradualmente liberados para buscar melhores empregos. Esses novos “mercados de fatores” permitiram uma realocação de terra e trabalho, bem como um maior papel do interesse próprio no desenvolvimento da terra, contribuindo para novos aumentos de renda. A dispersão dos mercados permitiu uma maior mobilização de capital; grandes propriedades foram desmembradas e grande parte da terra comum foi privatizada.

A privatização da terra encorajou a limpeza de áreas adicionais, bem como aumentou os investimentos naquela terra agora de propriedade privada, ou seja, aumentou a mobilização de capital anteriormente subutilizado. A privatização também transformou os ex-arrendatários em um proletariado sem-terra, permitindo que os novos proprietários de terras, como os novos capitalistas, colhessem a maior parte dos maiores retornos. E não demorou muito para que

novos instrumentos financeiros, incluindo a dívida soberana, também ajudassem na mobilização de capital, embora muitas vezes para fins militares.

A partir dessa argumentação de Scott, pode-se entender a formação de um bloco de conhecimento, que vai do modelo *mercantil clássico*, visto no **Capítulo 1** desse estudo, passando por suas derivações, especialmente, Polanyi, Braudel, North e os historiadores demográficos.

É importante ressaltar que, a respeito da privatização da terra, o autor se coloca mais próximo de Braudel do que de Polanyi. O primeiro descreveu no livro segundo de sua trilogia, como o capital penetrou no campo, para além da experiência inglesa e muito antes daquela. Esse mercado de terras foi se consubstanciando de várias formas e em diversas regiões da Europa Ocidental (BRAUDEL, 1997/1998; volume 2, pp., 217-258).

Embora, tal como Braudel, Scott não desenvolveu uma análise completa desse processo de privatização da terra, nos termos da longa duração; mas, compreendeu que o mercado de terras estava se desenvolvendo em toda a Europa Ocidental e não foi somente na Inglaterra. Claro está que, a experiência inglesa culminou num verdadeiro mercado nacional capitalista no século XVIII, que foi responsável pela *Revolução industrial*; enquanto nos outros países, esse mercado ficou preso às contradições internas dos respectivos processos de desenvolvimento econômico; uma análise muito próxima como a estabelecida por Ellen Wood, tal como exposta na *seção 4.4*, do **Capítulo 4** desse estudo.

Desse modo, Scott concordou com Richard Lachmann (2000), no qual afirmou que as cidades italianas inicialmente haviam percorrido apenas parte de sua transformação capitalista. Portanto, elas abraçaram o protocapitalismo, que não necessariamente culminou no capitalismo. Em resumo, para Scott, o capitalismo para florescer deveria ter uma força política muito maior do que as cidades-estados poderiam fornecer.

c) A origem do capitalismo na Europa

O que levou Scott a questionar os limites das transformações capitalistas nas cidades-estados italianas foi o fato de que elas foram amplamente eclipsadas por capitais políticas no século XVII. Por que isso aconteceu?

A análise usual é que elas perderam seu lugar principalmente devido ao deslocamento das rotas comerciais para o Oceano Atlântico, a partir da expansão portuguesa, ao longo do século XV, descendo a costa africana; e as conquistas espanholas no Novo Mundo, ao longo do século XVI. Embora as principais rotas comerciais tenham realmente mudado, deixando-as em desvantagem em termos de tempo e, portanto, custo, Scott questionou se, de fato, foi suficiente para explicar o que aconteceu.

Na verdade, para o autor o questionamento anterior suscita nova série de questões, quais sejam: por que Gênova ou Veneza não se tornaram uma potência colonial? Se a escala adicional em casa era a chave, por que pelo menos Veneza não adquiriu essa escala e projetou poder marítimo a partir dela, como Portugal, Espanha, Inglaterra e Holanda conseguiram fazer? Se o Atlântico fosse a chave, por que nem a França nem a Alemanha se tornariam grandes potências marítimas durante essa época? E por que Portugal e Espanha foram eclipsados apesar de sua localização geográfica favorável, grandes cidades portuárias, poder naval e primeiros sucessos imperiais? (SCOTT, 2011; pp., 161-164).

Scott reafirmou sua hipótese de que não obstante as cidades fossem de fato onde a nova cultura capitalista floresceu pela primeira vez, elas precisavam de uma escala adequada, medida pelas receitas fiscais, a fim de se proteger de aquisições hostis por vizinhos mais fortes.

É dentro desse contexto que o autor entende o porquê as cidades italianas não se consolidaram como um estado e foram ocupadas aos poucos pela Espanha dos Habsburgos, pela França e pelo papado, eliminando assim sua autonomia administrativa. Algumas das cidades alemãs também foram restringidas pelo poder dos Habsburgos e outras pela Prússia, privando-as da autonomia que haviam usado anteriormente para forjar uma Liga Hanseática para regular seu comércio no Norte. Mais tarde, muitos seriam absorvidos pela Prússia.

Para o autor, os novos líderes da economia europeia a partir dos anos de 1500 e, particularmente, no século XVII, seriam os Estados nacionais centralizados, pois dotados de capacidade para expandir suas respectivas dívidas públicas, bem como competir na obtenção de boa classificação de crédito, de modo a impulsionar toda a rede bancária do continente.

O que Scott quer dizer, é que para mobilizar o poder efetivamente por um longo tempo, uma sociedade precisava continuar a modernizar suas instituições para manter sua eficácia. Com exceção de Veneza, as cidades do norte da Itália não conseguiram mobilizar poder suficiente para se proteger de vizinhos hostis, ao mesmo tempo em que modernizaram suas instituições. Perderam sua autonomia, suas receitas fiscais e os meios para mobilizar quantias inusitadas de capital e, portanto, o poder de continuar a inovação em grande escala, por exemplo, estabelecendo colônias paralelamente a Portugal, Espanha ou Províncias Unidas.

O autor chamou a atenção de que a contribuição distintiva das cidades italianas protocapitalistas foi a *economia política*; mas essa só se consubstanciou num sistema econômico capitalista, quando as maiores cidades da Europa foram mudando de centros comerciais para capitais, portanto, centros políticos e administrativos, responsáveis pela criação de instituições jurídico-políticas e econômicas que desse suporte a acumulação de capital em larga escala, e que a governança desse sistema se daria por responsabilidades e poderes políticos limitados.

Numa palavra, segundo Scott, o Estado seria responsável por fornecer estruturas de mercado baseadas em um estado de direito em troca de impostos e lealdade. Ou seja, não era apenas um centro de poder onde residia uma elite enquanto explorava seu interior. Para que esse Estado fornecesse estruturas apropriadas à medida que as tecnologias e as prioridades sociais mudavam, ele precisava ter o poder de governar e provocar mudanças, bem como a responsabilidade de trazer mudanças que relacionassem continuamente os custos e benefícios individuais com os da sociedade como um todo.

Com efeito, os sistemas capitalistas nacionais exigiam a presença de uma *autoridade política* forte para protegê-los de aquisições estrangeiras, bem como fornecer o poder político para continuar modernização doméstica. Foi isso que aconteceu a partir do século XVI e passou por mudanças institucionais, sempre em direção a valorizar o capital, nos séculos XVII e XVIII.

Scott afirmou que *o capitalismo está enraizado na economia política desde suas origens, não apenas na economia*, pois foi uma construção que envolveu diversas instituições econômicas e políticas, emergidas nas cidades, e que foram necessitando de aprimoramentos. O que o chamou a atenção, foi que as **políticas**

mercantilistas que foram denunciadas por Adam Smith, na verdade constituíam as primeiras manifestações de uma economia política capitalista, surgida nas cidades, mas amplificadas com o advento dos estados nacionais.

O autor afirmou que foi a competição política desses estados em proporcionar governança política mais liberal e responsável pelo fornecimento de instituições que estimulassem a liberdade de inovação dos atores econômicos, a concorrência e, portanto, aumento de produtividade, a base de sustentação contínua e sistêmica do capitalismo.

Em síntese, o corolário de Scott, é que o fermento que estimulou a ascensão do capitalismo foi a mudança sociopolítica, especificamente o estabelecimento de um sistema de governança que permitiu a livre circulação de terra e trabalho e, assim, o nascimento de mercados de fatores, necessários ao desenvolvimento da economia de mercado.

Quais foram essas mudanças sociopolíticas? Para responder essa questão, Scott partiu do princípio de que foi exigido das elites europeias uma mudança na visão de mundo que se não as legitimariam, pelo menos priorizasse o progresso material, o aprendizado na promoção do desenvolvimento econômico por meio da modernização sistemática de suas instituições, bem como a criação de um veículo institucional poderoso o suficiente para realizar essas modificações e suficiente para afastar as potências vizinhas (SCOTT, 2011; pp., 167/168).

Dessa forma, ele elencou três eventos, que em conjunto, afirmou ser uma transformação social revolucionária da Europa entre os séculos XVI e XVIII. A primeira, diz respeito à *Reforma protestante*, na qual trouxe uma redução no poder da instituição mais poderosa e, sem dúvida, a mais conservadora da época, a Igreja Católica. A segunda foi o *Iluminismo*, no qual promoveu a noção de que o progresso material era de fato um foco legítimo da aspiração humana. Por fim, a ascensão do *Estado*, o veículo para a modernização institucional contínua e, portanto, uma força para o progresso material.

Claro está, para o autor, que desde meados do século XIV, e a partir do século XV, em que emergiram os primeiros estados nacionais (Portugal, Espanha, Inglaterra e França), a concentração de poder no Estado era basicamente motivada por considerações militares. Como a guerra era cara e muitas vezes consumia mais

da metade do orçamento do governo, o progresso material também era de primordial importância como forma de aumentar a capacidade de fazer guerra.

O imperativo político para a plena transformação para o capitalismo, incluindo um processo dinâmico de modernização institucional contínua, veio primeiro da necessidade de recursos adicionais para financiar a guerra e apenas secundariamente para elevar o padrão de vida dos indivíduos. Por isso, a adoção das estratégias econômicas mercantilistas como forma de promover o poder econômico.

Scott afirmou que por mais importante que fosse o imperativo político para o desenvolvimento econômico, ele não levaria à plena aceitação das instituições econômicas liberais necessárias ao capitalismo sem a prévia aceitação ideológica de uma parte considerável da elite europeia, cujo fomento e repercussão emergiram com o *Renascimento* italiano, desde o *trecento*. Assim, a *Reforma protestante* do século XVI, a *Revolução científica* do século XVII, na qual culminou no *Iluminismo*, no século XVIII, constituem a trajetória cultural e ideológica das mudanças políticas e econômicas em direção ao capitalismo.

Scott, tomando como referência a analogia com as estruturas de mercado, ensinadas pela teoria microeconômica, sustentou que a *Reforma protestante*, foi um passo imensamente importante para uma mudança na visão de mundo, mas levou apenas parte do caminho, ou seja, do controle monopolista do “mercado de salvação” pessoal para o “oligopólio organizado”.

No início do século XVII, as guerras por questões religiosas acirraram a competição por participação nos mercados confessionais. Após a *Guerra dos Trinta Anos* (1618-1648), a tolerância entre religiões concorrentes se tornou uma norma estabelecida na sociedade europeia. Contudo, as várias denominações cristãs acordaram para perseguir ateus e suprimir seus escritos, levando mais um século para estabelecer a tolerância também para o agnosticismo e o ateísmo.

O que Scott quis afirmar é, se a *Reforma protestante* quebrou o monopólio da Igreja Católica, a institucionalização das denominações protestantes, acabaram por retardar o desenvolvimento de uma sociedade civil livre, incluindo a liberdade de expressão e de imprensa, até o século XVIII.

Somente com a filosofia e a ciência do *Iluminismo* que gradualmente foi se permitindo uma existência autônoma, ou seja, a *sociedade civil livre* começou a se libertar do controle religioso. Uma “revolução”, segundo Scott, na qual a razão e a

prova empírica tiveram autonomia acadêmica ao lado do raciocínio dedutivo das escrituras e outros textos antigos. Com efeito, o resultado gerou implicações potenciais para a governança dos assuntos humanos.

Isto é, o *Iluminismo* foi de grande importância para estabelecer mudanças no corpo jurídico do Estado. De acordo com o autor, em 1600 as leis europeias eram baseadas em normas estabelecidas pelos gregos, romanos, autoridades religiosas particulares, direito comum e costumes locais. Contudo, ao longo do século XVII, e principalmente, no século XVIII, tal como expôs Huntington tudo isso foi mudando, tanto em substância quanto em processo: o Estado substituiu a lei fundamental como fonte de autoridade política e, com cada estado, uma única autoridade substituiu as muitas que existiam anteriormente (HUNTINGTON, 1968; pg., 99).

Isto posto, o *Iluminismo*, de acordo com Scott (2011; pg., 170), consolidou a visão de que as “leis seriam feitas pelo homem”, sob os auspícios de um Estado, que exerceria os poderes de soberania sobre uma área geográfica, e aos reis caberiam elaborar e fiscalizar as leis e não impor as chamadas “lei dos reis”.

A partir do século XVIII, as sociedades passaram a poder modificar suas leis e outras instituições para “controlar” seus ambientes e melhorá-los ou modernizá-los constantemente. De fato, o Estado passou a incorporar e a empregar tais mudanças institucionais para auxiliar no aproveitamento do poder do capital, bem como, buscar o progresso e o desenvolvimento econômico. Era um novo projeto de poder, conferindo a um número relativamente pequeno de pessoas, os “agentes do Estado” e não os agentes da religião organizada, a tarefa de pôr em marcha essa nova *economia política*.

Em resumo, para estabelecer a supremacia do Estado, os europeus tiveram que controlar o poder da religião organizada junto com o dos grandes barões. Isso incluía restringir o poder dos tribunais eclesiásticos, propriedades da Igreja e dízimos em relação aos impostos da coroa. Claro está, que isso se deu de maneiras diferentes nos principais países.

O fato mais importante apontado por Scott, é que, tomando como referência Huntington (1968; pg., 99), a ascensão do Estado trouxe três grandes mudanças para a governança europeia: a *racionalização da autoridade*, a *diferenciação das estruturas* e a *expansão da participação política*.

A *racionalização* significou a centralização da autoridade (tipicamente na pessoa de um rei), a simplificação das estruturas, a eliminação de sobreposições e o estabelecimento de linhas claras de autoridade hierárquica. A *diferenciação de estruturas* significou o estabelecimento de estruturas separadas para diferentes atividades, por exemplo, a separação de um serviço aduaneiro de uma receita do interior, saúde pública ou serviço policial. A *participação política* significou representação eleita nos órgãos de governo.

Scott chamou a atenção para o fato de que se os estados organizados e sua competição no sistema interestatal desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento econômico europeu, as limitações das hierarquias internas também foram de fundamental importância para a governança do sistema capitalista.

Sem a hegemonia de uma única igreja ou estado imperial, a tecnologia foi difundida e secularizada por toda a Europa; e graças à competição contínua entre os estados, a maioria estava aberta à migração interna de talentos caso fosse perseguido em outro estado. Assim, segundo Scott, a competição política entre os estados da Europa foi um estímulo para a modernização contínua, em que, excetuando os territórios espanhol e português, de acordo com autor, permitiu a mobilidade de capital e trabalho através das fronteiras.

Portanto, segundo Scott, foi preciso uma constante modernização das instituições para explorar tais vantagens e um Estado eficaz para mobilizar o poder necessário para sustentar tal modernização. Aqui, ele foca nas experiências malsucedidas de Portugal e Espanha.

Portugal foi o pioneiro na criação de um estado nacional. Sua fundação remonta ao ano de 1139, no contexto da *Guerra de Reconquista* dos muçulmanos. Foram os portugueses que iniciaram a abertura da rota Atlântica e buscar um novo caminho para as Índias. Quando conseguiram, em 1498, ao aportarem em Calicute, estabeleceu uma concorrência real ao comércio de especiarias e reduziu muito a renda e o poder de Veneza. Contudo, se a vantagem geográfica deu a primazia aos lusitanos, todas as mercadorias que eles trouxeram para a Europa acabaram por enriquecer Antuérpia. Mais tarde, em 1580, Portugal sucumbiu ao domínio espanhol; e mesmo depois da sua independência, em 1640, nunca conseguiu alcançar o desenvolvimento econômico.

A explicação para Scott, está na incapacidade de Portugal de se libertar da dominação religiosa durante àqueles séculos, que resultou numa cultura que não conseguiu estabelecer o valor da modernização institucional para alcançar o progresso material “nesse mundo”. Além disso, todo o seu tráfico colonial, na medida em que a demanda estava na Europa do Norte e Central, acabou por concentrar em Flandres, em Antuérpia, principal porto de escoamento para àquelas regiões nos séculos XV e XVI.

Quanto à Espanha, de acordo com o autor, foi sem dúvida a menos bem-sucedida no estabelecimento de um estado sustentado, voltado para o desenvolvimento econômico e eventual capitalismo. Sua explicação reside nas guerras dinásticas com a França, no início do século XVI, bem como, a dificuldade de se administrar racionalmente a grande riqueza de recursos que vieram com a conquista de territórios no Novo Mundo.

Ou seja, sob os Habsburgos e seu projeto de domínio imperial da Europa por mais de um século, a partir da ascensão de Carlos V em 1519, a Espanha superou seu rival francês; mas a um custo econômico muito alto, por meio de expansão da dívida pública. Suas ambições foram financiadas em medida considerável pela riqueza extraída do Novo Mundo mais empréstimos adicionais, negligenciando a criação de instituições e do regime político necessários para promover a produção de riqueza doméstica.

Desse modo, uma vez que uma grande fração dos ganhos da exploração do Novo Mundo acumulou para a coroa, ela poderia manter o controle hierárquico em casa, negando poder ao seu parlamento e à sua comunidade empresarial. Por outro lado, a coroa era fraca demais para restringir os poderes de sua aristocracia fundiária; pois haviam se tornado imensamente poderosos enquanto lideravam a reconquista da Espanha dos mouros.

Grandes fluxos de ouro e prata em uma economia e Estado estagnados impediram reformas institucionais. Em vez disso, a Espanha experimentou a primeira inflação moderna, tornando a agricultura local e as manufaturas cada vez menos competitivas e, assim, reduzindo os incentivos à atividade empresarial. O resultado foi seu declínio econômico gradual privando os espanhóis de *status* de grande potência após três falências no século XVI.

O que Scott denominou de experiências bem-sucedidas de estados modernos com sistemas de governança em direção ao capitalismo foram a Inglaterra, a França e a República holandesa, todas elas beneficiárias dos infortúnios do pioneirismo ibérico e dos limites da expansão veneziana. Em todas elas, as mudanças institucionais caminharam de forma ou de outra para o desenvolvimento do capitalismo, não obstante os ritmos e sucessos distintos.

5.4 – Síntese da interpretação

Bruce R. Scott definiu o capitalismo como um sistema de governança econômica, cuja origem exigiu muito mais do que mercados para existir. Isto é, identificou sua emergência não simplesmente por meio da negociação em mercados de mercadorias, mas sim nas negociações em mercados construídos inteiramente dependentes de instituições políticas, sociais e econômicas que, por sua vez, são moldadas por autoridades políticas, de acordo com uma estratégia política, social ou econômica proposital (ver: SCOTT, 2011; pp., 178-183).

Para o capitalismo emergir e prosperar ao longo do tempo foi necessário, antes de tudo, uma ação política para efetuar mudanças sociais e, conseqüentemente, econômicas. Especificamente, para o autor, exigiu que o governo fornecesse uma infraestrutura institucional e física necessária para apoiar uma economia capitalista, garantir liberdades e proteções suficientes aos atores econômicos e respeitar o estado de direito, aceitando a responsabilidade por todos os itens mencionados.

Desse modo, ele conseguiu estabelecer onde e quando o capitalismo originou. Ou seja, foi criado na Europa como parte de uma transformação social em que mercados e estados substituíram a ordem feudal anterior. Essa transformação ocorreu ao longo de cerca de quatro séculos e foi energizada por um conjunto diversificado de eventos:

- a) *Geografia favorável e um renascimento do comércio, cujo aprendizado com as viagens, transbordou na contabilidade racional, que permitiu calcular as receitas e os custos das empresas, de forma a aferir lucros, tal como analisado por Weber ([1919], 2006).*
- b) *Instituições jurídico-políticas que moldaram e aplicaram leis para facilitar o comércio, permitindo aumento da renda, expansão da urbanização e*

melhorias em um estoque já favorável de tecnologias para aumentar a produtividade.

- c) Uma dramática reviravolta religiosa.*
- d) Guerras quase contínuas e uma série de aquisições políticas.*
- e) O fato de nenhum país europeu ter emergido para dominar todos os outros durante essa transformação é reconhecido como fundamental para distinguir o desenvolvimento europeu dos processos de outras civilizações (Tal como outros autores discutidos nesse estudo).*

Dentro desse sistema eurocêntrico, Scott chamou atenção de que os verdadeiros vencedores foram as sociedades que mais inovaram para criar as bases sociais, políticas e econômicas para seus sistemas capitalistas emergentes, ou seja, os sistemas de governança em três níveis teorizados por ele: *mercados econômicos, instituições e autoridade política*. Tal como Smith, o autor afirmou que a disposição de conceder maior poder aos atores privados foi uma das principais inovações, permitindo a liberação de energia criativa.

No entanto, Scott ressaltou que a genialidade do sistema capitalista não estava em criar liberdade não regulamentada para os atores econômicos nos mercados, conforme a teoria econômica clássica/neoclássica; mas sim, em criar um sistema através no qual regular o exercício dessas liberdades.

Assim, as autoridades políticas locais pararam de tentar controlar diretamente grande parte da vida econômica por meio de relações contratuais de longo prazo por terra ou trabalho. Em vez disso, criaram uma forma indireta de controle por meio de várias estruturas de mercado que eram reguladas por regras, algumas das quais eram aplicadas por guildas e outras por funcionários públicos e, finalmente, por tribunais. Também, estruturaram um conjunto de regras e procedimentos de execução para aplicar aos agentes da coroa, bem como os indivíduos.

Mas, para ter sucesso, os sistemas capitalistas nacionais tinham que alcançar a escala e o escopo para financiar as forças militares para evitar aquisições hostis e, assim, manter um senso de estabilidade dentro do sistema. Ao mesmo tempo, eles tiveram que alcançar uma cultura que aceitasse a ideia do uso da razão para melhorar a condição humana, bem como um conjunto de instituições que facilitassem a melhoria contínua de tecnologias e instituições em toda a sociedade.

A criação de um Estado forte foi essencial para a mobilização do poder para a autodefesa e a promoção da modernização oportuna de armas e infraestrutura. Mas o controle desse poder tornou imperativo encontrar maneiras de responsabilizar os governos pela forma como o usavam.

A transformação bem-sucedida das monarquias absolutistas da época exigiu primeiro que os vários soberanos e seus agentes se abstivessem de saquear seus cidadãos por meio de pilhagem direta ou extorsão de aluguéis por pouco ou nenhum serviço em troca; e segundo, que existisse um sistema de justiça competente, equitativo e acessível. Tudo isso dependia, em última análise, da criação de instituições para responsabilizar o soberano perante algum grupo legítimo de pessoas, como um parlamento. Claro que esse tipo de sistema político não emergiu em toda a Europa, mas onde foi criado, foi passo decisivo para que o sistema legal tivesse algum tipo de contrapeso, que beneficiou os agentes econômicos privados, e, portanto, fez avançar em direção ao capitalismo.

Scott teve a compreensão de que o capitalismo europeu não surgiu por um processo suave ou uniforme; muito menos era inevitável. Outras sociedades, como a otomana, mogol e chinesa, com renda aproximadamente igual à da Europa nos anos anteriores a 1500, rejeitaram o capitalismo por séculos como incompatível com sua cultura, instituições e estrutura de governança. Além disso, cada uma dessas sociedades era tão poderosa entre os séculos XV e XVII que não estava sob grande pressão competitiva para aumentar seu poder econômico e militar e, dessa maneira mais indireta, adotar o capitalismo por necessidade.

O que o autor afirmou, é que a sociedade europeia foi mais receptiva a inúmeras inovações porque era uma maneira de ganhar força econômica e, em última análise, força militar; essencial para evitar a tomada de poder nas próprias disputas internas entre seus estados.

Portanto, classificou a transformação social europeia em duas fases. A primeira fase, que ele definiu como protocapitalista, estava em andamento bem antes de 1500 e foi liderada por cidades comerciais e particularmente por um punhado de cidades no norte da Itália que foram deixadas mais ou menos para se autogovernarem.

Em resumo, essas cidades permitiram liberdades econômicas de seus cidadãos, como o direito de experimentar novas tecnologias e expandir para novos

mercados, bem como comprar e vender terras. Ao mesmo tempo, tinham a sofisticação de reconhecer a necessidade de um conjunto aceito de regras de comportamento para governar o comércio e, de fato, a competição em seus mercados, incluindo a necessidade de proteger as pessoas e propriedades daqueles que arriscaram seu capital.

Com um sistema jurídico baseado na redescoberta do direito romano e na criação de novas instituições engenhosas, os italianos puderam formalizar seus mercados e criar serviços bancários e de seguros, além de serem pioneiros na escrituração de partidas dobradas e no desenvolvimento de uma modelo financeiro das atividades de uma empresa.

Como resultado, cidades bem-sucedidas foram capazes de aumentar a credibilidade de seus regimes e mobilizar capital de forma mais eficaz, ao mesmo tempo em que suas próprias empresas estavam se tornando mais eficientes. Os fundos públicos foram usados para melhorar a infraestrutura física, contratar funcionários públicos e financiar exércitos, enquanto os fundos privados apoiaram a expansão do comércio de longa distância.

Contudo, salientou o autor, com exceção de Veneza, as cidades italianas não conseguiram sustentar governos responsáveis que continuariam a modernizar suas economias à medida que as condições mudassem. A tirania e a corrupção acabariam por destruir a legitimidade e a eficácia até das cidades mais inovadoras, principalmente Florença.

Além disso, novamente com exceção de Veneza, não conseguiram atingir a escala necessária para financiar forças militares para impedir a tomada de poder por um vizinho poderoso. As aquisições hostis levaram a uma perda de liberdades, uma drenagem de receitas fiscais em favor de uma nova capital administrativa e uma perda em tamanho territorial relativo ou mesmo absoluto.

Por fim, a segunda fase, se deu entre os anos de 1600 aos primeiros vinte anos de 1800, sendo liderada por Estados nacionais, que gradualmente se transformaram nos chamados estados-nação, a partir do século XIX. Scott definiu que o capitalismo como o conhecemos foi criado na Inglaterra, na França e nas Províncias Unidas, que amplificaram as experiências desenvolvidas em Veneza. Dessa forma, o sucesso dessas sociedades era evidente na prosperidade e crescimento de suas cidades,

baseando-se na adaptação de uma série de meta-inovações que permitiram a governança efetiva de um território muito maior.

Scott elencou as respectivas meta-inovações. Em primeiro lugar, cada uma daquelas sociedades aceitou uma medida considerável de tolerância religiosa após a *Guerra dos Trinta Anos* (1648), separando assim os domínios da Igreja e do Estado. Isso foi essencial se quisessem romper decisivamente com o modelo de sociedade orientado para o *status quo* fomentado pela Igreja Católica.

De acordo com o autor, foi somente nesse contexto mais liberal que as universidades e outros elementos da sociedade civil ficaram livres para desempenhar plenamente seu papel como fontes de novas ideias e críticas de várias instituições oficiais. Veneza, embora sempre uma sociedade católica, foi talvez o primeiro dos estados nascentes bem-sucedidos a afirmar sua independência de Roma quando se tratava de escolher seus líderes, seculares ou eclesiásticos.

Em segundo lugar, Inglaterra, França e Províncias Unidas foram líderes no *Iluminismo*, com foco no uso do raciocínio humano para promover a melhoria contínua da condição humana.

Por fim, ao criar o conceito de equilíbrio de poder entre os estados e mantê-lo por meio de alianças mutáveis, a Europa e especialmente a Grã-Bretanha criaram um mecanismo externo para promover um governo responsável, submetendo a gestão incumbente a pressões competitivas quase contínuas de aquisição hostil. Ou seja, no mínimo, cada estado precisava procurar maneiras mais eficazes de administrar sua economia, mesmo que apenas para estar preparado, se necessário, para aumentar mais impostos para contratar tropas para proteção contra aquisições hostis.

Portanto, para Scott, o surgimento do capitalismo exigiu inovação institucional que rompeu o *status quo* e tirou o poder dos interesses estabelecidos. As pressões competitivas ajudaram a justificar a mobilização e aplicação desse poder. Mas, o autor salienta que, sem pressões competitivas implacáveis e as aquisições de várias entidades políticas fracas parece duvidoso que a Europa pudesse ter realizado uma transformação tão radical em suas instituições de governança e suas estruturas de mercado em apenas alguns séculos.

O corolário scottiano é que capitalismo é uma construção política, que se originou por meio de mudanças institucionais na economia e na sociedade europeia,

as quais redefiniram os sistemas jurídicos, limitaram os poderes relativos dos agentes públicos e regularam a economia de mercado. O livre comércio, por sua vez, só induziu o desenvolvimento econômico em países com capacidade política para reformar suas instituições em benefício próprio.

Isto posto, segundo o autor, foram as atividades empreendedoras dos governos na modernização contínua das instituições para promover, coordenar e regular as atividades econômicas, a força propulsora que garantiu a evolução das próprias liberdades econômicas. Esse papel empreendedor do governo dependeu da visão de que as leis e regulamentos eram sujeitos a experimentação e melhoria, bem como, o estímulo a experimentação científica, já que serviam de combustível a novas ideias com capital político para alcançar o desenvolvimento.

Desse modo, as sociedades que perderam o *Iluminismo* não foram igualmente preparadas para esse processo de inovação institucional. Inovações institucionais, como a *joint stock company*⁵⁷, citado por Scott, facilitou as atividades empresariais, pois permitiram às sociedades que o adotaram, no contexto europeu, tirar maior partido das novas tecnologias e mercados do que sociedades com instituições menos flexíveis, permitindo assim, mobilizar energia de forma mais eficaz do que seus rivais.

Mas, se isso foi importante para a hierarquização de poder econômico e político-militar dentro da Europa, também foi decisivo para colocar àquela civilização um passo à frente em relação as demais civilizações do globo. O exemplo significativo foi a expansão britânica na Ásia a partir da segunda metade do século XVIII, culminando na conquista econômica da Índia e depois da China, submetendo-as aos desígnios de seu capitalismo.

Em síntese, ao construir sua análise da origem do capitalismo como um sistema de governança, Bruce Scott teve como objetivo defender a tese de que os sistemas capitalistas bem-sucedidos nunca foram o vale-tudo implícito pelos

⁵⁷ *Joint Stock Company* ou companhias por ações, foi a primeira forma de organização de capitais, do tipo sociedade anônima, que surgiu na Europa, no século XVII. Eram formadas pelo ingresso de capitais de pessoas não intervenientes nos negócios, mas participantes nos resultados. No início, estabeleceram-se para expedições temporárias, para uma viagem ou uma empresa colonial. No século XVIII evoluíram para *sociedades por ações* que consistia em um sistema de reunião de capitais por subscrição de ações utilizados para alavancar investimentos em setores como mineração, metalurgia e bancos comerciais. Ver: PAULA, R. Z. A. *Capitalismo: instituições*. São Luís: EDUFMA, 2020b, pg's., 103/04.

fundamentalistas defensores da liberdade econômica; eram e continuam a ser sistemas de competição regulamentada tal como os esportes organizados.

Em vários pontos dessa história e em vários contextos nacionais, a liberação regulada de energia humana desenvolveu-se gradualmente em sistemas sociopolíticos que poderiam acomodar conceitos cada vez mais complexos para a criação e transporte de novas riquezas através da distância e do tempo.

Esses sistemas desenvolvidos de maneiras diferentes, com mais controle de cima para baixo como na França, ou mais determinado pelos agentes privados como na Grã-Bretanha ou Holanda, deram origem as *variedades de capitalismo*, moldados a partir do século XIX e que ainda podem ser classificados no século XXI. Isto é, *capitalismo liberal, capitalismo oligárquico, capitalismo estatal, capitalismo de bem-estar social*; cada um analisado sob o ponto de vista das relações institucionais internas que os dão suporte.

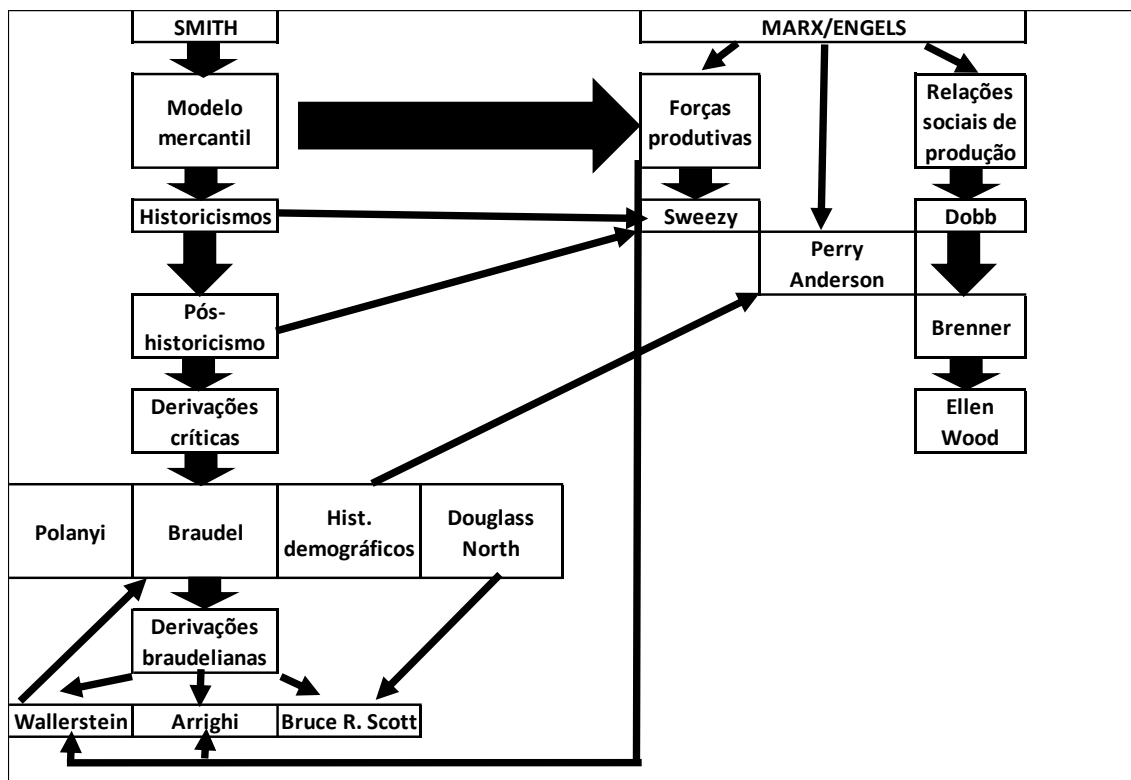
Contudo, de acordo com Scott, não importa a *variedade*, para qualquer um desses sistemas capitalistas funcionar de maneira que produz resultados próximos do interesse comum, era e ainda é necessário restringir e depois cercear as grandes desigualdades na distribuição da riqueza e da renda, ou seja, mover essas sociedades mais próximas de serem governadas democraticamente.

Conclusão

O estudo apresentado buscou analisar as interpretações da origem do capitalismo, tomando emprestado a metodologia e os procedimentos utilizados pela *historiografia*, um campo intradisciplinar da Ciência Histórica. Identificou-se duas grandes linhas interpretativas. A primeira, e ponto de partida, o *modelo mercantil smithiano*; já a segunda está relacionada ao pensamento marxiano, que por sua vez, ofereceu duas interpretações distintas; mas que podemos afirmar que uma delas acabou prevalecendo, dado ao amadurecimento do próprio método histórico-dialético.

Esse estudo, desde o início, como foi apresentado, teve caráter didático; isto é, de procurar oferecer o máximo de conteúdo a respeito do tema abordado. Desse modo, pensa-se que o objetivo foi alcançado, já que se abordou o *estado da arte* dos estudos que versam sobre as interpretações da origem do capitalismo. Ou seja, procurou-se tentar esgotar todas as referências sobre o atual conhecimento do tema, e assim, facilitar a compreensão e as ferramentas disponíveis para que futuros pesquisadores possam estabelecer novas mediações a respeito da gênese ou do capitalismo em geral.

O **fluxograma 1** mostra como foi exposto as grandes linhas interpretativas da origem do capitalismo, bem como, delas suas derivações produziram *aproximações* importantes, que nos ajudaram a compreender melhor sua origem.



FLUXOGRAMA: Linhas interpretativas sobre a origem do capitalismo e suas aproximações.

Fonte: Elaboração do autor.

Portanto, nessa conclusão, tenta-se “costurar” as bordas de todas essas interpretações, de modo que se possa ter um entendimento global de como o capitalismo se originou, tendo sempre a consciência de que tudo ainda é insuficiente, dado a complexidade do próprio sistema capitalista.

Partiu-se, como foi dito, do *modelo mercantil* smithiano e, como que dele, foi-se emergindo suas diversas derivações, objeto dos **Capítulos 1 e 2**. O conceito chave para compreender essa linha interpretativa, em particular, a explicação tradicional de Smith, é a *acumulação*. Esse, por sua vez, vincula-se a dois pressupostos lógicos que se encadeiam: a divisão social do trabalho e as relações de troca.

Isso porque a principal contribuição de Adam Smith para o estudo do capitalismo, como observado nesse estudo, como também, em estudo anterior (PAULA 2020a), foi o seu *método da Economia Política*.

Isto é, seu método de analisar a economia – *acumulação, produção e distribuição* – foi de fundamental importância para entendermos a economia de mercado como ponto de partida ou nível básico em que se assenta o capitalismo.

Smith compôs sua *teoria do valor* de forma objetiva. Ou seja, a economia mercantil só se realiza por meio da divisão do trabalho, envolvidos em dois grandes setores econômicos – agricultura e manufatura – responsáveis por organizar os principais fatores de produção – terra, trabalho e capital – cuja dinâmica, se não houver obstruções, se efetivam num fluxo circular de produção de riqueza e respectiva distribuição harmonizada, em que cada rendimento proporcionado por cada fator de produção, corresponde a uma classe econômica específica – proprietários que recebem o aluguel, os capitalistas que recebem lucros e os trabalhadores que recebem salários.

Expandindo seu modelo para a interpretação da origem do capitalismo, o corolário smithiano, é que quanto maior for o volume de produção e a renda proporcionada por ele numa sociedade, mais amplo será seu mercado; e quanto maior for esse mercado, mais vantajoso para a maioria das pessoas. Isto é, a “sociedade mercantil” smithiana ideal seria aquela que integrasse as economias do campo e da cidade, bem como a economia nacional com o resto do mundo, de modo que a riqueza gerada estivesse em equilíbrio constante, sem a interferência de fatores exógenos ao domínio econômico. Em seu tempo de vida, concluiu que essa sociedade idealizada estava próxima de se concretizar.

Poderia denominar Smith como um “capitalista utópico”? Seria forçar muito a argumentação. Embora o termo “capitalista” já estivesse sendo utilizado em sua época, referia-se exclusivamente aquele que vive do mercado de dinheiro, de empréstimos a juros, tal como analisou Fernand Braudel (1997/1998; volume 2; págs., 204/05).

Dado como Smith concebeu o dinheiro e o capital, em que esse último, somente é definido como tal se for alocado em trabalho produtivo, bem como o primeiro, no qual consiste numa única utilidade, que é pôr em circulação os bens de consumo (SMITH, [1776], 2003, volume I; pp., 413-438), logo pode-se concluir que o prestador só se firma como tal, se estiver com excesso de dinheiro estabelecido na economia real e, portanto, seu juro monetário do empréstimo só se concretiza se for alocado em capital produtivo.

Dito de outra forma, na teoria smithiana não há espaço para o “jogo especulativo”, o que estava longe de ser a realidade em seu tempo de vida, conforme

os estudos das origens dos mercados de capitais e financeiros (PAULA, 2020b; pp., 111-129).

O fato é que o método de análise smithiano – acumulação, produção e distribuição – consubstanciou-se em análise poderosa para avaliar o crescimento econômico das nações, principalmente, pois embutido um projeto de política econômica a ser perseguido por todos os países “civilizados”; ou seja, uma sociedade econômica em que as produções agrícolas e manufatureiras fosse interdependentes e que a riqueza gerada nelas, permitissem a expansão do mercado nacional, bem como seus excedentes, pudessem ser direcionados para o mercado externo, da mesma forma em que as necessidades agro manufatureiras que não fossem satisfeitas pelo mercado doméstico, tivessem no mercado internacional seu lugar de realização.

Portanto, uma sociedade econômica liberal, o estágio mais avançado da civilização humana, de acordo com Smith, pois sustentada na “verdadeira” economia política, definida como um ramo da ciência dos estadistas, cujas finalidades são, em primeiro lugar, permitir aos indivíduos que obtenham por si mesmo seu rendimento ou subsistência abundante; e, em segundo lugar, fornecer ao Estado uma receita suficiente para o serviço público. Em resumo, uma economia política que se propõe, a um só tempo, enriquecer o povo e o soberano (Cf., SMITH, 2003 [1776]: Livro IV, Intro, pg., 531).

Em suma, como já posto, a contribuição de Adam Smith está no método, que até hoje, é de fundamental importância para entender a economia de mercado como ponto de partida para a análise do capitalismo.

Claro está que suas derivações vão incorporando outros aspectos, bem como, incursões interdisciplinares, como foi visto ao longo daqueles capítulos; mas na essência, conforme o *modelo mercantil* tradicional, o capitalismo se originou na *esfera da circulação*.

Todavia, deixa-se de lado as contribuições das derivações, nesse momento, pois, a nosso ver, foram os métodos de análise, as principais *contribuições* para a construção de uma narrativa histórica da origem do capitalismo. Desse modo, discute-se o pensamento marxiano.

Quanto ao referido método, como foi exposto no **Capítulo 3**, pôde-se observar duas interpretações distintas da gênese do capitalismo. A primeira,

relacionando a origem pela determinação das chamadas “forças produtivas”; já a segunda, via determinação das “relações sociais de produção”. Contudo, ao perpassar-se pela obra de Marx & Engels, observou-se, também, que as respectivas interpretações faziam parte da construção do conhecimento que acabou, por consolidar o próprio método histórico-dialético.

Ou seja, a primeira interpretação, escudada em *A ideologia alemã* e no *Manifesto comunista*, aparentemente era muito semelhante a explicação smithiana, como foi dito no respectivo capítulo. Foi possível visualizar a influência de Adam Smith, particularmente, em *A ideologia alemã*, a partir dos postulados em que se discute a evolução histórica das sociedades, centrada no autodesenvolvimento da divisão do trabalho.

Também, como foi salientado, mesmo no que toca a origem do feudalismo, a *aproximação* com Smith também foi observada. Isto é, uma sociedade constituída das conquistas “bárbaras” que pôs fim ao Império Romano, sendo tal sociedade um retrocesso histórico, em comparação aos avanços das forças produtivas do mundo greco-romano.

Todavia, ressaltou-se que a grande questão discutida em *A ideologia alemã*, foi a reprodução da vida material, ponto de partida para a categoria modo de produção, elemento fundamental de seu método de análise histórica – o materialismo histórico – no qual tinha como objetivo colocar em evidência, o pressuposto de que todas as instâncias da sociedade se articulam em uma totalidade concreta. Já, no *Manifesto comunista*, Marx & Engels introduziram a problemática da luta de classes, evidenciando a questão social na construção de seu método.

Portanto, tal interpretação constituiu em ponto de partida para uma abordagem da sociedade de seu tempo, que pudesse simultaneamente servir como um problema prático, uma reflexão teórica e questão histórica, tal como exposto por György Lukács ([1923], 2003; pp., 63-104), acerca da construção do método marxiano.

Com efeito, essas reflexões alcançaram amadurecimento no estudo de *O capital*. Isto é, como foi observado, foi nesse trabalho em que a crítica à filosofia alemã e a crítica do socialismo francês tomaram sua forma concreta na crítica da economia política britânica; consubstanciando-se, assim, no método histórico-dialético.

Posto isso, se redefiniu a interpretação da gênese do capitalismo, na qual, a partir dos *Grundrisse*, colocam as relações de produção como o lugar de tendência dominante na condução das transformações sociais na passagem de um modo de produção a outro, em que o núcleo central passou para as relações de exploração e de distribuição de poder, resultado que só pôde ser alcançado conferindo papel maior a luta de classes.

Numa palavra, foram os métodos da *economia política* e *histórico-dialético*, os responsáveis por moldar as demais explicações sobre a origem do capitalismo até então.

Seguindo o **Fluxograma 1**, como exposto nas *seções 1.2* e *1.3*, que se denominou *modelos mercantis* pós-smithiano, identificou-se duas importantes contribuições. A primeira está no protagonismo do Estado, analisados por Schmoller e depois por Hecksher. A segunda, nas instituições econômicas surgidas nas cidades europeias e seu protagonismo, tal como exposto por Pirenne.

Quanto a primeira, no que toca à Schmoller, ele concluiu que o sistema mercantil europeu foi impulsionado pela construção do Estado, protagonista, por sua vez, devido ao fortalecimento dos poderes reguladores das sociedades nacionais em construção. A política econômica mercantilista seria, então, uma forma de regular e conduzir o desenvolvimento econômico nacional.

Em síntese, foi Schmoller quem deu um caráter substantivo ao sistema mercantil elaborado por Smith, ao afirmar que a história moderna da Europa Ocidental estava conectada ao Mercantilismo como um sistema econômico, que por conseguinte, surgiu no interior das cidades medievais e foi de fundamental importância para servir como modelo de política econômica adotado pelos Estados Nacionais nascentes; em que tal sistema mercantil se constituiu como primeira fase do desenvolvimento do capitalismo europeu.

Essa visão foi ampliada por Hecksher, que além de concordar que o Mercantilismo se constituiu em época específica da história europeia, o definiu simultaneamente como uma construção do Estado e um sistema econômico, em que a monarquia centralizada exerceu a centralidade dos empreendimentos econômicos, constituindo, portanto, tanto em sujeito quanto objeto da economia política mercantilista.

No que se refere à Henri Pirenne, como observado, foi com ele que a associação entre capitalismo e cidades se transformou no pressuposto básico de explicação do modelo mercantil da origem do capitalismo. Contudo, ainda que discutida exaustivamente e rejeitada por uma parte da historiografia (especialmente a marxista), o que se pode captar como contribuição daquele autor ao estudo de interpretação da origem do capitalismo, foi sua capacidade de se debruçar na explicação de como foi-se originando as principais instituições econômicas que vão dar suporte ao sistema capitalista.

Isto é, a expansão da economia monetária e sua repercussão no mercado de câmbio; o surgimento do mercado de crédito e do sistema bancário; a dívida pública como efeito multiplicador do mercado de crédito; por fim, o caráter capitalista do comércio de longa distância, por meio da análise das primeiras e principais fortunas feitas na rede comercial internacional, a partir do final do século XIII.

Em suma, foi Pirenne o grande influenciador de como o comércio de longa distância foi decisivo para a internalização dos fluxos comerciais no interior do continente europeu, repercutindo na indústria urbana e em todo o sistema de regulação das cidades medievais europeias até o final do século XV, quando o mercantilismo praticado nelas, acabou por fundamentar as políticas econômicas dos Estados europeus, no século XVI (PIRENNE [1933], 1968).

A influência de Pirenne se fez sentir, tanto nas derivações críticas do *modelo mercantil* (especialmente Braudel); mas também, no lado dos marxistas, com a interpretação de Paul Sweezy.

O que se denominou de *derivações críticas do modelo mercantil*, foram as interpretações contidas no **Capítulo 2**, em que se destacou as contribuições de Karl Polanyi, Fernand Braudel, os historiadores demográficos e a interpretação neoinstitucionalista de North.

Em relação à Polanyi, como foi observado, foi o mais crítico à explicação do modelo mercantil tradicional, não obstante seus argumentos apresentarem fortes correlações com àquela interpretação. Sua crítica, como foi visto, partiu do princípio de que a motivação do lucro individual, associada às trocas no mercado, nunca foi, até a era moderna, o princípio dominante da vida econômica, tal como defendida por Adam Smith e demais economistas clássicos.

Dentro desse contexto estabeleceu uma distinção clara entre o que ele denominou de sociedades com mercados, como as que existiram em toda a história escrita, e a sociedade de mercado, que é a sociedade capitalista. Isto é, nas sociedades e civilizações que antecederam o capitalismo havia outras formas de organizar a vida econômica, em particular, a reciprocidade e a redistribuição, que não se enquadravam nos mecanismos das trocas de mercado.

Os mercados e o comércio, segundo Polanyi, na sociedades pré-capitalistas eram essencialmente não competitivos e simplesmente um comércio de transporte (*trade*). Foi somente com a moderna sociedade capitalista que emergiu um mercado distinto, em que há uma motivação econômica distinta, instituições econômicas distintas e uma relação social específica, separada das relações não econômicas, que ele denominou de *Market*.

A interpretação de Polanyi representou o afastamento das explicações correntes do modelo mercantil smithiano e pós-smithiano, que enfatizam as continuidades entre o antigo comércio e o mercado capitalista moderno. Também, estabeleceu distinção com as interpretações marxistas, quando aquelas observam o antagonismo entre os princípios mercantis ou capitalistas em relação à lógica econômica do feudalismo. Contudo, como se observou, sua explicação preserva afinidades e similitudes com modelo mercantil de explicação da origem do capitalismo, já que não conseguiu romper com o determinismo tecnológico, central àquela argumentação.

A contribuição de Fernand Braudel, por sua vez, está numa interpretação da origem do capitalismo, combinando as influências, principalmente, do modelo pós-smithiano historicista, em especial, Henri Pirenne; a crítica de Polanyi ao paradigma clássico/neoclássico da economia, exposta no modelo tradicional smithiano; e, conceitos desenvolvidos pelos marxistas referentes aos monopólios e ao capital financeiro, mas que o autor, como se viu, rejeitou a forma como foram contextualizados, dado que esses nunca se constituíram em etapa especial ou avançada, sendo característica básica desde seu nascedouro.

O que nos fez, nesse estudo, classificar a interpretação de Fernand Braudel nos termos de um modelo mercantil, é justamente, porque ele o concebeu como um sistema circulacionista, que designa os grandes fluxos: negócios, dinheiro, técnicas

de produção, poder, informação etc. Toda essa complexidade de conjuntos formando uma superestrutura global.

Mas, é um modelo mercantil de explicação distinto dos tradicionais; isto é, em Braudel, são as finanças que determinam a acumulação, que, por sua vez, dá ritmo à produção, a circulação e à distribuição. Portanto, um *modelo mercantil-financeiro* de explicação da origem e do desenvolvimento do capitalismo.

Braudel não discordou da análise dos economistas clássicos – notadamente Smith – mas, também Marx, de que o capitalismo se encontra na esfera produtiva. Afinal, os fatores de produção – terra, trabalho e capital – explicam o crescimento da riqueza e a distribuição dos rendimentos na sociedade capitalista.

Em suma, no contexto da economia política e de sua crítica, foi dessa relação produtiva, que engendrou uma nova relação de propriedade, que pode se denominar de sistema capitalista. Mas, Braudel inverteu esse processo; ou seja, foram as redes e circuitos mercantis e toda sua complexidade de relações de poder político e econômico, para assegurar o movimento de acumulação em escala global, que permitiu que novas formas de produção se inserissem na vida econômica.

Como ele argumentou, entre os séculos XV e XVIII, a acumulação de capital controlou uma produção econômica muito diversificada tanto em sua divisão do trabalho, como nas suas relações de propriedade. Na Europa Ocidental, o capital libertou os camponeses da servidão e transformou a estrutura agrária inglesa, com o movimento dos cercamentos dos campos. Mas também, foi responsável pela especialização produtiva da Europa Oriental, cujas relações de propriedade e de trabalho feudais foram reforçadas. Fora da Europa, criou-se um sistema colonial no Novo Mundo, assentado no trabalho compulsório, no qual era responsável pela produção agrícola e exploração mineral, todos em larga escala.

O corolário braudeliano era que o capitalismo se situa no interior de um “conjunto” mais vasto do que ele, que o transporta e o levanta no seu próprio movimento. Essa posição elevada no topo da sociedade mercantil, é a sua realidade mais importante, em virtude do que permite; isto é, o monopólio de direito ou de fato, de manipulação dos preços. Portanto, para se entender o capitalismo, é necessário observar como ele criou as grandes desigualdades da vida mercantil.

Essa desigualdade, hierarquização que permite coordenação, controle, subordinação da vida econômica ao capital, somente se deu, porque entre a

produção e a circulação, emergiu nas relações sociais e econômicas um agente novo, o financista. Foram as finanças que, segundo o autor, passaram a liderar o processo de acumulação de capital, a partir do século XV; não obstante sua gênese tenha sido em Veneza, no século XIII.

Por fim, deve-se chamar a atenção para o fato do Estado moderno europeu, tal como argumentaram Schmoller e Hecksher, foi mais aliado do que obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo. Isto é, foi na Europa fragmentada politicamente em que a liberdade das elites econômicas, com o apoio e não a oposição da hierarquia política, constituiu *differentia specifica* e uma das razões essenciais para que o capitalismo tenha se desenvolvido, conforme Braudel.

Ainda dentro das *derivações críticas do modelo mercantil*, destacou-se as interpretações *histórico-demográfica* e neoinstitucionalista. Sobre a primeira, sua explicação residia no fato de que as economias pré-capitalistas enfrentaram crises de subsistência periódicas seguidas de períodos de expansão, que acabou terminando em renovadas crises de subsistência.

As crises surgiram quando a tendência natural da população para aumentar correu contra os rendimentos decrescentes de terras disponíveis, num contexto de baixos níveis de produtividade agrícola. Tais crises produziram colapso demográfico que agiu a longo prazo para superpopulação correta e, portanto, constituindo uma base renovada de expansão demográfica e econômica.

No caso da Europa Ocidental, as longas oscilações cíclicas ocorreram no período medieval e inicial da história moderna com expansão entre 1000 e 1300 culminando na crise e colapso no século XIV, seguido eventualmente por uma expansão renovada no século XVI, e crise para muitas áreas da Europa novamente no século XVII.

Essas, por sua vez, efetuaram movimentos em outros indicadores econômicos, como preços e receitas. Ou seja, para os formuladores do modelo, há uma correlação entre aumentos populacionais que acarretam subsequentemente aumentos de preços e dos lucros agrícolas, provocando o inverso, quando das crises demográficas.

Em resumo, para os historiadores demógrafos envolvidos nesses estudos, a dinâmica cíclica do modelo demográfico substituiu a ascensão do mercado, tanto como a principal explicação dos contornos da sociedade feudal europeia, como o

principal obstáculo que teve que ser superado para uma transição bem-sucedida para o capitalismo.

Em relação ao modelo neoinstitucionalista, afirmou que a mudança institucional decisiva para o desenvolvimento da economia capitalista, foi o estabelecimento dos direitos de propriedade privada. O argumento principal consistiu na constatação de que em situações em que tais direitos são mal definidos ou difícil de aplicar, o custo do serviço privado nas iniciativas econômicas excede os benefícios potenciais.

Contudo, de acordo com o modelo, não houve evolução histórica estável em direção à sociedade de mercado; em vez disso, a intervenção estatal constituiu condição necessária para criar esse direito. Isto é, o Estado é a principal agência institucional que garante a existência da propriedade privada, dado que somente ele, tem a vantagem em termos legais, poder fiscal e coercitivo para definir e fazer cumprir os direitos de propriedade em um custo mais baixo do que os grupos voluntários.

Em suma, foram as inovações institucionais nos direitos de propriedade, que constituíram pré-condições para a emergência do capitalismo. Essas, por sua vez, encontram-se historicamente na Europa Ocidental, no período de 900 a 1700. Com base nessa época, o modelo procurou localizar a natureza e as causas da quebra dos direitos da propriedade feudal e como surgiram novos arranjos institucionais que evoluíram para a propriedade privada.

Por fim, as *derivações braudelianas*, por meio da análise das interpretações de Wallerstein e Arrighi. É importante ressaltar que as respectivas interpretações daqueles autores têm forte componente transdisciplinar, como também, influência decisiva do pensamento marxiano e do marxismo.

No que toca ao primeiro, o mais importante a apreender, foi seu conceito de *capitalismo histórico*, que ele utilizou para explicar a origem do capitalismo na Europa Ocidental. Wallerstein formulou a teoria do *sistema-mundo*, em que interrelaciona diversos campos do conhecimento das ciências sociais e humanas, tais como, política internacional, geografia econômica, economia política e história, de modo a compreender a *economia-mundo* e o *sistema interestatal* que governou a humanidade, a partir do século XVI, sob a liderança dos europeus (PAULA, 2020a; pp., 85-103).

Para Wallerstein, como foi observado, na *seção 2.3*, desse estudo, o capitalismo só foi capaz de florescer exatamente porque a economia-mundo continha, em seus limites, múltiplos sistemas políticos. Portanto, um *sistema-mundo moderno capitalista*. Foi dentro desse contexto que ele elaborou o conceito de *capitalismo histórico*, para classificar o período entre os séculos XVI e XVIII; já que, para o autor, a partir do século XIX, o sistema-mundo poderia ser emoldurado dentro de uma *civilização capitalista*. Desse modo, *capitalismo histórico*, é entendido como os principais elementos históricos formadores daquele sistema e suas contradições.

A influência de Braudel se encontra no entendimento de que, para se entender o capitalismo, há que se partir do capital e sua rede complexa. Por isso, classificou-se a formulação de Wallerstein nos termos do *modelo mercantil* derivado da explicação braudeliana.

Como visto, no tópico (a) da *seção 2.3* desse estudo, Wallerstein partiu do conceito de capital, para sistematizar o *capitalismo histórico*. Segundo ele, *capital é riqueza acumulada*. Porém, como advertiu: no contexto do capitalismo histórico, o conceito tem uma definição mais específica; ou seja, não é somente estoque de bens consumíveis, de máquinas ou de demandas reconhecidas que se expressam sob forma de dinheiro de coisas materiais; tem como objetivo principal a auto expansão. Nesse sistema, o que se acumulou no passado só é “capital” na medida em que seja usado para acumular mais da mesma coisa. Uma visão, portanto, que se coaduna com o marxismo.

Foi essa aproximação com o marxismo que fez Wallerstein expandir o conceito de economia-mundo de Braudel, ao focar sua análise nas contradições do sistema. Isto é, de acordo com o autor, o *capitalismo histórico* foi responsável por integrar e delimitar – no tempo e no espaço – as atividades produtivas cujo objetivo econômico tem sido a acumulação incessante de capital. Essa acumulação é a “lei” que tem prevalecido nele. É o sistema social no qual aqueles que operaram segundo essas regras produzem um impacto tão grande sobre o conjunto que acabaram criando condições às quais os outros são forçados a se adaptar ou cujas consequências passam a sofrer. O lugar central dessa expansão, tal como exposto por Wallerstein é o controle da força de trabalho em benefício do capital.

Já Arrighi, tal como analisado no tópico (b) da *seção 2.3* desse estudo, a partir das influências diretas de Braudel e Wallerstein, focou sua formulação no *sistema interestatal* e como ele foi responsável pelos *ciclos sistêmicos de acumulação*, definidos pela aliança entre o capital e o Estado, para a constituição de uma dada hegemonia econômico-política no quadro do moderno sistema-mundo; tendo como referência basilar o esquema de reprodução do capital marxiano, já que esse pode ser interpretado como retratando não apenas a lógica dos investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo como sistema mundial.

Aqui, reside a contribuição arrighiana para entender as fases padronizadas da expansão capitalista entre os séculos XVI e XX. Isto é, a fase de expansão material seguida por uma fase de expansão financeira.

Embora nesse estudo se tenha analisado a contribuição de Bruce R. Scott em capítulo separado (**Capítulo 5**), esse teve influência decisiva de Fernand Braudel e de Douglass North, para compor a *origem do capitalismo como um sistema de governança*. Dessa forma, pensa-se que, para melhor entendimento das contribuições e aproximações das interpretações aqui estudadas, colocar a elaboração de Scott como uma derivação das formulações braudeliana e neoinstitucionalista.

Claro está que a contribuição de Scott é inovadora e não se esgota apenas como uma derivação, mas é inegável que o diálogo que o autor travou com Braudel e North foi decisivo para sua interpretação da origem do capitalismo. Ademais, como se observou em sua análise, Scott se distanciou e muito da explicação do modelo mercantil, dado que, segundo ele, o capitalismo é um sistema que surgiu da esfera do poder político e não do comércio.

Em suma, a contribuição distintiva da teoria do capitalismo de Bruce Scott, é o papel da *Autoridade Política*, como o nível superior de governança do sistema capitalista. Para ele, a autoridade política é a agência humana visível que molda as realidades do sistema capitalista.

Por fim, as interpretações marxistas. Os debates travados a partir da década de 1950 foram importantes para o avanço do entendimento da origem do capitalismo. Como se viu, as questões discutidas, particularmente, no debate de 1954 (**Capítulo 4, seção 4.1**), não ficaram restritas apenas ao contexto histórico da

transição; o método marxiano e a própria obra de Marx & Engels foram debatidas e aprofundadas.

Tal como observado, uma das premissas fundamentais do método histórico marxiano, é a ideia de que a dinâmica de um modo de produção é determinada por suas contradições internas, e que sua evolução ou desintegração deve ser apreendida em sua contradição imanente.

Contudo, a proposição formulada por Sweezy de que as contradições internas do feudalismo eram incapazes de transformá-lo, necessitando, pois, da ação de uma força externa para quebrar o equilíbrio e promover sua desintegração, trouxe elementos fora do marxismo, notadamente, a explicação de Pirenne nos moldes do *modelo mercantil*, de modo a tentar articular nos quadros das categorias marxianas, o processo histórico da acumulação de capital europeu ocidental.

Conforme Sweezy, somente o comércio de longa distância, direta ou indiretamente, foi capaz de desintegrar o feudalismo e promover a transição ao capitalismo.

Já Dobb, como exposto, sustentou a ideia de que as próprias contradições internas ao feudalismo provocaram sua ruína, dado a necessidade crescente por maiores rendimentos por parte da nobreza, resultou na intensificação da exploração sobre os servos até níveis insuportáveis, acentuando a luta de classes e determinando, no longo prazo, o colapso do feudalismo.

Ressalte-se que na argumentação de Dobb, encontra-se uma inovação explicativa, em que o desenvolvimento do comércio contribuiu para aumentar a avidez da nobreza por rendimentos mais elevados, acelerando com isso a crise final da economia feudal.

Quanto à contribuição de Perry Anderson (*seção 4.2*), como foi exposto, sua explicação para a emergência do capitalismo não foi expressa em termos de uma “teoria do estágio unilinear” em que contradições internas dentro de um modo de produção são vistos como impulsionando a sociedade para uma nova sociedade; e sim, que o capitalismo é resultado de uma complexa inter-relação entre pelo menos dois modos de produção anteriores, a *Antiguidade* e o *feudalismo*.

Isto é, Anderson destacou um fator “não econômico”, importante, herdado da civilização greco-romana, o parcelamento da soberania política dentro do feudalismo, como pré-condição para o desenvolvimento capitalista. Ou seja, ele se

referiu à fragmentação da autoridade entre muitos níveis diferentes de soberanias interligadas, cada uma com uma base sócio geográfica distinta.

Em suma, a análise de Anderson, em última instância, buscou não minimizar a herança marxista, mas sim reformulá-la, combinando visões weberianas e não marxistas com a perspectiva marxista.

Outra particularidade da interpretação daquele autor, foi a aceitação dos argumentos dos historiadores demógrafos (ver *modelo demográfico, seção 2.4*) de que uma crise demográfica estrutural já havia se desenvolvido antes da Peste Negra, na qual impactou negativamente na capacidade produtiva, que por sua vez, contribuiu para alterar as relações sociais de produção prevalentes. Dessa forma, segundo Anderson, a crise do feudalismo se iniciou com a pressão populacional em crescimento sobre o abastecimento de alimentos, limitado pela tecnologia rudimentar baseadas em subdivisão de propriedades, cujos solos estavam esgotados e em plena crise ambiental.

Por fim, a interpretação de Brenner e Wood sobre as *origens agrárias do capitalismo*. Brenner retoma as categorias essenciais do método marxiano para explicar que a crise do feudalismo e a emergência do capitalismo foram determinados pela luta de classes em sua manifestação mais concreta, qual seja, as contradições nas relações de propriedade.

Desse modo, seu roteiro argumentativo, teve como ponto de partida o declínio da servidão na Europa Ocidental, resultado da contradição entre o desenvolvimento da produção camponesa e as relações de extração do excedente, que produziu crises de acumulação e de produtividade, as quais, em última instância, ameaçaram a própria subsistência dos camponeses.

Embora as distintas trajetórias que o desenvolvimento do capitalismo tomaria na França e Inglaterra, o autor afirmou que a característica básica da sociedade feudal era, constantemente, criar novas formas de redistribuição do que propriamente formas de produção de riqueza. Dessa forma, uma variável importante para se entender a origem do capitalismo, era compreender o processo de acumulação política no interior do feudalismo.

Por *acumulação política*, Brenner entendia que eram as melhorias na capacidade de extração do excedente por parte dos senhores feudais, notadamente,

as transformações em seus aparelhos de repressão e suas instituições políticas, cujo objetivo era a ampliação do seu potencial de coerção sobre os produtores diretos.

O fato é que a obtenção de parcelas maiores do excedente dos camponeses por meio da acumulação política, acabou também por impactar na própria estrutura social da nobreza. O resultado foi mediante processo de reestruturação interna da própria classe dirigente feudal, culminando na centralização do Estado Moderno.

Contudo o caminho percorrido pelos Estados centralizados não foi único, se manifestando em diversas tendências, as quais impactaria no desenvolvimento do capitalismo. Como exposto, no **Capítulo 4, seção 4.3**, tópico (c), Brenner afirmou que foi a complexa articulação existente entre a estrutura de classes de cada país e o processo de dissolução ou reforço das relações servis na agricultura, que explicam as transformações ou não na estrutura agrária, que culminou nas relações sociais capitalistas de produção.

Em suma, seu corolário foi que a luta entre o campesinato e a nobreza proporcionou transformações substanciais na economia agrária inglesa, particularmente, o fim da coação sobre a mobilidade dos servos; o que consistiu em importante passo no processo de formação de trabalhadores livres; além da fixação dos tributos feudais em taxa anual, favorecendo os camponeses prósperos, especialmente, os yeomen – arrendatários livres – que aumentaram o seu poder de acumulação. Por outro lado, os grandes senhores feudais garantiram a propriedade de suas terras, bem como conseguiram ampliar seus domínios, anexando as possessões abandonadas no contexto do colapso demográfico do século XIV.

Para Brenner, o que tornou possível a transformação da produção agrária na Inglaterra, foi a configuração de uma nova estrutura socioeconômica assentada na relação senhor-arrendatário-trabalhador assalariado, que redefiniu toda a economia inglesa e pavimentou o caminho para o capitalismo.

Em relação à Ellen Wood, essa autora reforçou a tese das *origens agrárias do capitalismo*, aprofundando as argumentações de Brenner, por meio da mediação histórica da formação social inglesa.

O roteiro de argumentação da autora, teve como ponto de partida, a singularidade do processo de unificação política inglês; que por sua vez, dotou a sociedade inglesa de uma infraestrutura material e social mais sofisticada do que outras nações. Tal processo foi decisivo para a transformação das relações sociais

de propriedade, na qual enraizou-se firmemente no campo. O resultado, foi a expansão da produção e da produtividade agrícola, com repercussão na criação do mercado nacional, via crescimento da manufatura, do comércio interno e da rede de crédito; liderados, em termos de acumulação de capital, pelos arrendatários capitalistas; o que, por conseguinte, gerou as condições para a *Revolução Industrial* no final do século XVIII e início do século XIX.

Em resumo, para Wood, o processo de industrialização inglês não seria possível, sem o desenvolvimento das relações capitalistas em sua estrutura agrária. Portanto, para ela, foi o capitalismo agrário que possibilitou o capitalismo industrial.

Com esse livro terceiro, os blocos de conhecimento sobre o tema capitalismo vão se aprofundando. De fato, ele dialoga com o livro 1, *capitalismo: definições*, dado que as teorias e seus respectivos métodos analisados naquele estudo, constituem o suporte para as interpretações sobre sua origem sistêmica. Contudo, esse livro também dialoga com o Livro 2, *capitalismo: instituições*, na medida em que reforça a hipótese de que, não obstante cada uma das instituições analisadas naquele estudo, tivessem suas origens em tempos e espaços distintos, somente uma formação social específica – a Europa Ocidental – e um tempo histórico específico – o século XVI – àquelas pudessem interagir para conformar um novo sistema sócio-histórico. Esse é o objetivo dessa coleção: auxiliar os discentes do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, bem como demais estudantes e leitores a conhecer a *história do capitalismo*.

Referências

- ANDERSON, P. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ARRIGHI, G. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. 2ª reimpressão. Rio de Janeiro/São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.
- ASTON, T. H. & PHILPIN, C. H. E. (Org.). *The Brenner debate. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- BARROS, J. D'A. *Teoria da História*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 2011. (5 volumes).
- BARREIROS, D. P. *Os debates sobre a transição: ideias e intelectuais na controvérsia sobre a origem do capitalismo*. Niterói: EDUFF, 2008.
- BAUMOL, W. J. *Welfare Economics and the Theory of the State*. London: Longman, 1952.
- BRAUDEL, F. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*. [1949]. 2 ed., Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. (2 volumes).
- BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV/XVIII*. [1979]. São Paulo: Martins Fontes, 1997/98. (3 volumes).
- BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a Longa Duração. [1958]. In: NOVAIS, F. & SILVA, R. F. *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- BRENNER, R. The origins of capitalist development: a critique of neo-smithian marxism. In: *New Left Review*, I-104, July 1977.
- BRENNER, R. Dobb on the transition from feudalism to capitalism. In: *Cambridge Journal of Economics*, Volume 2, Issue 2, June 1978.
- BRENNER, R. Marx first model of the transition to capitalism. In: CHAVANCE, B. *Marx en perspective*. Paris: Éditions de l'école des hautes études em sciences sociales, 1983.
- BUCHANAN, J., & TULLOCH, G. *The calculus of consent*. Ann Arbor: University of Michigan, 1962.
- CARCANHOLO, R. (org.). *Capital: essência e aparência*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CHANDLER JR., A. *The visible hand: the managerial revolution in american business*. Cambridge: Harvard University Press, 1977.

CHANDLER JR. A. *Strategy and structure: chapters in the History of the Industrial Enterprise*. Cambridge: The M. I. T. Press, 1962.

COASE, R. The nature of the firm. In: *Economica*, 4, 16, 1937, pp., 386-405.

DAHL, R. *On democracy*. New Haven: Yale University Press, 1998.

DEMSETZ, H. Towards a Theory of Property Rights. In: *American Economic Review*, Papers, and Proceedings of the 69th Annual Meeting of the AEA, 1966, 57, 2 (1967).

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1986.

ENGELS, F. *Dialética da Natureza*. [1883]. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1985.

FONTANA, J. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

FRANK, A. G. *A acumulação mundial – 1492-1789*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GANSHOF, F. L. *Feudalism*. London: Longmans, Green and Co., 1952.

HALL, P. A. & SOSKICE, D. (Org.). *Varieties of Capitalism. The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HECKSHER, E. *Mercantilism*. [1931]. London/New York: Routledge, 1994. (2 volumes).

HILTON, R (Org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo. Um debate*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

HILL, C. *The english revolution – 1640*. 3ª ed., London: Lawrence & Wishart Ltd., 1955.

HOBBSAWM, E. The crisis of the 17th century. In: *Past & Present*, Issue 1, November 1954, pp., 44-65.

HOBBSAWM, E. Introdução. In: MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1991.

HOLTON, R. J. *The Transition from feudalism to capitalism*. New York: Macmillan Publishers Ltd., 1985.

HUNTINGTON, S. P. *Political order in changing societies*. New Haven, CT: Yale University Press, 1968.

KRIEDTE, P.; MEDICK, H & SCHOLUMBOHM, J. *Industrialization before industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

KRIEDTE, P. *Peasants, landlords and merchant capitalists. Europe and the world economy, 1500-1800*. Leamington Spa: Berg Publisher, 1983.

LACHMANN, R. *Capitalists in spite of themselves: elite conflict and economic transitions in Early Modern Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LE ROY LADURIE, E. *The peasants of Languedoc*. [1966]. Urbana: University of Illinois, 1974.

LIST, G. F. *Sistema nacional de economia política*. [1841]. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe. Estudos sobre a dialética marxista*. [1923]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, E. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx. De 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1968.

MARX, K. *O capital. Crítica da economia política*. [1867]. 3ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988. (5 volumes).

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*. [1844]. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, K. *A miséria da filosofia*. [1847]. São Paulo: Editora Escala, 2007.

MARX, K. *A crítica da filosofia do direito de Hegel*. [1843]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. *Grundrisse*. [1857/58]. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. & ENGLES, F. *A ideologia alemã*. [1845/46]. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARX, K. & ENGELS, F. *O manifesto do partido comunista*. [1848]. 9ª ed., São Paulo: Editora Global, 1993.

MARIUTTI, E. B. *A transição do feudalismo para o capitalismo. Balanço do debate*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

NORTH, D. C. *Structure and change in economic history*. New York: Norton, 1981.

NORTH, D. C. & THOMAS, R. P. *The rise of the western world. A new economic history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

OLGIVIE, S. & CERMAN, M. *European proto-industrialization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

PAULA, R. Z. A. *Capitalismo: definições*. São Luís: EDUFMA, 2020a.

PAULA, R. Z. A. *Capitalismo: instituições*. São Luís: EDUFMA, 2020b.

PIRENNE, H. *História econômica e social da Idade Média*. (1933). 4ª ed. São Paulo: Edições Mestre Jou, 1968.

PIRENNE, H. *As cidades da Idade Média. Ensaio de história econômica e social*. 3ª ed., Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

PIRENNE, H. *Maomé e Carlos Magno. O impacto do Islã na civilização europeia*. [1937]. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010.

PIRENNE, H. *História da Europa. Desde las invasiones hasta el siglo XVI*. (1936). 12ª reimpressão. Mexico DF: Fondo de Cultura Económica, 2018.

POLANYI, K. *A grande transformação. As origens de nossa época*. [1944]. 6ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POSTAN, M. Some economic evidence of declining population in the late Middle Ages. In: *Economic History Review*, 3, 1950.

POSTAN, M. England. In: POSTAN, M. (Ed.). *Cambridge Economic History of Europe*. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1966.

POSTAN, M. *Essays on medieval agriculture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973.

REUTEN, G. Marx's Capital III, the culmination of capital general introduction. In: CAMPBELL, M & REUTEN, G (Org.). *The culmination of capital essays on Volume III of Marx's Capital*. New York: Palgrave MacMillan, 2002.

SANDRONI, P. *Novíssimo Dicionário de Economia*. 5ª ed., São Paulo: Editora Best-Seller, 2000.

SCOTT, B. R. *The concept of capitalism*. Berlin-Heidelberg, 2009.

SCOTT, B. R. *Capitalism. Its origins and evolution as a system of governance*. New York: Springer, 2011.

SMITH, A. *A riqueza das nações*. [1776]. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (2 volumes).

SOMBART, W. *Der moderne kapitalismus*. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1902.

SOMBART, W. Economic theory, and economic history. In: *The Economic History Review*, vol., II, n. 1, 1929.

TREVOR-ROPER, H. *The crisis of the seventeenth century*. [1967]. Indianapolis: Liberty Fund, 2001.

VASQUEZ DE PRADA, V. *História económica mundial*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1972. (2 volumes).

WALLERSTEIN, I. The rise and future demise of the World Capitalist System: concepts for comparative analysis. In: *Comparative Studies in Society and History*, vol. 06, Issue 4, September 1974.

WALLERSTEIN, I. *O Sistema mundial moderno. Agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*. [1974]. Lisboa: Edições Afrontamentos, 1979.

WALLERSTEIN, I. *Capitalismo histórico & Civilização capitalista*. [1995]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system II. Mercantilism and the consolidation of the european world-economy 1600—1750*. [1980]. Berkeley: University California Press, 2011a.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system III. The second era of great expansion of the capitalist world-economy 1730-1840*. [1989]. Berkeley: University California Press, 2011b.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system IV. Centrist liberalism triumphant, 1789–1914*. Berkeley: University California Press, 2011c.

WEBER, M. *A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo*. (1904). São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, M. *História geral da economia*. (1919). São Paulo: Centauro, 2006.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001.

O Autor

Ricardo Zimbrão Affonso de Paula é Mestre e Doutor em Economia, pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Desde 2007, é Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), onde também compõe o quadro de professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE). Em 2010, em conjunto com outros professores do DECON-UFMA, fundou o Grupo de Pesquisa *Economia Regional Aplicada* (ERA), devidamente cadastrado no CNPq. Além deste, é pesquisador do *Grupo de Estudos em Economia Política & História Econômica* (GEEPHE).

O livro se debruça sobre as interpretações da origem do capitalismo. Para dar conta desse tema tão complexo, partiu-se do diálogo com a *historiografia*, um campo de estudo inserido no estudo da História e que nos auxilia em como que, a partir da produção escrita sobre os temas históricos, podemos buscar orientações para compreender como as teorias e as interpretações da origem do capitalismo foram sendo construídas e assimiladas publicamente.